



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

**SAMARA ALMEIDA CHAVES BRAGA**

**A PROBLEMÁTICA DA ALIENAÇÃO E SEUS REBATIMENTOS NO  
COMPLEXO DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA CRISE ESTRUTURAL DO  
CAPITAL**

**FORTALEZA**

**2015**

**SAMARA ALMEIDA CHAVES BRAGA**

**A PROBLEMÁTICA DA ALIENAÇÃO E SEUS REBATIMENTOS NO  
COMPLEXO DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA CRISE ESTRUTURAL  
DO CAPITAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Educação Brasileira da Faculdade de Educação da  
Universidade Federal do Ceará como requisito final  
para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> PhD. Josefa Jackline Rabelo

Coorientadora: Prof<sup>a</sup> PhD. Susana Vasconcelos  
Jimenez

**FORTALEZA**

**2015**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca de Ciências Humanas

- 
- B795p Braga, Samara Almeida Chaves.  
A problemática da alienação e seus rebatimentos no complexo da educação no contexto da crise estrutural do capital / Samara Almeida Chaves Braga. – 2015.  
204 f. , enc. ; 30 cm.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2015.  
Área de Concentração: Marxismo, educação e luta de classes.  
Orientação: Profa. Dra. Josefa Jackline Rabelo.  
Coorientação: Profa. Dra. Maria Susana Vasconcelos Jimenez.
- 1.Marx,Karl,1818-1883 – Crítica e interpretação. 2.Lukács,György,1885-1971 – Crítica e interpretação. 3.Mészáros,István,1930- – Crítica e interpretação. 4.Alienação(Filosofia). 5.Capital(Economia). 6.Crise econômica. 7.Educação – Filosofia. I. Título.

**SAMARA ALMEIDA CHAVES BRAGA**

**PROBLEMÁTICA DA ALIENAÇÃO E SEUS REBATIMENTOS NO  
COMPLEXO DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA CRISE ESTRUTURAL  
DO CAPITAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de doutora em Educação Brasileira. Área de concentração: Educação.

Aprovada em: 29/05/2015

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof<sup>ª</sup>. PhD. Josefa Jackline Rabelo-Orientadora  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof<sup>ª</sup>. PhD. Susana Vasconcelos Jimenez-Coorientadora  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria das Dores Mendes Segundo  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Ruth Maria de Paula Gonçalves  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Betânea Moreira de Moraes  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

A Deus; ao meu fiel companheiro Alexandre; aos meus pais Tânia e Fernando; e aos meus irmãos Emanuel e Kennedy.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu pai, Fernando, e à minha mãe Tânia, pelo exemplo de pais, que se dedicaram a vida inteira aos seus filhos, e que mesmo às custas de muitas privações, sempre priorizaram nossa formação.

Ao meu marido Alexandre, por estar sempre presente em todos os momentos alegres e tristes de minha vida.

Aos meus irmãos, Emanuel e Kennedy, que prematuramente me deram a oportunidade de sentir a responsabilidade do sentimento de maternidade.

À professora orientadora Jackline Rabelo, por sua amizade e por me inspirar a ser um ser humano melhor, com seu exemplo de personalidade em busca do não-particularismo.

À professora coorientadora, companheira de luta, referência intelectual, amiga e segunda mãe, Susana Jimenez, pela generosidade, integridade, confiança, paciência, amizade e militância.

À professora Ruthinha, por sua participação da nossa banca examinadora e por ser uma amiga em todos os momentos.

À professora Mendes Segundo, por sua amizade, por seu companheirismo, por sua humildade, por sua generosidade, por aceitar o convite para participação da nossa banca examinadora, pela correção cuidadosa do texto da qualificação e pelas importantes sugestões.

À professora Betânea Moraes por ter me apresentado a Ontologia do Ser Social, e que por este referencial, passei a compreender melhor a vida. Obrigada por aceitar o convite para participação da nossa banca examinadora e por estimular questões bastante instigantes acerca da problemática da alienação.

À amiga e professora Tereza Buonomo, pela amizade, por acreditar em mim e pelo apoio em todos os momentos.

Ao Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário (IMO) por ser um espaço, genuinamente, em defesa da classe trabalhadora.

Aos companheiros do IMO e da linha de pesquisas Marxismo, Educação e Luta de Classes, pelo convívio inesquecível, o aprendizado e afeto, principalmente, Valdemarin, Osterne, Deribaldo, Marcos Flávio, Adele, Stephane, Antônio, Eveline, Nágela, Isadora, Solonildo, Kildilene, Eric e Valesca.

Aos companheiros de orientação da UECE/UFC, sobretudo, Marteana, Helena Freres, Simone, Cleide, Helena Holanda, Fabiano, Rosangela, Emanuel, Cesar, Daniele Kelly, Gorete e Escolástica pelo apoio, carinho e conversas extremamente agradáveis e inspiradoras.

À professora Maria Norma Holanda da UFAL, por sua atenção em ter nos enviado sua valorosa tese de doutoramento.

Aos professores Airton de Farias, Benedito, Lúcio Caminha, Isaíde Bandeira, Socorro Lucena, Jeannete Ramos, Frederico Costa pelo apoio e respeito.

Às queridas amigas Adélia, Airles e Gláucia companheiras de todos os momentos.

Aos irmãos de caminhada cultivados ao longo da nossa história Germana, Edjalmo, Herman, Renata, Kelly, Michele, Sandrinha, Carlos Buriti, Giovanni, Madelyne, Rochele, Beto, Cristina, Café, Adriano, Alessandra, Jomara, George, Patrícia, Douglas, Karla Jane, Fatinha e Edmar.

Às queridas avós: avó-paterna Naide e avó-materna Duvirgem, pelo incentivo, carinho e companheirismo.

Às cunhadas e amigas Beninha e Valéria.

À psicóloga Dra. Maria do Carmo, à fonoaudióloga Dra. Jacele, à educadora física Meire e aos fisioterapeutas Dr. Adriano e Dra. Silvia.

Aos alunos, professores e funcionários da Escola de Ensino Fundamental e Médio José Bezerra de Menezes, pelo apoio, incentivo e compreensão.

Aos trabalhadores do mundo inteiro.

“Mediação” não deve ser confundida com “gradualismo” e “reformismo”, mesmo que envolva medidas que apenas possam ser implementadas passo a passo. O que decide a questão é o modo pelo qual os passos parciais são integrados numa estratégia coerente global, cujo alvo não é apenas a melhoria do padrão de vida dos trabalhadores (que são estritamente conjunturais e, em todo caso, reversíveis), mas a reestruturação radical da divisão de trabalho estabelecida (Mészáros, 2009, p. 630, aspas do autor).

## RESUMO

O objetivo do trabalho é explorar a problemática da alienação a partir dos pressupostos de Marx e Lukács, elucidando, ademais, as expressões fundamentais da alienação no quadro da crise estrutural do capital, conforme Mészáros, com destaque para o lugar do complexo educacional no referido contexto. Tomando o marxismo como uma ontologia, recuperamos os elementos essenciais de compreensão do trabalho, como complexo fundante do ser social e, por esse prisma, alcançamos a forma histórica assumida pelo trabalho na sociedade do capital, assinalando o trabalho abstrato como base para o entendimento do trabalho alienado, fundamento das múltiplas e complexas formas de manifestação da alienação na práxis social. Passamos, então, a examinar a problemática da alienação no contexto da sobredita crise contemporânea do capital, ressaltando com Mészáros, os fatores que demarcam a agudização da barbárie contemporânea, regida pela produção do desperdício como *modus operandi* do sociometabolismo do capital. Nesse sentido, nosso estudo pretende contribuir para a desmistificação das personificações alienantes do sociometabolismo do capital em crise estrutural, incluindo o tipo formação humana – fragmentada, mercantilizada, esvaziada do conhecimento socialmente relevante – ofertada aos trabalhadores no mundo contemporâneo. Ao mesmo tempo, reafirma a necessidade e possibilidade histórica de construção de um projeto de transição socialista em direção à emancipação humana.

**Palavras-Chaves:** Alienação. Crise estrutural do capital. Educação. Formação humana.

## ABSTRACT

The paper aims to explore the problem of alienation, based upon the assumptions of Marx and Lukács, further, elucidating the fundamental expressions of alienation within the framework of the structural crisis of capital, according to Mészáros, with emphasis on the place of the educational complex in that context. Taking Marxism as an ontology, we retrieve the essential elements required to understand work as the founding complex of social being, and, from this standpoint, we achieve the historical form taken by work in the capital society, assuming abstract labor as the basis of alienated work, which, in its turn, constitutes the foundation for the multiple and complex forms of manifestation of alienation in social praxis. We go on to examine the problem of alienation in the context of the aforesaid present crisis of capital, pointing out with Mészáros, the factors that demarcate the exacerbation of contemporary barbarism, led by the waste production as the *modus operandi* of sociometabolism of capital in the state of structural crisis. In this sense, our study aims to contribute to the demystification of the alienated personifications of sociometabolism of capital in structural crisis, including the type of human formation – fragmented, commodified, emptied of social relevance – offered to the workers in the contemporary world. At the same time, it reaffirms the historical need and possibility of constructing a project of Socialist transition towards human emancipation.

**Keywords:** Alienation. Structural crisis of capital. Education; Human formation.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>O TRABALHO ALIENADO EM MAX .....</b>	<b>26</b>
<b>2.1</b>	<b>Manuscritos de Paris .....</b>	<b>42</b>
<b>2.2</b>	<b>O trabalho alienado no capítulo V de O Capital .....</b>	<b>52</b>
<b>3</b>	<b>A FORMA ATUAL DA ALIENAÇÃO NA PERSPECTIVA DA ONTOLOGIA DO SER SOCIAL DE LUKÁCS .....</b>	<b>59</b>
<b>3.1</b>	<b>Um breve resgate dos fundamentos ontológicos da alienação .....</b>	<b>60</b>
<b>3.2</b>	<b>Elementos para compreender a forma atual da alienação .....</b>	<b>67</b>
<b>3.2.1</b>	<b>Economia, violência e alienação .....</b>	<b>69</b>
<b>3.2.2</b>	<b>A ideologia da alienação burguesa.....</b>	<b>79</b>
<b>4</b>	<b>ALIENAÇÃO NA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL À LUZ DE MÉSZÁRIOS.....</b>	<b>106</b>
<b>4.1</b>	<b>Elementos de compreensão da crise estrutural do capital.....</b>	<b>111</b>
<b>5</b>	<b>REBATIMENTOS DA ALIENAÇÃO NO COMPLEXO DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL.....</b>	<b>158</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>192</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>200</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este estudo pretende somar esforços no campo de investigação da problemática da alienação no âmbito da crise estrutural do capital e seus rebatimentos no complexo da educação. Temos em vista que o projeto em prol da emancipação humana transforma-se em uma urgência histórica, sob pena de a humanidade arruinar-se em tempos de barbárie social, sobremaneira, no contexto de crise estrutural do capital conforme elucida Mészáros (2006b).

Nesse cenário, o discurso dominante vem proclamando o fim da história e da concepção histórica do comunismo<sup>1</sup>. Entretanto, compreendemos que a perspectiva revolucionária em prol da construção do reino da liberdade não está morta, ao contrário, há uma necessidade urgente do entendimento acerca da problemática da alienação em sua forma de exploração do homem pelo homem (LUKÁCS, 1981).

Sendo assim, na contramão da lógica do capital, diante dos mais diversos referenciais teóricos que, direta ou indiretamente, fazem apologia à reprodução do capitalismo, situamo-nos numa perspectiva de compreensão do real que explicita os

---

<sup>1</sup> Com efeito, Mészáros (2009a) explica o autêntico significado de comunismo para Marx: “[...] Quando o comunismo se transforma num ‘humanismo positivo que parte de si mesmo’, deixa necessariamente de ser política. **A distinção marxiana crucial está entre o comunismo como o movimento político** – o qual se encontra limitado a uma determinada fase da história do desenvolvimento humano – e o **comunismo como uma prática social abrangente**. Esse **segundo sentido é o que Marx tem em vista**, quando escreve que ‘este comunismo é, enquanto naturalismo consumado=humanismo, e enquanto humanismo=naturalismo consumado’ (p. 148, grifos no original e nossos). Em outra passagem, Mészáros assinala que: “A grande dificuldade consiste nisso, que a transcendência positiva da alienação deve começar com medidas políticas, porque numa sociedade alienada não existem agentes sociais que possam efetivamente restringir, e muito menos superar, a alienação. Se, contudo, o processo começa com um agente político que deve **estabelecer as precondições da transcendência, seu êxito dependerá da autoconsciência desse agente**. Em outras palavras, se esse agente, por uma ou outra razão, não puder reconhecer seus próprios limites e ao mesmo tempo limitar suas próprias ações a esses limites, então os perigos de ‘fixar mais uma vez a sociedade frente a esse indivíduo’ serão acentuados. Nesse sentido, a política deve ser concebida como uma atividade cuja finalidade é *sua própria negação*, por meio do preenchimento de sua função determinada como **uma fase necessária ao complexo processo de transcendência positiva da alienação**. É assim que Marx descreve o comunismo como um princípio *político*. Ele ressalta sua função como a *negação da negação* e, portanto, limita-o ao *estágio próximo* do desenvolvimento histórico, chamando-o de ‘princípio energético de *futuro próximo*’. Segundo alguns intérpretes, ‘Marx se refere, aqui, ao comunismo rude, igualitário, como o proposto por Babeuf e seus seguidores. Mas essa interpretação não é de modo algum convincente. Não só porque Marx fala com a aprovação desse ‘comunismo rude, igualitário’, mas principalmente porque podemos encontrar vários outros lugares nos *Manuscritos de Paris* em que ele, em diferentes contextos, faz a mesma observação. Sua posição é a de que **o comunismo ‘de natureza política’ ainda é afetado pelo estranhamento do homem**. Como a negação da propriedade privada, é uma forma de *mediação*. (Isto é, ele sustenta uma posição mediante a negação de seu oposto. E é a ‘negação de uma negação’, porque nega a propriedade privada, que em si é uma ‘negação da essência humana’. **Não se trata de uma ‘posição por si mesma’, o que significa que, enquanto essa mediação perdurar, alguma forma de alienação existirá com ela**” (p. 148, grifos no original e nossos).

fenômenos sob investigação em conexão com o processo de reprodução social e as mazelas sociais provenientes das relações fundadas na exploração do homem pelo homem.

Dessa maneira, na obra *A Teoria da Alienação em Marx*, Mészáros (2009a) revela que só podemos compreender plenamente a problemática da alienação<sup>2</sup> em Marx mediante o entendimento de que tal questão apresenta um caráter inerentemente dinâmico, como demonstram as linhas abaixo:

[...] inerentemente *dinâmico*: **um conceito que necessariamente implica mudança**. A atividade alienada não produz só a ‘consciência alienada’, mas também a ‘consciência de ser alienado’. Essa consciência da alienação, qualquer que seja a forma alienada que possa assumir – por exemplo, vindo a autoconfirmação como ‘[estar] junto de si na não-razão enquanto não-razão – **não somente contradiz a ideia de uma totalidade alienada inerte**, como também **indica o aparecimento** de uma necessidade de **superação da alienação** (p. 166, grifos no original e nossos).

Destarte, fazemos questão de ressaltar que iremos situar o nosso estudo na perspectiva defendida por Mészáros (2009a), na qual o tratamento dado a teoria da alienação em Marx só pode assumir um caráter dinâmico na perspectiva da dialética do pensamento marxista. Além do mais, Mészáros (2009a) advoga acerca da extrema relevância da problemática da alienação para o desenvolvimento do sistema marxiano, tal como revela as linhas abaixo:

[...] **o conceito de alienação é um pilar de importância fundamental para o sistema marxiano como um todo**, e não apenas um tijolo dele. **Abandoná-lo, ou traduzi-lo unilateralmente**, equivaleria, portanto, a nada menos do que a demolição total do próprio edifício, e quem sabe a reconstrução de apenas sua chaminé. Não há dúvida de que algumas pessoas estiveram – ou ainda estão – empenhadas em tais operações, tentando construir **suas teorias “científicas” com base em escombros decorados com terminologia marxista**. A questão é que os seus esforços não devem ser confundidos com a própria teoria marxista (p. 207, grifos nossos).

---

<sup>2</sup>Nesse sentido, vale destacar o relevante papel do processo da transcendência positiva da alienação para a superação da comunidade enquanto capitalista universal, conforme revela Mészáros (2009a) apoiado em Marx: “[...] **à conclusão de que a apropriação do capital pela comunidade não significa o fim da alienação**. Pois mesmo se a comunidade é dona do capital e o princípio da igualdade dos salários é levado a cabo, na medida em que a comunidade de *trabalho* (isto é, de trabalho assalariado), toda a relação de estranhamento sobrevive em uma forma diferente. Nessa nova forma, o trabalho é elevado a uma ‘universalidade **representada**’, **mas não conquista o nível e a dignidade humanos**, ‘não aparece como um fim em si’, porque é confrontado com outra universalidade representada: ‘a **comunidade** enquanto o capitalista universal’. **Somente se essa relação de confronto com um poder exterior a si, que significa o mesmo que ser um fim em si mesmo, for superada, poderemos falar de uma transcendência positiva da alienação**” (p. 121, grifos no original e nossos).

Precisamente sob essa mesma argumentação, entendemos com Mészáros (2009a) que o real significado da alienação do trabalho, em Marx, só pode ser compreendido a partir do conceito da sua transcendência positiva<sup>3</sup>, como podemos observar por meio da seguinte citação:

[...] Se concebemos, portanto, uma sociedade na qual **a alienação foi totalmente superada, não há lugar para Marx**. Ela não teria, é claro, nenhuma conquista final seria, porém, bastante problemático. A moldura para a avaliação adequada desse problema do desenvolvimento humano **deve ser a concepção dialética da relação entre a continuidade e a descontinuidade** – isto é, **‘descontinuidade na continuidade’ e a continuidade na descontinuidade** –, mesmo que se coloque ênfase possível às diferenças qualitativas entre as fases comparadas (p. 167, grifos no original e nossos).

Desse modo, referenciamo-nos, na perspectiva ontológica do marxismo, entendendo que este referencial dialético permite-nos examinar, pela raiz, as contradições do real e, ao mesmo tempo, lançar perspectivas de construção do reino da liberdade. Em consequência disso, compreendemos que a autêntica criação de um projeto de transição socialista só é possível mediante a possibilidade da transcendência positiva da alienação do trabalho.

Com efeito, Mészáros (2009a) fundamentado em Marx, afirma:

**A supressão da atividade alienada por intermédio da prática humana autoconsciente** não é uma relação estática de um *meio* com relação a um *fim*, sem nenhuma possibilidade de influência mútua. **Nem é uma cadeia causal mecanicista** pressupondo partes pré-fabricadas que não poderiam ser modificadas na relação – sua posição respectiva está sujeita à mudança, como a de duas bolas de bilhar depois da colisão. Do mesmo modo que a alienação não é um *ato único* (seja uma **“queda” misteriosa ou resultado mecânico**), seu oposto, **a superação da atividade alienada** por meio da iniciativa autoconsciente, só pode ser concebido como **um processo complexo de interação, que produz mudanças estruturais em todas as partes da totalidade humana** (p. 167, grifos no original e nossos).

---

<sup>3</sup>Na tentativa de esclarecer o papel da transcendência positiva da alienação, Mészáros (2009a) explica: “O procedimento de Marx é, então, o de partir de uma *análise econômica* concebida como a base teórica de uma *ação política* desejada. **Isso não significa, porém, que ele identifique a ‘transcendência’ com essa ação política**. Ao contrário, ele com frequência ressalta que a alienação da atividade produtiva só pode ser superada definitivamente na *esfera da produção*. **A ação política só pode criar as condições gerais; as quais não são idênticas à superação efetiva da alienação, mas sim um pré-requisito necessário a ela**. O processo concreto de superação propriamente dito está no futuro, bem à frente do período da ação política que cria as condições necessárias para que se inicie o **processo de transcendência positiva**. Não podemos dizer a que distância está esse processo no futuro, porque isso depende de muitas condições, inclusive do desenvolvimento científico. De qualquer modo, **não pode haver dúvidas de que o velho Marx localizou esse processo de transcendência positiva num futuro ainda mais distante do que o jovem Marx**” (p. 120-1, grifos no original e nossos).

Dessa forma, Mészáros (2009a) identifica que o sistema marxiano não adota a problemática da alienação como um resultado mecânico e nem tão pouco como um ato único. Muito pelo contrário, só podemos vislumbrar a possibilidade da transcendência positiva da alienação – nos termos marxista – caso possamos encará-la como sendo um processo complexo de interação.

Nessa direção, Mészáros (2009a) revela o que significa a concepção de transcendência<sup>4</sup> positiva da alienação em Marx:

Os **conceitos “alienação” e “transcendência”** estão estreitamente inter-relacionados, e assim, se alguém fala de história em termos de alienação, não poderá esquecer o problema de sua transcendência. Tão logo se compreende isso, surge uma questão vital: o que se entende **por superação ou transcendência positiva da alienação?** Não existe perigo maior de mal-entendidos e falsas interpretações do que, precisamente, nesse contexto. Em especial se houver – e onde não há? – contingências sociais que possam tentar as pessoas a adotar uma visão deformada autocomplacente. O sonho da “idade de ouro” não teve origem ontem e é pouco provável que desapareça amanhã. Seria contra **o espírito da concepção geral de Marx pretender resolver o problema da *Aufhebung*, de uma vez por todas**, na forma de uma idade de ouro utópica, típica de contos de fada. Na visão de **Marx – que não pode reconhecer nada como absolutamente final** – não pode haver lugar para uma idade de ouro utópica, nem “ali na esquina”, nem a uma distância astronômica. **Tal idade de ouro seria o fim da história, e com isso o fim do próprio homem** (p. 221, grifos no original e nossos).

Sob a concepção da transcendência positiva da alienação, ressaltamos que o seu entendimento ontológico é fundamentado, sobretudo, na perspectiva da dialética marxiana. Na qual presenciamos um movimento dinâmico caracterizado pelo processo existente entre a descontinuidade na continuidade e a continuidade na descontinuidade. Isso significa que a transcendência positiva da alienação deve ser pensada dialeticamente, pois o existente é transformado em novo por meio da descontinuidade e, logo imediatamente, a nova criação é consolidada com elementos da continuidade

---

<sup>4</sup> Com isso, Mészáros (2009a) argumenta: “[...] Somente o indivíduo humano real é capaz de realizar a *unidade dos opostos* (**vida pública-vida privada; produção-consumo; fazer-pensar; meios-fins**), **sem a qual não tem sentido falar em superação da alienação**. Essa unidade significa não só que a vida privada tem de adquirir a consciência prática de seu embasamento social, mas também que a vida pública tem de ser personalizada, isto é, tem de tornar-se modo natural existente do indivíduo real; não somente o consumo passivo deve transformar-se em consumo criativo (produtivo, enriquecedor do homem), **mas também a produção deve tornar-se gozo**; não só o ‘ter’ abstrato sem sujeito deve adquirir um ser concreto, mas também o ser ou ‘sujeito físico’ **não se pode transformar num ser humano sem ‘ter’, sem adquirir a ‘capacidade não-alienada da humanidade’**; não só o pensar a partir da abstração deve tornar-se pensamento prático, relacionado diretamente com as necessidades reais – e não-alienadas ou alienadas – do homem, mas também ‘fazer’ deve perder seu caráter coercitivo inconsciente e tornar-se atividade livre autoconsciente” (p. 169, grifos no original e nossos).

previamente existente. Nesse sentido, vale reiterar que o sistema marxiano só pode ser entendido através de uma forma de pensar dialética e dinâmica.

Precisamente por esse posicionamento, trataremos como uma das relevantes contribuições para o desenvolvimento da nossa tese, a obra *Para uma ontologia do ser social* que representa a obra de maturidade de Lukács, na qual, o filósofo opera, por excelência, uma autêntica recuperação do pensamento ontológico de Marx<sup>5</sup>.

Nessa linha de raciocínio, Tertulian (2001, p. 43) reafirma a fidelidade de Lukács ao pensamento ontológico marxiano na obra acima citada, advogando, desse modo, que no referido livro, assim como durante sua longa e complexa trajetória, Lukács jamais abandonou o conceito de consciência de classe, como fizeram por exemplo Habermas e Adorno, dentre outros teóricos, que buscaram por fora das categorias marxianas fundamentais, as explicações mais profundas para os grandes problemas levantados no seu tempo histórico, como a falência da própria revolução socialista.

Da mesma forma, Lessa (2007) expõe alguns elementos sobre a trajetória do filósofo húngaro até a construção de sua Ontologia, posteriormente à Estética, sendo oportuno, aqui, recuperá-los:

Georg Lukács é uma personalidade singular na filosofia contemporânea. Ainda muito jovem, com o livro *A alma e as formas* (1910) obtém lugar de destaque no cenário europeu. Alguns anos após, abandona as influências kantianas deste escrito e adere ao Partido Comunista Húngaro. **O primeiro momento da sua trajetória marxista resultou na sua produção de um dos textos mais significativos e de maior influência deste século**, *História e Consciência de Classes*<sup>6</sup> e, tomando contato com os **Manuscritos de 1844** de Marx, inicia sua investigação ontológica, na maior parte das vezes pela mediação da estética (p. 11, grifos no original e nossos).

Ainda, arrematando a importância da recuperação ontológica da obra de Marx, operada por Lukács, Lessa (2007) salienta:

**[...] a Ontologia lukacsiana tem por objetivo demonstrar a possibilidade ontológica da emancipação humana, da superação da barbárie** da exploração do homem pelo homem. Independente de se concordar ou não com o filósofo húngaro, o tema sobre o qual se debruçou, e a competência com o que o fez, **tornam sua obra um marco do pensamento contemporâneo** (p. 13, grifos no original e nossos).

<sup>5</sup> Como será anotado adiante, somente nos anos 30 do século XX, o autor teve acesso aos Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844, dentre outras obras de Marx.

<sup>6</sup> Devido aos limites do nosso tempo, não nos debruçaremos sequer minimamente sobre sua polêmica obra *História e Consciência de Classe*, produzida pelo autor em 1923, antecedendo, portanto, em longas décadas, ao desenvolvimento de sua obra *Para uma ontologia do ser social*, precedida pela Estética.

Vale ressaltar que, nesse contexto, a pretensão de Lukács era que essa relevante obra se traduzisse em uma grande introdução àquela que o autor pretendia dedicar-se sobre a base da Ontologia, a Ética. Devido à morte de Lukács, sua Ética não pode ser desenvolvida, sequer sua Ontologia do Ser Social apresenta uma redação final.

Dessa maneira, contextualizando em linhas gerais a importância de Lukács para a recuperação da ontologia do ser social no pensamento marxiano, vale reafirmar que este mantém-se fiel à construção de uma teoria autenticamente revolucionária, oferecendo contribuições à compreensão da gênese e da processualidade onto-histórica do ser social.

É importante assinalar que, referenciando-nos em Tertulian (1996a; 1996b, 2001); Konder (2009); Lessa<sup>7</sup> (2007); Norma Alcântara (2005); e Costa, G. (2005), no nosso texto *Entäusserung* e *Entfremdung* serão traduzidos, respectivamente, como exteriorização e alienação. Longe de nos debruçar sobre essa polêmica, gostaríamos de deixar claro que, para os propósitos da nossa exposição, entendemos alienação e estranhamento como sinônimos.

Além do mais, a alienação – e sua transcendência positiva – deve ser entendida em termos de uma necessidade ontológica, tal como elucidada Mézáros (2009a) nas linhas que seguem abaixo:

Como **tanto a “alienação” quanto a *Aufhebung*** devem ser compreendidas, segundo Marx, em termos de **necessidade ontológica**, uma concepção histórica correta depende da interpretação de tal necessidade. O **determinismo econômico** como uma hipótese histórica é uma contradição em termos, porque ele implica **a negação final da história**. Se a história significa alguma coisa, ela tem de ser “aberta”. Uma concepção histórica adequada deve, portanto, estar aberta à ideia de uma ruptura da cadeia de determinações econômicas – “reificadas”, “fetichistas”, “cegas” etc. (Com efeito, **uma transcendência da alienação** é inconcebível sem o rompimento dessa cadeia.) Obviamente, tal ideia é inadmissível do ponto de vista do determinismo econômico que deve, portanto, negar a história, ao tomar sua própria posição – **a-histórica** – como absoluta, e transformando-a em uma suposta “estrutura permanente” (p. 110, grifos no original e nossos).

A partir dos fundamentos da ontologia, apropriarmos-nos da complexa problemática do trabalho alienado, levando em conta seus desdobramentos essenciais sobre as diversas dimensões da sociabilidade regida pela luta de classes. Em outras

---

<sup>7</sup> A esse respeito, Lessa (2007) esclarece: “[...] **estou hoje seguro** de que a melhor tradução para as duas categorias marxiano-lukacsianas é **alienação para *Entfremdung*** e **exteriorização para *Entäusserung***, **como primeiro havia sugerido** Leandro Konder.” (p. 15, grifos no original e nossos).

palavras, abordamos as objetivações e exteriorizações do trabalho alienado que se transformam em obstáculos ao pleno desenvolvimento da relação individualidade-generidade, revelando o acirrado processo de exploração do homem pelo homem.

Tal estado de coisas é muito bem representado pelas sociedades de classes em uma de suas legitimações mais cruéis, que é a propagação crescente da alienação. Para Mészáros (2009a) apoiado em Marx a questão da alienação está: “[...] diretamente relacionada **à questão do produto excedente e da mais-valia**; e as várias fases do desenvolvimento da economia política são caracterizadas por Marx de acordo com sua posição com respeito à origem da natureza da mais-valia” (p. 130, grifos nossos).

Sendo assim, o nosso estudo não poderia deixar de afirmar, no mesmo terreno ontológico, a possibilidade da construção da transcendência<sup>8</sup> positiva da alienação do trabalho, de acordo com a elucidação exposta por Mészáros (2009a) fundamentado em Marx, como ilumina a seguinte citação:

[...] o conceito de **“transcendência positiva da auto-alienação no trabalho”** teve de ser colocado em segundo plano, numa época em que o marxismo iniciava a jornada de trabalho para sua realização prática na forma de movimento sociopolíticos parciais (nacionais) isto é, o marxismo estava sendo transformado de uma teoria global em movimentos organizados que, durante um longo período histórico – por toda época da defesa de posições duramente conquistadas –, tiveram de permanecer parciais e limitados. **Ao contrário, o caráter evidentemente global da crise do nosso tempo exige remédios globais**: isto é, a *“transcendência positiva da auto-alienação do trabalho”* em toda **a sua multifacetada complexidade condicionante**. Não se sugere, é evidente, que na atual situação mundial os problemas diagnosticados inicialmente por **Marx jamais pretendeu ser uma receita para “soluções messiânicas”, como veremos adiante**. A questão é que em nossa época torna-se historicamente possível – e cada vez mais necessário, também – atacar os problemas cotidianos enfrentados pelos movimentos socialistas em todo o mundo a partir de perspectivas adequadas: **como direta ou indiretamente relacionados com a tarefa fundamental da**

---

<sup>8</sup> Sob esse aspecto, Mészáros (2009a) ressalta que: **“Nada poderia estar mais longe da verdade do que afirmar – não importa de que ponto de vista – que a 1845 em diante Marx já não se interessa pelo homem e por sua alienação, porque sua atenção crítica desviou-se para outra direção, pela introdução dos conceitos de ‘classes’ e ‘proletariado’**. Como já vimos, esses conceitos adquiriram uma importância crucial no pensamento de Marx já em 1843. Devemos ressaltar que se por ‘homem’ entendemos, como fizeram os opositores de Marx, o ‘homem abstrato’, ou o ‘Homem em geral’ que é abstraído de todas as determinações sociais’, então isso está totalmente fora de questão. Ele, na verdade, *nunca* esteve interessado por esse ‘Homem’, nem mesmo *antes* de 1843, e muito menos na época em que escreveu os *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844. Por outro lado, o ‘homem real’, o ‘ser autome Mediador da natureza’, o ‘indivíduo social’, *nunca* desapareceu do seu horizonte. Mesmo no fim de sua vida, quando estava trabalhando no terceiro volume do *capital*, Marx defendia para os seres humanos as ‘condições mais favoráveis à sua natureza humana, e mais dignas dela. Assim, **a sua preocupação com as classes e com o proletariado em particular continuaram para ele sempre idênticas à sua preocupação com a ‘emancipação humana geral’** – um programa estabelecido claramente na mesma ‘Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução’, obra de juventude. **E esse programa, formulado nessas palavras, é apenas outra expressão daquilo que ele chamou em outro lugar de transcendência positiva da alienação”** (p. 200-1, grifos no original e nossos).

**“transcendência positiva da auto-alienação do trabalho”** (p. 25-6, grifos no original e nossos).

Precisamente sob a mesma continuidade dos elementos expostos, compreendemos que o sistema marxiano junto com o seu conceito de transcendência positiva da alienação, não pode ser tratado como uma receita ou um sistema fechado e acabado. Ao contrário, vivemos em tempos nos quais à necessidade de pensarmos dialeticamente o sistema sobredito é uma necessidade histórica sob pena da humanidade não se arruinar. Pois diante do caráter devastador da crise estrutural do capital, na concepção de Mészáros (2009a) fundamentada em Marx, a humanidade necessita construir um projeto de transição socialista em prol da transcendência positiva da alienação.

Vale destacar que – conforme sustenta Mészáros (2009a) em sua obra *A teoria da alienação em Marx* – o núcleo central da análise de Marx, para além da compreensão do trabalho alienado, em suas raízes na sociabilidade capitalista, repousa na perspectiva da possibilidade da transcendência positiva da alienação do trabalho. Em virtude dessa possibilidade é que podemos vislumbrar à construção de uma forma de sociabilidade fundada no trabalho livre e associado.

Em conformidade com os posicionamentos de Marx, Mészáros (2009a) afirma:

Para Marx, ao contrário, a questão da **“transcendência”** foi – desde as primeiras formulações de sua visão filosófica – inseparável do programa de alcançar a **“unidade” da teoria e da “prática”**. Antes dos *Manuscritos de 1844*, porém, esse princípio permaneceu bastante abstrato porque Marx não podia identificar o **“ponto de Arquimedes”** por meio do qual seria possível traduzir o programa em realidade. A introdução do conceito de ‘trabalho alienado’ no pensamento de Marx modificou fundamentalmente tudo isso. Como veremos adiante, tão logo o **problema da transcendência foi concretizado** – nos *Manuscritos de 1844* – como a negação e supressão da **“auto-alienação do trabalho”**, **nasceu o sistema de Marx** (p. 22-3, grifos no original e nossos).

Realizado esses destaques acerca da relevância da teoria da alienação e sua transcendência positiva em Marx, elucidados por Mészáros (2009a), gostaríamos de mencionar que uma outra parte tão importante quanto a sobredito – para o desenvolvimento dessa tese – é o estudo diretamente relacionado com o último capítulo, intitulado *Alienação*, da obra *Para uma ontologia do ser social*, de Lukács. O qual realizaremos no segundo momento dessa pesquisa.

Dessa maneira, é oportuno observar que os quatros capítulos do referido opúsculo já foram alvo de investigação no seio do nosso próprio Grupo de Pesquisa Marxismo, Educação e Luta de Classes, vinculado ao Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário – IMO. Nesse contexto tivemos três dissertações de mestrado e duas teses de doutorado versando diretamente sobre capítulos específicos de Para uma Ontologia do Ser Social. Assim, contamos com a dissertação intitulada O lugar do sujeito no processo de emancipação humana: um estudo exploratório sobre a individualidade em Marx e em Lukács, na qual, a professora Betânia Moraes (2001) revisita, parágrafo por parágrafo, o capítulo da Reprodução. Nesse quadro, o IMO disponibiliza também a tese de doutorado do professor Frederico Costa (2007) intitulada Ideologia e educação na perspectiva da ontologia marxiana, na qual o autor debruça-se, largamente, sobre o capítulo da Ideologia.

Na continuidade dos estudos desenvolvidos no seio do IMO, contamos ainda com mais uma relevante dissertação de mestrado e a tese de doutorado da professora Marteana Lima (2009; 2014), intituladas, respectivamente: 1) Trabalho, reprodução social e educação em Lukács e 2) A alienação em Lukács: fundamentos para o entendimento do complexo da educação. Além desse conjunto de pesquisas que discutiram capítulos da referida obra de Lukács, identificamos a dissertação da professora Samara Braga (2011) com o seguinte título: Elementos introdutórios ao complexo da alienação na ontologia de Lukács: um estudo fundado na possibilidade da emancipação.

Ademais, pontuamos as pesquisas<sup>9</sup> localizadas sobre o capítulo relativo à Alienação em Lukács, foco de nossa investigação. Em outras palavras, encontramos trabalhos relacionados com a problemática da alienação na obra Para ontologia do ser social de Lukács, produzidos pela professora Maria Norma Alcântara Brandão de Holanda<sup>11</sup> (1998; 2005) do Grupo de Pesquisas sobre Reprodução Social, da

---

<sup>9</sup> Além das publicações de Sérgio Lessa sobre a Para uma ontologia do ser social de Lukács, as quais contemplam a questão da alienação. Nesse sentido, é importante conferir, do autor, o Capítulo VI de Para Compreender a Ontologia de Lukács (2007).

<sup>11</sup> É importante registrar que Norma Holanda é a autora da tradução (do italiano para o português, a qual adotamos ao longo do desenvolvimento do nosso estudo) do capítulo da Alienação da obra Para uma Ontologia do Ser Social, de Lukács. Nesta, a autora traduz o fenômeno do Estranhamento como sendo o termo Alienação, o qual passa, contudo a significar no contexto de sua tradução, o mesmo que *Entfremdung*, que indica um fenômeno historicamente construído e que remete ao fenômeno da negação da realização da essência humana, inerente ao processo de exploração do homem pelo homem. Tal conceito se oporia àquele representado pelo vocábulo alemão *Entauserung*, também traduzido por alienação, no sentido positivo de, através do ato de trabalho, alienar-se o homem, dando de si e realizando sua essência no objeto que produz, configurando-se, nesse sentido, como uma condição

Universidade Federal de Alagoas, na forma de dissertação de mestrado Norma Holanda (1998) e tese de doutoramento Norma Holanda (2005) e/ou artigos científicos<sup>12</sup>. Nessa esfera, citamos outrossim a tese da professora Fátima Maria Nobre Lopes (2006) da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Ainda em âmbito nacional, localizamos com relação ao capítulo referente à Ideologia no referido livro de Lukács mais duas dissertações de mestrado e duas teses de doutoramento – devidamente mencionadas nas nossas referências bibliográficas – de autoria, respectivamente, da professora Ester Vaisman (1989; 1996) e da professora Tereza Buonomo Pinho (2003; 2013).

Vale notar, como aponta Tertulian (1996b), a segunda parte da Ontologia, na qual está contido o capítulo sobre a problemática da alienação, este é pouco sistematizado, pois Lukács o redigiu sob condições por demais adversas, encontrando-se muito doente com câncer no pulmão em fase terminal.

Destarte, Tertulian (1996b) assevera que o filósofo húngaro, por muitas vezes reincide em uma mesma ideia, o que dificultaria uma leitura mais escorreita do texto:

Julgamos os Prolegômenos uma introdução indispensável para compreender o pensamento ontológico do último Lukács. Infelizmente o texto é marcado, **especialmente na última parte**, por repetições cansativas, efeitos de redundância, que tornam a leitura, às vezes, árida. A idade muito avançada e talvez a doença tornavam o autor menos capaz de dominar o próprio discurso; desse modo, há lugares onde as mesmas ideias são retomadas em contextos que não conhecem a progressão rigorosa a que os seus escritos nos acostumaram (p. 6, grifos nossos).

Não obstante tais dificuldades, o intérprete lukacsiano (1996b) admite com indiscutível firmeza:

**[...] Lukács pôde mostrar como é complexo e trabalhoso o caminho que leva à superação autêntica do estranhamento.** A seu ver, enquanto as

---

intrínseca ao ser social e ao processo de objetivação e exteriorização dos indivíduos. Mesmo considerando tal distinção, seguiremos aqui a tendência mais generalizada de utilização do termo alienação em sentido negativo, como sinônimo de estranhamento, consoante à tradução elaborada por Norma Holanda. Vale observar, nesse mesmo terreno terminológico, Mészáros (2009a) apresenta os termos “alienação” e “estranhamento” do trabalho como equivalentes, argumentando que “[...] a alienação humana foi realizada pela transformação de tudo em objetos alienáveis, vendáveis, em escravos da necessidade e traficantes egoístas” (MÉSZÁROS, 2009a, p. 36). Ademais, Tertulian (1996a), por sua vez, admite que a tradução para o português, dos termos *Entauserung* e *Entfremdung* não encontrou, ainda, “uma solução unanimemente aceita” (TERTULIAN, 1996a, p. 97). Assim, em seu texto *Conceito de alienação em Heidegger e Lukács*, (1996a), decide seguir a tradição francesa, representando o primeiro por exteriorização e o segundo por alienação.

<sup>12</sup> As obras dos citados autores encontram-se devidamente referenciadas na bibliografia dessa tese.

objetivações da espécie humana, em sua maior parte (as instituições políticas, jurídicas, religiosas, etc.), nasceram para assegurar o funcionamento do gênero humano em-si, pelo contrário, **as grandes ações morais, a grande arte e a verdadeira filosofia encarnam**, na história, as aspirações do gênero humano para-si. **As melhores páginas da Ontologia do ser social** são provavelmente aquelas nas quais Lukács **analisa a tensão entre essas aspirações irreprimíveis a uma *humanitas autêntica* do *homo humanus*** e o poderoso acúmulo de mecanismos econômicos, **de instituições e de normas que asseguram a reprodução do *status quo social*** (p. 13, grifos no original e nossos).

Com relação à complexa problemática da alienação, temos, por fim, o registro de Lessa (2007) salientando que: “Resta aos **lukacsianos** [...], entre as **inúmeras outras tarefas que a história** propõe avançar a partir dos indícios deixados pelo pensador húngaro” (p. 136, grifos nossos). Para tanto, um primeiro passo imprescindível nessa direção, é a compreensão do pensamento lukacsiano, tendo em vista que o nosso trabalho pretende situar-se no escopo desse referencial teórico.

Nesse contexto, nossa pesquisa não poderia, com efeito, ultrapassar os contornos de um ensaio de compreensão acerca do complexo capítulo da Alienação, na obra *Para uma ontologia do ser social*. Dessa maneira, a estruturação criada e delimitada por Lukács (1981), no capítulo *L'estraniamento* (A Alienação, conforme a tradução mencionada anteriormente na nota de rodapé de número sete), inserido nas páginas de número 559 a 808, de sua *Ontologia Dell'Essere Sociale* obedece ao seguinte desenvolvimento: 1. *I tratti ontologici generali dell'estraniamento* (p. 559-616) – Os traços ontológicos gerais da alienação; 2. *Gli aspetti ideologici dell'estraniamento. La religione come estraniamento* (p. 617-725) – Os aspectos ideológicos da alienação. A religião como alienação; e por último; 3. *La base oggettiva dell'estraniamento e del suo superamento. La forma attuale dell'estraniamento* (p. 727-808) – A base objetiva da alienação e de sua superação. A forma atual da alienação.

Além de todos esses elementos apresentados, reiteramos que para o desenvolvimento do nosso estudo, adotamos a tradução realizada pela professora Maria Norma Alcântara Brandão de Holanda da Universidade Federal de Alagoas.

Antes de chegarmos ao entendimento da problemática da alienação em *Para uma ontologia do ser social*, de Lukács e, por conseguinte, em *Para além do capital*, de Mészáros, revisitamos, no primeiro capítulo dessa pesquisa, o trabalho alienado nos Manuscritos econômico-filosóficos de 1844 – conhecido como Manuscritos de Paris – além do capítulo V de *O Capital*, de Karl Marx, pois os fundamentos contidos nestas obras serviram de lupa para o estudo dos capítulos seguintes dessa tese.

No segundo capítulo, realizamos um breve resgate dos fundamentos ontológicos da problemática da alienação explicitada por Lukács, para em seguida, determo-nos com maior particularidade no último subcapítulo da Para ontologia do ser social intitulado: A base objetiva da alienação e de sua superação. A forma atual da alienação.

Feito isso, explicitamos a concepção onto-histórica sobre a problemática da alienação na obra acima citada, de Lukács. Cabe um destaque, Lukács morreu em 1971, não tendo tempo histórico para vivenciar as manifestações da alienação no contexto da crise estrutural do capital que se apresenta de forma mais veemente a partir de 1970. Em virtude disso, sentimos a necessidade de recorrermos ao filósofo marxista contemporâneo István Mészáros, o qual foi orientando de Lukács.

Justamente por isso, asseveramos que o terceiro capítulo dessa tese de doutoramento revela alguns elementos da alienação no contexto da crise estrutural do capital na obra Para Além do Capital, de István Mészáros (2009b), tomando como foco da nossa investigação os elementos que revelam o entendimento acerca da produção da riqueza e a riqueza da produção; a taxa do valor utilidade decrescente adotada ao extremo diante da crise contemporânea do capital; a disjunção existente entre a necessidade e a produção da riqueza relacionada com o valor de uso e o valor de troca; o triunfo da produção generalizada do desperdício e a homogeneização de todas as relações produtivas e distributivas do capital em crise.

Portanto, julgamos reveladora a seguinte citação acerca da alienação no cenário da crise estrutural do capital – na obra A teoria da alienação em Marx, de Mészáros (2009a):

[...] **‘a crítica da alienação parece ter adquirido uma nova urgência histórica’**. Acontecimentos recentes, desde o colapso da política longamente cultivada de bloqueio à China até a crise do dólar, e desde o aparecimento de importantes contradições de interesses entre os principais países capitalistas até a reveladora necessidade de ordens judiciais e outras medidas especiais contra grevistas desafiadores com frequência cada vez maior, mesmo nos Estados Unidos (precisamente a terra da classe operária supostamente ‘integrada’) – **tudo isso ressaltou de modo dramático a intensificação da crise estrutural do capital. É precisamente em relação a essa crise que a crítica marxiana da alienação** mantém, hoje mais do nunca, a sua vital relevância sócio-histórica (p. 15, grifos nossos).

Em conformidade com esses posicionamentos, vale reiterar, da década de setenta até os nossos dias, podemos contar com as colaborações do importante marxista István Mészáros. Este filósofo elucidada que, para chegarmos ao entendimento

da problemática da alienação na contemporaneidade, é necessário examinarmos a crise estrutural do capital com toda a degenerescência humana advogada pela produção da riqueza material alienante que permite uma total fragilização e inversão de tudo aquilo que seria o significado genuíno da riqueza da produção.

Já o quarto e último capítulo anuncia algumas ilustrações dos rebatimentos da alienação no contexto da crise estrutural do capital no campo da formação humana – incluindo, primordialmente, o complexo da educação – por meio do processo degenerado das mistificações alienantes. As quais são completamente responsáveis por um tipo de formação rasteira, fragmentada e deformada. E desse modo, negando aos indivíduos o acesso ao patrimônio historicamente construído pela humanidade. Refletir sobre toda essa argumentação exposta, significa indicar os limites e as possibilidades da formação humana – principalmente por meio do complexo da educação – contribuir numa perspectiva de andar na contraposição da ordem vigente.

Na continuidade dessa mesma direção, compreendemos que a dependência ontológica, autonomia relativa e determinação recíproca do complexo da educação em relação ao trabalho, naturalmente na sociabilidade regida pelo capital, sobretudo o complexo da educação estará a serviço da estrutura do capital em crise. Ou seja, o processo de formação humana estará muito limitado às mistificações alienantes. Dito de outro modo, o tipo de formação dos indivíduos estará a serviço de contribuir com a reprodução do fetichismo das mercadorias e reificações das relações sociais.

Diante desse cenário bárbaro, somos impulsionados a pontuar bem mais os limites da formação humana – inclusive relacionados ao complexo da educação – do que apontarmos as possibilidades da transformação social radical efetiva no cenário do capital em crise. Todavia, não podemos negar a construção de possibilidades restritas, mesmo diante de um quadro bárbaro das relações humanas para realizarmos atividades emancipatórias.

Nesse contexto, compreendemos que o peso objetivo da totalidade se revela de modo cruel, chegando ao extremo degenerado da formação humana contribuir para ser um apoio da reprodução do sociometabolismo do capital em crise. Além de presenciarmos uma completa inversão do papel genuíno da ciência, ou seja, a produção científica realiza um culto a imbecilidade dos fenômenos meramente descritivos, os quais ilustram tão somente a superficialidade da aparência transformando os indivíduos em seres bestiais, como diz Marx (2008) nos Manuscritos de Paris.

Portanto, a nossa tese, trata-se de uma pesquisa de caráter teórico-bibliográfico, fundada no marxismo onto-histórico radicalmente revolucionário. Este, por sua vez, desenvolve-se penetrando na realidade fenomênica em direção ao entendimento rigoroso da essência das relações sociais, ou seja, a ontologia do ser social analisa os fenômenos sociais em suas múltiplas determinações a partir da centralidade do trabalho, proporcionando o exame das raízes da intrínseca relação entre a centralidade do trabalho e a formação do ser social.

Nessa esteira, perscrutamos que no pensamento do autêntico marxismo à prioridade ontológica é dada ao movimento dos objetos dentro da realidade onto-histórica, como explica Chasin (1995),

[...] no pensamento marxiano o tratamento ontológico dos objetos, sujeito incluso, não só é imediato e independente, **como autoriza e fundamenta o exame da problemática do conhecimento**. O exame desta é que depende de critério ontológico, e só por meio deste é que pode ser concebida em seu lugar próprio e na malha das relações devidas que propiciam sua adequada investigação. (p. 400, grifos nossos).

Justamente por isso, podemos apenas indicar os primeiros passos na investigação do nosso objeto, visto que é impossível descrever a metodologia – na perspectiva ontológica – antes de desenvolver o estudo de um dado objeto inserido na realidade onto-histórica, consoante analisa Chasin (1995).

Dito isso, iremos sinalizar algumas indicações bibliográficas consultadas ao longo do desenvolvimento dessa pesquisa, como o exame da obra de Mészáros (2006a, 2006b, 2009a, 2009b) dentre outras iluminadas pelo pensamento de Marx (2003, 2008a, 2008b) e Lukács (1981). Contamos logo, imediatamente, com alguns intérpretes marxiano-lukacsianos, tais como Tertulian (1996a, 1996b, 2001), Konder (2009), Norma Holanda (2005), Costa, G. (2007), Tonet (2005), Lessa (2007, 2008), Jimenez (2007) e Mendes Segundo (2005), entre outros autores que serão consultados de acordo com a necessidade investigativa do objeto estudado.

## 2 O TRABALHO ALIENADO EM MARX

Para chegarmos ao entendimento da problemática da alienação na obra *Para uma ontologia do ser social*, de Lukács, e, por conseguinte, em *Para além do capital*, de Mészáros, revisitaremos o trabalho alienado nos Manuscritos econômico-filosóficos de 1844 – conhecido como Manuscritos de Paris – além do capítulo V de *O Capital*, de Karl Marx.

Por essa linha de raciocínio, entendemos que teremos um suporte teórico ainda maior para chegarmos à compreensão da problemática da alienação no contexto contemporâneo de crise estrutural do capital, pois compreendemos que os fundamentos contidos nestas obras serviram de lupa para o estudo dos capítulos seguintes dessa tese.

Também iremos consultar, de forma breve, a concepção de dois autores marxistas que revelam a importância da categoria alienação nos Manuscritos de Paris para lutarmos contra o capital e em prol da emancipação humana; sendo esses autores Mészáros, em *A teoria da alienação*<sup>14</sup> em Marx, e Konder, em *Introdução ao Marxismo*.

Desse modo, iniciamos o nosso debate asseverando que o trabalho, nas sociedades de classes, apresenta formas de objetivações e exteriorizações que contribuem muito mais com a reprodução da alienação dos indivíduos em contraponto com o desenvolvimento de suas individualidades. Por isso, ressaltamos que Marx se debruça sobre a problemática da alienação – e sua transcendência positiva – durante o desenvolvimento da totalidade de sua teoria, ou seja, não é possível compreender a dialética do sistema marxiano sem desvelarmos as questões fundamentais em torno da auto-alienação do trabalho.

Nesse sentido, podemos afirmar que Marx adota essa complexa categoria como o ponto de Arquimedes da sua significativa síntese acerca das relevantes

---

<sup>14</sup>Diante do contexto sobre a questão da alienação no capitalismo, Mészáros (2009a) apoiado em Marx revela que: “A atividade é uma atividade alienada quando assume a forma de uma **separação ou oposição entre os ‘meios’ e ‘vida privada’, entre ‘ser’ e ‘ter’, e entre ‘fazer’ e ‘pensar’**. Nessa **oposição alienada, ‘vida pública’, ‘ser’ e ‘fazer’ se tornam subordinados como simples meios** para o fim alienado da ‘vida privada’ (gozo privado), do ‘ter’, e do ‘pensar’. A autoconsciência humana, em lugar de atingir o nível de verdadeira ‘consciência genérica’, nessa relação – em que a vida pública (a atividade vital do homem como ser genérico) é subordinada, como um meio para um fim, **à mera existência privada** – torna-se uma consciência atomística, a consciência alienada-abstrata do simples ‘ter’, identificando com o gozo privado. E desta maneira, já que a marca da *atividade livre* que distingue o homem do mundo animal é a *consciência prática* (não-abstrata) do homem como um ser humano ‘automedidor’ (isto é, criativo, não apenas ‘gozando’ passivamente), a realização da liberdade humana como finalidade do homem torna-se impossível, porque seu fundamento – **a atividade vital do homem – se tornou um simples meio para um fim abstrato**” (p. 167-8, grifos no original e nossos).

manifestações da reprodução da sociabilidade do capital. Precisamente por isso, com efeito, Mészáros (2009a) revela:

Na realização concreta **da potencialidade do gênio de Marx sua apreensão do conceito de “auto-alienação do trabalho” representou o elemento crucial: o “ponto de Arquimedes” de sua grande síntese.** O desenvolvimento desse conceito até sua amplitude complexa, marxiana – como o ponto filosófico sintetizador do dinamismo do desenvolvimento humano – era simplesmente inconcebível antes de uma certa época, isto é, antes do amadurecimento relativo das contradições sociais nele refletidas. Sua concepção também exigia o aperfeiçoamento dos instrumentos e ferramentas intelectuais – principalmente pela elaboração das categorias dialéticas – necessários a uma compreensão filosófica adequada dos fenômenos mistificadores da alienação, bem como, é claro, o poder intelectual de um indivíduo que pudesse fazer uso adequado desses instrumentos. E finalmente, mas nem por isso menos importante, o aparecimento desse **“ponto de Arquimedes” conceitual também pressupõe a intensa paixão moral e o caráter inabalável de alguém preparado para declarar “guerra por todos os meios” às “condições nas quais o homem é um ser aviltado, escravizado, abandonado, desprezível”;** alguém que pudesse ver a sua realização *pessoal*, a realização de seus objetivos intelectuais, na “realização por meio da abolição” da filosofia, no curso de uma autêntica guerra. O preenchimento simultâneo de todos esses requisitos era, na verdade, **imprescível à elaboração marxiana do conceito de “auto-alienação do trabalho”**, numa época em que as condições estavam “maduras para tanto” (p. 76, grifos no original e nossos).

Dessa maneira, fazemos questão reiterar que o trabalho alienado está presente tanto em seus escritos de juventude quanto em seus escritos de maturidade. Com isso, debruçar-nos-emos, fundamentalmente, sobre as elaborações de Marx acerca do trabalho alienado, presentes nos Manuscritos econômico-filosóficos de 1844 ou Manuscritos de Paris<sup>15</sup>.

Sob essa perspectiva, compreendemos com as próprias palavras de Mészáros (2009a):

---

<sup>15</sup>Conforme os pressupostos elucidados por Mészáros (2009a) a partir dos fundamentos de Marx, entendemos que: “[...] podemos chamar os *Manuscritos de Paris* de um sistema *in statu nascendi*, pois é neles que Marx explora sistematicamente, pela primeira vez, as implicações de longo alcance de sua ideia sintetizadora – ‘**a alienação do trabalho**’ – em todas as esferas da atividade humana”. A descoberta do “elo que faltava” em suas reflexões anteriores lança uma nova luz sobre todas as suas ideias e pontos particulares de crítica – alguns deles formulados anos antes de 1844 – e que agora naturalmente se ajustam numa concepção geral. À medida que Marx avança com a sua indagação crítica nos *Manuscritos de Paris* a profundidade de sua visão e a coerência sem paralelo de suas ideias tornam-se cada vez mais evidentes. Há um ar de excitação sobre todo o empreendimento – manifesto também no estilo enormemente elevado, muitas vezes solene, de exposição – conforme Marx recorrentemente descreve a sua grande descoberta histórica, ou seja, que as mais variadas formas de alienação que ele examina podem ser reunidas sob um denominador comum, no campo da *prática social*, por intermédio do conceito tangivelmente concreto e estratégico crucial de ‘trabalho alienado’: o foco comum de ambas as séries de questões, isto é, ‘**porquê**’ (**diagnóstico**) e o ‘**como**’ (**transcendência**)” (p. 23, grifos no original e nossos).

[...] o núcleo dos *Manuscritos de Paris*, que dá estrutura à totalidade do trabalho, é o conceito da **“transcendência (ou superação) da auto-alienação do trabalho”**. O sistema marxista é simultaneamente um tipo de “balanço”, e também a formulação de um programa monumental para investigações futuras (p. 24, grifos no original e nossos).

Ademais, compreendemos que durante o desenvolvimento do sistema marxiano, a problemática da alienação na sociabilidade burguesa e as indicações da construção de possibilidades para sua transcendência positiva estão presentes como objetos primordiais das análises de Marx. Sob essa explicação, desejamos aqui salienta a relevância dos Manuscritos econômico-filosóficos de 1844, pois entendemos que o exame radical da teoria marxiana da alienação deve ser iniciado, sobretudo, a partir desta obra.

Vale ressaltar que Mészáros (2009a) destaca a importância da elucidação da teoria da alienação nos Manuscritos de Paris para o entendimento da totalidade da obra de Marx, afirmando que esta obra não deve ser confundida com uma análise prematura, pois “[...] os *Manuscritos de 1844* **anteciparam adequadamente o Marx posterior**, apresentando numa unidade sintética a problemática de uma reavaliação ampla, **centrada na práxis e radical de todas as facetas da experiência humana**” (p. 24, grifos no original e nossos).

Na continuidade dessa argumentação sobre a importância da transcendência positiva da alienação para compreensão do sistema marxiano, Mészáros (2009a) esclarece:

Em conformidade com as características centrais da obra de Marx, o princípio ordenador do presente estudo deve ser o exame dos vários aspectos e implicações do conceito que tem em Marx de *Aufhebung*, e **não o inverso. (Essa inversão da relação estrutural dos conceitos no exame do sistema de Marx desorientou todos os comentários que procuram elucidar a visão marxista do mundo a partir do conceito de alienação do jovem Marx, como seu ponto definitivo referência: no melhor dos casos, eles acabaram com algum tipo de tautologia moralizante – pois, evidentemente, nenhum conceito pode ser elucidado por si mesmo – e em muitos casos com graves deformações do sistema de Marx como um todo.)** (p. 25, grifos no original e nossos).

Sob essa mesma argumentação, de acordo com os posicionamentos de Mészáros (2009a), o conceito de *Aufhebung* – transcendência positiva da alienação – é relevante para a compreensão da teoria da alienação por três motivos. Primeiro pelo entendimento dos Manuscritos econômico-filosóficos de 1844; segundo, porque o “[...] conceito de ‘transcendência (*Aufhebung*) da auto-alienação do trabalho’ **fornece ligação**

**essencial com a totalidade da obra de Marx**, inclusive com as últimas palavras do ‘velho Marx’” (p. 25, grifos nossos).

Por fim, o terceiro motivo justifica-se pela extrema atualidade do tema:

Na atual fase de desenvolvimento sócio-histórico, porém, quando pela primeira vez na história do capitalismo está sendo abalado até os seus fundamentos como *sistema mundial* (ao passo que todas as crises anteriores do capitalismo, por mais espetaculares que tenham sido, foram *parciais e localizáveis*), a **‘transcendência da auto-alienação do trabalho’ está ‘na ordem do dia’** (p. 25, grifos no original e nossos).

Em conformidade com essa perspectiva, Mészáros (2009a) assevera que no estudo da “[...] a **teoria da alienação de Marx**, o centro deve ser, desnecessário dizer, os *Manuscritos econômico-filosóficos*” (p. 26, grifos no original e nossos). Posto isso a nossa insistência em reafirmar que a problemática da alienação – e sua transcendência positiva – está presente não somente nos Manuscritos de Paris, mas sim na totalidade da obra marxiana, como analisa Mészáros (2009a):

[...] as ‘observações enigmáticas’ e sugestões aforísticas dos *Manuscritos de Paris* não podem ser decifradas sem referência às suas obras posteriores, mas principalmente porque **atribuir o conceito de alienação exclusivamente ao período de juventude é falsificar grosseiramente o ‘Marx maduro’** – como veremos adiante –, solapando a unidade e coerência interna de seu pensamento (p. 26, grifos no original e nossos).

Fazemos questão de ressaltar que o nosso estudo está situado no campo do autêntico marxismo ontológico, no qual o sistema marxiano é tratado de maneira dialética e dinâmica, em contraponto a qualquer forma mecanicista, messiânica ou receituária de compreender a problema da alienação e sua transcendência positiva.

Em conformidade com os posicionamentos de Mészáros (2009a), sublinhamos que nos Manuscritos de 1844 podemos evidenciar:

[...] o ponto de convergência dos aspectos heterogêneos da alienação é a **noção do “trabalho”** (*Arbeit*). **Nos Manuscritos de 1844, o trabalho é considerado tanto em sua acepção geral** – como “atividade produtiva”: a determinação ontológica fundamental da “humanidade” (“*menschliches Dasein*”, isto é, o modo realmente *humano* de existência) – como em sua acepção particular, na forma da **“divisão social do trabalho” capitalista**. É nesta última forma – a atividade estruturada em moldes capitalistas – **que o “trabalho” é a base de toda a alienação** (p. 78, grifos no original e nossos).

Na continuidade dos aspectos expostos, entendemos a partir de Mészáros (2009a) que temos quatro categorias relevantes para o entendimento radical acerca da problemática da alienação. Esses elementos são: **“‘Atividade’** (*Tätigkeit*), **‘divisão do**

**trabalho**’ (*Teilung der Arbeit*), **‘intercâmbio**’ (*Austausch*) e **‘propriedade privada**’ (*Privateigentum*) são conceitos essenciais dessa abordagem da problemática da alienação” (p. 78, grifos no original e nossos).

Sendo assim, a superação sócio-histórica dessas mediações – as quais estruturam e legitimam o complexo também sócio-histórico da alienação – é uma necessidade relevante para atingirmos a transcendência positiva da alienação. Haja vista que os quatro elementos supracitados devem ser compreendidos como fundamentos inerentes ao funcionamento do capitalismo. Por consequência disso, somos impulsionados – na esteira de Mészáros (2009a) – a compreender que a crítica realizada por Marx com relação às categorias, citadas acima, tem como objetivo entender radicalmente a problemática da alienação na sociabilidade de classes.

Nesse processo, identificamos, com base em Mészáros (2009a) baseado em Marx, que o desenvolvimento das forças produtivas não se converte necessariamente em desenvolvimento das personalidades dos indivíduos. Ademais, a deformação humana contribui com a lógica da reprodução social vigente, a qual intensifica o processo de subsunção do trabalho ao capital.

Sob esse prisma, Mészáros (2009a) explica o papel da transcendência positiva da alienação:

[...] O ideal de uma “transcendência positiva da alienação” é formulado como uma superação sócio-histórica necessária das “mediações”: **propriedade privada – intercâmbio – divisão do trabalho** se interpõem entre o homem e sua atividade o impedem de se realizar em seu trabalho, **nos exercícios de suas capacidades produtivas (criativas), e na apropriação humana dos produtos de sua atividade** (p. 78, grifos no original e nossos).

Dessa forma, elucidamos com Mészáros (2009a) que, nesse conjunto, o trabalho (atividade produtiva) é o único complexo, o qual não pode ser superado, pois “[...] é o único fator absoluto em todo o complexo: **trabalho – divisão do trabalho – intercâmbio**” (p. 78, grifos nossos). Por isso, na continuidade dessa reflexão, o autor destaca: “[...] qualquer **tentativa de superar a alienação** deve definir-se em relação a **esse absoluto**, como oposta à sua manifestação numa forma alienada” (p. 78, grifos nossos).

Com efeito, Mészáros (2009a) continua asseverando acerca da necessidade de entendermos radicalmente a questão da transcendência positiva da alienação como

fruto de um contexto dinâmico e dialético próprio da compreensão ofertada pelo sistema marxiano, tal como revelam as linhas abaixo:

[...] para formular a questão da de uma transcendência positiva da alienação no mundo real, devemos compreender, a partir do ponto de vista anteriormente mencionado do “marginal”, que a *forma dada* do trabalho (**trabalho assalariado**) está relacionado com a *atividade humana* em geral como o *particular* está para o *universal*. Se isso não é levado em conta, se a “atividade produtiva” não é diferenciada em seus aspectos radicalmente diferentes, se o fator ontologicamente absoluto não é distinguido de sua forma historicamente específica, isto é, se a atividade é concebida – devido à absolutização de uma forma de atividade particular – como uma entidade homogênea, então a questão de **uma transcendência real (prática) da alienação é impossível de ser colocada** (p.78, grifos no original e nossos).

Nessa mesma direção, partindo de uma análise onto-histórica fundada do sistema marxiano, compreendemos claramente que as mediações de segunda ordem não podem ser absolutizadas como complexos fundantes do ser social, pois o fundamento do ser social é o complexo do trabalho, conforme expressa Mészáros (2009a):

Se a propriedade privada e o intercâmbio forem considerados absolutos – de alguma forma ‘inerentes à natureza humana’ –, então a divisão do trabalho, a forma capitalista da atividade produtiva como **trabalho assalariado [grifo do autor]** também surgirá como absoluta, pois elas se implicam reciprocamente. Assim, **a mediação de segunda ordem aparece como uma mediação de primeira ordem, isto é, como um fator ontológico absoluto** (p. 79, grifos nossos).

Precisamente por esse raciocínio, podemos explicar o significado da mediação de segunda ordem de acordo com as próprias palavras de Mészáros (2009a):

[...] por serem **as mediações capitalistas de segunda ordem – o caráter fetichista da mercadoria, troca e dinheiro; trabalho assalariado; competição antagônica; contradições internas mediadas pelo Estado burguês; o mercado; a reificação da cultura** etc. – é um inerente à sua essência enquanto “mecanismo de controle” que eles devam escapar ao controle humano. É por isso que têm de ser superado *radicalmente*: “os expropriadores devem ser expropriados”; “o Estado burguês deve ser derrubado”; a competição antagônica, a produção de mercadorias, o trabalho assalariado, o mercado, o fetichismo do dinheiro devem ser eliminados; a hegemonia burguesa sobre a cultura deve ser quebrada etc. Consequentemente, **o programa de superação da alienação capitalista pode ser concretizado como a substituição dos instrumentos incontroláveis, reificados, do capitalismo, por instrumentos controláveis do intercâmbio humano**. Pois o momento mesmo em que o homem consegue, conscientemente, subordinar seus instrumentos à realização de *seus próprios fins*, sua “altérité insurmountable” é *superada*. (p. 227-8, grifos no original e nossos).

Reiteramos, assim, com Mészáros (2009a), após Marx e Lukács, que nossa análise de fundamento ontológico parte da categoria trabalho como a única mediação absoluta do ser social, pois as mediações de segunda ordem provenientes das necessidades humanas revelam uma forma de sociabilidade, as quais reproduzem maneira intensificada a reprodução do trabalho explorado subsumido ao capital.

Com efeito, Mészáros (2009a) retrata que o desenvolvimento da segunda ordem de mediações na sociedade capitalista é inversamente proporcional, ou seja, é incompatível com os desenvolvimentos das diversas potencialidades dos indivíduos de poderem controlar os meios de produção.

Então, Mészáros (2009a) sintetiza:

**A substituição das “mediações de segunda ordem” capitalistas, alienadas e reificadas, por instrumentos e meios de intercâmbio humano conscientemente controlados é o programa sócio-historicamente concreto desta transcendência.** Quanto aos aspectos “atemporais” dos perigos inerentes aos próprios instrumentos, já vimos que eles não são absolutamente atemporais, porque simples *potencialidades* não se podem tornar *realidade* sem a intervenção prática dos agentes humanos capazes de efetivá-las, em condições sócio-históricas *sempre* específicas. Se esse potencial permanece ou não simples potencial, ou se transforma em realidade desumanizadora, é coisa que depende inteiramente da natureza específica do agente humano que intervém. Se, portanto, **as mediações de segunda ordem alienadas pelo capitalismo – que são, a priori, por sua “essência”, incompatíveis com o controle humano** – são abolidas e substituídas por instrumentos destinados à realização de objetivos humanos conscientemente adotados, então, quaisquer que sejam os perigos e potenciais de alienação que se possam apresentar em qualquer fase da história, eles devem, em princípio, **ser capazes de serem dominados e controlados humanamente** (p. 229; grifos no original e nossos).

Além disso, as mediações de segunda ordem representam o fundamento do processo autoritário de divisão social do trabalho. Por isso, entendemos que essas mediações de segunda ordem são complexos históricos socialmente construídos a partir da especificidade de cada modo de produção classista peculiar ao seu momento histórico específico.

A fim de produzir resultados concretos, anunciaremos a concepção de Karl Marx sobre o trabalho alienado na sociabilidade burguesa. Para tanto, nos reportando à análise empreendida por Mészáros (2009a), a qual compreende que o sistema da teoria da alienação é de fundamental relevância para o esclarecimento de toda dialética presente no sistema marxiano. Dessa forma, ressaltamos que a partir do entendimento dessa problemática, poderemos apontar perspectivas que possam vir a contribuir para a transcendência positiva da alienação.

Na continuidade desse raciocínio, Mészáros (2009a) explica:

[...] Admitindo **ser inconcebível superar a alienação** numa forma que possa ser considerada como absoluta e definitiva, capaz de erradicar todos os possíveis perigos e potenciais de reificação, a concepção de Marx é perfeitamente compatível com o *Aufhebung* **entendida como uma sucessão de conquistas sociais, das quais a seguinte é menos** (na verdade, *qualitativamente* menos) **impregnada de alienação do que a precedente**. O que importa não é apenas o volume e as proporções daquilo que combatemos – como os criminologistas sabem muito bem – mas a tendência geral de desenvolvimento do fenômeno em questão. O capitalismo não se caracteriza simplesmente pela alienação e reificação, **mas também pela maximização da tendência à alienação, a tal ponto que é a existência mesma da humanidade que está em jogo** (p. 228, grifos no original e nossos).

Em outras palavras, o *Aufhebung* deve ser compreendido a partir da luta em prol da tendência decrescente de alienação em contraponto à tendência crescente da lógica apregoada pelo capital. Isso significa que a luta contra alienação implica na denúncia da reprodução das relações capitalistas de intensificação da exploração do homem pelo homem. Com isso, identificamos que o capitalismo se caracteriza pela maximização da tendência crescente à alienação. No entanto, caso essa situação não se modifique é a existência da própria humanidade, a qual pode ser arruinada. Desse modo, não podemos esquecer que a elucidação de Mészáros (2009a) baseada em Marx, acerca da transcendência<sup>16</sup> positiva da alienação, só é possível ser compreendida de maneira radical, a partir da totalidade da obra de Marx.

Nesse cenário do *Aufhebung* e, ao mesmo tempo, da tendência decrescente de alienação em contraponto à lógica apregoada pelo capital, podemos compreender

---

<sup>16</sup> Mészáros (2009a) advoga: “Na concepção marxiana – contra a qual todas essas mistificações estão voltadas – **tanto da alienação como a sua transcendência devem ser definidas em termos das necessidades objetivas que caracterizam a ontologia social objetiva do ‘ser automegador da natureza’**. A necessidade da alienação é definida como uma necessidade inerente à teleologia objetiva do ‘autodesenvolvimento e automediação’ do homem, numa certa fase de desenvolvimento da atividade produtiva humana, que exige essa alienação para auto-realização do potencial humano, mesmo submetendo-se à reificação. **Como essa necessidade de alienação é uma necessidade histórica, está destinada a ser superada (*aufgehoben*) por intermédio do desenvolvimento histórico concreto da mesma atividade produtiva, desde que:** 1) O desenvolvimento das forças produtivas *permita* a negação radical da alienação capitalista; 2) O amadurecimento das contradições sociais do capitalismo (no mais íntimo intercâmbio com o desenvolvimento das forças produtivas) *empurre* o homem a mover-se na direção de *Aufhebung*; 3) Os conhecimentos dos seres humanos sobre as características objetivas de seus instrumentos lhes *capacitem* a elaborar as formas de controle e intercâmbio que impeçam a reprodução das velhas contradições em nova forma; 4) A transformação radical da educação, de mero instrumento da hegemonia burguesa num órgão de autodesenvolvimento e automediação consciente, *inspire* os indivíduos a produzirem ‘segundo as suas verdadeiras capacidades humanas’, unificando conhecimento e ideias, projeto e execução, teoria e prática, bem como *integrando* as aspirações particulares dos indivíduos sociais aos objetivos, conscientemente adotados, da sociedade como um todo” (p. 230, grifos no original e nossos).

melhor a possibilidade da transformação da tendência *crescente* da alienação numa tendência *decrecente*.

Sob esse aspecto, Mészáros (2009a) explica:

O que dá sentido à opção humana pelo socialismo não é a promessa enganadora de um absoluto fictício (um mundo do qual todas as possíveis contradições estejam eliminadas para sempre), mas **a possibilidade real de transformar uma tendência ameaçadoramente crescente de alienação numa tranquilizadora tendência decrecente**. Isso, em si, já seria uma conquista *qualitativa no sentido de uma superação efetiva, prática, da alienação e reificação*. Mas outras conquistas importantes são possíveis, não só no plano da **inversão da tendência geral**, mas também em relação ao caráter substancialmente diferente – auto-regulador – das formas específicas da atividade humana, livres da sujeição a meios alienados a serviço das relações sociais de produção reificadas (p. 228, grifos no original e nossos).

Com isso, destacamos que o capital reproduz a tendência crescente da multiplicação da alienação. Conquanto, a possibilidade radical de transformação dessa tendência crescente de alienação em decrecente só pode ser construída mediante à conquista da superação efetiva da alienação inerente ao capital, por meio da sua transcendência positiva da alienação.

Nesse quadro, ainda segundo Mészáros (2009a), lutar em prol da transcendência positiva da problemática da alienação é a mesma luta contra a alienação do trabalho peculiar às sociedades classistas, haja vista que a construção de um projeto de transição socialista só pode ser realizada de maneira autêntica mediante à superação radical da própria lógica estrutural das relações reificadas e permeadas pelo fetichismo da mercadoria.

Por isso, cabe reiterarmos que devemos pensar à questão da alienação do trabalho – e sua transcendência positiva – a partir da ontologia dialética desenvolvida pelo sistema marxiano, como podemos observar através das seguintes linhas explicitadas por Mészáros (2009a). O mesmo, por sua vez, está sempre fundamentado em Marx:

Para encontrar uma solução, não é preciso recorrer à esfera da abstração, porque ela é dada como uma *realidade potencial* – uma potencialidade *efetiva* – na *unidade potencial* dos membros **dessa oposição ou contradição prática**. Assim, **a negação da alienação não é uma negatividade “absoluta” (vazia)**, mas, pelo contrário, **a afirmação positiva de uma relação de unidade**, cujos **membros existem realmente em oposição efetiva** um ao outro (p. 168, grifos no original e nossos).

Por consequência disso, compreendemos que negar a alienação é compreender sua afirmação positiva de uma relação de unidade, pois numa perspectiva

dialética do sistema marxiano a negação não é uma negação absoluta e mecânica. Ao contrário, a realidade potencial se revela por meio da unidade entre os membros da oposição ou contradição prática. Ou melhor explicando, a sobredita unidade é realizada através dos membros, os quais existem em oposição efetiva um em relação ao outro.

Em virtude disso, a teoria marxiana atribui um relevante destaque ao conceito de *Aufhebung*, ou seja, da transcendência positiva da alienação, como podemos observar a partir da seguinte elucidação desenvolvida por Mészáros (2009a) apoiado em Marx:

**A transcendência da alienação não pode**, dessa forma, ser medida apenas em termos de produção *per capita*, ou algo semelhante. Como a totalidade do processo envolve diretamente o indivíduo, a “medida” do sucesso dificilmente poderá ser outra que não o próprio indivíduo humano-social. Em função de tal medida, **a transcendência da alienação – sua influência decrescente sobre os homens** – está na proporção inversa da auto-realização cada vez mais pela do indivíduo social. Como, porém, a auto-realização do indivíduo não pode ser abstraída da sociedade na qual ele vive, essa questão é inseparável da questão das relações concretas entre o indivíduo e a sociedade, ou dos tipos e formas de instituições sociais nas quais o indivíduo pode ser capaz de integrar-se (p. 231, grifos no original e nossos).

Dessa maneira, entendemos que a transcendência positiva da alienação não deve ser tratada como um nível ou um indicador que ajuda a saber o grau de desenvolvimento econômico de um país ou região. Ademais, Mészáros (2009a) fundamenta a extrema importância e necessidade de estarmos debatendo acerca da questão sobredita, a qual vem se manifestando – gravemente – como o processo de reprodução da degenerescência humana. Esta, por sua vez, revela-se por meio da intensificação da lógica estrutural da subsunção do trabalho explorado ao capital. Precisamente por isso, Mészáros (2009a) afirma que se desejamos apontar perspectivas para a superação dos fundamentos classistas é necessário recorrermos às raízes dessa temática plenamente atual, a qual é objetivada violentamente na sociabilidade burguesa.

Assim, a necessidade de recorrermos aos fundamentos ontológicos do mundo dos homens é primordial, pois estamos optando por uma análise radical com o objetivo de tentarmos compreender de forma autêntica o fundamento ontológico do ser social. Com isso, colocamo-nos o desafio de construir um ensaio de compreensão acerca da alienação como um complexo que não é inerente ao mundo dos homens e, ao mesmo tempo, que pode ser transcendido. É nesse contexto que situaremos os fundamentos da problemática da alienação.

Por isso, partimos especialmente dos Manuscritos de 1844 de Marx, para chegarmos à compreensão dos fundamentos ontológicos do trabalho alienado como um complexo histórico e possível de ser transcendido com a superação da sociabilidade de classes. Portanto, destacamos que o filósofo explicita três críticas importantes, presentes não só em seus Manuscritos de 1844, mas na totalidade de sua obra: 1) à economia política, 2) à concepção hegeliana de alienação e 3) à concepção da política.

Com relação a essa terceira crítica acima mencionada, podemos adotar algumas passagens de diferentes obras de Marx que clarificam o caráter da política como um obstáculo ao processo de emancipação dos indivíduos. Precisamente por isso, traremos algumas citações que revelam o caráter onto-negativo da política. Para tanto, destacamos a obra *A Miséria da Filosofia*, na qual Marx (2004) explica a necessidade de superarmos a política, tendo em vista que a existência desta assume a função primordial de reprodução da sociabilidade de classes, ou seja, “[...] Isto quer dizer que depois da queda da antiga sociedade haverá uma nova dominação de classe, ou resumindo, **um novo poder político? Não**” (p. 215, grifos nossos).

Nesse cenário, ainda de acordo com Marx (2004), entendemos que: “[...] A condição de libertação da classe laboriosa é a abolição de todas as classes, da mesma maneira **como a condição de libertação do terceiro estado, da ordem burguesa, foi a abolição de todas as ordens**” (p. 215, grifos nossos).

Nessa direção, entendemos que no estágio avançado de desenvolvimento humano efetivo, com a existência de igualdade de oportunidades para todos os indivíduos, teremos a extinção de todas as práxis sociais que assumem a função de reproduzir a sociabilidade de classes, a exemplo da política.

Ressaltamos com o propósito de afirmar o caráter onto-negativo da política à obra *A Questão Judaica*, na qual Marx (2005) nos esclarece:

Somente quando o homem individual real recupera em **si o cidadão abstrato e se converte**, como homem individual, em ser genérico, em seu trabalho individual e em suas relações individuais, **somente quando o homem tenha reconhecido e organizado suas “forces propres”** como forças sociais e quando, portanto já não separa de si a força social sob a forma de força política, somente então se processa a emancipação humana (p. 42, grifos no original e nossos).

Na continuidade desses posicionamentos, destacamos que Marx (2008) dedica-se, também, a tecer seus estudos sobre a crítica à economia política, especialmente, em seus estudos relacionados ao trabalho alienado. Por isso, frisamos

que a partir dessa crítica, Marx identifica como é miserável a condição vivenciada pelos trabalhadores no seu processo de trabalho realizado na sociedade capitalista.

Nesse contexto, Marx (2008) afirma:

[...] constatamos que **o trabalhador baixa a condição de mercadoria e a de mais miserável mercadoria**, que a miséria do trabalhador põe-se em relação inversa à potência (*Macht*) e à grandeza (*Grosse*) da sua produção, que o resultado necessário da concorrência é a acumulação de capital em poucas mãos (p. 79, grifos de original e nossos).

Desse modo, Marx conclui que temos a formação da sociabilidade de classes composta por dois grupos de interesses antagônicos: o dos proprietários e o dos trabalhadores sem propriedade. Ao contrário do pensamento marxiano, a economia nacional distorce as funções das categorias, colocando inclusive que a propriedade privada é condição natural da vida humana.

Nessa linha de raciocínio, Marx (2008) advoga a falta de esclarecimento da economia nacional com relação aos fundamentos radicais que envolvem à reprodução da subsunção do trabalho ao capital, bem como entre capital e terra, afirmando que:

Quando **ela determina a relação do salário com o lucro de capital, o que lhe vale como razão última é o interesse do capitalista**; ou seja, ela supõe o que deve desenvolver. Do mesmo modo, a concorrência entra por toda parte. É explicada a partir de circunstâncias exteriores (p.79, grifos nossos).

Marx (2008) prossegue sua crítica à economia política, evidenciando que a economia nacional “[...] nada nos ensina. Vimos como inclusive a troca parece a ela um fato meramente acidental. **As únicas rodas que o economista nacional põe em movimento** são a *ganância* e a *guerra entre os gananciosos, a concorrência*” (p. 79, grifos no original e nossos).

Além disso, compreendemos que a crítica realizada por Marx (2008) em relação à economia nacional tem por fundamento o fato de esta tratar de categorias, que são consequências históricas atadas a um determinado modo de produção vigente, como se fossem uma mera consequência acidental e violenta. Sob essa perspectiva, Marx (2008) esclarece: “Não nos desloquemos, como [faz] **o economista nacional** quando quer esclarecer [algo], a um estado primitivo imaginário. Um tal estado primitivo nada explica. **Ele simplesmente empurra a questão para uma região nebulosa, cinzenta**” (p. 80, grifos nossos).

Nessa direção, entendemos que ao invés da economia nacional explicar as categorias partindo de fundamentos ontológicos e historicamente construídos pela

humanidade, faz o mesmo que os teólogos, ou seja, encara as categorias da realidade como um dado pronto e acabado. Na contraposição da explicação dada pela economia política, Marx (2008) busca desenvolver um tipo de análise que consiga penetrar à essência da aparência fenomênica com a finalidade de desmistificar a reprodução da exploração do homem pelo homem.

Situada brevemente a crítica que Marx (2008) faz à economia nacional, prosseguimos com a análise mais especificamente voltada para a condição do trabalhador tratado como mercadoria na sociabilidade capitalista, mediante a subsunção do trabalho ao capital.

Sob essa mesma determinação, Marx (2008) explica que “[...] O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. **O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata** quanto mais mercadorias ele cria” (p. 80, grifos nossos).

Então, convém lembrar que na acepção de Marx acerca do capitalismo, a valorização do mundo das coisas se sobrepõe ao desenvolvimento autêntico dos indivíduos e, ao mesmo tempo, o mundo dos homens é coisificado, pois tudo é tratado como mercadoria, como bem ilustra Marx (2008) nessa passagem: “**O trabalho não produz somente mercadorias**; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral” (p. 25, grifos no original e nossos). Sendo assim, entendemos que essa forma de sociabilidade faz com que o trabalhador realize um trabalho alienado, como uma atividade em que o homem se objetiva e se exterioriza de maneira a violentar-se.

Vale lembrar que os dois momentos primordiais da realização do complexo social do trabalho são a objetivação e a exteriorização. Estes são complexos interligados, porém distintos, ou seja, jamais idênticos. Essa identificação pode ser ilustrada com a análise realizada por Hegel acerca do trabalho e da alienação. Pois, para este filósofo idealista a questão da alienação se resolve no campo da tomada de consciência pelos indivíduos. Nesse momento, iremos trazer alguns elementos da crítica que Marx elabora em relação a teoria de Hegel. Para isso é necessário identificar o tratamento dado por este filósofo à categoria alienação.

Começamos o desenvolvimento da questão sobredita, considerando o relevante teórico marxista Leandro Konder. Este, por sua vez, discute largamente tal questão em sua obra intitulada Introdução ao Marxismo. Nesse sentido, Konder (2009)

inicia um exame rigoroso da categoria alienação no próprio Hegel, para depois revelar à crítica elaborada por Marx em relação a teoria hegeliana sobre alienação.

Destarte, Konder (2009) elucida os fundamentos da concepção hegeliana sobre alienação:

Lukács mostra, ainda, que o conceito de *alienação* de que Hegel se serviu provinha de fontes diversas: de um lado, representava a retomada de temas da chamada **'teologia negativa', temas gnósticos recebidos através de Jacob Boehme, segundo** os quais a criação do mundo teria resultado da *alienação* de Deus (Deus – bom – se teria *alienado* num mundo mal, dilacerando-se a si mesmo numa trágica aventura); **de outro lado, era a transposição para a filosofia alemã da alienacion inglesa, isto é, da expressão com que os economistas clássicos** (Adam Smith, Ricardo) designavam a transferência da posse de uma mercadoria. **Uma terceira fonte**, ainda (fazendo abstração da fonte filosófica imediata, que foram as conceituações de Schelling e Fichte), e da maior importância, foi a concepção jusnaturalista do *contrato social*, segundo a qual os indivíduos teriam sido levados a aceitar a *perda* da liberdade que possuíam quando em *estado natural* (alienando-se, assim, desta liberdade) em troca de garantias comunitárias decorrentes do *contrato social*. (Cf. *O contrato social*, Rousseau) (p. 29, grifos no original e nossos).

Dessa forma, Hegel e sua concepção de identidade entre sujeito e objeto, entre objetivação e exteriorização, supervaloriza o aspecto da subjetividade em detrimento das determinações do mundo objetivo, enquanto, a partir da concepção marxiana, um ser só pode ser objetivando-se. Por isso, Marx (2008) realiza a crítica ao pensamento hegeliano, por este tomar a essência objetiva estranhada como sendo um problema a ser resolvido somente pela consciência-de-si, isto é:

Toda a reapropriação da essência objetiva estranha aparece, então, como uma incorporação na consciência-de-si; **o homem apoderado de sua essência é apenas a consciência-de-si apoderada da essência objetiva**. O retorno do objeto ao si é, portanto, a reapropriação do objeto (p. 125, grifos no original e nossos).

Em conformidade com esse mesmo raciocínio, podemos enumerar algumas características da consciência-de-si do pensamento hegeliano, a partir dos fundamentos de Marx (2008), as quais expressam-se da seguinte maneira:

1) que o objeto enquanto tal se apresenta à consciência como evanescente; 2) que é exteriorização (*Entausserung*) da consciência-de-si que põe a coisidade (*Dingheit*); 3) que esta exteriorização tem significado não somente negativo, mas também *positivo*; 4) ela não o tem apenas *para nós* ou em si (*ansich*), mas também *ela própria*; 5) para *ela*, o negativo do objeto ou o próprio supra-sumir-se deste tem, desta maneira, significado *positivo*, ou ela *sabe* esta nulidade (*Nichtigkeit*) do mesmo, na medida em que ela se exterioriza a si, pois nesta exteriorização ela *se* assenta enquanto objeto ou põe o objeto como a si mesma por causa da inseparável unidade do *ser-para-si* (*Fursichseins*); 6) por outro lado, situa-se nisto igualmente este outro

momento: que ela também supra-sumiu e tomou de volta dentro de si esta exteriorização e objetividade, ou seja, em *seu ser-outro enquanto tal* está *junto de si*; 7) isto é o momento da consciência e, dentro dele, ela é a totalidade de seus momentos; 8) ela tem de, do mesmo modo, relacionar-se com o objeto segundo a totalidade de suas determinações, e tê-lo apreendido segundo cada uma delas. **Essa totalidade de suas determinações faz do objeto em si a essência espiritual, e para a consciência isso vem a ser, em verdade, pelo apreender de cada determinação** singular como [sendo uma determinação] do *Si*, ou através da relação *espiritual* para com elas, antes nomeada (p. 125-6, grifos no original e nossos).

Na continuidade desses elementos expostos, entendemos que o filósofo abstrato – Hegel – faz uma análise abstrata da concepção do homem alienado, como podemos identificar a partir das linhas abaixo elucidadas por Marx (2008):

O filósofo – portanto, ele mesmo uma figura abstrata do homem estranhado – se coloca como medida do mundo estranhado. Toda a *história da exteriorização* e toda a *retirada (Zurücknahme)* da exteriorização não é, assim, nada além da *história da produção* do pensamento abstrato, do [pensar] absoluto [...] O *estranhamento*, que forma, portanto, **o interesse intrínseco dessa exteriorização e a supra-sunção dessa exteriorização**, é a oposição do *em-si* e [d]o *para-si*, de *consciência* e *consciência-de-si*, de *objeto* e de *sujeito*, isto é, **a oposição do pensar abstrato e da efetividade sensível ou da sensibilidade efetiva** no interior do pensamento mesmo (p. 121, grifos no original e nossos).

Todavia, apesar da crítica que Marx (2008) elabora a Hegel acerca da concepção da alienação associada à ideia do espírito absoluto, entendemos a partir de Konder (2009) que Marx, ao mesmo tempo, não deixa de reconhecer a relevância da elaboração hegeliana sobre a alienação, pois, por meio da crítica ao sistema hegeliano, foi possível a construção do salto em direção ao revolucionário sistema marxiano acerca da teoria da alienação. Dessa forma, ilustramos esse posicionamento com as próprias palavras de Marx (2008), nas quais ele afirma que “[...] Há agora que apreender os momentos *positivos* da dialética hegeliana – no interior da determinação do estranhamento” (p. 132, grifos no original).

Sob esse mesmo aspecto, reiteramos que Konder (2009) advoga acerca da importância da concepção hegeliana de alienação para Marx poder chegar à sua compreensão de trabalho alienado e elabora a dialética do sistema marxiano. Sendo assim, Konder (2009) afirma que Hegel é: “[...] **o legítimo pai do conceito marxista [de alienação]**. E o conceito marxista, seu descendente imediato, embora tivesse de se desenvolver em oposição a ele, só pode superar integrando a si todos os elementos vivos do conceito hegeliano” (p. 29-30, grifos no original).

Entretanto, entendemos que de modo diferente da teoria marxiana, encontramos em Hegel à supervalorização da consciência como determinante absoluto em relação à problemática da alienação. Para explicitarmos essa acepção, lançaremos mão do seguinte raciocínio adotado por Konder (2009), quando este afirma que: “O conceito hegeliano de *alienação* **acha-se estruturalmente comprometido com o sistema idealista de Hegel**: a *alienação* aparece como fenômeno surgido na consciência e pela consciência” (p. 30, grifos no original e nossos).

Nesse sentido, Hegel acaba supervalorizando a alienação como um complexo supra-histórico, como afirma Konder (2009): “[...] **uma alienação que nasce com a história e somente há de morrer com ela**, de maneira *que toda objetivação de trabalho humano, toda exteriorização humana, independente das condições materiais em que possa se realizar, lhe aparece como alienação*” (p. 30, grifos no original e nossos). Nessa direção, não podemos deixar de enfatizar que Konder (2009) advoga: “[...] Marx observa que a *alienação*, em sua interpretação por Hegel, **aparece menos como uma alienação do homem concreto** do que como a *alienação de uma fantástica e abstrata autoconsciência humana*” (p. 30, grifos no original e nossos).

Em outras palavras, Marx avançou significativamente quanto ao conceito hegeliano de alienação, como sublinha Konder (2009) na seguinte passagem, “**Hegel não pode superar as limitações** de uma perspectiva ainda burguesa e, por isso, não enxergou as possibilidades históricas do trabalho material humano” (p. 30, grifos nossos). Justamente por essa argumentação, entendemos que Marx compreendeu e revolucionou a dialética hegeliana, também o fez com o conceito hegeliano de alienação, pois foi necessário, para Marx, compreender criticamente o método e a teoria desenvolvida por Hegel, para depois poder superá-los. Sob essa mesma perspectiva, vale destacar, Konder (2009) revela que “[...] **a dialética hegeliana estava de cabeça para baixo; para poder utilizá-la**, Marx precisou recolocá-la sobre seus próprios conceitos” (p. 30, grifos nossos).

Nessa linha de raciocínio, Konder (2009) realiza uma importante identificação: “[...] Para poder utilizar o conceito de *alienação*, **Marx precisou arrancá-lo dos quadros da filosofia hegeliana**, precisou libertá-lo da acepção metafísica que assumira dentro daqueles quadros, **atribuindo-lhe novo conteúdo e dando-lhe novas dimensões**.” (p. 30, grifos no original e nossos).

Reiteramos juntamente com Konder (2009) que:

Marx incorporou e assimilou criticamente ao seu próprio conceito de *alienação* o que havia de vivo, de concreto, de metodologicamente justo no exame da *alienação* realizado por Hegel. E mais: pode-se dizer que, para poder superar Hegel, **Marx se viu obrigado a utilizar nesta superação as conquistas básicas que devia ao próprio método hegeliano [...] o conceito hegeliano de alienação cedeu lugar ao conceito marxista** (p. 31, grifos no original e nossos).

Na continuidade dessa explicação, Konder (2009) deseja demonstrar o percurso teórico adotado por Marx para chegar a questão da alienação como um elemento fundamental para compreensão do trabalho subsumido ao capital. Além do mais, Konder demonstra, inclusive, como a apropriação do conceito de alienação desenvolvido por Hegel, foi fundamental para Marx conseguir superar essa concepção idealista-hegeliana.

Em suma, não podemos esquecer de forma alguma que Mészáros e Konder recuperam de forma radical, a relevância da questão da alienação na totalidade da obra de Marx, destacando o grande papel dos Manuscritos de Paris para o entendimento de todo o sistema teórico marxiano, sobretudo, no que diz respeito ao conceito de transcendência positiva da alienação como o fundamento relevante para construção do projeto de transição socialista que possa romper com o processo de exploração do homem pelo homem.

## 2.1 Manuscritos de Paris

Nesse subcapítulo, tentaremos nos aproximar do entendimento acerca do trabalho alienado nos Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844. Para tanto, iniciamos essa análise advogando que Marx (2008) entende o complexo do trabalho como a categoria fundante do ser social, formado por dois complexos inseparáveis – objetivação e exteriorização – entretanto, distintos. Ademais, essa distinção entre os dois momentos do trabalho demarca que na sociabilidade regida pela subsunção do trabalho ao capital, o processo de objetivação e exteriorização se transforma em alienação.

Destarte, Marx (2008) elucida que o produto do trabalho representa o trabalho fixado nesse objeto, como podemos observar a partir da seguinte citação:

[...] fez-se coisal (*sachlich*), é a objetivação (*Vergegenständlichung*) do trabalho. A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é sua objetivação. Esta

**efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como “desefetivação (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como *estranhamento* (*Entfremdung*), como *alienação* (*Entausserung*)”** (p. 80, grifos no original e no original).

Servo da sua objetivação, o trabalhador transforma-se em servo do seu objeto do trabalho e dos seus meios de subsistência, conforme analisa Marx (2008): “[...] para que possa existir, em primeiro lugar, como trabalhador e, em segundo, como *sujeito físico*. O auge desta servidão é que somente como trabalhador ele [pode] se manter como sujeito físico e apenas como sujeito físico ele é trabalhador” (p. 81-2, grifos no original).

Dessa maneira, no ato de trabalho presenciamos o processo de objetivação e exteriorização, no qual o primeiro momento da categoria que funda o ser social é formado pelo pôr teológico capaz de transformar a causalidade dada em causalidade posta. Já o segundo momento do trabalho reflete a forma como a objetivação retorna para o indivíduo a qual Marx (2008) denomina exteriorização.

Por esse raciocínio, o mesmo autor explica detalhadamente como funciona esse processo de alienação, asseverando que na sociabilidade capitalista o trabalho é estranho ao indivíduo, qual seja: “[...] não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que **não se sente bem, mas infeliz, que não se desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre**, mas mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito” (MARX, idem, p. 82, grifos no original e nossos).

Além disso, essa forma de atividade histórica e social é um trabalho de sacrifício de si mesmo, de mortificação dos indivíduos que realizam um trabalho na sociabilidade do capital, na qual praticamente suas funções humanas reduzem-se às funções dos animais. Sob essa explicação acerca do trabalho alienado, Marx (2008) revela:

Chega-se, por conseguinte, ao resultado de que o homem (o trabalhador) **só se sente como [ser] livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar, quando muito ainda na habitação, adornos etc.**, e em suas funções humanas só [se sente] como animal. O animal se torna humano, e o humano, animal (p. 83, grifos nossos).

Nessa mesma direção, o filósofo continua suas considerações sobre o processo de degenerescência humana vivenciada pelos indivíduos na sociabilidade capitalista, destacando que “[...] Comer, beber e procriar, etc., são também, é verdade,

**funções genuína [mente] humanas.** Porém, na abstração, as separa da restante esfera da atividade humana, e faz delas finalidades últimas e exclusivas, **são [funções] animais**” (MARX, idem, p. 83, grifos nossos).

Em consonância com os fundamentos ontológicos expostos sobre o trabalho alienado, Marx (2008) analisa com profundidade o caráter da vida genérica humana no contexto da exploração do homem pelo homem peculiar à sociabilidade de classes:

[...] primeiramente o trabalho, a *atividade vital*, a *vida produtiva* mesma **aparece ao homem apenas como um meio para satisfação de uma carência, a necessidade de manutenção da existência física.** É a vida engendrador de vida. No modo (*Art*) da atividade vital encontra-se o caráter inteiro de uma *species*, seu caráter genérico, e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem. A vida aparece como caráter só de *meio de vida* (p. 84, grifos no original e nossos).

Com efeito, essa forma de sociabilidade em que o trabalho é subsumido ao capital, permite que os indivíduos vivam simplesmente para manter sua existência física, ou seja, através da objetivação do trabalho alienado que retorna para o indivíduo em forma de exteriorização alienada, evidenciamos a presença da deformação das personalidades dos indivíduos. Essa relação existente entre a alienação e o desenvolvimento e/ou deformação das individualidades humanas será mais sistematicamente discutida no próximo capítulo.

Voltando para a nossa análise em torno do trabalho alienado em Marx, identificamos que nos Manuscritos econômico-filosóficos de 1844 o autor divide a alienação do trabalho para efeito de facilitar a explicação desse complexo em sua profundidade e radicalidade. É oportuno destacar que, na realidade, essa divisão tem como função primordial facilitar a compreensão do trabalho alienado, pois se trata de várias dimensões de um mesmo processo social e historicamente construído pela humanidade.

Dessa maneira, o autor pontua e analisa o complexo da alienação passando pelas dimensões do trabalho alienado que privilegia a criatura em detrimento do criador, contribuindo para o processo de mortificação dos indivíduos; identificando, assim, o estranhamento do trabalhador em relação ao produto, ao processo de produção, ao gênero humano e aos outros homens. A partir disso, somos levados a depreender que todo esse processo socialmente construído vai redundar na alienação do indivíduo em relação a ele próprio.

Marx (2008) inicia a análise da problemática em tela com os dois primeiros aspectos do trabalho alienado, enfatizando que o objeto produzido pelo trabalhador na

sociedade do capital volta-se contra ele mesmo, uma prova incontestável que no capitalismo, o objeto passa a ser primordial, enquanto o sujeito passa a ser secundário. Em virtude disso, entendemos que a criatura – objeto produzido pelo trabalhador – na sociabilidade burguesa é o que tem valor em detrimento do criador. Ao mesmo tempo, a produção desse objeto assume uma dimensão violenta, ao ponto de o trabalhador não se realizar no seu próprio trabalho. Sendo assim, o trabalho estranhado como o ato da produção é um trabalho de sacrifício, de mortificação. Em outras palavras, o trabalhador não consegue se reconhecer na objetivação do seu produto e nem tão pouco na produção do seu trabalho.

Vejamos, nessa passagem de Marx (2008), o que ocorre na relação alienada entre o trabalhador e o produto do seu trabalho:

(1) A relação do trabalhador com o *produto do trabalho* **como a um objeto estranho e poderoso sobre ele**. Esta relação é ao mesmo tempo a relação com o mundo exterior sensível, com os objetos da natureza como a um mundo alheio que se lhe defronta hostilmente (p. 83, grifos no original e nossos).

Na continuidade dessa argumentação, Marx (2008) explica que no segundo momento do trabalho alienado, o trabalhador no ato de sua atividade produtiva realiza uma atividade de autocastração. Com isso, compreendemos que a potência da produção é a impotência do trabalhador, ou melhor, explicando o desenvolvimento da produção é também o empobrecimento físico e espiritual do trabalhador.

Marx (2008) identifica a degradação humana por meio do desenvolvimento da exploração do homem pelo homem revelado durante o processo de produção do trabalho alienado:

2) A relação do trabalho com *ato da produção* no interior do trabalho. Esta relação é **a relação do trabalhador com a sua própria atividade como uma [atividade] estranha não pertencente a ele**, a atividade como miséria, a força como impotência, a procriação como castração. A energia espiritual e física *própria* do trabalhador, a sua vida pessoal – pois o que é a vida senão atividade – como **uma atividade voltada contra ele mesmo, independente dele, não lhe pertence a ele** (p. 83, grifos no original e nossos).

Após a caracterização das duas primeiras formas do trabalho alienado em relação ao produto e à produção, Marx passa para a análise da dimensão do gênero humano em relação ao trabalho alienado, na estrutura de expropriação da sociabilidade do capital, afirmando que neste modelo de sociabilidade, o trabalhador revela o quanto a vida transforma-se simplesmente em meio de vida.

Assim, Marx (2008) elucida:

[...] o trabalhador se *apropria* do mundo externo, da natureza sensível, por meio do seu trabalho, **tanto mais ele se priva dos meios de vida segundo um duplo sentido:** primeiro, que sempre mais o mundo exterior sensível deixa de ser um objeto pertencente ao seu trabalho, um meio de vida do seu trabalho; segundo, que [o mundo exterior sensível] cessa, cada vez mais, de ser *meio de vida* no sentido imediato, meio para subsistência física do trabalhador (p. 81, grifos no original e no original).

É oportuno identificarmos que, por causa desse duplo sentido do trabalho, o trabalhador numa condição de alienação, torna-se prisioneiro do próprio objeto produzido por ele. Nesse sentido, compreendemos que por meio do trabalho alienado à vida produtiva dos trabalhadores aparece apenas como um meio de satisfação das necessidades voltadas e limitadas à questão da sobrevivência. Ou seja, um simples meio de manter a existência física dos trabalhadores, praticamente tolhendo o seu desenvolvimento material e espiritual. Por isso, os indivíduos não se reconhecem enquanto membros partícipes do gênero humano.

Todavia, estes não perdem a condição de seres genéricos, pois são indivíduos pertencentes ao gênero humano. Sob essa perspectiva, Marx (2008) assevera a relevância de compreendermos os fundamentos que norteiam as relações sociais do caráter da genericidade humana, visto que os indivíduos fazem a história mesmo sem ter consciência de que a fazem.

Portanto, Marx (2008) realiza a distinção entre a atividade do homem e a atividade do animal:

O animal é imediatamente um com a sua atividade vital. Não se distingue dela. É *ela*. **O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência. Ele tem atividade vital consciente. Esta não é uma determinidade (*Bestimmtheit*) com a qual coincide imediatamente.** A atividade vital consciente distingue o homem da atividade vital animal. Justamente, [e] só por isso, ele é um ser genérico (p. 84, grifos no original e nossos).

Mesmo diante do contexto da imposição da exploração do homem pelo homem explicitada por meio do trabalho alienado – intensificado com a sociedade capitalista – compreendemos que o homem é um ser genérico por ter a capacidade de transformar a causalidade dada em causalidade posta. Com efeito, destacamos que os indivíduos fazem sua própria história, não mais produzindo diante do real, respostas cegas-mudas-surdas.

Conquanto, apesar das possibilidades de escolhas dentre alternativas serem bem restritas no campo da exploração do trabalho realizada entre os próprios homens; ou, dito de outro modo, por mais que a lógica perversa do capital invista de forma desmesurada na redução da consciência crítica dos trabalhadores, as ações dos indivíduos não podem ser manipuladas por completo, tendo em vista que a história construída ao longo dos tempos é dinâmica e contraditória.

Com isso, podemos apontar para possibilidades de construção de lutas em prol da superação do trabalho alienado, inclusive denunciando à lógica da subsunção do trabalho ao capital. Nesse cenário, destacamos que um caso exemplar é a ação de trabalhadores que conseguem se organizar para lutar por melhores condições de trabalho e pela superação desta sociabilidade fundada na exploração do homem pelo homem. Isso significa que esse ato contra a lógica de manipulação e de exploração do trabalho alienado representa uma forte denúncia contra o capitalismo.

Nesse sentido, Marx (2008) explica que o trabalho alienado faz do ser genérico:

[...] *do homem*, tanto da natureza quanto da faculdade genérica espiritual dele, um ser *estranho* a ele, *um meio* da sua existência *individual*. **Estranha do homem o seu próprio corpo, assim como a natureza fora dele**, tal como sua a sua essência espiritual, a sua essência *humana* (p. 85, grifos no original e nossos).

Em seguida, Marx (2008) analisa outra dimensão do trabalho alienado. Trata-se da exploração do homem em relação aos outros homens. Para tanto, o aspecto de degenerescência humana discutido nesse momento se expressa por meio da relação de opressão existente entre os indivíduos. Por conseguinte, salientamos que o indivíduo-trabalhador não se reconhece no outro indivíduo-empresário, ao contrário, este para o trabalhador não passa de um patrão, um concorrente, um inimigo, um opressor. Da mesma maneira que, na estrutura estranhada, o proprietário dos meios de produção não se importa e não se reconhece nos trabalhadores. Portanto, entendemos que se o homem não se reconhece nele mesmo, evidentemente, o outro significa algo externo; estranho e sem valor. A aparência é priorizada em detrimento da essência nas relações dos indivíduos entre si.

Marx (2008) analisa, brilhantemente, as relações entre os indivíduos no seio da lógica da problemática da alienação, demonstrando que a realização do trabalho

alienado na sociabilidade de classes não contribui para o desenvolvimento genuíno das relações humanas:

4) uma consequência imediata disto, **de o homem estar estranhado do produto do seu trabalho, de sua atividade vital e seu ser genérico é o *estranhamento do homem pelo [próprio] homem***. Quando o homem está frente a si mesmo, defronta-se com ele o *outro* homem. O que é produto da relação do homem com o seu trabalho, produto de seu trabalho e consigo mesmo, vale como relação do homem como outro homem, como o trabalho e o objeto do trabalho de outro homem (p. 85-6, grifos no original e nossos).

Destarte, a imposição da limitação – ao desenvolvimento – da vida genérica dos indivíduos pela sociabilidade alienada da reprodução do capital representa a própria alienação da vida humana entre os indivíduos. Isto é, a carência de sentidos produz subjetividades, também, carentes de sentidos e fundamentadas pela lógica do ter em detrimento do ser. Cabe aqui colocar a seguinte questão: como podemos possibilitar o desenvolvimento autêntico dos homens em relação aos outros homens numa sociabilidade que reproduz a alienação entre os indivíduos? Com efeito, Marx entende esses limites construídos pela sociedade de classes como um processo contraditório e histórico da própria reprodução social que fundamenta a lógica estrutural do capital e, ao mesmo tempo, como algo não inerente à natureza que fundamenta ontologicamente o ser social, logo possível de ser superado.

Dessa maneira, Marx (2008) faz questão de esclarecer minuciosamente o processo de alienação existente na relação entre os homens na sociabilidade de classes, que se manifesta na relação com ele próprio e com os outros homens:

[...] a relação do homem consigo mesmo lhe é primeiramente *objetiva, efetiva*, pela sua relação com o outro homem. Se ele se relaciona, portanto, com o produto do seu trabalho objetivado, enquanto objeto *estranho*, hostil, poderoso, independente dele, **então se relaciona com ele de forma tal que um outro homem estranho (*fremd*) a ele, inimigo, poderoso**, independente dele, é o senhor deste objeto (p. 86-7, grifos no original e nossos).

Justamente por isso, compreendemos que o trabalhador alienado na sua relação com os outros homens e com ele mesmo estabelece um processo de não reconhecimento em-si e com os outros, pois, os indivíduos na sociabilidade da subsunção do trabalho ao capital não se sentem como membros partícipes do gênero humano. Isso ocorre em virtude dos níveis agravantes de alienação impostos aos trabalhadores, de maneira que suas funções humanas praticamente são reduzidas às funções dos animais como: beber, comer e procriar.

Nesse escopo, Marx (2008) analisa o importante papel da propriedade privada no processo de desenvolvimento da problemática da alienação. Como uma consequência necessária ao desenvolvimento das forças produtivas, surge a sociabilidade de classes e com ela, a mediação histórica e social da propriedade privada atrelada ao trabalho alienado. Por isso, o nosso autor destaca que a essência da propriedade privada e sua relação com os indivíduos estão atreladas à formação da sociabilidade de classes em um dado contexto histórico e de forma alguma, a problemática da alienação configura-se em mediação inerente à natureza humana, embora tenhamos ressaltado que os níveis de degradação da essência humana são intensificados com o desenvolvimento do sistema capitalista.

Na mesma linha desse raciocínio, Marx (2008) explica uma das dimensões do trabalho alienado como sendo a expressão da relação existente entre o não-trabalhador e o trabalhador:

Examinamos um dos aspectos, o trabalho *exteriorizado* no que se refere ao próprio trabalho, ou seja, **a relação do trabalho exteriorizado consigo mesmo**. Como produto, como resultado necessário desta relação, encontramos a *relação de propriedade do não-trabalhador com o trabalhador e [com] o trabalho*. **A propriedade privada, como a expressão da vida material, resumida, do trabalho exteriorizado, abarca as duas relações**, a *relação do trabalhador com o trabalho e com o produto do seu trabalho e com o não-trabalhador*, e a *relação do não-trabalhador com o trabalhador e [com] o produto do trabalho deste último* (p. 89-90, grifos no original e nossos).

Justamente por essa explicação mencionada acerca da relação existente entre a vida material e a propriedade privada, não podemos esquecer que, outrossim, o nosso autor prossegue sua análise sobre a formação alienada e historicamente construída ao longo da história da divisão de classes. Assim, ressaltando como o relevante fundamento da criação da propriedade privada a gênese do trabalho explorado.

Para Marx (2008), a formação da propriedade privada é consequência necessária para o florescimento do trabalho alienado. Isso significa, em última instância, que somente com a compreensão da relação entre essas duas categorias históricas e sociais poderemos apontar perspectivas para a construção da emancipação humana universal. Em virtude disso, podemos identificar que na relação existente entre a criação da propriedade privada e formação do trabalho explorado existe um elemento importantíssimo, qual seja, a categoria alienação. Justamente por essa mesma perspectiva, Marx (2008) explica: “[...] está aí encerrada porque **a opressão humana**

**inteira está envolvida na relação do trabalhador com a produção**, e todas as relações de servidão são apenas modificações e consequências dessa relação” (p. 89, grifos nossos).

Sendo a propriedade privada uma consequência necessária para o desenvolvimento do trabalho alienado, entendemos que o salário também é uma mediação necessária para o agravamento do estranhamento do trabalho. Portanto, a partir desse contexto, Marx (2008) esclarece a identidade entre a natureza do salário e a propriedade privada:

[...] também reconhecemos que *salário e propriedade privada* são idênticos, pois **o salário (onde o produto, o objeto do trabalho, paga o próprio trabalho) é somente uma consequência necessária** do estranhamento do trabalho, assim como no salário também o trabalho aparece não como um fim em si, mas como servidor do salário (p. 88, grifos no original e nossos).

Desse modo, a propriedade privada pode ser compreendida a partir da alienação, pois os fundamentos desta demonstram que a propriedade privada surge da relação do desenvolvimento da humanidade com o trabalho alienado. Com efeito, Marx (2008) analisa a extrema relevância de se compreender o conceito de trabalho alienado para o entendimento de vários desdobramentos categoriais necessários à manutenção da sociabilidade de classes,

Assim como encontramos, por *análise*, a partir do conceito de trabalho *estranhado, exteriorizado*, o conceito de *propriedade privada*, assim podem, com a ajuda desses dois fatores, ser desenvolvidas todas as *categorias nacionalmente econômicas, e haveremos de reencontrar em cada categoria, como por exemplo do regateio, da concorrência, do capital, do dinheiro*, apenas uma *expressão determinada e desenvolvida* desses primeiros fundamentos (p. 89, grifos no original e nossos).

Sob essa argumentação, Marx (2008) destaca ainda três pontos relevantes para a compreensão da problemática da alienação manifestada entre os indivíduos, ressaltando inicialmente que não só o trabalhador apresenta exteriorizações alienadas, mas também os não-trabalhadores, ressaltando que “[...] **tudo o que aparece no trabalhador como atividade da exteriorização, o estranhamento**, aparece no não-trabalhador como *estado da exteriorização, do estranhamento*” (p. 90, grifos no original e nossos).

Um segundo aspecto revelador acerca da relação de exploração existente entre os indivíduos é o comportamento do indivíduo trabalhador e do indivíduo não-trabalhador, sobre o qual Marx (2008) evidencia que “[...] o *comportamento efetivo*,

**prático do trabalhador na produção e com o produto (como estado espiritual) aparece no não-trabalhador** que está diante dele como *comportamento teórico*” (p. 90, grifos no original e nossos).

Na continuidade desses posicionamentos, não podemos esquecer de frisar, Marx (2008) revela ainda que um terceiro aspecto dessa relação de violência e exploração, entre o trabalhador e o não-trabalhador, denota da seguinte explicação: “[...] **O não-trabalhador faz contra o trabalhador** tudo o que o trabalhador faz contra si mesmo, **mas não faz contra si mesmo o que faz contra o trabalhador**” (p. 90, grifos nossos).

A condição de alienação do não-trabalhador é cômoda, enquanto o trabalhador vai sendo oprimido e submetido a sua própria mutilação por meio do trabalho alienado. Esse ponto é de fundamental importância para que possamos compreender os fundamentos ontológicos da alienação na sociabilidade de classes. Por consequência disso, pontuamos que para Marx (2008) a relação existente entre os indivíduos no processo de subsunção do trabalho<sup>17</sup> ao capital não é desenvolvida numa perspectiva que aponte para além da formação de personalidades particulares. Nesse sentido, os níveis de exploração realizados pelos capitalistas, em relação aos trabalhadores, são realizados com o máximo de expropriação de valor excedente que fundamenta o processo de produzir mais-valia.

Nesse contexto, identificamos que a mercadoria força de trabalho apresenta uma dupla dimensão, ou seja, nessa relação de troca, o valor de uso é subsumido ao valor de troca, assim como o trabalho concreto é subsumido ao trabalho abstrato<sup>18</sup>, assalariado, explorado e alienado.

---

<sup>17</sup> Para tanto, é mister compreendermos a mercadoria força de trabalho com duas características inerentes a sua perpetuação na relação capitalista de produção, como elucida Mendes Segundo (2005) a partir de Marx: “[...] **a força de trabalho é uma mercadoria, possui também valor de uso e valor de troca**, acompanhado do seu conjunto de características, composto do trabalho em geral e do trabalho abstrato, reduzido a equivalentes de trocas, como o tempo de trabalho socialmente necessário. Ou seja, o produto do trabalho do homem torna-se uma mercadoria e, conseqüentemente, um valor quando se destina à troca, à venda. **Nessa relação de troca, todos os trabalhos concretos são reduzidos simplesmente a trabalho, resultante do trabalho abstrato, assalariado, explorado.** Marx explica o trabalho concreto como sendo aquela categoria ontológica, fundante, existente em qualquer sociabilidade, em que o trabalho do homem é o componente geral na sua mediação com a natureza” (p. 37, grifos nossos).

<sup>18</sup> Com base em Marx, Mendes Segundo (2005) explica o papel do trabalho abstrato: “[...] Marx atribui **ao trabalho abstrato a forma histórica de igualação ou socialização dos diversos trabalhos privados na relação de troca.** Numa economia de mercado, igualam-se os diferentes produtos criados pelos trabalhos executados pelas diferentes profissões (a exemplo do alfaiate e tecelão), **reduzidos à mesma qualidade de dispêndio de energia, embora diferenciados quantitativamente,** pelo tempo de duração despendido para produzir determinada mercadoria” (p. 30, grifos nossos).

Cabe destacar que o percurso histórico realizado pela humanidade desde o escravismo até o sistema capitalista é permeado pela lógica da reprodução social fundamentada nas relações alienadas de exploração do homem pelo homem. Isto significa que o processo de objetivação e exteriorização do homem é refletido de forma alheia: ao próprio objeto produzido; ao processo de sua produção; ao seu gênero; aos outros homens; e a si mesmo.

Com esses desdobramentos, Marx (2008) elucida a desumanidade alienada e manipulada que se desenvolve na relação da subsunção do trabalho ao capital. Nesta relação, o trabalho alienado reduz o tempo livre dos trabalhadores à realização das suas funções praticamente limitadas às necessidades animais acoplado ao caráter prioritário da produção dos valores objetivados como mera mercadoria, ou seja, o valor-de-uso é subsumido ao valor-de-troca (MARX, 2006).

Por esse prisma, recorreremos ao capítulo V de O Capital, no qual Marx elucida o processo de produção de mais-valor dado por meio do trabalho excedente, resultando numa ditadura da divisão social do trabalho baseado no valor de uso subsumido pelo valor de troca objetivado em forma de trabalho abstrato. Dito de outro modo, Marx (2008) analisa como se desenvolve o processo de exploração do homem pelo homem – chamado de trabalho alienado nos Manuscritos de Paris – revelado por meio da produção da taxa de mais valia.

## 2.2 O trabalho alienado no Capítulo V de O Capital

Vale salientar que antes de Marx tratar em sua obra O Capital a alienação do trabalho em forma de mais-valor assumindo caráter de trabalho abstrato, Marx (2006), no Capítulo V dessa obra<sup>19</sup>, explicita os níveis degradantes de exploração vivenciados

---

<sup>19</sup> Vale salientar que antes de Marx tratar em sua obra O Capital a alienação do trabalho em forma de mais-valor assumindo caráter de trabalho abstrato, nos **Grundrisse** Marx (2011) revela o papel da alienação na transformação do valor de uso em mercadoria: “Como o valor de uso se transforma em mercadoria? [Em] suporte *valor de troca*. Apesar de imediatamente unidos na mercadoria valor de uso e valor de troca também se dissociam imediatamente. O valor de troca não só aparece determinado pelo valor de uso, como, pelo contrário, a mercadoria só devém mercadoria, só se realiza como valor de troca, na medida em que o seu possuidor não se relaciona com ela como valor de uso. É unicamente por sua **alienação [Entäuserung], sua troca por outras mercadorias**, que ele se apropria de valores de uso. **Apropriação pela alienação [Entäuserung] é forma fundamental do sistema social da produção do qual o valor de troca aparece como expressão mais simples, mais abstrata.** O valor de uso da

pelos trabalhadores, como por exemplo, o controle da produção realizado pelos capitalistas. Por isso, Marx revela que o intuito dos exploradores em relação aos explorados é de extrair ao máximo a taxa de mais-valia proveniente do trabalho excedente, ou seja, o trabalho não pago aos trabalhadores.

Dessa maneira, Marx (2006) chama atenção para o tipo de cuidado realizado pelo capitalista:

O capitalista cuida em que o trabalho se realize de maneira apropriada e em que se apliquem adequadamente os meios de produção, **não se desperdiçando matéria-prima e poupando-se o instrumental de trabalho**, de modo que só se gaste o que for imprescindível a execução do trabalho (p. 209, grifos nossos).

No capitalismo, as relações entre os indivíduos são valorizadas pela força de trabalho transformada em mercadoria, esta assume um caráter de uma coisa qualquer disponível para quem tem condições de comprá-la. No caso dos trabalhadores, eles têm somente sua força de trabalho para ser vendida como mercadoria e, assim, explorada sob a forma de mais-valia por meio do trabalho abstrato<sup>20</sup>. Em suma, compreendemos que a burguesia se apropria do trabalho excedente, pagando ao trabalhador, o estritamente necessário para que sua força de trabalho possa se reproduzir.

Sob essa argumentação, afirmamos que a lógica da exposição de Marx (2006) sobre a teoria do valor ao fazer primeiro a redução qualitativa e só depois a quantitativa visa demonstrar e combater os críticos da teoria do valor, os quais atribuíam ao trabalho qualificado a condição de criador de mais-valor, não percebendo que, na verdade, o que estava presente na criação da mais-valia era fundamentalmente a produção do trabalho abstrato.

Dessa forma, Marx (2006) revela essa relação do indivíduo como coisa, explicando que: “[...] O processo de **trabalho é um processo que ocorre entre coisas**

---

mercadoria é pressuposto, mas não para seu dono, e sim para a sociedade como um todo” (p. 756, grifos no original e nossos).

<sup>20</sup> Conforme Mendes Segundo (2005) fundamentada em Marx: “**O trabalho abstrato é uma categoria específica da forma histórica da organização da produção capitalista, em que o dispêndio fisiológico de energias físicas ou intelectuais do trabalhador é apropriado pelo capitalista como único fator capaz de criar mais-valia.** É na relação com o capital que a força de trabalho demonstra ser uma mercadoria especial, pois é a única a possuir o caráter de se autovalorizar e criar uma fonte de energia excedente (mais-valia) apropriada por quem detém os meios de produção, no caso, os capitalistas” (p. 37, grifos nossos).

**que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem.** O produto desse processo pertence-lhe **do mesmo modo que o produto do processo de fermentação em sua adega**” (p. 210, grifos nossos). Precisamente por essa explicação, compreendemos que a força de trabalho é coisificada ao ponto de os trabalhadores serem obrigados a vendê-la para conseguir sua subsistência.

Ademais, no mesmo Capítulo de O Capital, Marx (2006) revela a importância da taxa de produção da mais-valia, afirmando que “[...] **o vendedor da força de trabalho, como o de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor-de-troca e aliena seu valor-de-uso.** Não se pode receber um, sem transferir o outro” (p. 218, grifos nossos)

Portanto, entendemos que Marx (2006) trata a lógica da reprodução das mercadorias aplicada à relação entre os indivíduos. Em virtude disso, podemos entender a existência do processo de exploração do trabalho expressa pelo processo de extração da taxa de produção da mais-valia. Ao mesmo tempo, identificamos que para Marx (2006) a burguesia não tem como produzir só valor de uso e, também, não tem como produzir só valor de troca, mas necessita produzir valor de troca acrescido de valor excedente, fruto da extração de mais-valia.

Desse modo, na relação entre capitalista e trabalhador, temos a produção de riqueza para o primeiro, enquanto o segundo sofre as consequências de uma vida miserável advinda da exploração do trabalho. Pois, como insiste Marx (2006), a exploração dos trabalhadores e a reificação dos indivíduos representam a expressão do sentimento de felicidade para os capitalistas.

É, por conseguinte, que presenciamos a reificação das relações entre os indivíduos, na qual a exploração e a mortificação dos trabalhadores significam o gozo e a alegria para os não-trabalhadores. Impelidos pela lógica da acumulação, estes últimos só podem preocupar-se em embutir valor excedente na mercadoria comprada, consumida e, depois, vendida com mais valor, fruto da exploração do trabalho.

Justamente sob esses elementos expostos, Marx (2006) elucida:

[...] **A manutenção cotidiana da força de trabalho custa apenas meia jornada inteira,** e o valor que sua utilização cria num dia é o dobro do próprio valor-de-troca. Isto é **uma grande felicidade para o comprador,** sem constituir injustiça contra o vendedor (p. 218, grifos nossos).

Nesse sentido, a fim de produzir resultados significativos para o entendimento onto-crítico da realidade, Marx (2006) esclarece que essa forma de exploração do homem pelo homem ocorre na sociedade capitalista de maneira legítima e justa para a legalidade burguesa. Além disso, entendemos ainda que no final de todo o processo de expropriação da força de trabalho<sup>21</sup> dos trabalhadores, pelas vozes da sociabilidade burguesa, os não-trabalhadores ainda são, ironicamente, definidos como os responsáveis pela criação da riqueza material socialmente produzida pelos indivíduos que efetivamente trabalham.

Por essa argumentação, compreendemos que a efetivação da miséria da maioria dos indivíduos é condição objetiva para que a minoria possa usufruir de privilégios peculiares à exploração advinda da relação valor de uso subsumido ao capital. Com isso, ocorre o acesso plenamente desigual ao patrimônio historicamente acumulado e construído pela humanidade ao longo dos tempos. Isso se configura em mais uma consequência degradante proveniente da “diversão” dos capitalistas, isto é, de sua forma de usurpar a força de trabalho explorando os trabalhadores em detrimento do seu desenvolvimento genuinamente humano, pois, a força de trabalho vale mais na relação com capital do que fora dela; o trabalho como equivalente geral valoriza-se e autovaloriza o capital. Entretanto, fora dessa relação, o trabalho como especialização, constitui apenas do ponto de vista do capital, uma utilidade necessária ao homem na sua sobrevivência.

Com efeito, Marx (2006) salienta que o sorriso jovial do capitalista dar-se-á à custa da exploração dos trabalhadores:

[...] nosso capitalista recobra sua fisionomia costumeira com um sorriso jovial. **Com toda aquela ladainha, estava apenas se divertindo às nossas custas.** Deixa esses e outros subterfúgios e embustes por conta dos professores de economia pagos para isso. **Ele é um homem pago que nem sempre pondera o que diz fora do negócio,** mas sabe o que faz dentro dele (p. 217-8, grifos nossos).

---

<sup>21</sup> Nesse contexto, Mendes Segundo (2005) recupera em Marx a duplicidade do trabalho: “[...] **Marx explica o duplo aspecto do trabalho, trabalho concreto útil, cuja função é criar valores de uso, e trabalho abstrato,** que produz valor e a mais-valia para aquele que compra a mercadoria trabalho. Quando o processo da **relação de troca se realiza, se abstrai o trabalhador geral, com todas as suas determinadas especificidades ou profissões,** e entra somente nessa relação de troca a mercadoria força de trabalho” (p. 38, grifos nossos).

Identificamos, outrossim, como Marx retoma em *O Capital*<sup>22</sup> a alienação presente entre os indivíduos já posta em seus *Manuscritos de Paris*, pontuando a relação do trabalho alienado do trabalhador em relação ao não-trabalhador, e deste em relação àquele, contrapondo a felicidade dos possuidores do dinheiro e a mortificação dos não possuidores do dinheiro.

Nesse sentido, as relações de exploração alienadas são desenvolvidas pela produção do valor contra o valor, ou seja, o valor de uso é subsumido ao valor de troca. Dito de outra forma, podemos concluir que o processo de produzir valor está diretamente relacionado ao valor excedente gerado por meio da produção de mais-valia. Ou melhor explicando, entendemos que a partir da expropriação do valor excedente de trabalho, temos a configuração explícita do trabalho não pago ao trabalhador e, ao mesmo tempo, tomado pelo capitalista.

Com efeito, é justamente nesse contexto que Marx (2006) explica a relação existente entre a produção de valor e a produção de mais-valia:

Comparando o processo de produzir valor com o de produzir mais-valia, veremos que o segundo só difere do primeiro por se prolongar além de certo tempo. O processo de produzir valor simplesmente dura até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um equivalente. Ultrapassando esse ponto, o processo de produzir valor torna-se processo de produzir mais-valia (valor excedente) (p. 220, grifos nossos).

Ademais, o valor excedente quantitativo de trabalho se origina do prolongamento do processo de trabalho em forma de mais-valia, ou seja, a expropriação da força de trabalho dos indivíduos pelos capitalistas. Nessa mesma linha de raciocínio, Marx (2006) esclarece-nos a questão acima mencionada com a seguinte abstração: “[...] **a mais-valia se origina de um excedente quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho**, tanto no processo de produção de fios, quanto no processo de produção de artigos de ouriveria.” (p. 22, grifos nossos).

Por meio do entendimento da extração de mais-valia, podemos compreender o processo de reprodução social no capitalismo que privilegia o mundo das coisas com a

---

<sup>22</sup> Na obra *Grundrisse*, Marx (2011) esclarece: “[...] A produção do valor de troca, sobre cuja superfície acontece troca livre e igual de equivalentes, é no fundo troca de *trabalho objetivado como valor de troca pelo trabalho vivo que como valor de uso*, ou, como também pode ser expresso, comportamento do trabalho em relação às suas condições objetivas – e, por essa razão, com a objetividade criada pelo próprio trabalho – como propriedade alheia: *alienação [Entaufserung] do trabalho*. Por outro lado, é **condição do valor de troca ser mediado pelo tempo de trabalho**, e, por isso, o trabalho vivo – não o seu valor – como medida dos valores (p. 424, grifos no original)

intensificação da fetichização das mercadorias. Esta contribui para a reificação das relações entre os homens com o agravamento da extração de mais-valia. Então, a forma de reprodução social do capital, com o desenvolvimento da divisão social do trabalho, faz com que a produção das mercadorias pelo processo de trabalho e de produção de mais-valia não se converta em desenvolvimento das personalidades dos indivíduos para além dos seus particularismos.

Dessa maneira, entendemos, com base em Marx (2006) que o valor de uso é cada vez mais subsumido ao valor de troca, o trabalho concreto subsumido trabalho abstrato, pois esses elementos demonstram como o sistema do capital também tem a capacidade de fazer com que o funcionamento dos setores genuinamente produtivos dependa dos setores parasitários. Estes setores, por sua vez, são caracterizados por um número crescente de indivíduos, os quais são dependentes na qualidade de consumidores dos seus produtos. Ao mesmo tempo, essa dependência do setor parasitário é gerada pela necessidade dos trabalhadores produtivos como vendedores da sua força de trabalho produtiva. Sendo assim, a venda da força de trabalho é mercantilizada por causa da necessidade dos trabalhadores terem o seu sustento em troca de um salário. Este expressa o tempo necessário para os trabalhadores serem capazes de se reproduzir.

Além disso, a apropriação da mais-valia extraída do trabalho vivo pelo capitalista é revelada pela produção do tempo de trabalho excedente e pela geração do trabalho morto. Com isso, compreendemos que a produção está diretamente relacionada ao fato do processo de alienação do trabalho ser fundado pelo valor de troca e mediado pelo tempo de trabalho necessário para o trabalhador poder se reproduzir em troca de um salário.

Por fim, ressaltamos que no primeiro momento deste capítulo analisamos o trabalho alienado nos Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844, o qual assume a forma de trabalho abstrato – por meio da produção da taxa de mais valia revelada pela apropriação do trabalho excedente pelo capitalista – no Capítulo V de O Capital. Em virtude disso, identificamos que esse momento ontológico de fundamentar o entendimento do trabalho alienado em Marx é importante para melhor compreendermos o agravamento das formas de exploração do trabalho operado pela produção de valor excedente do trabalho.

Justamente por essa linha de fundamentação, frisamos que durante o desenvolvimento desse capítulo, elucidamos alguns pressupostos teóricos sobre o

trabalho alienado em Marx (2008; 2006) como um complexo socialmente e historicamente construído e, logo imediatamente, como uma necessidade da reprodução da sociabilidade de classes, para podermos realizar, na próxima seção, um ensaio de compreensão sobre a problemática da alienação – expressão utilizada por Lukács – em sua obra *Para uma Ontologia do Ser Social*.

### 3 A FORMA ATUAL DA ALIENAÇÃO NA PERSPECTIVA DA ONTOLOGIA DO SER SOCIAL DE LUKÁCS

Para tratarmos da problemática da alienação no contexto da crise estrutural do capital e seus rebatimentos no complexo da educação, traremos um breve resgate da nossa dissertação de mestrado – mais especificamente do subcapítulo – intitulado considerações acerca dos fundamentos ontológicos da alienação.

Em seguida, realizaremos um ensaio de compreensão da terceira parte – *La base oggetiva dell’estraniazione e del suo superamento. La forma atual e dell’estraniazione* (A base objetiva da alienação e de sua superação. A forma atual da alienação) – do último capítulo da obra *Para uma Ontologia do Ser Social*, de Gyorgy Lukács, intitulado *Alienação* (p. 727-808 na tradução realiza pela professora Maria Norma Alcântara de Brandão Holanda da UFAL). Entendemos que esse percurso adotado irá nos fornecer os fundamentos para uma melhor compreensão do próximo momento do nosso estudo, pois este consiste no exame onto-histórico da alienação no contexto da crise estrutural do capital na obra *Para Além do Capital*, de István Mészáros.

Desse modo, iniciamos o nosso estudo com uma leitura imanente do capítulo supracitado numa tentativa de ser o mais fiel possível à análise empreendida por Lukács no que diz respeito à forma atual da alienação e sua possibilidade de superação. Iremos revisitar as contribuições da professora Maria Norma Alcântara Brandão de Holanda<sup>23</sup> (2005) por meio de sua relevante tese de doutoramento: *Alienação e Ser Social: determinações objetivas e subjetivas*.

Destacamos que essa autora realiza uma análise minuciosa de todo o capítulo quarto de *Para uma Ontologia do Ser Social*, enquanto nós restringimos o nosso ensaio de compreensão aos fundamentos ontológicos da alienação e a forma atual da alienação e sua possibilidade de superação.<sup>24</sup> Por esse prisma, reconhecemos a relevância da tese da professora Norma Holanda (2005) para os nossos estudos, tanto no que diz respeito ao resgate dos fundamentos ontológicos da alienação em nossa

---

<sup>23</sup> Devido as várias formas encontradas de referenciar o nome da professora Maria Norma Alcântara de Brandão Holanda ao longo das suas publicações, adotaremos nas referências bibliográficas dessa tese a versão utilizada no seu currículo lattes: HOLANDA, M. N. A. B.

<sup>24</sup> Com isso, desejamos unir elementos que nos possibilitem penetrar às raízes do entendimento acerca da alienação no contexto da crise estrutural do capital e seus desdobramentos no complexo da educação.

dissertação<sup>25</sup> de mestrado, como no curso de doutoramento, no qual estamos sempre recorrendo às suas contribuições para tentarmos compreender a base atual da alienação e sua possibilidade de superação.

### 3.1 Um breve resgate dos fundamentos ontológicos da alienação

Apontaremos, brevemente, alguns elementos que podem contextualizar a realização dos fundamentos teóricos adotados, os quais nos apoiamos para o desenvolvimnto desse estudo. Para tanto, explicitamos, rapidamente, o entendimento acerca dos fundamentos ontológicos da problemática da alienação, nos marcos da ontologia marxiano-lukacsiana como o ponto de partida desenvolvido nesse capítulo.

Compreendemos que para Lukács (1981) a alienação não é uma condição eterna da vida humana:

[...] **um fenômeno exclusivamente histórico-social** que apresenta em determinada altura do desenvolvimento existente, a partir desse momento, assume na história formas sempre diferentes, cada vez mais claras. Logo, **a sua constituição não tem nada a ver com uma condition humaine geral** e tanto menos possui uma universalidade cósmica (p. 01, grifos nossos).

Sob esse aspecto, Norma Holanda (2005) adota o mesmo raciocínio do filósofo húngaro, elucidando o caráter histórico e complexo contido na problemática da alienação<sup>26</sup>,

[...] alicerçada nos princípios ontológicos fundamentais de Marx, considera ser este um fenômeno – a exemplo dos demais fenômenos do mundo dos homens – portador de continuidade histórica. **Mas nenhum deles é tão universal no tempo quanto à alienação**, categoria que ao longo do desenvolvimento econômico-social tem se apresentado sob diferentes formas e conteúdos (p. 25, grifos nossos).

<sup>25</sup> Outra relevante contribuição, para a elaboração da nossa dissertação, diz respeito à análise empreendida por Costa, G. (2007), na obra *Indivíduo e Sociedade: sobre a teoria de personalidade em Georg Lukács*. Além da tese da professora Betânia Moraes (2007) acerca do relevante papel dos indivíduos presente na obra marxiana, intitulada: *As bases ontológicas da individualidade humana e o processo de Individuação na sociabilidade capitalista: um estudo a partir do Livro Primeiro de O Capital de Karl Marx*.

<sup>26</sup> Nessa esteira, entendemos que Braga (2011) baseada em Lukács reforça os fundamentos ontológicos da alienação: “Lukács (1981) introduz sua análise sobre os fundamentos ontológicos da alienação, evidenciando **que esta não é uma condição humana inerente aos indivíduos** e, consequentemente, como todo complexo histórico, as alienações assumem características peculiares a cada sistema sócio-econômico específico de um dado momento da reprodução social, configurando-se, dessa maneira, **como um complexo histórico que pode vir a ser superado ou agravado**” (p. 56, grifos nossos).

Diante da realidade contraditória e dialética historicamente construída pelos indivíduos, a alienação não deve ser considerada como a única forma de objetivação e exteriorização do processo de desenvolvimento social. Desse modo, as formas de objetivações e exteriorizações dos indivíduos podem contribuir para reproduzir ou revolucionar a sociabilidade burguesa. Nessa perspectiva, a construção da passagem entre as objetivações e exteriorizações da generidade-em-si e aquelas para-si, na sua relação com a personalidade particular e não-mais-particular, revela duas linhas dinâmicas de objetivações e exteriorizações dos indivíduos: uma de submissão aos mecanismos de manipulação e a outra de resistência contra as diversas formas de manipulações alienadas peculiares à sociabilidade de classes.

Dessa maneira, a partir de Lukács (1981) podemos inferir que a problemática da alienação tem relação direta com a formação da personalidade dos indivíduos na vida cotidiana. Tal fato ajuda-nos a compreender em que medida a efetiva aproximação do gênero não-mais-mudo com relação à generidade para-si, dar-se-á com o amadurecimento da generidade em-si. Esse processo está diretamente relacionado com as objetivações realizadas pelos indivíduos e os retornos desses atos em forma de exteriorização, formando um complexo reflexivo de atitudes objetivas e subjetivas que poderão contribuir para o desenvolvimento (não-mais-particular) ou para a deformação (particular) das personalidades dos indivíduos.

Nessa relação de vínculo indissoluto, entre a generidade para-si e a personalidade não-mais-particular, é que podemos compreender a superação efetiva da mudez do gênero humano, ou seja, como os indivíduos podem se desenvolver para além de sua personalidade particular. Nesse sentido, ressaltamos que a elevação espiritual dos indivíduos, apesar de sua grande relevância, não pode ser vista como um seguro remédio contra as diversas formas de alienação peculiares à sociabilidade de classes. Pois o componente do modo de produção econômico-social pode vir a deformar a conduta dos homens de personalidade não-particular, colocando em segundo plano toda resistência ideológica individual, sem nunca anulá-la por completo.

Por ser a alienação um fenômeno também ideológico, segundo Lukács (1981), no contexto da sociabilidade de classes permeado de formas ideológicas alienadas, salientamos que existe a possibilidade de um mesmo indivíduo alienado ideologicamente se contrapor, no âmbito do ser social, à lógica da manipulação. Então frisamos que a partir da análise do movimento dialético da história, passamos a

compreender a realidade cotidiana de maneira genuinamente refletida e vinculada com a totalidade em busca do processo da construção da consciência para-si.

Portanto, entendemos que a relação existente entre o gênero humano e a formação das personalidades dos indivíduos é de grande relevância para compreendermos as raízes das diversas formas de alienação provenientes das sociedades de classes. Até porque a problemática da alienação constitui-se em obstáculo para a superação efetiva da mudez do gênero humano em-si e da personalidade particular, ou seja, é na luta pela efetiva relação entre generidade para-si e personalidade não-mais-particular que se fundamenta a luta contra as diversas formas de alienação, estas que são responsáveis pela deformação das personalidades dos indivíduos.

Aqui, de acordo com os posicionamentos de Lukács (1981), buscamos realizar uma síntese aproximativa sobre as bases ontológicas do problema da alienação, apontando em primeiro lugar que “[...] toda **alienação é um fenômeno que tem fundamento socioeconômico** e, sem uma clara mudança da estrutura econômica, **nenhuma ação individual é capaz de mudar nada** de essencial em tais fundamentos” (p. 66-7, grifos nossos).

Em segundo lugar, asseveramos que toda alienação é um fenômeno também ideológico e, portanto, “[...] cada momento subjetivo da alienação pode vir a ser superado **somente mediante posições práticas corretas do indivíduo** em questão com o qual ele mude em termos efetivos, práticos” (LUKÁCS, idem, p. 66-7, grifos nossos).

Em terceiro lugar, reafirmamos que a problemática da alienação só poderá ser compreendida em seus fundamentos ontológicos se a tratarmos como um fenômeno social concreto e plural. Nos termos postos, Lukács (1981) explica:

[...] **todas as formas de alienação operantes em um dado período são, em definitivo**, baseadas na mesma estrutura econômica da sociedade. Por isso, a sua superação objetiva pode – não: deve – ser realizada mediante a passagem a uma nova formação ou a um período estruturalmente diverso da mesma formação (p. 66-7, grifos nossos).

Dessa maneira, por meio do pensamento lukacsiano revela-se, ademais, a grandeza da compreensão dessa problemática como um projeto revolucionário para erradicar a sociedade capitalista, afirmando que:

**Não se trata aqui de um caso que em toda crítica radical, revolucionária, de uma ordem social, que aponte para transformações reais** ou, pelo menos, para uma reforma de fundo, estejam presentes tendências a reconduzir teoricamente as várias formas de alienação à sua raiz social comum, para erradicá-las juntamente com esta (p. 67, grifos nossos).

Desse modo, dada a complexidade do pluralismo ontológico da alienação, Lukács (1981) analisa as possibilidades e perspectivas de superação dessa problemática. Estas são analisadas como um resultado dos problemas concretos da realidade social por meio da superação do indivíduo alienado. Por isso, compreendemos que a possibilidade de vislumbrarmos indivíduos capazes de lutar em prol da emancipação humana só pode ser realizada quando levarmos em consideração a importância de suas consciências articuladas ao mundo objetivo formando o complexo contraditório e dialético da práxis<sup>27</sup> social.

Sendo assim, a conduta de vida dos indivíduos e suas ações cotidianas são fundamentais para a construção de possibilidades de superação das formas de manipulação da sociabilidade burguesa. Contudo, vale frisar que a superação de uma forma de manipulação não significa, necessariamente, o fim das outras alienações<sup>28</sup>.

Nessa direção, Lukács (1981) ressalta:

Os problemas concretos que nascem de tal estado de coisas, isto é, do **pluralismo ontológico da alienação**, poderão ser discutidos em termos adequados em seu significado somente **na Ética**. Sendo este é um dos maiores obstáculos ao tornar-se-homem, tornar-se-pessoa, do homem (p. 67-8, grifos nossos).

Sob essa mesma perspectiva, Lukács (1981) prossegue explicando que a ontologia do ser social pode apontar possíveis caminhos com relação à problemática da alienação, esclarecendo a necessidade dos indivíduos lutarem contra esse pluralismo ontológico. Todavia, esse fato não implica que Lukács (1981) desenvolve uma análise subjetivista.

Para esse autor, os indivíduos estão sempre vinculados ao movimento dialético da totalidade:

---

<sup>27</sup> Dessa forma, afirmamos que a práxis é uma categoria muito cara ao marxismo, e nesse momento não teremos condições de analisá-la cuidadosamente como fez Vázquez em sua obra *Filosofia da Práxis*. Todavia, fazemos questão de explicitar que nossa concepção de práxis está fundada na teoria marxiana, como podemos concordar com o posicionamento de Vázquez (2007) acerca da problemática da práxis: “**Com MARX**, o problema da práxis **como atividade humana transformadora** da natureza e da sociedade passa para o primeiro plano. **A filosofia se torna consciência, fundamento teórico e seu instrumento**” (p. 109, grifos nossos).

<sup>28</sup> Vale lembrar a advertência de Lukács (1981) acerca de um trabalhador que ao lutar contra a opressão vivenciada em seu trabalho, não necessariamente, estará lutando contra outros tipos de alienação. Pelo contrário, esse mesmo indivíduo que desenvolveu uma consciência aplicada à luta de classes no trabalho, ao chegar em seu lar, poderá vir a tratar sua esposa e filhas de forma opressora e hostil. Por isso, o filósofo húngaro menciona a relevância da ética como mecanismo de superação da lógica de opressão e subjugação de um homem em relação ao outro, em todas as possíveis dimensões.

[...] como entendem ao contrário as várias correntes filosóficas ou psicológicas da nossa época, estão habituadas a aproximar-se de tais questões com o seu atual aparato de ideias. **Uma personalidade ontologicamente independente da sociedade na qual vive**, não pode existir e, portanto, essa **contraposição tão difundida entre a personalidade e sociedade não é mais que uma abstração vazia** (p. 67-8, grifos nossos).

Ademais, negar o papel efetivo dos indivíduos é tarefa das concepções burguesas com o objetivo de intensificar os mecanismos de alienação para que as personalidades particularistas continuem em-si, sem denunciar as mazelas<sup>29</sup> criadas pelas sociedades de classes. Diante de tantas mazelas reproduzidas nesse contexto, podemos destacar os desdobramentos provenientes da violência. Por isso frisamos que no capitalismo a violência é ainda mais intensificada com as diversas formas de alienação sofridas pelos indivíduos.

Contrariamente as concepções científicas as quais contribuem com a reprodução do capitalismo e, conseqüentemente, com as degenerescências dos indivíduos, Lukács (1981) considera o significado da verdadeira individualidade em conexão com a possibilidade efetiva da construção da generidade para-si, como atestam as linhas abaixo:

Quanto mais **um problema de alienação atinge e mobiliza pessoalmente um homem na sua verdadeira individualidade**, tanto mais ele é social, genérico. Portanto, as ações deste homem tanto mais nitidamente miram a generidade para-si, quanto mais se tornam pessoais, a prescindir do fato que ele desta tenha clara e verdadeira consciência (p. 68, grifos nossos).

Não podemos esquecer que o filósofo húngaro conclui sua complexa e rigorosa formulação sobre a forma ontológica da alienação afirmando que seu estudo se condensa apenas em notas introdutórias sobre o complexo da alienação, mesmo diante da sua vasta obra. Nesse contexto, Lukács (1981) baseado em Marx ressalta a relevância de estudarmos esse objeto no seu plano concreto do ser social em seu sentido ontológico. Dito de outro modo, o autor demonstra que seria um tortuoso caminho adotar um conceito geral para a alienação como fenômeno único, tendo em vista que na sociabilidade de classes são necessárias várias formas de alienação para a efetivação da subsunção do trabalho ao capital. Nesta, presenciamos o processo da exploração do

---

<sup>29</sup> Sobre a relação existente entre capitalismo, violência e alienação, trataremos esse assunto mais cuidadosamente no subcapítulo seguinte.

homem pelo homem, o qual por sua vez, é apoiado em vários mecanismos da processualidade<sup>30</sup> alienada instaurada na vida cotidiana dos indivíduos.

Precisamente por isso, identificamos que as diversas formas de alienação são compostas por um complexo processo de manipulação imposta aos indivíduos em sua processualidade, sendo justamente por meio desse processo que estudamos seu funcionamento. Em virtude disso, podemos observar, a partir das linhas abaixo, a análise realizada por Lukács (1981) acerca da relação existente entre a alienação e a sua específica processualidade, qual seja:

**A alienação, portanto, no plano do ser não é jamais algo estático, mas** representa sempre um processo que se desenvolve em um complexo: a inteira sociedade e a singular individualidade do homem. **Esta processualidade, como sempre na sociedade,** na qual é a posição teleológica dos indivíduos a constituir a base essencial, consta necessariamente destas posições, de um lado, e das séries causais que elas colocam em movimento, do outro (p. 69-70, grifos nossos).

Reiteramos que a problemática da alienação só pode ser compreendida radicalmente e dialeticamente se examinarmos este complexo de forma processual, ou melhor, como um processo. Este expressa a dialética existente entre a sociedade e os indivíduos particularizados. Em outras palavras, a alienação revela o nível processual da conexão do gênero humano com a formação das personalidades dos indivíduos.

Por conseguinte, frisamos que a luta contra as formas de alienação é uma questão decisiva para o indivíduo, assim como o efeito desta, na formação da personalidade do indivíduo assume o papel de intervenção modificadora. Nesse sentido, a resistência deve ser objetivada como fundamento da realização da vida cotidiana de cada trabalhador na luta diária contra os diversos processos de alienação.

Portanto, dentro do campo de possibilidades entre alternativas que encontramos na totalidade, podemos optar por uma vida dotada de comodismo em relação às diversas formas de alienação, ou, contrariamente, poderemos heroicamente optar por uma vida de luta e resistência contra as amarras que impedem o homem de viver emancipado de qualquer forma de opressão.

Procuramos evidenciar os elementos centrais dos fundamentos ontológicos do problema da alienação, os quais Lukács (1981) anuncia, cabe ressaltar, como notas

---

<sup>30</sup> Falamos em processualidade alienada, porque além de ser uma expressão adotada por Lukács (1981), este afirma que devemos entender em que medida se dá o processo ou processualidade da construção da alienação.

introdutórias, mesmo diante de um texto tão rico e complexo. Com efeito, vimos a profundidade com que o filósofo húngaro trata a alienação, como um fenômeno, outrossim, ideológico. Logo entendemos que a luta dos indivíduos contra as diversas formas de alienações na sociabilidade de classes assume um caráter também ideológico.

Por fim, Lukács (1981) ressalta a luta como instrumento fundamental para a resistência e denúncia teórico/prática contra o processo de manipulação alienada. Com isso, poderemos vislumbrar possibilidades de construção de uma sociabilidade emancipada para a constituição de indivíduos de personalidade não-mais-particular. Além disso, Lukács (1981) demonstra como a análise acerca das personalidades dos indivíduos explicita as raízes de uma dada forma de sociedade:

Aquilo que denominamos **forças próprias tem ao contrário as suas raízes na personalidade originária** (mas, desenvolvidas nas interações com a sociedade) do indivíduo em questão, todavia **o seu avançar ou regredir se realiza no âmbito de um ininterrupto processo de apropriação dos resultados passados e presentes do desenvolvimento da sociedade** (p. 71, grifos nossos).

Sob essa explicação, o filósofo húngaro continua sua explicação acerca da formação das personalidades enfatizando o poder que os indivíduos históricos exercem na luta contra as diversas formas de alienação. Em virtude disso, Lukács (1981) destaca o caráter dialético da problemática da alienação, representando um processo não estático:

Aquilo que agora é **o conteúdo da vida do indivíduo**, isto é, a convicção (que pode ser uma simples sensação ou uma vaga ideia) **da realidade da generidade para-si, é ainda a arma; que está disponível para ele, mais eficaz contra a alienação**. São essas lutas, o seu progredir e regredir, que constituem o modo de ser da alienação. **A sua imediata estaticidade é apenas uma aparência** (p. 71, grifos nossos).

Ademais, o processo de conscientização dos indivíduos pode criar possibilidades de superação da personalidade em-si e de lutarmos pela construção do gênero humano para-si, em busca do desenvolvimento autêntico dos indivíduos. Precisamente por isso, Lukács (1981) explica que o processo de alienação é um fenômeno contraditório e dinâmico. Entretanto, ao analisarmos a problemática da alienação no nível da aparência poderemos constatar que se trata de um fenômeno meramente estático. Mas essa condição aparentemente estática da alienação não revela a essência dinâmica e contraditória contida nas relações entre os indivíduos.

Na continuidade dessa análise, podemos reforçar a relação existente entre a formação da personalidade dos indivíduos e a luta contra a alienação em prol da construção da autêntica história da humanidade, como bem identifica Costa, G. (2007) fundamentada em Lukács:

Os processos alienantes agem no sentido de manter a personalidade somente no nível da particularidade e apenas **sua elevação a uma personalidade autêntica, no plano da consciência, pode aspirar à constituição de uma generidade humana para-si**. Impulsionada pela necessidade, **uma personalidade pode revelar-se autêntica se consegue superar os resíduos da mudez natural**, mostrando-se como ser humano inteiro que se propõe a promover **a unidade entre personalidade e gênero humano, e somente assim pode tornar-se sujeito ativo** de uma autêntica história da humanidade (p. 160, grifos nossos).

Sendo assim, consideramos que nesse estudo realizamos uma primeira aproximação dos fundamentos ontológicos da problemática da alienação, para podermos compreender, em seguida, a atual base objetiva da alienação e os mecanismos para sua superação.

### 3.2 Elementos para compreender a forma atual da alienação

Nesse subcapítulo da nossa pesquisa, iremos revelar a fundamentação contida na terceira parte do capítulo da Alienação – na obra Para uma Ontologia do Ser Social, de Gyorgy Lukács (p. 727-808) – intitulada: *La base oggetiva dell'estraniacione e del suo superamento. La forma atual e dell'estraniacione* (A base objetiva da alienação e de sua superação. A forma atual da alienação) de acordo com a tradução da professora Norma Holanda da Universidade Federal de Alagoas. Então, esse percurso analítico nos fornecerá os fundamentos para uma melhor compreensão do próximo momento desse estudo, o qual consiste no exame da categoria alienação no contexto da crise estrutural do capital na obra Para Além do Capital, de István Mészáros.

Dessa maneira, Lukács (1981) inicia sua análise pontuando que para entendermos o desenvolvimento da base objetiva da alienação na forma atual do capitalismo, devemos elucidar a importância de algumas formas de manipulação que compõem a reprodução da relação capital-trabalho. Ao mesmo tempo, o autor identifica essas manipulações com o objetivo de apontar para possibilidade de suas superações.

Justamente por isso, Lukács (1981) entende que no próprio interior dos mecanismos da sociabilidade burguesa, presenciamos uma lógica econômica com o

objetivo de atender e legitimar a reprodução da manipulação e exploração do homem pelo homem, pois são diversas formas de alienação que perfazem a totalidade social no sistema capitalista. Todavia, se não analisarmos as mediações de cunho ideológico que dão sustentabilidade à relação capital-trabalho, não teremos como superar uma das formas mais violentas de exploração, qual seja: o fenômeno da alienação no capitalismo.

Dessa forma, entendemos que muitas formas ideológicas (sempre vinculadas ao modo de produção existente em um dado período histórico) são utilizadas com o objetivo de estruturar melhor a exploração manifestada pela alienação na sociabilidade burguesa. Ademais, Lukács (1981) esclarece a relação existente entre formas ideológicas e alienação, vinculada à base econômica objetiva, explicitando:

Analisamos, pois intensamente **as formas ideológicas da alienação até onde isto foi possível no âmbito de uma ontologia geral**. A investigação iniciou por este aspecto porque, como vimos, **por mais que a sua existência possa ser determinada pela economia, nunca é capaz de desenvolver-se totalmente, e, portanto, não pode ser superada** de maneira teoricamente correta e praticamente eficaz sem a mediação das formas ideológicas. Porém, **esta ineliminabilidade da mediação ideológica não significa que a alienação seja considerada, sob qualquer aspecto, um mero fenômeno ideológico**; quando para alguém pareça que ela seja como tal, é sempre porque não considera também a base econômica objetiva daqueles processos que na aparência possuem um decurso puramente ideológico (p. 201, grifos nossos).

Lukács (1981) anuncia a determinação geral de Marx sobre o conceito de ideologia, entendendo que esta funciona como um mecanismo social nascido dos próprios conflitos sociais, provenientes dos interesses do contraditório desenvolvimento econômico.

Nesse contexto, A alienação, a economia e a ideologia são complexos distintos, mas que estão interligados numa mesma totalidade social formando, em última instância, a práxis social regida sob o capital. No caso do capitalismo, ou melhor, no processo de exploração e manipulação do homem pelo homem esses complexos são conectados para atender à processualidade da sociabilidade burguesa. Todavia, a ideologia pode assumir (diante da realidade contraditória e dialética) o papel invertido da lógica da reprodução da relação de opressão existente entre capital-trabalho, explicitando, ao mesmo instante, o caráter revolucionário de andar na contraposição reprodução do referido sociometabolismo do capital.

Dessa maneira, as formas ideológicas têm como objetivo primordial apontar processos de solução de conflitos sociais no âmbito do ser social, assumindo o papel

reprodutor ou denunciador da reprodução humana, como podemos conferir a partir dos pressupostos anunciados por Lukács (1981):

Isto quer dizer que desde o início não se fala de uma clara separação de esferas, mas ao invés, de muito complicados processos interativos nos quais o ser social, determinado em primeiro lugar pela economia, induz os homens a resolver com auxílio da ideologia os conflitos que nela surgem. Conteúdo, espécie, intensidade, etc. destes processos de solução de conflitos têm, portanto, uma dupla fisionomia social: ou simplesmente regulam a vida pessoal dos homens singulares para os quais os fundamentos econômicos continuam, todavia a existir e operar objetivamente, isto é, **a mudança é real somente nas reações dos homens singulares a tais fundamentos**, ou então o integrar-se **no plano social das rebeliões singulares produz movimentos de massa com força suficiente para enfrentar com sucesso a luta contra os fundamentos econômicos** das respectivas alienações humanas (p. 201-2, grifos nossos).

Em conformidade com elementos apresentados por Lukács (1981), entendemos que nos referidos fundamentos econômicos, os quais reproduzem as diversas formas de alienação, encontramos uma mediação extremamente importante, qual seja, o complexo da violência. Precisamente por isso, traremos essa discussão com maior cuidado nesse momento do nosso estudo.

### 3.2.1 Economia, violência e alienação

Lukács (1981) além de salientar o papel das formas ideológicas no processo de estruturação das alienações, acrescenta a essa análise a interligação existente entre economia e violência<sup>31</sup>, relacionada aos aspectos extraeconômicos que participam da vida cotidiana dos indivíduos.

Com isso, os complexos da violência e da economia não podem ser analisados de maneira isolada, colocando-se de um lado, os processos econômicos e, do outro lado, os processos extraeconômicos. Ao contrário, a riqueza e complexidade da teoria desenvolvida por Marx e depois recuperada por Lukács, consistem justamente em não polarizar os processos que compõem a totalidade social.

---

<sup>31</sup> Norma Holanda (2005) fundamentada em Lukács revela alguns aspectos acerca da relação existente entre economia e violência: “A investigação lukacsiana sobre esse complexo problemático parte da análise, realizada por Marx, acerca da distinção entre a ‘acumulação primitiva’ e a economia capitalista propriamente dita. Na forma primitiva de acumulação, denominada de ‘pré-história do capital’, tem-se **‘uma série de métodos violentos [...] A expropriação dos produtores diretos é realizada com o mais implacável e sob impulso das paixões mais sujas, mais infames e mais mesquinamente odiosas’**.” (p. 196, grifos nossos).

Nessa linha de raciocínio, Norma Holanda (2005) apoiada em Lukács explica a relação existente entre economia e violência:

**A relação entre economia e violência surge com a sociedade de classes**, mas é somente no capitalismo que esta última deixa de ser de tipo explicitamente brutal e escancarado para se transformar **numa violência sútil, ideologicamente manipulada, “consentida”** (p.196, grifos nossos).

Vale salientar que uma análise ontológica dos fundamentos objetivos da alienação leva em consideração as necessidades dos indivíduos vinculadas à totalidade histórica e social. Esta é composta de vários complexos conectados e, ao mesmo tempo, possuem sua especificidade dentro da práxis social. Assim como anotamos acima, a economia e a violência são dois complexos extremamente interligados, pois a formação do primeiro numa dada forma de sociabilidade pode levar à estruturação do segundo.

Na continuidade da argumentação exposta, observamos que Lukács (1981), fundamentado em Marx, demonstra minuciosamente o entrelaçamento ineliminável entre economia<sup>32</sup> e violência, conforme revela a seguinte citação:

[...] Marx diz com grande precisão histórica-teórica: “a silenciosa coação das relações econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador. Continua-se, é verdade, sempre a usar a força extra-econômica imediata, mas apenas excepcionalmente. Para o curso ordinário das coisas o trabalhador pode permanecer entregue às “leis naturais de produção”, isto é, **à sua dependência do capital, que nasce das próprias condições da produção, e por elas é garantida e perpetuada**”. No âmbito do ser social a necessidade nunca é espontâneo-automática, como na natureza, **mas se comporta “sob pena de ruína” como motor das decisões teleológicas dos homens mediante a sanção do ser**, esta verdade ontológica se manifesta de dois modos: em primeiro lugar, a necessidade puramente econômica, normalmente funcional, da economia capitalista se apresenta como “silenciosa coação”, à qual “para o curso ordinário das coisas” o trabalhador pode se entregar; em segundo lugar, o uso da “força extra-econômica, imediata”, não é negado em absoluto nem mesmo por esta situação normal, mas é considerado simplesmente uma “exceção”. Ou seja, **aqui também onde Marx distingue dois períodos usando como critério a necessidade do uso da força imediata**, torna-se claro o entrelaçamento ineliminável entre economia e violência em cada sociedade anterior ao comunismo (p. 203, grifos nossos).

---

<sup>32</sup> Norma Holanda (2005) baseada na concepção lukacsiana acerca da alienação, retrata os aspectos específicos da economia capitalista: “A economia capitalista enquanto um tipo superior de socialização, ‘faz desaparecer, ao invés, toda barreira deste gênero para o desenvolvimento econômico que parece ter adquirido o caráter de total ilimitabilidade’. **Esta grande reviravolta provocada pelo advento do capitalismo** trouxe consigo um modo particular de sociabilidade e, com ele, um conjunto de problemas de que aqui nos interessa **particularmente os aspectos às bases sociais objetivas do modo de ser da alienação**” (p. 199-200, grifos nossos).

Dessa maneira, com o desenvolvimento especificamente capitalista, o uso da força para oprimir os indivíduos vem adquirindo um caráter totalmente incontrolável. Esta medida é adotada para efetivar e legitimar as bases objetivas da alienação manifestada pela exploração e manipulação do homem pelo homem. Precisamente sob essa argumentação fundamentação lukacsiana, compreendemos que na processualidade da alienação tanto os exploradores quanto os explorados sofrem com essa problemática contraditória estruturada dentro do próprio sistema de alienação. Não obstante, salientamos que os efeitos negativos para a condição da alienação daqueles (conforme Lukács, trata-se de uma alienação com maior comodidade), são bem menos violentos em relação à desumanização sofrida por estes últimos.

Além do mais, ainda sobre o processo de manipulação alienada, Lukács (1981) apela também a Engels para demonstrar a situação de alienação dos indivíduos em sua totalidade, agravada com o processo de divisão social do trabalho. A esse respeito, o mesmo autor adverte:

Não só os operários, mas também as classes que exploram diretamente ou indiretamente os operários são submetidas pela divisão do trabalho, ao instrumento da sua atividade: **o burguês de sórdido espírito miserável** ao próprio capital e à própria afeição dos lucros; **o jurista aos seus ossificados** conceitos jurídicos estereotipados que o dominam como um poder que paira sobre si próprio; **os “extratos cultos” em geral às múltiplas mesquinhez** e unilateralidades do próprio ambiente, **à própria miopia física e espiritual, a sua deformidade produzida pela educação imposta segundo uma especialização e pelo aprisionamento por toda vida natural** durante esta própria especialização, mesmo se depois esta especialização é o puro não fazer nada (p. 206-7, grifos nossos).

Com isso, identificamos o processo de deformação das personalidades dos indivíduos e, logo imediatamente, o agravamento da alienação, ocasionado nos indivíduos (opressores e oprimidos) pelo capitalismo, tendo em vista que o sentido da vida destes consiste no aprisionamento à reprodução do capital. Sendo assim, opressores e oprimidos apresentam a auto-alienação humana convertida na aparência das relações cotidianas fundamentada na relação capital-trabalho, na qual gira em função do ter em detrimento do ser social.

Sobre esse posicionamento, Marx – em seu livro *A Sagrada Família* (2003) – enfatiza a deformação sofrida pelos indivíduos no sistema capitalista, pois os trabalhadores na sociabilidade do trabalho explorado-alienado subsumido ao capital apresentam uma existência desumana dotada de impotência advinda, sobremaneira, das diversas formas de manifestações mistificadas, as quais envolvem o complexo da

alienação, enquanto a burguesia vive sua potência de existência humana aparente por meio da alienação.

Como bem assinala Lukács (1981) apoiado em Marx:

Com ênfase ainda maior e em termos ainda mais gerais Marx tinha falado sobre isso **na Sagrada Família** décadas atrás: **“A classe proprietária e a classe do proletariado apresentam a mesma auto-alienação humana. Mas a primeira classe se sente confortável e reafirmada nesta auto-alienação, sabe que a alienação é a sua própria potência e nela possui a aparência de uma existência humana; a segunda classe sente-se aniquilada nessa alienação, vê nela sua impotência e a realidade de uma existência desumana”**. A alienação, portanto, nas sociedades evoluídas é um fenômeno social universal, que predomina entre os opressores assim como entre os oprimidos, entre os exploradores assim como entre os explorados. A possibilidade de realizações limitadas, isto é, de libertar-se da alienação de maneira apenas individual, no capitalismo é por princípio pelo menos fortemente restrita (p. 207, grifos nossos).

Nesse cenário, a práxis social apresenta prioridade ontológica, em relação aos indivíduos, na luta contra a alienação manipulada da exploração do homem pelo homem na sociabilidade burguesa. Em outras palavras, não é suficiente somente o comportamento de resistência individual na luta contra a problemática da alienação na sociedade capitalista. Entretanto, o fato da práxis social assumir prioridade ontológica não significa que a ação individual não ocupe relevância nesse processo. Pelo contrário, a práxis social é estruturada pelo movimento histórico-social e dialético das subjetividades e objetividades, o qual compõe a totalidade social. Além do mais, entendemos que o papel dos indivíduos é muito importante nessa luta, mas devemos lembrar que estes estão sempre vinculados a um dado contexto histórico-social específico da reprodução do ser social.

Em virtude desse posicionamento, podemos observar o caráter restrito das possibilidades dos indivíduos conseguirem libertar-se da problemática da alienação, pois esta deve ser compreendida com um fenômeno pluridimensional com o peso da objetividade assumindo prioridade ontológico nesse processo. Por consequência disso, reiteramos essa explicação de acordo com a concepção lukácsiana de Norma Holanda (2005):

Dado o caráter de universalidade com que a alienação comparece na sociedade capitalista, **as possibilidades de libertar-se dela de maneira individual ‘é pelo menos por princípio fortemente restrita’**. O que não significa que para Lukács o comportamento individual, do ponto de vista ideológico, não tenha sua importância em face das alienações pessoais e de sua superação. [...] Para o nosso autor, **a práxis social real tem prioridade absoluta na luta contra alienação** (p. 201, grifos nossos).

Desse modo, entender o contexto histórico de cada modo específico de produção é fundamental no processo de estruturação da problemática relação de exploração e manipulação do homem pelo homem. Em qualquer hipótese, a problemática da alienação não pode ser compreendida como um fenômeno autônomo, pois se trata de um complexo proveniente de contextos históricos específicos, como podemos ilustrar por meio da relação existente entre o capitalismo e a forma dos indivíduos<sup>33</sup> reproduzirem-se nesse sistema. Nesse sentido, lembramos que no caso da sociabilidade capitalista, as funções humanas são praticamente reduzidas às funções bestiais<sup>34</sup> como analisa Marx nos Manuscritos Econômico-filosóficos de 1844.

Com o desenvolvimento e o aprofundamento econômico da divisão social do trabalho foi possível proporcionar a satisfação de diversas necessidades criadas pelos indivíduos ao longo dos tempos. O grande problema é que a riqueza material socialmente construída pelos indivíduos ficou concentrada nas mãos de poucos privilegiados em detrimento de uma maioria desprivilegiada. Por consequência disso, compreendemos que justamente pelos aspectos de exploração contidos nesse sistema, os indivíduos sofrem por não terem suas necessidades básicas atendidas.

Diante da problemática da alienação complexa e contraditória, presenciamos a construção da riqueza material socialmente produzida pela humanidade e não distribuída igualmente. Embora não exista igualdade social, o aspecto positivo do contexto apresentado é a criação do reino da necessidade revelado pelo crescente desenvolvimento do sistema capitalista a criação do reino da necessidade. Em conformidade com essa argumentação, Lukács (1981) apoiado em Marx ressalta a

---

<sup>33</sup>Dessa forma, Norma Holanda (2005) baseada em Lukács afirma o papel restrito dos indivíduos poderem se libertar da problemática da alienação na sociedade capitalista, concluindo que: “Para Lukács, a práxis social pode ter um papel determinante – dentro de certos limites – em termos de ‘arrancar o indivíduo agente do seu estado de alienação, ainda que somente em sentido ideológico-individual’. Mas isso **só é possível na medida em que o indivíduo dirige conscientemente** as suas ações tendo em vista eliminar ações objetivas que, no capitalismo, conforme sublinhamos linhas atrás, assume **possibilidades cada vez mais restritas**” (p. 202, grifos nossos).

<sup>34</sup>Na esteira de Marx e de Lukács, Norma Holanda (2005) esclarece: “Mesmo diante daquelas situações vivenciadas por Marx, nas quais a exploração do trabalho imposta pelo sistema econômico capitalista alienava o operário do produto do seu trabalho, desumanizando-o ao ponto de que **‘ele se sentia livre somente nas funções bestiais’**; mesmo considerando que as consequências da exploração e degradação humana a que os trabalhadores eram submetidos tornaram realidade a rebelião contra tal estado de coisas e possibilitaram que a classe operária pouco a pouco evoluísse de uma ‘classe social-em-si’ (classe nos confrontos do capitalismo)’, para uma ‘classe social para si mesma’, mesmo assim, Lukács postula não parecer uma questão determinante que **‘a intenção de destruir as bases econômicas da alienação ou pelo menos [...] de tornar mínimos os seus efeitos imediatos sobre a existência material dos trabalhadores (jornada de trabalho, salário, condições de trabalho etc.)’ estivesse ‘conscientemente ligada à superação das alienações.’**” (p. 202-3, grifos nossos).

importância de levarmos em consideração o reino da necessidade na luta pelas possibilidades de construção do reino da liberdade. Neste reino, os indivíduos poderiam desenvolver autenticamente suas habilidades, elevando suas individualidades e, conseqüentemente, contribuindo para a elevação do gênero humano.

Todavia, a possibilidade do gênero humano em-si transformar-se em gênero humano para-si faz parte de uma luta resistente e corajosa de andar na contraposição da sociabilidade burguesa. Isso não é uma consequência mecânica e espontânea do desenvolvimento econômico historicamente construído pela humanidade, muito pelo contrário, a burguesia jamais aceitará dividir suas propriedades com os trabalhadores. Portanto, a luta pela construção da emancipação humana é uma tarefa árdua e necessária para os trabalhadores rumo à criação do reino da liberdade.

Lukács (1981) esclarece, a partir de Marx, a necessidade de lutarmos por uma sociabilidade em que todos os trabalhadores possam se transformar em uma classe para-si, essa transformação não é um movimento espontâneo, ao contrário, trata-se da construção de uma luta e não de um mero resultado mecânico, ou seja:

[...] A **generidade para-si não é, aos olhos de Marx, um resultado mecânico, espontâneo, do desenvolvimento econômico.** O que se no plano social tem como consequência que cada movimento que procure – e não importa se por via evolutiva ou mediante revoluções – fazer progredir, fazer crescer esta tendência, **não pode e nunca deve confiar no mero automatismo do desenvolvimento econômico, mas é forçado a mobilizar a atividade social também sobre outros planos.** Quando, no lugar citado pela Miséria da Filosofia, fala do proletariado que se transforma numa classe para-si, Marx acrescenta como esclarecimento: “Mas a luta de classe contra classe é uma luta política” (p. 211, grifos nossos).

Por isso, não podemos esquecer que a luta contra a alienação e manipulação da exploração do homem pelo homem é a mesma luta contra os seus fundamentos econômicos<sup>35</sup> objetivos, os quais estruturam a relação capital-trabalho. Nesse caso, o exame de outras atividades não econômicas – mas que nascem das bases econômicas objetivas – é importante para compreendermos o complexo da alienação em sua radicalidade.

Ilustramos a explicação acima, pontuando duas atividades ressaltadas por Lukács (1981), quais sejam, os sindicatos e os partidos políticos. Com isso, esse autor

---

<sup>35</sup> Desse modo, Norma Holanda (2005, p. 208) analisa: “Estando a luta de classes cotidiana fortemente relacionada com a situação da econômica, é decisivo, para que o domínio do grande capital funcione com obstáculos cada vez menores, que a situação da alienação possa permear ‘toda a vida interior do operário’. Afinal de contas, uma grande parte dos modos de se apresentar das alienações ‘está de todo apta a exercitar funções positivas para a construção de um domínio econômico e político.’”

destaca o papel relevante das referidas atividades para o autêntico entendimento acerca da construção de possibilidades da luta contra a problemática da alienação.

Então, Lukács (1981) explica: “[...] Falaremos antes de tudo **dos sindicatos e dos partidos políticos**. A necessidade de **surgimento de sindicatos** e a fecunda, ampla, eficácia da sua atividade têm fundamentos econômicos objetivos, que Marx descreveu com precisão” (p. 211, grifos nossos).

Com efeito, esses organismos surgem como uma resposta às contradições vivenciadas pelos trabalhadores na lógica da exploração da relação capital-trabalho. Por isso, somos motivados a compreender que a estruturação dos sindicatos e dos partidos políticos é uma necessidade da classe trabalhadora. Esta, ao mesmo instante, precisa estabelecer limites no que diz respeito à venda da sua força de trabalho.

Nesse cenário, compreendemos que não poderia ser diferente o tratamento dado ao trabalho pelo capital, ou seja, nessa lógica fundada na mercadoria, a força de trabalho também é tratada como mercadoria pela burguesia. Além disso, percebemos que os trabalhadores, aspirando à redução da sua jornada de trabalho, formam a atividade social dos sindicatos, exercendo assim, o seu direito de estabelecer um limite de consumo ao capitalista, este que, por sua vez, compra a mercadoria força de trabalho (LUKÁCS, 1981, p. 211).

Contra a sociabilidade burguesa, temos a presença de fatores subjetivos da classe trabalhadora que luta por seus direitos de vendedora da força de trabalho. Sobre essa relação entre o direito da burguesia de comprar a força de trabalho e o direito da classe trabalhadora de vender sua força de trabalho, Lukács (1981) cita Marx para evidenciar essa luta do direito (do comprador) contra o direito (do vendedor): “[...] Aqui tem lugar [...] uma antinomia: **direito contra direito**, ambos consagrados pela **lei da troca das mercadorias**. Entre **direitos iguais decide a força**” (p. 212, grifos nossos).

Dessa maneira, a formação de sindicatos é uma atividade social importante dos trabalhadores. Em virtude disso, os sindicatos são criados para que os trabalhadores possam limitar o poder do capitalista em explorar a mercadoria força de trabalho. Sendo assim, na sociabilidade burguesa, os movimentos que levam à estruturação dos sindicatos nascem de ações singulares subjetivas dos indivíduos, em virtude de dar respostas às necessidades surgidas das próprias contradições econômicas imediatas. Essas ações imediatas acabam transformando-se em ato consciente e político.

Na continuidade desse posicionamento, um movimento sindical pode vir a se transformar em um movimento político. Por esse prisma, identificamos como um

movimento sindical nascido de uma necessidade puramente econômica pode vir a se transformar em movimento político. Como atesta Lukács (1981) citando Marx:

A tentativa de arrancar dos capitalistas singulares em **uma única fábrica ou mesmo em uma profissão, com greves etc., uma redução da jornada de trabalho, é um movimento puramente econômico**; o movimento para forçar uma lei sobre oito horas etc, pelo contrário, é político. Deste modo se desenvolve em toda parte, através **dos movimentos econômicos isolados dos operários, um movimento político**, isto é, um movimento de classe, para afirmar os interesses de forma geral, de uma forma que possua uma força geral socialmente operante (p. 213, grifos nossos).

Por esse quadro, Lukács (1981) fundamentado em Lênin – na obra *Que Fazer?* – analisa o processo de formação desses movimentos, supracitados, por meio da reação dos trabalhadores frente às contradições explicitadas pelo próprio capitalismo. Ademais, essas reações acontecem por uma necessidade de sobrevivência dos trabalhadores. Desse modo, sintetizamos que por meio da gênese da construção necessária (devido às necessidades econômicas) de um movimento espontâneo, poderemos ter o desenvolvimento de um movimento consciente. Nesse sentido, a estruturação de um movimento pode (ou não) levar à formação de outro movimento mais evoluído, com relação ao grau de conscientização dos indivíduos.

Por esse posicionamento, quando analisamos os complexos – espontaneidade e consciência – numa perspectiva ontológica, estes não são tratados como movimentos rigidamente separados, ao contrário, formam um complexo movimento dialético proveniente de necessidades surgidas pela própria realidade contraditória, a qual é responsável pela estruturação da formação da totalidade social (LUKÁCS, 1981).

Nessa linha de raciocínio, na esteira de Lukács, Norma Holanda (2005) perscruta acerca dos movimentos espontâneos em prol de meras questões salariais e a tomada de consciência de classes para realização da luta contra a exploração do homem pelo homem,

Refletindo, pois, sobre essa contraposição entre pura espontaneidade e consciência na luta de classes dos operários, Lênin analisa os momentos de exploração capitalista que determinam em substância a conduta dos operários que se rebelam contra tal estado de coisas. Para ele – conforme Lukács – **‘a espontaneidade é reação imediata de ser e tornar-se da economia’**. [...] A consciência daqui derivada permanece no plano de uma generidade humana em-si, isto é, de forma **espontânea à qual Lênin contrapõe ‘uma consciência que signifique compreender com o pensamento e ao mesmo tempo combater na prática o sistema capitalista na sua totalidade’** (p. 209-10, grifos nossos).

Sendo assim, os indivíduos reúnem-se para reagir aos acontecimentos históricos de um dado sistema econômico, político e social. De maneira que essa reunião pode significar, por um lado, um movimento meramente isolado ou por outro, partir para consolidar uma forma de organização. Esta deve vir, provavelmente, a transformar-se em um movimento de caráter político. Portanto, não podemos absolutizar os acontecimentos da realidade histórica e contraditória, afirmando que o caminho do espontaneísmo necessariamente levará ao da formação de um movimento consciente. Diante de uma perspectiva ontológica, essa transformação de um complexo ao outro poderá vir a acontecer ou não, dependendo do contexto histórico e social específico, vivenciado em determinado momento pelos trabalhadores.

Para a realização da transformação acima citada, seria necessário ocorrer um salto para a passagem do espontaneísmo ao movimento consciente. Esse salto formaria o que Lênin denomina de consciência política de classe. Então, concluímos que para o movimento espontâneo atingir o momento do salto – configuração da consciência política de classe – é necessário que esse movimento se transforme em formas políticas de pensamento e organização.

Conforme aponta Lukács (1981), Lênin analisa o conteúdo do salto supracitado da seguinte forma:

O conteúdo deste salto é, segundo Lênin, o seguinte: **“A consciência política de classe pode ser levada ao operário somente do exterior, isto é, do exterior da luta econômica, do exterior da esfera das relações entre operários e patrões. O único campo pelo qual é possível atingir esta consciência é o campo das relações de todas as classes e de todos os estratos da população com o Estado e com o governo, o campo das relações recíprocas de todas as classes.”** (p. 214-5, grifos nossos).

Assim, como anota Lukács (1981), nesse processo de formação do salto pela estruturação da consciência política advinda somente do exterior à luta econômica, ou melhor, a partir do entendimento do exterior da esfera das relações entre patrões e empregados é que podemos compreender o campo da relação recíproca de todas as classes analisadas por Lênin. Com isso, temos a abertura de um campo de limites e possibilidades para a transformação da generidade em-si em generidade para-si, por meio da criação de um projeto socialista em prol de uma sociabilidade emancipada. Todavia, cabe ressaltar que as atividades políticas embora tenham sua importância

revolucionária não são configuradas em mediações<sup>36</sup> diretas na luta contra a problemática da alienação (LUKÁCS, 1981).

Nesse contexto, Lukács, ao tratar das atividades revolucionárias – do processo de transformação da consciência em-si em para-si – está referindo-se às atividades políticas<sup>37</sup> como sendo atividades revolucionárias não declaradas.

Sob esse aspecto, podemos identificar os limites das atividades políticas, como esclarece Norma Holanda (2005) baseada na concepção lukacsiana:

Lukács nos adverte de que está se referindo antes de tudo ‘às atividades revolucionárias declaradas, isto é, às atividades que, observando o seu conteúdo social, são definidas como políticas’(739). O que nos faz ver que, mesmo reconhecendo o lugar de destaque na luta revolucionária por uma sociabilidade para-si, **a política** – diferentemente da arte que é imediatamente dirigida contra alienação – **não é em si mesma uma mediação para luta direta, contra tal fenômeno** (p. 212, grifos nossos).

A elevação da consciência social se manifesta quando uma atividade social tem objetivos para além de solucionar um conflito específico em-si (este, gerado na relação entre patrão e empregado). Para tanto, compreendemos que é necessário ultrapassar o nível da prática meramente institucional. Em outras palavras, lutar não somente contra a instituição em-si, mas contra as políticas econômicas, as quais estão por trás da instituição.

De acordo com esses posicionamentos acerca da necessidade política de ir para além das instituições, poderemos construir a existência de possibilidades revolucionárias em prol da construção de um projeto de transição socialista. Entretanto devemos apontar os limites contidos na luta política, pois esta apresenta na sua própria essência onto-histórica o impedimento de se contrapor a superação plena da problemática alienação na sociabilidade regida sob os trâmites da subsunção do trabalho ao capital.

Nesse cenário, Lukács (1981) atenta como Marx elucida a relação e distinção existentes entre a atividade sindical e a atividade política, destacando a relevância contida nestas:

---

<sup>36</sup> Não obstante, destacamos que os fundamentos econômicos da problemática da alienação são exemplos de mediações diretas.

<sup>37</sup> A despeito disso, Norma Holanda (2005) fundamentada em Lukács após Marx salienta: “[...] a política foi e sempre será a dominação do homem pelo homem; neste sentido, **sempre estará subsidiando a base a qual se reproduz a propriedade privada**, a relação capital x trabalho com todas as suas derivações” (p. 212, grifos nossos).

[...] vimos com muita clareza como Marx separa a atividade sindical da política. Mas exatamente no discurso dedicado a tal argumento ele começa a falar da luta sindical pela jornada de trabalho com as seguintes palavras: “O tempo é o espaço do desenvolvimento humano. Um homem que não dispõe de **nenhum tempo livre, que por sua vida, excetuando as pausas puramente físicas para dormir e para comer** e assim por diante, está preso ao seu trabalho pelo capitalista, **é inferior a uma besta de carga**”. E também a história **do movimento operário mostra como nas suas heroicas lutas – quer fossem sindicais ou políticas** - esteve muitas vezes fortemente presente esta tendência da atividade proletária a ultrapassar o nível da prática institucional (p. 216, grifos nossos).

Dito isto, realizamos o esforço até aqui de explicitarmos a importância – com os seus limites e possibilidades – da atividade social política e da atividade social do sindicato para a discussão da problemática da alienação na sociabilidade burguesa, de acordo com os fundamentos de Lukács (1981) baseado Marx e Lênin.

Por isso, entendemos que o estudo das possibilidades de superação da problemática da alienação é o estudo das contradições objetivas e subjetivas nascidas de um dado contexto histórico-social. Ou seja, para Lukács (1981) a problemática da alienação não é um fenômeno isolado, ao contrário: “[...] é, **no plano objetivo**, um momento daquele determinado desenvolvimento econômico-social e, **no plano subjetivo**, um momento das reações ideológicas dos homens ao modo de ser, à linha de movimento, etc., da sociedade no seu conjunto” (p. 219, grifos nossos). Portanto, com base na concepção lukacsiana, compreendemos que as formas ideológicas se revelam no contexto das diversas formas de alienação do atual sistema capitalista.

### 3.2.2 A ideologia da alienação burguesa

Não podemos esquecer que o momento histórico específico do capitalismo e as atividades sociais dos indivíduos formam um movimento contraditório da realidade. Nesse movimento dialético, criam-se possibilidades de reações para solucionar as contradições advindas do modo de produção econômico-social específico. Dessa forma, aferimos que essas reações podem ser manifestadas ideologicamente em forma de consciência falsa ou consciência verdadeira.

A esse respeito, Lukács (1981) assevera:

[...] todo ato tendente a uma transformação movimenta-se sempre, **não importa se acompanhado de uma consciência falsa ou verdadeira**, pela contraditoriedade objetiva que se lhe apresenta. Mas é um tanto quanto

evidente que para o tipo destas atividades sociais não é absolutamente indiferente como elas se põem, do ponto de vista da consciência, em relação aos dados de fato. Por isto, exatamente porque temos o que fazer **com um caráter específico da alienação que é objetivamente ineliminável, que é um fato histórico-social**, aqui nos encontramos frente a um importante problema ideológico que surge das contradições histórico-sociais objetivas de todo gerais, mas incide fortemente sobre o comportamento ideológico global em relação ao desenvolvimento global em relação ao desenvolvimento do capitalismo e, em tal âmbito, também não pode ser negligenciado a propósito do comportamento face o fenômeno da alienação (p. 218, grifos nossos).

Destarte, as ideologias surgidas como respostas às contradições sociais vivenciadas pelo ser social assumem um duplo caráter. Por um lado, as formas ideológicas podem servir para legitimar o sistema capitalista, ou, por outro, elas podem surgir como uma reação contra a exploração do homem pelo homem. Nesse sentido, identificamos que a classe dominante do capitalismo luta pela perpetuação de uma ideologia, a qual priorize a alienação propagada pela sociabilidade burguesa. Esta coloca em funcionamento as diversas formas de alienação com o intuito de efetivar da melhor maneira possível o processo violento da relação capital-trabalho.

Nesse cenário, Lukács (1981) explicita a gênese ideológica de manutenção ou contraposição do *status quos*:

[...] é um fator óbvio que **os ideólogos dos estratos sociais mais ou menos descontentes com o status quos** estejam mais ou menos claramente em oposição também em relação a tal plano. Do quanto dissemos até agora permanece claro que nestas críticas prioritariamente econômicas, sociais e políticas, dirigidas ao sistema vigente estão incluídas também **as alienações criadas por ele e, portanto que existem em alguma parte**, mesmo se, sobretudo no contexto daquelas questões objetivas que urgem para classe (p. 227, grifos nossos).

Ademais, fazemos questão de ressaltar que o autor continua sua análise asseverando que os ideólogos<sup>38</sup> do sistema fazem apologia ao capitalismo procurando incutir nos indivíduos uma autonomia desvinculada da totalidade social. Com esse fato,

---

<sup>38</sup> Dessa forma, Norma Holanda (2005, p. 219) atesta: “Segundo Lukács, a ideologia burguesa não entende a contraditoriedade do progresso tal como é em si, ‘um caráter intrínseco a todo movimento da sociedade para adiante’ mas, ao invés, como uma contraditoriedade ‘solidificada em uma única e simples antinomia, na qual se tem, de um lado, uma adesão mais ou menos absoluta e, de outro lado, uma recusa substancialmente total’. Para melhor iluminar as contradições daquele momento, o filósofo húngaro se detém sobre aspectos que considera centrais tendo em vista iluminar a ligação entre totalidade histórico-social e alienações concretas. Novamente aqui o ponto de partida é aquela questão de fundo sobre a qual vem discutindo ao longo o capítulo e que diz respeito ao fenômeno da alienação em geral: **‘o conflito entre o despertar e elevar-se das capacidades humanas singulares, espontaneamente provocado pelo desenvolvimento econômico, e a autoposição e autoconservação da personalidade humana, da qual o mesmo desenvolvimento produz a possibilidade**, mas fazendo com que o seu desenrolar-se encontre contínuos obstáculos.’ Para o nosso autor, quanto mais nos aproximarmos do trabalho como fenômeno social originário, tanto mais nítida tornaremos **tal contradição do interior do próprio desenvolvimento das capacidades**” (p. 219, grifos nossos).

presenciamos um tipo de ilustração ideológica peculiar às manipulações burguesas com intuito de alienar as consciências dos indivíduos. Então, consideramos que o individualismo revertido de um particularismo no campo da vida cotidiana aparente dos indivíduos converte-se em atos totalmente privados.

Dessa maneira, a burguesia tem como relevante objetivo afastar e manipular alienadamente os indivíduos. De modo que estes não tenham acesso a uma formação plena, que contextualize historicamente as mazelas ocasionadas pelo capitalismo. Nesse sentido, os indivíduos são impedidos de desenvolverem-se, sendo praticamente impedidos de entenderem criticamente os fatos que compõem a essência da relação capital-trabalho.

Com isso, Lukács (1981) explica que a defesa ideológica das novas alienações nascidas das contradições do próprio capitalismo representa: “[...] consiste principalmente em fazer com que a rebelião contra elas permaneça circunscrita às **revoltas dos homens particulares isolados**, totalmente **privadas de perspectiva** no plano do ser” (p. 227, grifos nossos).

Na continuidade dessa exposição, observamos que, contra essa ideologia da alienação burguesa, Lukács (1981) revela o grande papel da arte como uma expressão ideológica superior na batalha contra a alienação do homem. Em outras palavras, o complexo da arte assumindo papel ideológico pode atuar para agravar a problemática da alienação, realizando uma mera descrição – por meio de uma obra de arte – da realidade de maneira a reproduzi-la. Por outro lado, a arte pode andar na contraposição do sistema capitalista, funcionando como um complexo responsável por contribuir com a elevação das consciências dos indivíduos, ou ainda, podendo contribuir para a construção de possibilidades de denunciar a exploração manipulada da reprodução capitalista.

Por isso, com relação aos grandes artistas e suas obras de arte, Lukács (1981) menciona a apaixonada batalha destas sumidades contra a problemática da alienação, assim se posicionando:

[...] É digno de nota, todavia, que a grande arte do século XIX pôde de qualquer modo, contra todas estas circunstâncias desfavoráveis, dar resultado de grande relevo. De Beethoven a Mussorgskij e ao tardio Liszt, de Constable a Cézanne e Van Gogh, de Goethe a Checov, se tem toda uma cadeia de sumidades, de grandes obras de arte que, não obstante as diferenças e, aliás, as antíteses espirituais e estéticas que as dividem, têm algo em comum: **a apaixonada batalha contra a alienação do homem**. Enquanto **a filosofia burguesa foi sempre mais se adaptando em substância (apesar das aparentes oposições) à ideologia geralmente dominante**, uma vez dissolvido o hegelianismo e surgida a concepção marxista de mundo, na arte

permanece intacta a revolta contra as alienações, que são desmascaradas no plano espiritual. Existe um momento imediato – mas que tem repercussões além da imediatez – **no funcionamento social da arte que, totalmente desfavorável a ela, torna-se possível tal guerrilha contra a alienação**: é a mudança operada no tipo de pressão da sociedade sobre o nascimento das próprias obras, sobre o trabalho dos artistas singulares, que ela tendia a guiar ou frear por via direta (p. 229, grifos nossos).

Destacamos, por exemplo, que o desenvolvimento da arte no século XIX, que, ao invés de, predominantemente, fazer apologia ao sistema, trabalhou no sentido inverso, ou seja, denunciou as alienações dominantes nascidas dos conflitos sociais da reprodução social regida pela relação capital-trabalho.

Salientamos que a arte pode assumir papel importante na luta contra a alienação na sociabilidade burguesa. Justamente por isso, Lukács (1981) revela que a manifestação artística pode se desenvolver mesmo em condições desfavoráveis, lutando contra os fetiches mais petrificados da alienação fundados na subsunção do trabalho ao capital, como observamos a partir da citação abaixo:

O modo de operar da arte que ora acenamos, o modo de criar sobre o qual ela se funda, que é concreto, que surge do homem e se enraíza no homem, cria **um campo de possibilidades extremamente concreto para resistir às alienações** cada vez mais dominantes. Visto que **a arte não é jamais constrangida a formular esta oposição**, visto que a ela basta criar figuras humanas que se movam de maneira diversa, oposta, à média normal, **este campo de possibilidades é muito mais livre, que em qualquer outro modo de expressão e toca exatamente a situação geral, a essência humana** (p. 230, grifos nossos).

Nesse cenário, Lukács (1981) elucida que as alienações são produtos de formas econômicas objetivas e atividades objetivas. Entretanto, nesse processo, as ações pessoais (espontâneas ou conscientes) também são revestidas em diversas formas de alienações transformadas em atividades objetivas.

Contudo, a luta dos indivíduos<sup>39</sup> contra suas alienações pode assumir, em um dado momento histórico, um peso revolucionário objetivo dentro do complexo

---

<sup>39</sup> Na esteira de Lukács, Norma Holanda (2005) revela a importância do processo de decisões individuais frente às diversas formas de alienações: “O fato de serem **as alienações produtos das leis econômicas objetivas de uma dada formação social implica, portanto, que superá-las só pode ser obra da atividade objetiva das forças sociais, sejam espontâneas ou conscientes**. Embora, conforme vimos, este fato objetivo não deva tomar socialmente irrelevante **a luta dos indivíduos para eliminar as próprias alienações pessoais, pois ‘o seu – potencial – influxo sobre o movimento de toda a sociedade pode, em condições determinadas, assumir um peso objetivo notável’**. Por isto, romper com a própria alienação, realizar subjetivamente tal ruptura implica decisões individuais que possuam ‘uma perspectiva, em última análise – mas só em última análise – de natureza social, orientada, ainda que em termos trágicos, no sentido de qualquer manifestação da generidade para-si’” (p. 224, grifos nossos).

contraditório de enfrentamento do fenômeno da alienação no capitalismo. Com isso, Lukács (1981) indica as características mais gerais deste sistema, tais como:

Bastará, portanto indicar brevemente as suas características para nós mais importantes, mais salientes, mais específicas: **a expansão da grande empresa capitalista a todo setor de consumo e dos serviços, pela qual estes últimos influenciam a vida cotidiana da maior parte dos homens** de um modo todo diverso, direito, dirigente, ativo, mais intenso do que jamais foi possível nas formas econômicas precedentes. Naturalmente as privações extremas, causadas pela economia, das épocas passadas incidiam a fundo sobre sentimentos e pensamentos, sobre a vontade e ação de massas de homens. Mas exatamente a imediaticidade, a positividade com que tais tendências hoje permeiam toda a conduta de vida de todo homem cotidiano, demonstra que com relação às épocas passadas, se trata de um fato novo: é extremamente raro hoje que alguém consiga manter-se fora até mesmo desviar-se delas. (p. 234, grifos nossos).

Nesse caso, compreendemos que o consumo para perpetuação da alienação na sociabilidade burguesa cria novas formas de alienações. Estas possibilitam aos indivíduos criarem falsas necessidades provenientes do fetichismo da mercadoria, do consumismo e do modismo que fundamentam a relação capital-trabalho. Sendo assim, para que sejam aceitos socialmente, esses indivíduos precisam atender um determinado padrão de consumo, gerando novas formas de alienação.

Desse modo, não é demais insistir, Norma Holanda (2005) observa a relevância tecida por Lukács em relação ao papel do consumismo na proliferação e intensificação da problemática da alienação por meio do crescimento capitalista:

Dada **a importância de muitos problemas do capitalismo para o problema da alienação humana**, ele se dedica a analisar aqueles mais específicos, mais salientes em relação ao papel que desempenham em face do problema em questão. Um deles diz respeito [...] **a todo setor de consumo** (p. 224, grifos nossos).

Dessa forma, no desenvolvimento histórico do capitalismo, velhas alienações foram substituídas por novas<sup>40</sup>. Com esse fato foi possível acontecer novas

---

<sup>40</sup>Por esse prisma, Norma Holanda (2005) caracteriza o cenário – analisado por Lukács – das novas alienações: “Ele vai ainda mais longe quando qualifica esse **amplo uso de serviços e o ‘consumo de prestígio’ não somente como um simples fato novo**, mas como ‘um fato radicalmente novo’, algo que não apenas penetra de modo extensivo e intensivo na vida de cada indivíduo singular, mas submete os consumidores a uma pressão moral cada vez maior. O indivíduo agora é valorizado pelo que consome, seu prestígio está vinculado precisamente ao que ele é capaz de consumir. Assim, podemos dizer então que o consumo ‘é guiado – em primeiro lugar e em escala de massa – não tanto pelas necessidades reais, quanto ao invés por aquelas necessidades que parecem apropriadas a conferir uma ‘imagem’ favorável à carreira do indivíduo. **Essa penetração de novas categorias burguesas na vida dos trabalhadores – como é o caso do ‘consumo de prestígio’ – é vista por Lukács como inédita**, algo posto em

formas de alienação com o intuito de efetivar da melhor forma possível o processo de exploração do homem pelo homem da sociabilidade burguesa.

Lukács (1981) esclarece o que ocorre com os indivíduos nessa ideologia da “nova” modalidade do capitalismo<sup>41</sup>: “[...] **o indivíduo subordina quanto faz ou não faz na vida cotidiana** à construção da sua ‘imagem’ de tal elevação do nível de vida deve **derivar necessariamente uma nova alienação *sui generis***” (p. 235, grifos no original e nossos).

Sob essa argumentação, compreendemos que a ideologia burguesa assume um papel ímpar no processo de reprodução das novas formas de alienações atreladas aos fundamentos do consumo de massa. Justamente por isso, vale frisar o entendimento de Norma Holanda (2005) acerca do papel da ideologia no atual capitalismo:

A ideologia desse “novo capitalismo”, universalmente manipulado, **tem um papel decisivo, pois embora nasça “objetivamente do desenvolvimento econômico** [...] se afirma subjetivamente mediante uma falsa consciência que é também ela, naturalmente, determinada por este movimento” (756). **O fato de se afirmar como falsa consciência faz da ideologia burguesa um campo apropriado às reificações e alienações** (p. 226, grifos nossos).

Nesse contexto, Lukács (1981) explica que as “novas” formas de alienação, da sociabilidade burguesa proporcionam aos indivíduos uma falsa-superação da particularidade, impedindo a realização da construção de possibilidades em direção à formação de indivíduos não-mais-particulares. Além disso, essas novas formas ideológicas de alienação e manipulação burguesa surgem com o propósito de superar os regimes brutais como por exemplo, o regime de Hitler e o de Stalin. Vale lembrar que esses regimes são de essências completamente diferentes e, logo imediatamente, apresentam especificidades ideológicas.

De acordo com Lukács (1981), cabe reiterar que é necessário compreendermos as peculiaridades de cada modelo político sobreditos, pois sem esse cuidado iremos perpetuar o discurso da ideologia burguesa norte-americana, o qual impõe igualar os dois regimes. Estes que, por sua vez, apresentavam essências completamente distintas, na concepção filósofo húngaro.

Em virtude dos limites do nosso tempo não poderemos nos debruçar sobre as especificidades desses regimes. O importante nesse momento é sabermos que o novo

---

movimento pelo imediato interesse econômico do capitalismo e que determina em grande medida novas alienações” (p. 226, grifos nossos).

<sup>41</sup>De acordo com Norma Holanda (2005) o “novo” capitalismo mencionado por Lukács é: “[...] o capitalismo da produção em massa, do consumo em massa (fordismo, *welfare state*).” (p. 226, grifos nossos)

contexto do capitalismo imperialista desenvolveu mecanismos para superação dos regimes totalitários, conforme a denominação intitulada pela imprensa burguesa (LUKÁCS, 1981, p. 246).

Voltando para a análise dos mecanismos que sustentam a atual forma de alienação capitalista, Lukács (1981) pondera:

[...] a superação ideológica da manipulação brutal, da concepção de mundo conservadora e séctaria, abre problemas muito complicados, enquanto as tendências sociais objetivamente socialistas impulsionam as pessoas que estão dispostas a sair da sua particularidade imediata. A alienação desses indivíduos, que são, ou ao menos reafirmam subjetivamente ser, dedicados a uma “causa” genuína, não surge, portanto no terreno da pura particularidade, **mas sobre aquele de uma particularidade autodeformante através de uma falsa orientação**. De outro lado, porque as formas que **correspondem à atual alienação capitalista, não somente surgem espontaneamente do desenvolvimento econômico**, mas não raramente têm a pretensão ideológica de ser verdadeiras para superar a manipulação brutal, através delas também neste caso **temos uma pseudo-superação da particularidade**” (p. 246, grifos nossos).

Desse modo, a ideologia capitalista do mundo imperialista necessita de novas formas de alienação. Com efeito, a moda ideológica da burguesia é a desideologização, sendo esta a negação da ideologia e/ou a afirmação de que não existe verdade ideológica. Nesse sentido, a manipulação alienada dessa sociabilidade atinge níveis ilimitados de exploração do homem pelo homem. Para tanto, a ideologia da manipulação passa a adotar o caráter de desideologização, mascarando as contradições do sistema e aumentando ilimitadamente a exploração.

Sob essa argumentação em torno da ideologia da desideologização, Lukács (1981) assevera:

[...] O mito fascista é reprovado com desprezo enquanto forma intelectual de uma ideologia. Tal recusa – e já vimos outras vezes – é generalizada ao extremo, **a ponto de reprovar a priori toda ideologia alcançando a desideologização** como princípio. Sobre este ponto, em primeiro lugar toda ideologia, toda tentativa de dirimir conflitos sociais com o auxílio de ideologias resulta a priori sob acusação. Os indivíduos, assim como suas formas integração social deve mover-se de modo “puramente racional”. De modo que, em segundo lugar, não existem verdadeiros conflitos, não existe mais campo de manobras para as ideologias: as diferenças são apenas “práticas” e, portanto reguláveis “praticamente” com acordos racionais, compromissos etc. Por isto, **a desideologização significa ilimitada manipulabilidade e manipulação de toda vida humana** (p. 252-3, grifos nossos).

Por trás dessa ideologia da desideologização está o fetiche da liberdade que propagado pela democracia burguesa assume o poder ideológico brutal de manipular a

vida cotidiana dos indivíduos. Desse modo, podemos examinar o caráter alienante da manipulação perpetuada pelo capitalismo, o qual se manifesta por meio da relação capital-trabalho e, ao mesmo tempo, explicita-se com os indivíduos formados de maneira extremamente limitada e atrelada aos fenômenos da aparência cotidiana imposta pela burguesia.

É por isso que Norma Holanda (2005) fundamentada em Lukács ressalta a relevância de compreendermos a desideologização como um princípio específico da problemática da alienação atual:

**O princípio da desideologização ou ideologia desideologizada tem como função social manipular a vida cotidiana dos homens de modo a contribuir** para a consolidação de formas de domínio sobre cada um em particular e sobre a totalidade das relações sociais, reforçado com isto as alienações no mundo atual. Tendo como fundamento o racionalismo, **a desideologização acusa toda e qualquer tentativa de dirimir conflitos sociais com o auxílio de ideologias, à medida que defende o ponto de vista de que “os indivíduos assim como suas formas de integração social devem mover-se de modo ‘puramente racional’.** Para seus defensores, não existe mais lugar para ideologias, pois não existem mais conflitos e se estes não mais existem na realidade, as ideologias enquanto instrumentos para combater os conflitos humanos-sociais perdem completamente sua razão de ser. Para eles, “as diferenças são apenas ‘práticas’ e, portanto, reguláveis ‘praticamente’ com acordos racionais, compromissos etc”. Esta é uma razão que faz da desideologização uma “ilimitada manipulada e manipulação de toda vida humana” (p. 230-1, grifos nossos).

Devido à desigualdade de oportunidades, os indivíduos são impedidos de desenvolver suas habilidades para a formação de suas personalidades. Nesse contexto, a falta de oportunidades no capitalismo para uma formação autêntica é praticamente geral. Dessa maneira, as personalidades dos indivíduos são reduzidas ao particularismo em-si.

Em contraposição a toda essa lógica de exploração, Lukács (1981) analisa a importância de adquirirmos uma reflexão intelectual adequada acerca dos traços específicos da forma atual da problemática da alienação:

[...] a fim de dar ao nosso discurso uma base ontológico-histórica efetivamente real, nos parece indispensável determo-nos antes, ainda que brevemente, sobre aqueles traços generalíssimos enquanto fundamentos de princípio, que aparecem em todos **os fenômenos das alienações capitalistas (ou pelo menos influenciadas no seu ser pelo capitalismo)** (p. 255, grifos nossos).

Nesse quadro, como já anunciamos, Marx nos Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844, examina o processo de alienação no trabalho. Esses sinais evidenciados por Marx no sistema capitalista manifestam-se com força ainda maior nos dias atuais. Tal realidade explicita-se por meio do sentido do ter priorizado em

detrimento do ser de todos os sentidos físicos e espirituais na vida dos indivíduos. Em virtude disso, Lukács (1981) explica a diferença do ter nos tempos em que Marx escreveu sua obra e o ter nos tempos de hoje: o primeiro é voltado para satisfazer às necessidades meramente cotidianas e o segundo para tornar-se um meio de elevação do prestígio de consumo do indivíduo. Dessa maneira, os processos mistificatórios que envolvem as diversas formas de alienação contemporâneas velam a realidade do prestígio de consumo social dos indivíduos. Isso significa que atingimos um nível brutal de velamento dos fenômenos históricos hodiernos.

Além disso, Lukács (1981) identifica o ponto central da libertação das manipulações alienantes atuais do capitalismo:

[...] a questão central da libertação da alienação: todo passo em direção à libertação é para o homem um passo que o conduz para além da própria particularidade fisiológica-social imediatamente dada, enquanto todos os impulsos sócio-humanos subjetivos e objetivos que o sujeitam a ela são ao mesmo tempo forças que o impulsionam à alienação. Basta esta caracterização **do presente capitalismo, mesmo considerada em um nível bastante geral, para dizer que todas as vigentes manipulações econômicas, sociais, políticas**, são instrumentos mais ou menos conscientes para acorrentar o homem à sua particularidade e, **portanto ao seu estado alienado** (p. 257, grifos nossos).

Não obstante, como seria de esperar, a luta de classes no século XIX não era destinada diretamente para destruir a alienação, pois, conforme Lukács (1981) a questão central da luta de classes operária era a redução da jornada de trabalho e aumentos dos salários. Nesse contexto, o autor destaca que essas lutas se estendem aos nossos dias:

Lutas sobre temas dessa natureza existem obviamente também na sociedade de hoje, só que de fato falta a elas, na maior parte dos casos, o pathos do precedente movimento operário, e precisamente porque isto que é objeto das lutas, nas condições atuais, para **uma parte notável dos operários dos países capitalistas avançados não tem mais uma importância tão direta, tão incisiva, quanto aos aspectos elementares da sua vida**. Pelo contrário, a melhoria das relações salariais e da jornada de trabalho, sendo então um grande problema vital suscitava questões sobre os efeitos que a jornada abreviada teria tido sobre a vida das amplas massas trabalhadoras, não somente dos operários. **Hoje temos uma quantidade não irrelevante de escritos sobre o modo em que o tempo livre** tornado possível pela economia atual possa ser transformado em ócio fecundo (p. 261, grifos nossos).

Sendo assim, o trabalho mecanizado em-si no sistema capitalista transforma-se em motor da diminuição do tempo de trabalho. Sobre a transformação do tempo livre em ócio, Lukács (1981) explica: “[...] o problema ideológico da transformação **do tempo livre em ócio pressupõe** – mesmo tendo presente a

importância do fator subjetivo, do desenvolvimento desigual, etc. – **as relações entre as categorias econômicas**” (p. 262, grifos nossos). Nessa concepção, os homens particulares manipulados pela alienação capitalista e suas tentativas de superação podem ser visualizados somente sobre os fundamentos da base social-objetiva e individual-subjetiva.

Diante dos elementos expostos, afirmamos que o filósofo húngaro realiza uma reflexão acerca do tédio proveniente de uma vida fundamentada primordialmente no ter em detrimento do ser. Por esse raciocínio, Lukács (1981, p. 262) quando analisa o tédio dos indivíduos dos países capitalistas avançados, relaciona as práticas (homicídios, culto as drogas, suicídios, dentre outras) como reações à vida manipulada em função do ter. Então, nessa perspectiva, podemos indagar, se tudo gira em torno do ter manipulado pela sociabilidade burguesa e se os indivíduos dos países avançados – no Norte Europeu: temos, por exemplo, a Suécia, Noruega e Finlândia; e na Ásia: o Japão – têm suas necessidades voltadas para o consumo satisfeitas, qual seria o sentido existencial para esses indivíduos?

A partir disso, podemos inferir onto-historicamente que junto com essa satisfação aparente, o capitalismo proporciona também aos indivíduos o tédio de uma vida completamente sem sentido. Esta nada mais é que um produto da vida cotidiana totalmente manipulada. Dessa forma, Lukács (1981) entende as atitudes individuais, motivadas pelo tédio, como importantes nas revoltas individuais imediatas contra as formas de manipulação alienada sofrida pelos indivíduos na sociabilidade burguesa.

Desse modo, não é demais insistir, Lukács (1981) explica o papel do tédio como uma reação a vida cotidiana totalmente manipulada pela sociabilidade burguesa:

[...] Um ser social que seja orientado prevalente e antes, como acontece com frequência, potencialmente de maneira exclusiva em relação às necessidades da particularidade, produz ontologicamente **o tédio em termos de massa propriamente quando aparece ter satisfeito as suas necessidades**. E isto é sem dúvida, um dos fenômenos ideológicos mais relevantes da vida atual nos países capitalistas avançados. O desejo inextinguível de sensações, que vai da moda dos *happenings*, voyeurismo sexual, etc. até ao culto das drogas, à admiração e certamente à prática dos homicídios “desmotivados” etc., é sem dúvida um produto da vida cotidiana totalmente manipulada, da sua superficial despreocupação **do tédio que obrigatoriamente se origina de tal modo de viver e que é sentido como sempre mais opressor**. Naturalmente tal estado de coisas aparece no imediato, à primeira vista, apenas como fator que determina a vida individual. Daqui, embora **ele raramente seja compreendido em termos corretos, a sua grande importância nas revoltas individuais imediatas contra a própria alienação** (p. 264, grifos no origina e nossos).

Lukács (1981) esclarece que não devemos desvalorizar as revoltas individuais contra o sistema de manipulação. Assim, muitas vezes, o tédio é criticado pela sociedade capitalista como um problema específico do indivíduo particularizado, ou seja, é tratado como um movimento desconectado do seu contexto histórico – como algo meramente negativo e isolado – como faz a máquina da publicidade. Esta acaba por contribuir ainda mais com a perpetuação dos sintomas da manipulação na vida cotidiana dos indivíduos.

A despeito disso, Lukács (1981) identifica que os sintomas de insatisfação contra a vida alienante – proporcionada pelo capitalismo atual – são tidos como casos individuais e isolados:

[...] ao nosso problema da alienação deve ser sublinhado um aspecto de relevo, aliás, por vezes determinante, ou seja, que a aparente onipotência da manipulação em todos os campos da vida, da qual nascem essas alienações, tem feito com que **os iniciais sintomas de insatisfação por nós ora descritos amadurecessem o protesto ideológico-individual apenas em casos isolados**. Tais protestos – muito frequentemente submetidos à conspiração do silêncio ou mesmo **criticamente “esmagados” pela máquina da publicidade – permaneceram na prática privados de eficácia** (p. 266, grifos nossos).

Nessa direção, o autor chama atenção para uma situação recorrente no capitalismo do século XX, no qual presenciamos a manifestação do tédio como um produto da existência humana regida pelo ter em detrimento do ser. Precisamente sob essa perspectiva, Lukács (1981) ilustra em que medida a máquina da publicidade transmite uma análise ilusória limitada ao campo da aparência cotidiana, afirmando que o tédio é um problema particular do indivíduo. Com isso, estes criam uma aparente onipotência da manipulação, como se não existissem mecanismos econômicos e sociais por trás do mundo aparente dos fenômenos cotidianos. Portanto, essa falsa ideia da onipotência da manipulação tem feito com que os indivíduos se sintam responsabilizados por sua vida completamente sem sentido. Ou melhor, dentro da lógica burguesa – subsunção do trabalho ao capital – transferimos para as personalidades dos indivíduos toda uma racionalidade particularista, a qual apresenta seus fundamentos no campo da reprodução da totalidade social alienada.

Lukács (1981) discute o papel da ciência e dos cientistas no cenário capitalista da problemática da alienação, pontuando o nível degradante de mistificação produzido pela ciência burguesa. Com efeito, como seria de esperar sob a lógica do trabalho subsumido ao capital, os cientistas que colaboram com o desenvolvimento

desse tipo de elaboração teórica são profissionais, os quais estão comprometidos em reproduzir a sociabilidade burguesa.

A esse respeito, Lukács (1981) afirma sobre os pseudocientistas no contexto da exaltação desideologizante-ideológica:

[...] toda indicação de rebelião – e, sobretudo – eliminando as necessidades imediatas de bem-estar fundadas sobre o prestígio na vida cotidiana, mediante a exaltação da desideologizante-ideológica deste último, apresentado como único modo de viver funcional e digno de homem em parte – e também afirmando este momento tem um grande peso – afirmando **com argumentos científicos, que em geral são pseudocientíficos e manipulatórios** à apriorística falta de perspectivas mesmo só da tentativa de rebelar-se diante da onipotência do sistema” (p. 267, grifos nossos).

Além do mais, Lukács (1981) ressalta que esse tipo de ciência burguesa é desenvolvido por cientistas, os quais colaboram com a perpetuação da manipulação do conformismo não-conformista. Nesse sentido, compreender os fundamentos da questão sobredita é importante para o autêntico entendimento acerca da problemática da alienação no capitalismo contemporâneo.

Nesse contexto, Lukács (1981) elucidada:

**O conformismo não-conformista**, isto é, o sustentáculo de fato a formas de domínio social sobre cuja periculosidade interiormente não se nutrem dúvidas, é o comportamento adotado por aquele estrato relativamente amplo de indivíduos no qual a insatisfação frente aos poderes dominantes começa já a desenvolver-se inicialmente como recusa teórica, mas que habitualmente exprime este seu entendimento – por vezes só para o público – em formas que não querem nem podem de algum modo perturbar o eficiente funcionamento manipulatório. Por isso **os conformistas não-conformistas**, não obstante as manifestações públicas verbalmente de forte crítica diretamente de oposição, permanecem de fato estimados colaboradores da manipulação universal (p. 267-8, grifos nossos).

Não é demais insistir que a vida cotidiana é manipulada em direção à falsa realização da vida cotidiana aparente fundada no ter. Por isso, Lukács (1981) afirma que esse método de manipulação alienada vem desmascarando-se por meio de uma crise do próprio sistema:

[...] Uma crise do sistema pode verificar-se só no momento em que vem à luz a ligação necessária entre os defeitos dos métodos de execução e os conteúdos mais importantes da vida social, ou seja, **quando os homens se dão conta de que a sua atividade até aquele ponto foi não** somente dirigida **com métodos equivocados**, mas também guiada em direção **a objetivos falsos, não correspondendo aos seus verdadeiros** interesses (p. 269, grifos nossos).

Lukács (1981) discute o papel dos indivíduos no cenário de crise do capitalismo. Em outras palavras, para o filósofo húngaro é justamente nessa crise que os indivíduos percebem como os métodos utilizados pelo sistema são equivocados, compreendendo que seus interesses não são levados em consideração. Nessa supracitada crise, os indivíduos passam a questionarem-se e a questionarem – ao mesmo tempo – essa lógica da exploração do homem pelo homem, percebendo, inclusive, os equívocos da subsunção do trabalho ao capital. Portanto, podemos exercitar o processo de transformação da consciência em-si em para-si, possibilitando, dessa maneira, às máscaras da manipulação alienada começarem a cair.

Dessa forma, somente por meio de uma compreensão crítica, podemos entender as manipulações alienadas, ou seja, o que está por trás dos falsos conteúdos inculcados nas mentes dos indivíduos pela sociabilidade burguesa, como assegura Lukács (1981):

[...] métodos ora julgados desprezíveis eram simplesmente meios para inculcar na mente das pessoas **falsos conteúdos de vida e subordiná-las ao seu domínio**. Só quando **a compreensão crítica se eleva a esta altura ou se aproxima dela**, torna-se claro para os homens que a base sobre a qual até então moveu-se a sua vida era inadequada e que eles devem erguer e renovar as zonas mais importantes da sua vida no quadro de uma realidade conhecida (ou mesmo, no mais das vezes ainda **por conhecer**) em termos novos (p. 270, grifos nossos).

Como se pode ver – em conformidade com o pensamento desenvolvido pelo filósofo húngaro – as contradições da crise estão cada vez mais evidentes no capitalismo contemporâneo. Para tanto, os efeitos do desenvolvimento desse modo de produção são explicitados até mesmo na superfície das relações cotidianas. Diante desse processo contraditório, a sociedade burguesa tem que prestar contas com os efeitos da manipulação alienada ocasionada nos indivíduos pelo capitalismo.

Conforme essas perspectivas, os sinais da crise vão desenhando-se, mesmo com as fórmulas “mágicas” dos Estados Unidos de impor ao mundo sua forma de vida “civilizada”. Isso fica evidente quando um número cada vez maior de indivíduos reage aos mecanismos de manipulação burguesa. Esse fato pode ser ilustrado com o exemplo da ideologia manipulatória e alienante das práticas da burguesia dos Estados Unidos, ou seja, o discurso ideológico dos norte-americanos propagado pela ideologia da *pax* americana, portadora da felicidade universal – em substituição a forma brutal dos regimes totalitários – aparecendo como o novo discurso da sociabilidade burguesa (LUKÁCS, 1981, p. 272).

Nesse quadro, Norma Holanda (2005) cita Lukács para salientar o papel do fetiche da liberdade ideológico criado pelos Estados Unidos na perpetuação da alienação atual do capitalismo,

O fetiche da liberdade transforma-se, porém, em divindade com poder real: é a Cia, que sob esse **manto desideologizadamente ideológico dirige de fato o neocolonialista imperialismo mundial** dos Estados Unidos, que neste exprime também as tendências em política interna e intervém como poder, se necessário, como poder brutal, ali onde a simples ideologia se mostra capaz de dirimir conflitos (p. 232, grifos nossos).

Assim, a política do capital internacional só intensifica, cada vez mais, os mecanismos de manipulação alienada, submetendo os indivíduos aos efeitos da crise brutal, como anuncia Lukács (1981):

[...] **os primeiros sinais de crise na política externa, assim também aconteceu na política interna**, ainda que não haja dúvida que tanto a questão negra quanto a manipulação, por exemplo, a respeito do assassinato de Kennedy representem indícios de instabilidade de todo o sistema. Todos esses complexos, que iluminam apenas alguns dos momentos principais de um equilíbrio hoje abalado, mostram em definitivo uma única linha: **as mesmas bases do sistema vão tornando-se sempre menos certas** (p. 273, grifos nossos).

Então, presenciamos uma transferência de manipulações alienadas com a mudança do totalitarismo alemão para o fetiche da liberdade democrática dos Estados Unidos, esta última manipulação ideológica assumiu o discurso de ter o papel de conduzir os povos atrasados à inserção ao mundo civilizado.

Em decorrência desses pressupostos, Norma Holanda (2005) observa:

Como bem diz Lukács, a contraposição a Hitler transforma aquela brutal manipulação humana em uma nova, sofisticada e sutil manipulação, **mediante uma ideologia com falsa aparência de não ideológica**. Mas, “a ironia produzida pelo caráter não teleológico, sempre contraditório, do movimento do ser social faz com que até mesmo **esta desideologização**, tão bem manipulada, em última análise não possa subsistir sem uma ideologia: **aquela da liberdade com valor-chave ‘salvador’ para todas as questões da vida**. Trata-se do **“fetiche da liberdade”** que, segundo Lukács, exatamente por causa da sua função de “resolutor universal dos problemas”, o conceito da liberdade – com forte teor ideológico – “significa ao mesmo tempo tudo e nada” (p. 232, grifos nossos).

Por esse prisma, como seria de esperar a partir dos posicionamentos explicitados por Lukács (1981), entendemos que a nova manipulação ideológica humana é traduzida como o fetiche ideológico da liberdade, a qual atua agravando o complexo da alienação, mantendo os indivíduos presos em seus particularismos.

Nessa mesma direção, Norma Holanda (2005) explica que nesse cenário apresentado acerca da ideologia da desideologização até mesmo o conteúdo das “[...] **objetivações culturais desaparecem dando lugar à ‘manipulação da forma’**, tornada ‘a única medida do valor’ e, com ela, a particularidade aparece **‘como insuprimível base e forma de expressão de toda existência humana’**” (p. 233-4, grifos nossos).

Nesse quadro, os ideólogos do sistema apresentam a função de reproduzir ideologias alienantes que prendam os indivíduos cada vez mais aos seus particularismos. Em virtude disso, os intelectuais “críticos” assumem a missão de contribuir com o agravamento da alienação reproduzindo o fetiche da liberdade. Este, por sua vez, reflete um tipo de mistificação o qual responsabiliza ideologicamente as ações dos indivíduos como um momento desvinculado da totalidade.

Precisamente por isso, não podemos esquecer de que os ideólogos do sistema desqualificam e criticam as atitudes das revoltas individuais contra a exploração do homem pelo homem. Diante desse processo de desqualificação das revoltas individuais por parte dos ideólogos burgueses, presenciamos manipulações que mistificam a realidade ao ponto de apregoar um discurso que culpabiliza o suicídio, por exemplo, como uma atitude de responsabilidade exclusiva do indivíduo particularizado. A partir disso, sintetizamos que a racionalidade capitalista soma esforços para que não possamos compreender as revoltas individuais como fruto de um contexto de valores voltado para a valorização do ser em detrimento do ser social genuinamente humanizado.

Lukács (1981) perscruta que um dia a insatisfação de hoje se constituirá em fator subjetivo de transformação do sistema de manipulação capitalista, salientando o papel das revoltas individuais como movimento relevante para denunciar os mecanismos ideológicos alienantes.

Sob essa argumentação exposta, Lukács (1981) salienta que:

[...] Se um tal movimento um dia começará seriamente a formar-se, então inevitavelmente o discurso investirá abertamente a problemática global do sistema, nos aspectos dos quais se teve experiência, adquirirão a palavra e falarão em alta voz sobre a escala social **os homens hoje tornados mudos ou espontaneamente tornados** tais, reprimidos por fora e por dentro no seu descontentamento contra o próprio ambiente social e contra a conduta de vida que lhes é imposta. Somente em presença de movimentos de oposição que se desenvolvem desse modo **a insatisfação hoje latente poderá encontrar o seu autêntico conteúdo, a sua verdadeira voz, e constituir-se em fator subjetivo da transformação do sistema** (p. 273, grifos nossos).

Todavia, devido ao carácter ontológico prioritário inerente ao campo da objetividade, Lukács (1981) continua sua análise advertindo os limites das revoltas individuais práticas, pois estas assumem o carácter de conformismo não-conformistas. Este, por sua vez, recai no processo ideológico e alienante transformando as revoltas individuais em isolados casos-limite, conforme podemos identificar a partir da seguinte citação:

[...] De fato, a visão de mundo que se produz com reflexo da manipulação em aparência solidamente fundada na sociedade, pode transformar tanto para o indivíduo como para a sua atividade pessoal, a sua alienação em um fato insuprimível da vida humana em geral ou pelo menos daquela que se conduz em uma sociedade civilizada. Por isto parece **ser possível somente uma luta trágica (ou mesmo tragicômica e talvez simplesmente cômica) contra a própria alienação**. E neste ponto as rebeliões individuais práticas tornam-se isolados casos-limite. Ou seja, se persuade – e impulsiona a tal ponto a comicidade da revolta, o seu carácter absurdo – **que somente a adaptação às alienações correspondem às condições reais de vida humana**. O frequente comportamento crítico no plano intelectual em relação **à alienação assume então em muitos casos a forma do conformismo não-conformista**, que, sendo intrinsecamente hipócrita, aprofunda de fato ainda mais a alienação (p. 274-5, grifos nossos).

Não podemos deixar de frisar, conforme a fundamentação exposta por Lukács (1981), que precisamente o conformismo não-conformista representa um forte desdobramento alienante na sociedade capitalista contemporânea. Então, justamente por esse cenário, compreendemos que os indivíduos estão fortemente relacionados com a objetividade alienada do conformismo não-conformista. Isto significa que o individual não é ontologicamente separável do social resultando numa totalidade permeada pelas diversas formas de alienações. Dentre estas pontuamos como uma marcante ilustração: o conformismo não-conformista.

Diante dos argumentos explicitados por Lukács (1981), elucidamos que a construção de um projeto revolucionário contra o trabalho explorado só é possível de ser realizado mediante o entendimento radical dos fundamentos ontológicos da alienação. Para tanto, é necessário verificarmos a relação existente entre o individual e o social, como complexos conectados e indissolivelmente ligados e distintos.

De maneira que, para chegarmos à compreensão da gênese ontológica da alienação, devemos identificar a indissolúvel relação existente entre sujeito e sociabilidade. Por isso Lukács (1981) afirma que as “[...] exteriorizações do homem sobre possibilidades interiores de desenvolvimento da sua personalidade comporta ao

mesmo tempo esta articulação recíproca, mesmo na diversidade, **e esta autonomia no interior da tal indissolúvel ligação**” (p. 275, grifos nossos).

Nessa direção, entendemos que as formas de exteriorizações dos indivíduos representam, ao mesmo tempo, por um lado a possibilidade dos indivíduos desenvolverem suas diversas potencialidades, gerando um tipo personalidade em direção ao não-particularismo. Por outro lado, presenciamos na sociabilidade capitalista, os indivíduos sendo conduzidos pela manipulação alienada do conformismo não-conformista. Em outras palavras, o capitalismo atual transforma esses indivíduos em seres despersonalizados, ou melhor, em personalidades particularizadas.

Com relação a essa concepção, Lukács (1981) revela: “[...] a exteriorização, que responde em termos individuais às perguntas suscitadas pela sociedade, pode – abstratamente vistas – **conduzir o homem a tornar-se personalidade como também despersonalizá-lo**” (p. 276, grifos nossos).

Nesse ínterim, é importante compreendermos esse duplo caráter da exteriorização, ou seja, ao mesmo tempo em que a exteriorização poderá vir a contribuir por um lado, com a estruturação da manipulação alienada no capitalismo; por outro lado, a exteriorização poderá lutar contra a sociabilidade burguesa.

Dessa maneira, é importante estudarmos o quê e o como da ação em que a crise do sistema social reflete nas atitudes individuais e sociais contra a manipulação das alienações na sociabilidade burguesa. Então, a partir da compreensão desses métodos manipulatórios dominantes do conformismo não-conformista, Lukács (1981) denomina-os de culto do absurdo: “[...] **a valorização geral dos métodos manipulatórios** sobre a decisão do homem singular nas particulares situações problemáticas da sua vida individual” (p. 277, grifos nossos).

Com relação a problemática da alienação no capitalismo do século XX, Lukács (1981) explicita que processo de mistificação científico e filosófico nesse sistema de manipulação está cada vez mais evidente:

Mais acima pomos às claras como hoje estejam tornando-se visíveis algumas fendas no sistema de manipulação. Agora devemos ver como, por tal razão, até os **procedimentos científicos (e pseudocientíficos) que o influenciam profundamente e os métodos filosóficos (e pseudofilosóficos)** que lhes fornecem uma base teórica possam e devam, por necessidade social, revelar a sua debilidade, fragilidade, a irrealidade dos seus fundamentos (p. 278, grifos nossos).

Conforme Lukács (1981), diante do contexto de crise, as fendas do capitalismo crescem de maneira acentuada, permitindo que os indivíduos percebam um processo de fragilidade e debilidade do sistema de manipulação. Contudo, estes devem adquirir coragem para se opor e lutar contra a lógica da exploração do homem pelo homem imposta pela sociabilidade burguesa.

Nesse sentido, a resistência por parte dos indivíduos aumenta em contraposição à manipulação alienada. Com relação à tomada de consciência por parte dos indivíduos, Lukács (1981) analisa: “[...] Portanto, **mesmo até hoje nunca faltaram totalmente indivíduos singulares que tenham tomado consciência da falsidade, prático e teórico, da manipulação em questões individuais importantes para o bem-estar dos homens na vida cotidiana**” (p. 280, grifos nossos).

Com a nova situação de crise, Lukács (1981) advoga que esta, por sua vez, proporciona aos indivíduos muitos choques inesperados, atingindo também o campo político-ideológico. Por conseguinte, asseveramos que os efeitos da crise, presenciamos nas próprias instituições, os quais representam a ideologia da sociabilidade burguesa, acontecimentos de contraposição à lógica de manipulação vigente. Então podemos anunciar que muitos setores da sociedade capitalista estão tendo a coragem de reconhecer o fracasso das políticas públicas de manipulação as quais são desempenhadas pelos burocratas. Estes se beneficiam da expropriação da força de trabalho dos indivíduos.

Além disso, Lukács (1981) ressalta algumas ilustrações com relação às diversas manifestações contra a problemática da alienação do atual capitalismo:

Mas é muito fácil que a nova situação se expanda e se aprofunde até penetrar também o campo político-ideológico, se os grandes choques práticos inesperados do sistema suscitarão em muitas pessoas **a coragem de julgar os casos de fracasso por elas experimentados e observados como sintomas efetivos do malogro geral do método**. Hoje os acontecimentos políticos, militares e sociais oferecem a este propósito um amplo espaço intelectual e moral. Em dois sentidos: de uma parte, um número sempre maior de **indivíduos adquire a coragem de contrapor-se à própria alienação**; de outra, vão **gradualmente aumentando os grupos de pessoas decididas e capazes de agir que tencionam traduzir em realidade** ao menos uma reforma radical do domínio que o *American way of life* exerce sobre o mundo (p. 280-1, grifos do autor e nossos).

Concluimos que o número de indivíduos insatisfeitos vem crescendo diante das diversas formas de opressão no mundo contemporâneo. Em virtude disso, evidenciamos, por exemplo, um processo de insatisfação espiritual e moral de jovens

que pode resultar em revoltas estudantis. Estas, por sua vez, podem vir a se transformar paralelamente em acontecimentos políticos. Esses fatos políticos podem tomar dimensões de movimentos nacionais e, até, movimentos internacionais de massa.

Lukács (1981) explica:

[...] Na medida em que a insatisfação dos indivíduos singulares (ou de pequenos grupos) se amplia para movimento de massa, nos damos conta sempre melhor que isto não é uma consequência necessária **do desenvolvimento científico, mas depende somente da sustentação ideológica de uma manipulação** que funciona bem (p. 281, grifos nossos).

Ademais, Lukács (1981) fundamentado em Lênin, relaciona a crise do sistema capitalista com um tipo de crise, a qual apresenta fundamento também ideológico, em outras palavras:

Como é óbvio, toda crise de um sistema é sempre mais ou menos também **uma crise ideológica**. Na caracterização leniniana da situação revolucionária – segundo a qual tal situação se verifica quando as classes dominantes não podem mais governar no velho modo e **aquelas oprimidas não querem mais ser governadas** daquele modo – estão presentes, referidos aos homens envolvidos, os lineamentos gerais de uma crise ideológica. Só: na realidade histórico-social os modos fenomênicos concretos e, por consequência, os campos de manobra para reação teleológico-casual concretamente formada pode adquirir uma figura teórico-prática alcançável somente após uma “análise concreta da situação concreta” (Lenin). De fato todo sistema de domínio para poder funcionar tem naturalmente que elaborar um método dotado de uma universalidade. Esta, porém, pode ser largamente fundada em bases transcendentais, como nas sociedades feudais ou operantes com muitos resíduos feudais, onde, portanto, as ligações entre os princípios e ações singulares são produzidos por saltos mais ou menos irracionais; ou estas ligações podem ter uma implantação à priori de uma ideia (p. 282-3, grifos nossos).

Por esse raciocínio, Lukács (1981) ressalta a existência do sistema manipulatório alienado no plano ideológico do ser social diante do contexto da crise supracitada:

[...] O peso dos momentos ideológicos contidos nos respectivos movimentos de resistência, a estrutura **dos seus conteúdos e métodos** podem ser compreendidos só em relação com a “pergunta” social a que estes devem socialmente “responder”. Já que o sistema da manipulação no plano ideológico se baseia diretamente na onipotência de um método determinado (aquele neopositivista), que é declarado como o único científico – **a ideologia da desideologização é a fórmula mais extrema de tal estado de coisas** – é inevitável que uma luta social contra este sistema enquanto realidade social deva no plano crítico-ideológico enfrentar esta pretensão de onipotência das ideologias dominantes (p. 283, grifos nossos).

Nessa crise ideológica, as novas formas de manipulação alienada, são manifestadas pela formação da generidade meramente em-si. A manipulação esmaga a personalidade do indivíduo, reduzindo ao particularismo aparente da vida cotidiana, fundado na relação de exploração capital-trabalho. Entretanto, mesmo na sociabilidade burguesa, não devemos esquecer a possibilidade dialética da generidade em-si e a personalidade-particular transformarem-se em generidade para-si e personalidade não-mais-particular, tendo em vista que o gênero humano não é idêntico ao capital.

Com efeito, Lukács (1981) elucida o processo de autolibertação do indivíduo em relação à manipulação alienada da fase atual do capitalismo:

[...] A autolibertação do indivíduo do seu estado alienado pressupõe, nas condições descritas, uma inteligência crítica mais desenvolvida destes complexos operantes de modo entrelaçado do que foi necessário em épocas atrás. Isto não significa, evidentemente, que agora tal luta seja só um assunto interior à pessoa e tanto menos que se trate de um impulso libertador da assim chamada pura **individualidade das tendências alienantes da sociabilidade como tal**. Já vimos em fenômenos como **o conformismo não-conformista** que comportamentos deste último tipo não fazem mais que envolver ainda mais o indivíduo na sua alienação (p. 290, grifos nossos).

De acordo com Lukács (1981), as possibilidades de superação da alienação estão relacionadas às possibilidades sociais de autolibertação dos indivíduos contra a manipulação. Portanto, cabe destacar que cada complexo do ser social provoca desdobramentos nos indivíduos. Estes, por sua vez, marcam a sociabilidade alienante do capital.

Nesse sentido, entendemos que os atos pessoais refletem o tipo de formação humana da práxis social, a qual reproduz o sistema econômico vigente de cada momento histórico. Haja vista que estes são muito relevantes para a formação da causalidade. Em outras palavras, cada causalidade contém elementos do ser-precisamente-assim que só podem ser superados ou consolidados em conformidade com as atitudes individuais na luta contra a alienação dos próprios indivíduos.

Por esse posicionamento, cabe ilustrar a relevância a qual Lukács (1981) atribui às perspectivas de autolibertação dos indivíduos na luta contra a manipulação alienada:

[...] O decurso efetivo, portanto, contém sempre inelimináveis elementos de causalidade. Agora, quem leu o que vimos dizendo até este momento sabe que tais causalidades são de fato elementos do ser-precisamente-assim, de cada complexo de ser em cada complexo do ser, o que é particularmente marcado no ser social, e que a sua insuperabilidade se consolida ou extingue

de acordo com o que tenham **os atos pessoais no processo em questão**. E aqui o discurso diz respeito acima de tudo sobre as perspectivas sociais de **autolibertação do indivíduo da própria alienação** (p. 292, grifos nossos).

Conforme os aspectos explicitados, Lukács (1981) reconhece a importância dos atos individuais na luta contra a alienação. Conquanto, o autor faz questão de salientar que o plano objetivo tem prioridade ontológica em relação às decisões individuais. Tal realidade assume grande repercussão quando tentamos penetrar numa construção de uma perspectiva revolucionária. Com isso, o autor vislumbra a possibilidade da construção de uma luta para além da aparência fenomênica da vida cotidiana. E esta luta assuma uma perspectiva de denunciar os fundamentos da exploração do homem pelo homem, os quais regem o movimento da realidade.

Por isso, observamos de acordo com pressupostos de Lukács (1981), enquanto o marxismo entende que o comportamento dos indivíduos mantém relação direta com a realidade causal do sistema manipulatório, os métodos científicos atuais invertem essa problemática. De maneira que o indivíduo é tratado como um ser solto no espaço terrestre, sem levar em consideração a totalidade.

Para ilustrar os limites dos métodos adotados na análise do real que se afastam em larga medida do marxismo. Para tanto, Lukács (1981, p. 295) traz a questão negra como um movimento que está praticamente impedido de alcançar a generidade para-si, pois se prende às mediações superficiais que acabam reproduzindo a generidade em-si.

De acordo com a argumentação exposta, somos impulsionados a concordar com a perspectiva que Lukács (1981) revela o quanto os métodos em uso na atualidade tratam as contradições sociais como um mero movimento resolvido de maneira espontânea, trazendo derrotas no âmbito teórico e prático,

[...] Basta pensar na questão negra, cujas raízes remontam à época da importação dos escravos, mas que apenas nos nossos dias, justamente com o Vietnã, com a quebra do colonialismo e da política exterior dirigida pela Cia, chegou a explodir. Onde pouco a pouco torna-se também visível como se trata de conflitos nos quais a inelutabilidade objetiva com que avança a generidade em-si (na questão negra: a integração) pode vir a encontrar-se em contraste com a generidade para-si, que é a única capaz de resolver o conflito em termos reais sócio-humanos. Tal contradição, sempre latente, torna-se aguda somente no estágio de alto desenvolvimento. Quem garante que já amanhã ou depois de amanhã não sejam apresentados análogos contos relativos a uma hereditariedade que até agora aparecia gloriosa? Tão pouco a indicação de uma tal possibilidade deve ser compreendida como uma predição. O fato é que com **os métodos hoje em uso pode ser dirigido somente** aquilo que de algum modo funcionaria também espontaneamente.

Não apenas no horizonte da **manipulação homogênea, “exploratória”, será apresentada uma realidade heterogênea**, a sabedoria desta manipulação não poderá mais que – pelo menos em muitos casos de grande sabedoria – ir de encontro a derrotas sejam teóricas sejam práticas (p. 295, grifos nossos).

Nesse quadro, a conduta de vida dos indivíduos na sociabilidade da manipulação burguesa conduz os homens a adotarem um comportamento falso. Haja vista que a perspectiva alienante de limitar os indivíduos em sua forma de consciência voltada para o em-si, limita as personalidades em direção ao particularismo. Este é totalmente reproduzido para atender as demandas da realidade alienada do capitalismo hodierno.

Desse modo, todos esses aspectos que fundamentam a problemática da alienação impedem os indivíduos de não alcançarem o nível de consciência para-si. Assim, os comportamentos subjetivos presos à particularidade reproduzem a generidade em-si permitindo – por meio da manipulação alienada – um processo de degenerescência dos indivíduos. Esta dificulta a possibilidade de realização da generidade para-si.

Dessa maneira, Lukács (1981, p. 295) analisa por meio dos comportamentos dos homens que o centro teórico do sistema manipulatório do capitalismo está em crise, pois estes geraram falsas atitudes em relação à maneira de compreender e se comportar frente à realidade. Essas atitudes falsas representam uma necessidade de atender as contradições sociais, as quais recaem no plano ideológico. Este contribui com o agravamento da problemática da alienação. Em outras palavras, presenciamos à reprodução da sociabilidade capitalista limitada ao particularismo da generidade em-si, embora exista a possibilidade da luta pela construção do não-particularismo em direção a generidade para-si, pois esta é uma categoria ontológica do campo da realidade ontológica-histórica.

Precisamente por isso, Lukács (1981) revela:

Aparece de tal modo qual seria o centro teórico (que um dia tornar-se-á prático) da crise e da sua via de saída: **o falso comportamento** dos homens em relação à realidade, por causa do sistema manipulatório, e a superação deste último. É uma característica comum das revoluções autênticas que posições erradas em relação à realidade, tornem-se **obstáculos para uma conduta de vida adequada, humana**, sejam derrotadas no plano ideológico e sejam substituídas pelas correspondentes novas posições e objetivações (p. 295, grifos nossos).

Nesse caso, Lukács (1981, p. 295) entende como uma ilustração relevante do processo de manipulação atual do capitalismo – considerada pelo autor como um momento histórico em crise, dada as inúmeras quantidades de posicionamentos errados, os quais se transformaram em “obstáculos para uma conduta de vida adequada” – o movimento de glorificação explícita da tese ideológica do fim da história. Para exemplificar tal situação, o filósofo húngaro recorre ao texto do próprio Gehlen.

Precisamente sob o campo ideológico exposto, Lukács (1981) ressalta que até um intelectual do perfil de A. Gehlen (sic) foi impelido a proclamar o fim da história, como demonstra a seguinte citação:

[...] A situação ideológica produzida após a segunda guerra mundial é bem caracterizada pelo fato que até um estudioso da capacidade de A. Gehlen foi impelido, ainda em 1961, a interpretar esta condição ideológica como uma conquista definitiva da humanidade e a proclamar, ao menos no campo da ideologia, o fim da história. Tal conclusão – assim sustenta – será “menos surpreendente, se digo que no plano da história das ideias não há mais nada o que esperar e que a humanidade deve ao contrário adaptar-se ao círculo agora existente das grandes idéias-guia, naturalmente com o acréscimo de múltiplas variações de todo gênero, ainda para pensar. Como é certo que a humanidade, do ponto de vista religioso, é ligada aos grandes tipos de doutrina da salvação definitivamente formuladas há muito tempo, assim é certo que esta é solidamente fixada na sua autocompreensão civilizatória... Eu me exponho portanto até ao ponto de predizer que a história das ideias está concluída e que nós chegamos a pós-história... Por isto a terra – na mesma época em que pode ser envolvida com um só olhar seja no sentido óptico seja naquele da informação, quando não pode mais verificar-se qualquer evento de qualquer importância que não seja revelado – torna-se privado de surpresas também no sentido do qual estamos falando. As alternativas são notórias, como no campo da religião, e em cada caso são definitivas”. A perfeição absoluta e a definitividade da manipulação universal dificilmente poderiam receber uma glorificação mais explícita. E é por isto que a alienação do homem – coisa raramente proclamada com tanta clareza – aparece aqui **como o estado definitivo, finalmente alcançado, do desenvolvimento da humanidade**” (p. 296, grifos nossos).

Com efeito, diante de tal estado brutal de manipulação, as revoltas compreendidas, anteriormente, como rebeliões individuais isoladas contra a alienação devem ser analisadas a partir do contexto histórico de suas produções. Nesse tocante, de acordo com Lukács (1981), essas podem começar a fazer-se ouvir, dadas as condições explicitadas pela manipulação ideológica dos indivíduos.

Dito em termos gerais, cada rebelião contra a alienação e cada movimento com o intuito de superar essa manipulação da sociabilidade burguesa representa uma reação – espiritual e material – proveniente da própria realidade contraditória desse sistema. Por essa via, ao longo desse trajeto, Lukács (1981) deseja chegar ao processo

reflexivo acerca da importância do retorno ao ser social para compreendermos o processo da luta pela libertação da manipulação alienada do capitalismo:

**Não pode ser tarefa de uma investigação filosófica como é este nosso escrito**, antecipar com o pensamento o como, o onde e o quando de tal movimento. Aliás, **esta não possui nem mesmo os instrumentos para prognosticar de qualquer modo**, com uma probabilidade mensurável, tal caminho. No plano filosófico a única visível é que – e não é pouco – cada autêntico repúdio da manipulação, cada autêntico movimento para superá-la, contém em si, como sua essência, um dirigir-se espiritual ou mesmo prático à própria realidade – ao ser social enquanto base de cada pensar e fazer – que são capazes de conduzir na teoria e na prática a posições teológicas. O embate que, socialmente, derivará disto e que irá adquirindo sempre maior intensidade, entre o ser social e as tentativas e os métodos da sua manipulação constituirá o conteúdo mais profundo das arriscadas batalhas espirituais e também o centro mais ou menos consciente das lutas político-sociais. Será, portanto, o retorno do ser social considerado como base insuperável de toda práxis humana e de todo o verdadeiro pensamento, que caracterizará o movimento de libertação da manipulação em todas as esferas da vida. **Esta tendência de fundo é, enquanto tal, filosoficamente previsível** (p. 297, grifos nossos).

Fica evidente do ponto de vista ontológico que só podemos compreender a realidade da alienação atual – e sua possibilidade de superação – se partimos das atitudes do ser social inseridos na lógica de uma crise do atual capitalismo que recai também numa crise ideológica. Nessa fase atual do capitalismo, os processos de manipulações alienadas são explicitados de forma brutal. Estes degeneram os indivíduos ao ponto de estarem cada vez mais reduzidos ao particularismo voltado para generidade em-si.

Por esse desdobramento, Lukács (1981) aponta que reações individuais contra a sociabilidade burguesa não podem ser compreendidas como fenômenos isolados, pois os indivíduos não são soltos no espaço, muito pelo contrário, o ser social está diretamente relacionado com a totalidade social formando a práxis social.

Nesse quadro, para chegar ao entendimento da atual crise da manipulação alienada, o marxismo estuda a totalidade e as ações relevantes que os indivíduos assumem na realidade concreta (LUKÁCS, 1981, p. 297). Assim, por meio do marxismo podemos examinar a realidade em sua radicalidade e identificar os processos de manipulação alienada da sociabilidade burguesa.

Depois de tudo o que foi exposto até aqui, Lukács (1981) assegura, na passagem abaixo, a relevância do marxismo para o entendimento da especificidade de cada complexo social com um resultado de ações subjetivas e objetivas de um dado momento histórico social, pois o marxismo reconhece:

[...] a impossibilidade por princípio de determinar antecipadamente com **os instrumentos da filosofia o concreto ser-precisamente-assim** dos movimentos que se verificarão, não quer dizer que **o pensamento marxista** seja impotente frente aos aspectos qualitativos concretos dos processos reais. Ao contrário. Exatamente **porque o marxismo é capaz de reconhecer também a essência que forma o princípio de um movimento na sua generidade, simultaneamente**, mas de um ângulo diverso, à especificidade dos processos, que são únicos, ele pode compreender estes últimos adequadamente e promover-lhes concretamente a consciência (p. 297-8, grifos nossos).

Assim, o autor salienta a relevância do papel do marxismo em compreender o princípio que rege a vida cotidiana dos indivíduos limitados ao particularismo da generidade em-si no contexto da atual crise da manipulação alienada da sociabilidade burguesa. Nesse sentido, para Lukács (1981) o marxismo penetra concretamente e adequadamente na essência que norteia o movimento da generidade humana, mencionando, também, o importante papel das consciências dos indivíduos na práxis social frente aos pressupostos teóricos expostos.

Nosso estudo, desenvolvido até o momento, leva-nos à compreensão de que o processo de formação de ideologias nascidas dos conflitos do ser social e que fazem apologia ao capitalismo permite aos indivíduos reproduzirem o *status quos* vigente. Entretanto, estes podem adotar mecanismos para denunciar a alienação fundada na exploração do homem pelo homem. Nesse sentido, podemos assinalar que as tendências sociais ideológicas apresentam um caráter reprodutor ou denunciador da realidade sócio-histórica.

O repúdio aos métodos de manipulação é manifestado por indivíduos que sofrem com uma vida totalmente desprovida de sentido, pois a sociabilidade burguesa cria um padrão de felicidade com o intuito de levar os indivíduos a consumir o padrão imposto de ser feliz fundado nas relações mercadológicas aparentes do ter. Por disso, os indivíduos fundam o sentido de sua existência cotidiana totalmente voltada para um vazio existencial pautado na desumanização das relações humanas.

Com base no pensamento ontológico lukacsiano, afirmamos que vivemos numa sociabilidade de pessoas doentes. Isso significa que temos um grande número de indivíduos adoecendo, cada vez mais por viver em condições miseráveis (material e espiritualmente) provenientes dessa sociabilidade burguesa responsável por fundamentar a vida nas relações aparentes do ato de comprar e vender tudo (MARX, 2008b).

Nesse cenário, identificamos que tudo e todos são tratados como mercadorias dentro desse contexto proporcionado pela sociabilidade burguesa – tão deprimente – na qual até a ideologia da felicidade humana tem objetivos mercadológicos. Por conseguinte, aferimos que essa forma específica de mistificação da realidade tem como intuito vender uma felicidade na qual os indivíduos pensam que podem atingir uma plenitude do ser por meio da aquisição do ter.

Nesse sentido, as reações ideológicas aos mecanismos de manipulação assumem intenções, de um lado, reformistas e, de outro, revolucionárias. Ao passo que o sistema da manipulação propaga a ideologia da desideologização como o único método científico consagrado, na sociabilidade capitalista contemporânea. Portanto, os fatores ideológicos assumem um papel qualitativamente importante na luta empreendida pelos movimentos contra as manipulações ideológicas alienadas do capitalismo.

Entretanto, entendemos por meio dos fundamentos da ontologia marxiano-lukacsiana que dificilmente teremos indivíduos plenamente realizados numa forma de sociabilidade fundada na exploração e manipulação do homem pelo homem. Todavia, não existe nada determinado historicamente, muito pelo contrário, pois sabemos que a realidade é contraditória e dialética.

Portanto, o ser social pode assumir atitudes contrárias aos mecanismos de manipulação e alienação na exploração do homem pelo homem. Embora, a sociabilidade burguesa faça um grande esforço para os indivíduos acreditarem que sua normalidade é medida de acordo com o padrão social estipulado pelo sistema capitalista. Nesse cenário, os indivíduos plenamente adaptados às manipulações alienadas são interessantes para o capitalismo.

Para Lukács (1981), o marxismo assume papel relevante no que diz respeito ao desvelamento do processo de penetração da essência da genericidade em-si – limitada ao particularismo da vida cotidiana completamente dominada por manipulações ideológicas alienantes que servem para agravar a crise de manipulação da fase atual do capitalismo – identificando a possibilidade de lutarmos em prol do não-particularismo em direção a genericidade humana para-si como uma necessidade urgente dada os níveis brutais de manipulação alienante, os quais o atual capitalismo chegou a alcançar.

Sendo assim, a partir de Lukács (1981), compreendemos a manipulação brutal da sociabilidade burguesa e, ao mesmo tempo, esclarecemos que o problema da superação das formas de manipulação alienada da sociabilidade do capital passa pela crise ideológica dos valores dos indivíduos. Por esse prisma, Lukács (1981) advoga que

cada repúdio contra a manipulação alienada e cada movimento reivindicatório para tentar superar a alienação, reflete o processo histórico social vivenciado pelos indivíduos.

Diante do exposto, cabe ressaltar a relevância do marxismo para o entendimento da problemática sobredita, pois contrariamente à aparência da valorização das subjetividades dos indivíduos apregoada pelos ideólogos do sistema, o marxismo valoriza o papel das consciências na formação da práxis social na essência das relações do ser social.

Dessa maneira, como seria de esperar, tomando como base os pressupostos teóricos fundados no marxismo, não podemos nos restringir aos fenômenos que se limitam à aparência das relações cotidianas. Sendo que estes fenômenos representam somente uma parte da história responsável pela formação da totalidade social.

É por isso que nessa perspectiva, o exame rigoroso da realidade fundado na ontologia marxiano-lukácsiana permite que possamos chegar às raízes das ações dos indivíduos na práxis social. Contudo, longe de esgotarmos a problemática discutida, realizamos no decorrer desse estudo uma primeira aproximação da terceira parte – a base atual da alienação e sua possibilidade de superação – do capítulo da Alienação, inserido na obra *Para Ontologia do Ser Social*, de Georg Lukács.

Por esse prisma, procuramos apontar alguns elementos introdutórios com intuito de compreender a problemática da alienação na sociabilidade atual burguesa e as perspectivas de sua superação. Tal entendimento é necessário para podermos tratar – no capítulo seguinte – a problemática sobredita no cenário da crise estrutural do capital como elucidada István Mészáros em sua obra *Para Além do Capital*.

## **4 ALIENAÇÃO NA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL À LUZ DE MÉSZÁROS**

No capítulo anterior, buscamos explicitar – no primeiro momento – a concepção dos fundamentos ontológicos sobre a problemática da alienação e, logo imediatamente – no segundo momento – apresentar a elucidação acerca dos reflexos da alienação na sociedade capitalista e a possibilidade de sua superação. Para isto, tomamos com base a última seção da obra *Para ontologia do ser social*, do filósofo húngaro Georg Lukács. Por isso gostaríamos de salientar que esse autor marxista morreu em 1971, não tendo tempo histórico para vivenciar as manifestações da alienação no contexto da crise estrutural do capital. A qual se apresenta – de forma mais veemente – a partir de 1970, contexto vastamente analisado por István Mészáros (2009b).

Esse cenário nos motiva buscar as colaborações do marxista contemporâneo István Mészáros, o qual foi orientando de Lukács. Desse modo, tomaremos a obra intitulada *Para além do capital*, como lupa para o entendimento da alienação na sociabilidade contemporânea.

Então, tendo em vista que cada momento histórico do capital apresenta suas peculiaridades, desejamos destacar – ao longo dessa seção – os fundamentos e desdobramentos da alienação no contexto específico da reprodução social estruturada para atender a produção destrutiva.

Para tal situação, apoiar-nos-emos no orientando de Lukács, pois entendemos que – com base nos pressupostos expostos precisamente no *Para Além do Capital* – Mészáros (2009b) é um marxista que conseguiu compreender os mecanismos fundadores da crise estrutural do capital explicitada, de modo mais claro, na década de setenta e se estendendo até os nossos dias.

Nesse sentido, iniciamos a análise em torno da temática acima citada, pontuando a relevância de compreendermos o processo brutal de exploração do homem pelo homem que é intensificado por meio das personificações contemporâneas alienantes. E ao mesmo tempo, desejamos revelar os fundamentos da relação trabalho subsumido ao capital, a partir dos estudos realizados por Mészáros ao logo de sua trajetória teórica.

Dessa forma, podemos iniciar esse debate, desejando compreender os fundamentos da problemática em torno da seguinte elucidação de Mészáros (2009b): para chegarmos ao entendimento da problemática da alienação na contemporaneidade é necessário examinarmos a crise estrutural do capital. De maneira que esse quadro expressa uma reprodução social fundamentada para intensificar o processo de degenerescência humana. Esta, por sua vez, é advogada pela produção da riqueza material alienante, a qual permite uma total fragilização e inversão do que seria o significado genuíno da riqueza da produção.

Para tanto, Mészáros (2009b) assinala as devidas mediações e peculiaridades que caracterizam o atual contexto histórico do sistema do capital, o qual se encontra abalado em sua própria estrutura. Desse modo, conferimos – com base nos pressupostos desenvolvidos por Mészáros – que uma sintética definição acerca da crise hodierna consiste no encontro da reprodução do sociometabolismo do capital com os seus limites intrínsecos revelados pela subsunção do valor de uso ao valor de troca – com um nível agravante da taxa de valor decrescente da utilidade – voltado para produção da riqueza em detrimento da riqueza da produção.

Desse modo, desejamos – nessa seção – pontuar alguns elementos responsáveis pela reprodução da alienação no contexto da crise estrutural do capital, ou explicitar os principais aspectos perscrutados da análise empreendida por Mészáros (2009b) quais sejam: a relação entre a produção da riqueza e a riqueza da produção; a intensificação da taxa do valor utilidade decrescente de tudo que a humanidade produziu; a suposta disjunção entre a necessidade e a produção da riqueza relacionada com valor de uso e valor de troca; e, ainda, a reprodução generalizada do desperdício junto com o culto ao descartável. Porquanto, a compreensão desses elementos servirá como suporte teórico para chegarmos ao debate em torno dos rebatimentos da alienação na formação humana – assunto do próximo capítulo – dos indivíduos no cenário sobredito.

Nessa linha de raciocínio, é revelador identificarmos que Mészáros (2009b) consegue perceber as raízes fundadoras da crise presente nos nossos dias. Uma vez que chegar ao entendimento radical em torno das personificações alienantes do capital é uma tarefa colossal e, da mesma forma, o referido entendimento deve estar atrelado ao comprometimento com a luta contra o potencial destruidor do valor de troca inserido e aplicado por meio da taxa de utilização decrescente de tudo que a humanidade já produziu historicamente até os nossos dias.

Portanto, a elucidação sobre os mecanismos alienantes – do quadro que vem sendo apresentado – é o primeiro passo importante para a construção de um projeto comprometido com a luta contra os fundamentos e os desdobramentos da crise estrutural do capital. Em outras palavras, devemos pensar numa sociabilidade para além da exploração do homem pelo homem e oposta a produção destrutiva que promove o culto ao descartável.

Isso significa que devemos compreender – para poder transformar em sua radicalidade – a reprodução do encontro do sistema com seus próprios limites intrínsecos. O qual necessita do total desperdício em prol da riqueza da produção limitada “à riqueza material alienada como a finalidade da produção” (MÉSZÁROS, 2009b, p. 632). Por todos esses aspectos mencionados, Mézáros (2000) define a crise estrutural do capital como sendo o encontro do sistema com seus próprios limites intrínsecos.

Nesse sentido, Mézáros (2000) destaca a peculiaridade da mencionada crise:

Vivemos na era de **uma crise histórica sem precedentes. Sua severidade pode ser medida pelo fato de que não estamos frente a uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa**, como as vividas no passado, mas a uma crise estrutural, profunda, do próprio sistema do capital. Como tal, esta crise afeta — **pela primeira vez em toda a história** — o conjunto da humanidade, exigindo, para esta sobreviver, algumas mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado (p. 07, grifos no original).

Por esse quadro, o conjunto da humanidade é afetado. Com efeito, mais adiante o autor vai analisar os riscos que a própria humanidade corre de ser extinta, caso os indivíduos não se organizem por uma luta em direção uma nova forma de sociabilidade fundada no trabalho livremente associado e, conseqüentemente, livre da exploração do homem pelo homem.

Mézáros (2000) esclarece que a fase atual da reprodução do sociometabolismo do capital vem explicitando os seus limites absolutos voltados para produção destrutiva e, ao mesmo tempo, esclarece as características específicas da crise do capital com seu caráter estrutural irreformável e incontrolável.

Diante dessa argumentação, podemos compreender melhor com as próprias palavras de Mézáros (2000):

O sistema do capital é essencialmente antagônico devido à estrutura hierárquica de subordinação do trabalho ao capital, o qual usurpa totalmente — e deve sempre usurpar — o poder de tomar decisões. Este antagonismo estrutural prevalece em todo lugar, do menor “microcosmo” constitutivo ao “macrocosmo” abarcando as relações e estruturas reprodutivas mais abrangentes. E, precisamente porque o **antagonismo é estrutural**, o sistema do capital é — e sempre deverá permanecer assim — irreformável e incontrolável (p. 11; grifos no original).

A fim de produzirmos resultados concretos, compreendemos que tal crise<sup>42</sup>, assim concebida, impõe – de modo irracional e cruel – o seu caráter devastador para a humanidade, acentuando a característica de destrutividade e incontrolabilidade do capital, como analisa Mészáros (2000). Em vista disso, os seus reflexos hodiernos vêm se explicitando direta ou indiretamente, em todos os complexos sociais, penetrando de forma particularmente severa na esfera da educação – assunto do nosso próximo capítulo.

Além do mais, cabe mencionar, o processo de formação humana sofre os rebatimentos da mercantilização do ensino e da ciência. O qual vem sofrendo um aprofundamento deformador e um alargamento degenerativo, a cada dia, como uma das estratégias alienantes do capital de incrementar e mistificar a produção destrutiva e o culto ao descartável. Feito desse modo, identificamos que a reprodução da crise estrutural do capital fundada na exploração do homem pelo homem vem se intensificando de maneira brutal.

Sob esse aspecto, Mészáros (2000) perscruta que:

[...] não pode resolver a **crise estrutural do sistema** e a necessidade de superá-lo através da alternativa hegemônica do trabalho à ordem social metabólica do capital. É isto o que coloca na agenda histórica a tarefa da radical rearticulação do movimento socialista como um movimento de massas intransigente. **Colocar um fim à separação do “braço industrial” do trabalho (os sindicatos) de seu “braço político” (os partidos tradicionais), que leva à impotência**, e empreender uma ação direta politicamente consciente, em oposição à aceitação submissa das condições sempre piores, impostas aos produtores **pelas regras pseudo-democráticas do jogo parlamentar**, são os objetivos e movimentos transitórios que orientarão, necessariamente, um movimento socialista revitalizado no futuro previsível. **A contínua submissão ao curso globalmente destrutivo de desenvolvimento do capitalismo globalizado, verdadeiramente, não é uma opção** (p. 15, grifos nossos).

---

<sup>42</sup> É uma crise, em suma, proveniente da própria lógica reprodutora da crise estrutural do capital, a qual Mészáros (2000) explica: “Em nosso futuro, **a crise estrutural do capital — afirmando-se a si própria como a insuficiência crônica de “ajuda externa” no presente estágio de desenvolvimento — deverá tornar-se mais profunda**. E, também, deverá reverberar através do planeta, até mesmo nos mais remotos cantos do mundo, afetando cada aspecto da vida, desde as dimensões reprodutivas diretamente materiais às mais mediadas dimensões intelectuais e culturais” (p. 15; grifos no original e nossos).

Conforme a elucidação de Mészáros (2009b), afirmamos que para enfrentarmos a crise estrutural é fundamental identificarmos que aceitar as regras pseudo-democráticas parlamentares arrasta, ainda mais, a contradição do sociometabolismo do capital. Haja vista que o parlamento contribui para dilacerar, largamente, a mínima relação genuína existente entre os sindicatos e os partidos políticos em direção à luta contra a exploração do homem pelo homem.

Nesse sentido, não podemos deixar de mencionar que para Mészáros (2009a) a problemática da alienação e sua possibilidade de superação passam pela análise da transição socialista, a partir dos fundamentos da agudização da crise estrutural do capital.

Por conseguinte, não é demais insistir, compreendemos a crise contemporânea do capital de acordo com os posicionamentos explicitados por Mészáros (2000), como revela a citação abaixo:

**A crise estrutural do capital é a séria manifestação do encontro do sistema com seus próprios limites intrínsecos.** A adaptabilidade deste modo de controle do metabolismo social pode ir tão longe quanto a “ajuda externa” compatível com suas determinações sistemáticas permita fazê-lo. O próprio fato de que a necessidade desta “ajuda externa” aflore — e, apesar de toda a mitologia em contrário, continue a crescer durante todo o século XX — foi sempre um indicativo de que algo diferente da normalidade da extração e apropriação econômica do sobretrabalho pelo capital tinha que ser introduzido para conter as graves “disfunções” do sistema. E, durante a maior parte de nosso século, **o capital pôde tolerar as doses do remédio ministradas e nos poucos “países capitalistas avançados”** — mas somente neles — pôde até mesmo celebrar a fase mais obviamente bem sucedida de expansão do desenvolvimento durante o intervencionismo estatal keynesiano das décadas do pós-guerra. (p. 14, grifos nossos).

Identificamos – com base nos fundamentos analisados por Mészáros (2000) diante do quadro contemporâneo – que a intervenção estatal não está sendo suficiente para amenizar os efeitos desastrosos do sociometabolismo do capital. Muito pelo contrário, mesmo com todo o aparato do estado burguês – o comitê do capital – para reprodução do trabalho explorado, o seu sociometabolismo vem deparando-se com os limites absolutos dentro do cenário aviltante da crise estrutural.

Dito de outro modo, os rebatimentos desse contexto são sentidos em todos os aspectos da vida humana com o aprofundamento da exploração do homem pelo homem. Tal situação é expressa pelo processo de intensificação da alienação do trabalho, no qual se manifesta por meio da agudização do sociometabolismo do capital em crise.

Portanto, advertimos que nem mesmo os ditos “países capitalistas avançados” podem se livrar dos reflexos do capital. Os quais se encontram com os seus limites intrínsecos, contraditórios e alienantes extremamente evidenciados na sociabilidade hodierna.

#### **4.1 Elementos de compreensão da crise estrutural do capital**

Em vista dos argumentos brevemente apresentados acerca da crise contemporânea, nessa seção trataremos, os principais posicionamentos que fundamentam essa questão, na obra *Para Além do Capital*, de István Mészáros. De tal forma que possamos apresentar os fundamentos – do referido autor a partir do entendimento radical da relação existente entre a produção da riqueza e a riqueza da produção – do aprofundamento da exploração do homem pelo homem e todas as personificações alienantes em torno do culto ao descartável. Nesse caso – vale salientar – todos esses elementos têm uma finalidade comum que é a reprodução do trabalho alienado em direção à produção destrutiva.

Da mesma forma, entendemos com Mészáros (2009b) que o cenário contemporâneo é caracterizado por um construto de desenvolvimento das forças produtivas. Ao ponto de termos a configuração do reino da necessidade, além da possibilidade de transformação social como uma categoria do campo da realidade – em prol da criação do reino da liberdade – mesmo diante do quadro favorecido pela produção da riqueza destrutiva em detrimento da riqueza da produção.

Justamente por essa argumentação, Mészáros (2009b) advoga a relevância de compreendemos o processo de transição socialista a partir dos pressupostos históricos das formações socioeconômicas passadas até chegarmos ao momento atual. Explicando melhor, o autor atenta para o seguinte fato: na construção de um projeto radical contra o capital, não podemos deixar de levar em consideração o processo metabólico das experiências das sociedades anteriores com todos os seus limites e avanços.

A esse respeito, Mészáros (2009b) explica:

Desse modo, devemos ter em mente que as realizações problemáticas do sistema do capital emergem de uma estratégia autocontraditória **que ingênua ou assustadoramente ignora as exigências de um adequado “domínio do homem sobre suas condições de existência orgânica e inorgânica”** como a precondição necessária de um domínio humano socialmente viável sobre as forças da natureza. **Ao mesmo tempo, deve ser lembrado que a crítica socialista das contradições do capital não pode ser formulada da perspectiva e em termos de limitar o processo metabólico às formações socioeconômicas passadas.** Pois, comparadas ao dinamismo do capital, que tende desde o seu início para sua dominação e sua articulação globais, são suficientemente claras as limitações estruturais das formas anteriores de produção – o que as exclui com base nas suas inabilidades para atender às exigências socialistas de prover ‘a cada um de acordo com a sua necessidade’ (p. 605, grifos nossos).

Na continuidade desses posicionamentos, Mészáros (2009b) inicia sua elucidação – no capítulo quatorze da sobredita obra – fazendo menção a uma questão fundamental acerca do desenvolvimento das potencialidades humanas para construção de um projeto genuinamente socialista. Não obstante, estas – no cenário de crise estrutural do capital – encontram-se atreladas aos imperativos alienantes que permitem as necessidades humanas estarem subsumidas ao valor-de-troca, de modo que as personificações alienantes do sociometabolismo do capital fundamentam a produção destrutiva, a qual dilacera as potencialidades dos indivíduos.

Nessa direção, Mészáros (2009b) destaca:

**A primeira questão que devemos considerar diz respeito à possibilidade de uma abordagem radicalmente diferente do desenvolvimento das potencialidades produtivas humanas, em resposta a uma necessidade genuína; oposta à prática estabelecida da reprodução social, subordinada aos imperativos alienados da produção-do-capital sempre-em-expansão, sem consideração das suas implicações para as necessidades humanas** (p. 605, grifos nossos).

Precisamente por esse quadro, o sociometabolismo do capital desejaria desprezar as necessidades dos indivíduos. Mas isto não é possível em virtude do próprio desenvolvimento das forças produtivas explicitadas pelo trabalho alienado submetido ao capital serem constituídas pelo valor de uso. Mesmo que este esteja subsumido ao valor de troca, o qual reproduz as relações de produção da riqueza em detrimento da riqueza da produção.

Então, Mészáros (2009b) explicita:

**[...] não é mais crível que a disjunção de necessidade e produção-de-riqueza [...] possa sustentar a si indefinidamente [...] ainda menos que possa**

satisfazer [...] as necessidades elementares da maioria da humanidade que agora tão insensivelmente despreza (p. 605, grifos nossos).

Por esse prisma, entendemos que a dependência do capital em relação às necessidades humanas representa um constrangimento para o seu sociometabolismo, pois o contexto de crise demanda um tipo de reprodução da produção destrutiva que esteja, largamente, em prol da destruição produtiva. Tudo isso apresentando e legitimando o interesse de equilibrar uma estrutura extremamente abalada. Sendo esta, explicitada pelo crescimento aviltante do desemprego estrutural, produção bélica e aumentos de todos os limites contraditórios, os quais culminam com o esgotamento expansionista do capital.

De tal forma que o entendimento radical do movimento da realidade contemporânea fundado no trabalho explorado é um grande esforço militante em direção à construção da transição socialista rumo à emancipação humana. A partir desse contexto, defendemos a necessidade de compreendermos as questões que fundamentam esse cenário dialético, para com isso termos a revelação da contradição existente na própria lógica de reprodução social da incontabilidade e expansionismo esgotante de dominação com extremo desprezo às necessidades dos indivíduos.

Por essa compreensão, identificamos, na esteira de Mészáros (2009b), que o próprio processo de elaboração da produção de riqueza – embora esteja subsumido ao valor-de-troca – o valor-de-uso é necessário para a própria reprodução do capital. Com isto, podemos identificar a primeira contradição da produção de riqueza voltada meramente para atender ao domínio burguês e agravar o processo de exploração do homem pelo homem, ou seja, a alienação do trabalho.

Mészáros (2009b) advoga que a construção da riqueza da produção voltada para emancipação humana não deve estar associada à separação do valor de uso e valor de troca. Muito pelo contrário, essa separação já é algo realizado pelo sociometabolismo do capital, incluindo até mesmo as experiências pós-capitalistas. Assim, a partir desse aspecto, podemos identificar um dos segredos que contribuem para a reprodução do trabalho explorado por meio da ampliação do valor de troca, como explicam as linhas abaixo:

Para tornar a produção de riqueza a finalidade da humanidade, foi necessário separar o valor de uso do valor de troca, sob a supremacia do último. Esta característica, na verdade, **foi um dos grandes segredos do sucesso da dinâmica do capital**, já que as limitações das necessidades dadas não tolhiam seu desenvolvimento. **O capital estava orientado para a produção e a reprodução ampliada do valor de troca** e, portanto poderia se adiantar à demanda existente por uma extensão significativa e agir como um estímulo poderoso para ela (p. 606, grifos nossos).

Nesse sentido, entendemos que um grande desdobramento da separação do valor de uso e valor de troca é a transformação da riqueza da produção humana em produção da riqueza destrutiva multiplicada pelo culto ao descartável. Além do mais, podemos identificar as demandas alienantes da produção de mercadoria, como explica Mészáros (2009b), dentro do contexto brutal de vincular as necessidades humanas às relações reificadas e subjugadas ao fetichismo reproduzido pelo sociometabolismo do capital.

Todavia, Mészáros (2009b) alerta que não se trata, simplesmente, de separar ou de opor o valor de uso ao valor de troca para o enfretamento radical do sociometabolismo do capital. Sobre essa argumentação, o autor adverte que é necessário:

[...] combinar a crítica socialista das relações-de-valor, à **afirmação do papel positivo vital do valor-de-uso**, com uma indicação de saídas praticamente viáveis das contradições **das formas pré-capitalistas de intercâmbio socioeconômico à medida que emergem da aproximação ao valor-de-uso** (p. 610, grifos nossos).

Entendemos que embora a riqueza da produção esteja subsumida à produção da riqueza, não podemos opor valor de uso ao valor de troca. Tendo em vista que o desenvolvimento do valor assume a forma mercadoria em todas as forças e relações produtivas da reprodução do sociometabolismo do capital. Contudo, apesar do contexto de exploração do homem pelo homem apresentado diante da sociabilidade contemporânea, a possibilidade de transformação social é dada pela própria construção das forças e relações produtivas. Estas são fundamentais para construção do reino da necessidade e os elementos necessários para construirmos a transição socialista em direção ao reino da liberdade.

No entanto, compreendemos – com base nos fundamentos expostos por Mészáros (2009b) – que as vidas dos trabalhadores são movidas, intensamente, por

mecanismos alienantes responsáveis pela disseminação de muito sofrimento atrelado ao processo de degenerescência agravada no quadro da crise estrutural do capital.

Fundamentados nas personificações alienantes do sociometabolismo do capital, identificamos que os trabalhadores são responsabilizados – vergonhosamente e violentamente – pela produção das suas misérias materiais e espirituais. Em outras palavras, as reproduções das suas vidas estão atreladas à redução da condição humana ao mero valor de troca fetichizado pelo capital.

Para tanto, devemos entender que o horizonte do capital não é a riqueza da produção voltada para o desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos, ao contrário, a sua importância central do capital é a produção fetichizada que reifica os indivíduos fundados na produção de riqueza. Dito de outro modo, a produção da coisa e da troca de mercadoria assume caráter central na reprodução institucionalizada do capital, de maneira que a mortificação dos indivíduos representa o avivamento do sociometabolismo do capital. Nesse sentido, podemos ilustrar tal realidade com a expressão brutal dos seus limites ativos sendo configurados, intensamente, em valor de troca sempre em expansão.

Desse modo, elucidamos que o raciocínio sobredito revela o impacto das determinações reificantes do capital, como analisa Mészáros (2009b):

Durante o desenvolvimento histórico do capital – que impôs à humanidade a produção da riqueza como a finalidade que a tudo absorve –, o caráter real da riqueza propriamente dita desapareceu do horizonte. **Foi obliterada por uma concepção reificada, associada a estruturas materiais e relações igualmente fetichizadas que determinaram o sociometabolismo geral em todas as suas dimensões.** Neste aspecto, uma das categorias mais importantes, cujo significado foi perversamente alterado sob **o impacto das determinações reificantes do capital, foi a de propriedade.** Paralelamente aos processos – e em conjunção com eles – que separaram (e alienaram) do sujeito ativo da reprodução social as “condições inorgânicas da existência humana”, o significado de “propriedade” mudou a ponto de se tornar irreconhecível (p. 610, grifos no original e nossos).

Ademais, a reprodução do valor da força de trabalho na esfera da produção revertido em mercadoria representa um caráter de trabalho concreto submetido ao trabalho abstrato, de tal forma que o trabalho explorado assume a institucionalização do valor de troca como núcleo da reprodução destrutiva do sociometabolismo do capital, como observa Mészáros (2009b):

Caracteristicamente, ela foi identificada com a “*coisa*” produção e da troca de mercadoria, e acima de tudo com a garantia institucionalizada da reprodução capitalista (isto é, o “**trabalho acumulado, objetificado, alienado**” assumindo a forma de ativos do capital legalmente protegidos e de valor de troca sempre em expansão). A *raison d'être* de tais mudanças não é muito difícil de identificar. Em agudo contraste com seu significado original, é graças a seu radical desvirtuamento que o conceito capitalista de “propriedade” pode exercer um papel vital na legitimação das – *a priori* julgadas e materialmente fixadas, além de salvaguardadas legal/politicamente – **relações de produção estabelecidas e do modo dominante de apropriação (e expropriação) a elas correspondentes** (p. 610, grifos no original e nossos).

Nesse quadro, as relações de apropriação e expropriação da força de trabalho no processo de produção e troca são tratadas como uma coisa transformada em uma mercadoria, ou seja, recebem um tratamento como qualquer outra coisa reificada pelo capital. Assim, o trabalhador é, praticamente, castrado, nesse cenário bárbaro, de usufruir do desenvolvimento das potencialidades genuinamente humanas.

Tendo em vista que os indivíduos, sobretudo, os trabalhadores sofrem todos os rebatimentos alienantes de uma vida miserável materialmente e espiritualmente, compreendemos que sujeito-trabalhador não pode considerar sua força de trabalho como a propriedade pertencente ao seu ser. E nem ao menos as condições da sua produção e reprodução como um processo de humanização do indivíduo. Ao contrário, essa propriedade – a força de trabalho – é dominada por um ser estranho e subjugada aos imperativos materiais constituintes do ter em detrimento do ser.

Sob esse aspecto, Mészáros (2009b) revela:

O modo capitalista de reprodução social não poderia estar mais distante desta determinação original de produção e propriedade. Sob o comando do capital, **o sujeito que trabalha não mais pode considerar as condições de sua produção e reprodução como sua própria propriedade**. Elas não mais são os pressupostos autoevidentes e socialmente salvaguardados do seu *ser*, nem os pressupostos naturais do seu *eu* como constitutivos da “extensão externa de seu corpo”. Ao contrário, **elas agora pertencem a um “ser estranho” reificado** que confronta os produtores com suas próprias demandas e os subjugam aos imperativos materiais de sua própria constituição. Assim, a relação original entre o sujeito e o objeto da atividade produtiva é completamente subvertida, **reduzindo o ser humano ao status desumanizado de uma mera “condição material de produção”** (p. 611, grifos no original e nossos).

Mészáros (2009b) ressalta que os sujeitos vendedores da sua força de trabalho são tratados meramente como consumidores manipulados de mercadorias, de modo que quanto maior a taxa de utilização decrescente das coisas maior é a manipulação alienante da ficção de consumidores soberanos. Em outras palavras, o processo de reificação das relações sociais transforma os indivíduos em meras mercadorias como qualquer coisa necessária para reprodução do sociometabolismo do capital.

De tal maneira que essa ilusão alienante é dada pela fragmentação e degradação da força de trabalho como uma mercadoria subjugada às exigências de apropriação e expropriação dos trabalhadores. Em conformidade com essa argumentação, Mészáros (2009b) advoga:

**O “ter” domina o “ser” em todas as esferas da vida. Ao mesmo tempo, o eu real dos sujeitos produtivos é destruído por meio da fragmentação e da degradação** do trabalho à medida que eles são subjugados às exigências brutalizantes do processo de trabalho capitalista. Eles são reconhecidos como “sujeitos” legitimamente existentes apenas como *consumidores manipulados* de mercadorias. Na verdade, eles se tornam tanto mais **cinicamente manipulados – como fictícios “consumidores soberanos” – quanto maior a pressão da taxa decrescente de utilização** (p. 611, grifos no original).

Conforme Mészáros (2009b), o ser social é reconhecido simplesmente como um fator material da riqueza da produção, ou melhor, o ser está a serviço da riqueza da produção capitalista, não é a produção que está a serviço dos trabalhadores. É justamente por essa inversão reproduzida pelo sociometabolismo do capital – em tempos de crise estrutural – que presenciamos relações sociais mercantilizadas. Ao passo que estas são responsáveis por desumanizar e alienar os indivíduos em suas capacidades autenticamente humanas, construindo um complexo sistema de reprodução social composto de seres extremamente degenerados e agudizados.

Desse modo, podemos observar como ocorre as relações entre os indivíduos no cenário contemporâneo em consonância com as palavras de Mészáros (2009b):

**A relação social mercantilizada e reificada entre os sujeitos produtivos e seu controlador agora independente** – que, como questão de direitos materialmente constituídos e legalmente impostos, age como o único proprietário das **condições de produção e autorreprodução dos trabalhadores** – apresenta-se de maneira mistificada e impenetrável (p. 612, grifos nossos).

É justamente por meio do fetichismo da mercadoria que as relações entre os indivíduos são reificadas. De modo que a finalidade da produção é fundamentada pelo culto ao descartável. E ainda mais, podemos ilustrar tal situação, segundo Mészáros (2009b), a partir do entendimento do processo de coisificação existente entre os indivíduos. Sendo assim, estes são voltados – meramente – para atender as necessidades expansionistas do complexo industrial-militar e a subsunção do valor de uso ao valor de troca.

Com isso, Mészáros (2009b) revela:

Igualmente, a tarefa da reprodução social e do intercâmbio metabólico com a natureza é definida de modo fetichizado como a reprodução das **condições objetivadas/alienadas de produção**, das quais o ser humano que sente e padece nada mais é senão uma parte estritamente subordinada, enquanto um “fator material de produção”. E já que o sistema produtivo estabelecido, sob a regência do capital, não pode reproduzir a si próprio, a menos que possa fazê-lo em uma escala sempre crescente, a produção deve não apenas ser considerada a finalidade da humanidade, mas – enquanto um modo de produção **ao qual não pode haver alternativa – deve ser tomada como premissa que a finalidade da produção é a multiplicação sem fim da riqueza** (p. 611-12, grifos nossos).

Por esse prisma, elucidamos a partir de Mészáros (2009b) que a finalidade capitalista é a produção da riqueza – voltada para a reprodução do sociometabolismo do capital – agravando os limites alienantes da reificação das relações sociais e do fetichismo das mercadorias. Nesse sentido, estes são representados por um largo processo de mistificação da realidade.

Dito de outro modo, as potencialidades humanas são desenvolvidas para atender aos imperativos alienantes arraigados na própria lógica de reprodução mercadológica do capital em crise estrutural, conforme explica Mészáros (2009b):

O dinamismo produtivo do sistema do capital, quaisquer que sejam suas inumanidades, **é notável em sua história de expansão nacional e global, a cujo impacto as formas anteriores de reprodução social são incapazes de resistir**. Naturalmente, o crescimento antes inimaginável da riqueza que acompanha tal dinamismo – tanto quanto ele possa durar – constitui a legitimidade histórica deste sistema. Contudo, dadas as contradições inerentes ao sistema do capital, e a concomitante periculosidade do seu modo de operação, **seu desenvolvimento produtivo não pode ser sustentado indefinidamente** (p. 612, grifos no original e nossos).

Por essa perspectiva, entendemos que o valor de troca vem se reproduzindo como um desdobramento contraditório e expansionista da crise. Então, afirmamos que só é possível criarmos as condições de uma forma de sociabilidade socialista, se enfrentarmos os paliativos reformistas apregoados pelo sociometabolismo do capital.

Justamente por esse fato, Mészáros (2009b) analisa:

Assim, quando **a autoexpansão capitalista do valor de troca está em crise, se quisermos tratar seriamente dos problemas de desenvolvimento e “subdesenvolvimento”**, visando investigar as condições de uma alternativa socialista viável, é inevitável desafiar os próprios *horizontes* da “riqueza” autorreprodutiva do capital, no interior dos quais não pode haver solução para tais problemas. Em outras palavras, a questão em jogo é absolutamente fundamental e **em relação à qual todo o resto pode apenas se qualificar, na melhor das hipóteses, como paliativos temporários** (p. 612, grifos no original e nossos).

Assim, os paliativos temporários não podem romper com essência desumana do sociometabolismo capital. Sob esse aspecto, salientamos que a produção da riqueza se transforma em fundamento para a reprodução do capital e como este não pode se livrar completamente das necessidades humanas, estas são submetidas aos imperativos alienantes do capitalismo contemporâneo. Em outras palavras, a riqueza da produção é convertida em produção da riqueza e determinada pelo valor de uso cada vez mais atrelado à taxa de valor de utilidade decrescente, capaz de implicar em prioridade mercadológica para o valor de troca em todos os aspectos da vida humana.

De acordo com Mészáros (2009b), para entendermos – com um maior rigor teórico – essa problemática da riqueza material mercantilizada como a finalidade da reprodução do capital é necessário recorreremos ao entendimento dos imperativos da produção destrutiva, como podemos identificar a partir da seguinte citação:

Em completo contraste, a remoção do “padrão de mensuração predeterminado” do capital, como medida de toda diligência humana, significa que a atividade vital dos indivíduos associados deve ser em sua inteireza radicalmente reorientada. Pois o padrão do capital pode medir apenas o menor ou o maior grau de sucesso no **ajustamento aos imperativos de administrar a produção como finalidade da humanidade subserviente à expansão da riqueza material utilitária/mercantilizada como finalidade da produção**. É por isso que, na visão de Marx, a diligência humana deve ser orientada para a *riqueza da produção* (isto é, “a universalidade das necessidades, capacidades, prazeres, forças produtivas etc. do *indivíduo*”) e em direção a uma cada vez mais rica

– mas, claro, não em um sentido estreitamente material de riqueza – *autorreprodução* dos *indivíduos* sociais como o fim-em-si-próprio conscientemente adotado (p. 613, grifos nossos).

Sendo assim, não podemos esquecer de demonstrar a relevância da análise empreendida por Mészáros (2009b), a qual revela o forte domínio do sociometabolismo sobre a humanidade:

O capital é de longe o mais poderoso regulador espontâneo da produção conhecido pela humanidade até o presente e não pode ser substituído por um vácuo socioeconômico. **A dominação do capital sobre a sociedade só pode ser superada por uma ordem reprodutiva materialmente sensata e humanamente gratificante que assuma todas as funções metabólicas vitais deste modo de controle sem suas contradições** (p. 613, grifos nossos).

Entretanto, a possibilidade de superação da produção da riqueza em direção a riqueza da produção é um movimento dialético do campo da realidade, tendo em vista que a história não chegou ao fim com o sociometabolismo do capital, ao contrário, a sociabilidade contemporânea demanda uma ordem reprodutiva capaz de assumir todas as funções metabólicas vitais sem herdar suas contradições.

Nesse sentido, entendemos – com o apoio de Mészáros (2009b) após Marx – que a produção da humanidade voltada para a expansão da riqueza material mercantilizada traz poucos benefícios para desenvolver as diversas potencialidades das relações entre os indivíduos. Estas que são capazes de possibilitarem o retorno desse desenvolvimento para a humanização das capacidades e necessidades dos indivíduos. Com efeito, caso essa organização em prol da emancipação humana não seja realizada pela classe trabalhadora, a humanidade corre um sério risco de vivenciar um processo intenso de barbárie ao ponto de culminar com uma autodestruição da própria existência do ser social.

Dessa maneira, toda a realização dessa luta contra o sociometabolismo do capital necessita, obrigatoriamente, passar pela compreensão de que o processo de reprodução deve está fundamentado na riqueza da produção. Em virtude disso, entendemos que a possibilidade dos indivíduos desenvolverem suas potencialidades criativas transforma-se em um elemento concreto da realidade.

Sob esse mesmo aspecto, Mészáros (2009b) revela:

A produção ou é conscientemente controlada pelos produtores associados a serviço de suas necessidades, ou os controla impondo a eles seus próprios

imperativos estruturais como premissas da prática social das quais não se pode escapar. Portanto, **apenas a autorrealização por meio da riqueza de produção (e não pela produção de riqueza alienante e reificada)**, como a finalidade da atividade-vital dos indivíduos sociais, pode oferecer uma alternativa viável à cega espontaneidade autorreprodutiva do capital e suas consequências destrutivas. Isto significa a produção e **a realização de todas as potencialidades criativas humanas**, assim como a reprodução continuada das **condições intelectuais e materiais** de intercâmbio social (p. 613, grifos no original e nossos).

Dessa maneira, o entendimento da produção de riqueza alienante e reificada é um complexo fundamental para podemos advogar que a crise estrutural do capital se desenvolve em meio à produção destrutiva dos objetos. Estes, por sua vez, apresentam um caráter expansionista, incontrolável e com a taxa de utilização decrescente reproduzindo o complexo industrial-militar do capitalismo contemporâneo. Além do mais, as consequências desse sociometabolismo são devastadoras para os indivíduos que vivenciam um momento violento de instauração da barbárie com o fetichismo da quantificação, dominando completamente o processo da produção do culto ao descartável.

Por esse mesmo raciocínio, Mészáros (2009b) perscruta:

Na verdade, uma vez que o sociometabolismo deixe para trás o estágio caracterizado pela satisfação das necessidades apenas em termos da mera necessidade de sobrevivência, **uma avaliação estritamente quantitativa das melhorias na produção corrente se torna extremamente problemática**, se não completamente sem sentido. Apesar disso, em um estágio mais avançado do desenvolvimento histórico, sob **as condições de produção generalizada de mercadorias** – após incontáveis séculos de interação recíproca entre novas necessidades que surgem e as correspondentes práticas produtivas, que inevitavelmente acompanham uma grande variedade de diferenciações qualitativas já bem antes do triunfo global do capital –, **o fetichismo da quantificação domina completamente a dimensão qualitativa do processo de produção** (p. 614, grifos nossos).

Então, as potencialidades positivas do capital são revertidas em realidades destrutivas para os indivíduos. De modo que os limites expansionistas da reprodução do capital, por meio da produção de riqueza intensificada com a ampliação da taxa decrescente de uso de todas as mercadorias, vão intensificando-se fortemente diante do cenário da crise hodierna. Vale ainda destacar que dentre essas mercadorias, encontramos a força de trabalho, a qual tem o seu valor de uso subsumido ao valor de troca.

Destarte, uma ilustração desse cenário do culto ao descartável estruturado pela produção destrutiva, por exemplo, temos os vários automóveis, computadores,

dentre outros objetos que são descartados da esfera da circulação e do consumo e que ainda poderiam ser usados pelos indivíduos.

Sobre o quadro da destrutividade mencionada, Mészáros (2009b) explica:

Tal perversidade se torna inteligível apenas com referência ao modo intrinsecamente contraditório pelo qual o próprio sistema produtivo do capital é, por necessidade, articulado. Este modo particular de reprodução social é sobrecarregado com uma **contradição por fim explosiva que transforma suas potencialidades positivas em realidades destrutivas**. Esta virada no desenvolvimento se torna tanto mais pronunciada quanto mais se aproxima dos limites do sistema do capital – os limites das cada-vez-mais-perdulárias quantificação e expansão num mundo de recursos finitos (p. 614, grifos nossos).

Em consonância com a ilustração acima citada, podemos afirmar que tal exemplificação revela que as determinações limitantes da produção destrutiva se interessam em atender aos imperativos da expansão quantitativa ilimitada do capital. Essas representam entraves ao desenvolvimento da riqueza da produção em direção ao desenvolvimento das potencialidades e necessidades humanas.

Por conseguinte, Mészáros (2009b) advoga que o entendimento em torno da problemática da necessidade, da qualidade e do uso deve assumir relevância para o processo de reorientação socialista da produção e distribuição dos meios historicamente produzidos pela humanidade.

Na continuidade desse posicionamento, Mészáros (2009b) defende:

Nesse sentido, o avanço histórico representado pelo estágio capitalista de desenvolvimento produtivo (abarcando, apesar de tudo, apenas alguns séculos da história total da humanidade) **é um retrocesso real se considerado em relação ao seu impacto na dialética de necessidade e produtividade, porque rompe radicalmente a relação** prévia que prevaleceu, como já mencionado, por milhares de anos. Remove – como deveria – não apenas as determinações *limitantes* da produção orientada-para-a-necessidade, mas simultaneamente também **a possibilidade de controlar as tendências destrutivas que emergem da dominação total da qualidade pelos imperativos da expansão quantitativa ilimitada do capital. Isto explica por que a problemática da necessidade, qualidade e uso deve ocupar um lugar central na reorientação socialista da produção e distribuição** (p. 615, grifos nossos).

Conforme a concepção de Mészáros (2009b) após Marx, a perspectiva de transição socialista interligada a riqueza da produção está diretamente relacionada ao processo de socialização da necessidade, da qualidade e do uso em todos os aspectos da reorientação da produção e da distribuição. Ao mesmo tempo, estas devem ser mediadas pela reprodução social em prol de um projeto que se contraponha radicalmente a

produção da riqueza nos moldes fetichizadores do capital, os quais são responsáveis por transformar tudo em mercadorias. Além de transformar todas as relações sociais em reificação reveladas por formas brutais de bestializações das relações entre os indivíduos.

Assim, Mészáros (2009b) retrata:

Na verdade, **o critério orientador da necessidade, a qualidade e o uso se aplica a todos os aspectos da produção e distribuição socialistas, da satisfação das exigências materiais** elementares do sociometabolismo aos vários esforços que visam ampliar as dimensões mais mediadas da reprodução cultural (p. 615, grifos nossos).

Com base em Mészáros (2009b), concluímos o seguinte posicionamento: para o sociometabolismo do capital contemporâneo o que mais importa é a produção da riqueza fundamentada na taxa de utilização decrescente das mercadorias. Então, esse mesmo quadro pode ser ilustrado por meio do processo de intensificação do crescimento do complexo industrial-militar e, conseqüentemente, o consumo, cada vez mais, desperdiçado pela produção destrutiva.

Toda essa estruturação mercantilizada voltada para a reprodução destrutiva é realizada pelo capital sem nenhum constrangimento. De modo que a força impulsionadora desse contexto é caracterizada por levar em consideração – como prioridade central para sua reprodução – a quantidade da produção de riqueza em detrimento da riqueza da produção, o valor de troca em detrimento do valor de uso, o trabalho abstrato em detrimento do trabalho concreto.

Ao mesmo tempo, compreendemos que o constrangimento para o capital é ter que levar em consideração, obrigatoriamente, as necessidades dos indivíduos, pois não é possível a reprodução do seu sociometabolismo sem levá-las em consideração. Sem isto não haveria consumo e, conseqüentemente, o capital estaria impedido de realizar sua reprodução por meio da exploração do homem pelo homem.

Desse modo, entendemos que os seres humanos recebem o mesmo tratamento dado às máquinas, ou melhor, são engrenagens do mecanismo de reprodução do sistema do capital. Nesse sentido, o fato dos indivíduos apresentarem qualidades próprias de seres sociais representa um obstáculo à produção capitalista. Destarte, cabe ilustrarmos, o trabalhador produtivo recebe a mesma avaliação na estrutura capitalista que a locomotiva, assumindo a máquina o papel de competidor direto da força de trabalho.

Por esse prisma, Mészáros (2009b) conclui:

Portanto, já que os seres humanos apenas podem se encaixar na maquinaria produtiva do sistema do capital como engrenagens do mecanismo geral, suas qualidades humanas devem ser consideradas obstáculos à eficácia ótima de um sistema que tem suas próprias lógica e medida de legitimação. Correspondentemente, **os mesmos critérios devem ser aplicados na avaliação tanto da performance humana como na da locomotiva, desse modo não apenas equalizando, mas subordinando a sensível e inoportuna humanidade à eficácia pouco exigente dos lucrativos procedimentos mecânicos, muito mais facilmente administráveis.** Para tornar as coisas ainda piores, a eficácia (ou valor) **do trabalhador produtivo** pode ser objetivamente avaliada na estrutura capitalista de contabilidade com considerável exatidão, no mesmo sentido da locomotiva – e este é precisamente o modo **como a máquina pode se tornar um competidor direto do trabalhador produtivo** (p. 616, grifos nossos).

Ressaltamos com Mészáros (2009b) que – para piorar a situação dos trabalhadores produtivos – o valor atribuído aos indivíduos improdutivos e parasitários pelo sociometabolismo da produção e distribuição capitalista é crescente, por meio da legitimação política dos manipuladores do mercado. Além disso, o tratamento dado aos não produtivos e parasitários do sistema é de permitir a direção de toda a riqueza da produção sendo transformada em produção da riqueza.

Nessa mesma direção, Mészáros (2009b) defende:

**Ao mesmo tempo, o “valor” atribuído aos constituintes improdutivos e parasitários do processo capitalista de produção e distribuição (dos manipuladores fraudulentos do mercado de ações aos “experts” das relações antissindicais e agentes publicitários comerciais ou políticos)** está aberto às mais arbitrárias determinações. Na verdade, quanto mais nos aproximamos dos estágios mais desenvolvidos do “capitalismo avançado”, mais pronunciada é a mudança na direção dos constituintes não produtivos e parasitários (p. 616, grifos nossos).

Por esse desdobramento, as necessidades humanas são reduzidas à esfera da produção destrutiva voltada para a produção da riqueza que degenera alienadamente os indivíduos, transformando a utilidade dos produtos em mera mercadoria para a reprodução da indústria, sobretudo, a bélica. Da mesma maneira, segundo Mészáros (2009b) a utilidade também é atribuída à força de trabalho produtiva e à não produtiva, ou seja, à força de trabalho responsável pela produção da riqueza é controlada pelos parasitas não produtivos do sociometabolismo do capital. Em outras palavras, a ideologia alienante da manipulação tem como primeiro objetivo atribuir o valor à força de trabalho como um valor de qualquer outra mercadoria.

Esse fato explicita a contradição existente entre os interesses do trabalho e do capital, como aponta Mészáros (2009b):

A contradição entre trabalho produtivo e não produtivo é inerente ao antagonismo fundamental entre os interesses do capital e os do trabalho e, como tal, insuperável. Ela emerge **em primeiro lugar do caráter explorador do próprio processo de trabalho capitalista** e da necessidade de encontrar uma forma de controle adequada à sua perpetuação (p. 617, grifos nossos).

Não obstante, a sobredita contradição em tempos de crise estrutural é agravada devido à necessidade do capital de encontrar uma forma de controle capaz de permitir sua reprodução, mesmo com todos os antagonismos inerentes à própria lógica que move seus imperativos alienantes.

Nesse cenário, o capital tenta se equilibrar com a taxa de utilização decrescente das mercadorias, incluído a mercadoria força de trabalho, ou ainda, os manipuladores capitalistas tentam solucionar a necessidade da existência do valor de uso para a reprodução do capital, subsumindo esta necessidade à taxa mencionada acima. Todavia, os mecanismos compensatórios da problemática crise estrutural não solucionam as personificações alienantes existentes em tempos contemporâneos, devido às características contraditórias do próprio sociometabolismo do capital, o qual estamos examinando na esteira de Mészáros (2009b).

Não podemos esquecer de reiterar que o quadro exposto permite chegarmos ao seguinte entendimento: o valor de uso está cada vez mais subsumido ao valor de troca, o trabalho concreto subsumido ao trabalho abstrato e a riqueza da produção subsumida à produção da riqueza. Além disso, o capital também tem a capacidade de fazer com que o funcionamento dos setores genuinamente produtivos dependa dos setores parasitários.

Diante desses elementos parasitários, compreendemos que são setores caracterizados por um número crescente de indivíduos que são dependentes na qualidade de consumidores dos seus produtos. Dito de outra forma, essa dependência do setor parasitário é gerada pela necessidade dos trabalhadores produtivos serem vendedores da força de trabalho produtiva. De maneira que a partir dessa venda, os trabalhadores possam obter o seu sustento mínimo por meio do recebimento de um salário. Este expressa o tempo socialmente necessário para os trabalhadores poderem reproduzir-se, além de revelar a apropriação do trabalho não pago pelo setor parasitário.

Dentro dessa argumentação, observamos as mudanças quantitativas e o crescimento dos setores parasitários com base no raciocínio desenvolvido por Mészáros (2009b):

Além disso, além de um certo ponto do desenvolvimento capitalista, como veremos abaixo, **as mudanças quantitativas na extensão da dimensão não produtiva se convertem em um redimensionamento qualitativo de toda a estrutura.** Como resultado, o funcionamento dos constituintes genuinamente produtivos se torna cada vez mais dependente da manutenção e do crescimento posterior dos setores *parasitários* – dos quais um número crescente de pessoas depende para seu sustento, **enquanto outros dependem destes na qualidade de consumidores dos seus produtos** –, desse modo aumentando paradoxalmente as contradições do complexo global também ao oferecer remédios às suas disfunções mais ou menos abertamente reconhecidas (p. 618, grifos no original e nossos).

Por certo, as contradições do sociometabolismo do capital não são solucionadas com o enfoque na troca, na quantidade e na produção da riqueza destrutiva. Muito pelo contrário, a crise intensifica-se porque a produção da riqueza alienada iguala-se à mais-valia – força de trabalho não paga e apropriada pelo capitalista – em detrimento da produção do valor de uso revertido em tempo disponível para o desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos.

Dessa forma, mais uma vez podemos elucidar, a partir de Mészáros (2009b), que a produção da riqueza subordinada ao processo de mais valia é um relevante fundamento da reprodução da riqueza alienada do sociometabolismo do capital:

É aqui que as limitações intrínsecas dos princípios orientadores capitalistas de produção vêm à tona. **A crise que se aprofunda no sistema estabelecido não pode ser resolvida em termos de simples expansão da “produção de riqueza”, já que em sua estrutura “riqueza” se iguala a mais-valia, e não a produção de valor de uso pela aplicação criativa do tempo disponível.** Ao mesmo tempo, o potencial libertador da *produtividade crescente* é dissipado e nulificado pelo crescimento cancerígeno dos “falsos custos” de controle a serviço da dimensão exploradora. A proposição marxiana que trata da reorientação da produção, de sua subordinação à mais-valia (isto é, da forma capitalista de “produção de riqueza” que funda a multiplicação da riqueza reificada como a finalidade da produção) **para uma produção de riqueza socialista orientada para a necessidade e o uso, bem como ampliadora da criatividade tenta resolver precisamente estas dificuldades – insuperáveis na estrutura do capital** (p. 618-19, grifos nossos).

Em vista dos argumentos apresentados, entendemos que a produção da riqueza do sociometabolismo do capital é voltada para a destruição da produção e a

produção da destruição, de modo que o ser social é tratado apenas como um desdobramento da multiplicação de riqueza reificada e alienada.

Vale reiterar que, por exemplo, o crescimento da indústria bélica, a qual objetiva, meramente, intensificar o processo do valor decrescente da utilidade das mercadorias. Estas não contribuem, de forma alguma, para o desenvolvimento do gênero humano e, ao mesmo tempo, não se apresentam como valor utilidade para os trabalhadores responsáveis por suas produções.

Em contrapartida ao cenário do culto ao descartável, vislumbramos a possibilidade de criarmos um projeto de transição socialista. Este, por sua vez, deve estar comprometido com a luta em prol da produção da riqueza voltada para satisfazer as necessidades humanas. Ademais, entendemos que uma proposta radicalmente revolucionária tem como foco erradicar as contradições do capital priorizando a necessidade, o valor e a qualidade em prol dos indivíduos desenvolverem suas diversas potencialidades humanas.

Nessa linha de raciocínio, refletimos que os avanços na produção da riqueza e o aumento do tempo disponível não podem ser absorvidos pelo sociometabolismo do capital de maneira positiva para os indivíduos.

Por esse prisma, Mészáros (2009b) perscruta acerca da relação existente entre o tempo disponível e a necessidade humana:

Pois, devido à natureza inerentemente contraditória do capital como o regulador geral do sociometabolismo, **nem os avanços na produtividade, nem o aumento potencial no tempo disponível positivamente alocado podem ser harmoniosamente absorvidos em sua estrutura.** A melhoria da produtividade, certamente, é uma finalidade necessária do capitalista *individual*, à medida que pode assegurar-lhe *vantagem competitiva*. Contudo, **esta circunstância nada gera de positivo em relação ao uso genuíno correspondente à necessidade humana, já que a conexão é puramente acidental** do ponto de vista do capitalista individual, pouco interessado em “necessidade” ou “uso”, mas meramente na *realização* de seu capital em uma escala ampliada (p. 619-20, grifos nossos).

Dessa forma, a sustentação do sociometabolismo do capital está fundada na subsunção das necessidades humanas ao processo de produção destrutiva. Sua finalidade é, em última instância, revelada pela produção e distribuição arraigada na troca, na quantidade, no processo de extração de mais valia, na fetichização das mercadorias e na reificação dos indivíduos.

Tudo isso permite chegarmos a compreensão de que a exploração do homem pelo homem tem relação direta, por um lado, com o desinteresse do capital pela

necessidade e uso potencialmente positivos para o desenvolvimento dos indivíduos. E, por outro lado, o sociometabolismo do capital apresenta forte interesse para reproduzir a riqueza da produção e a troca, as quais fundamentam a multiplicação da riqueza material alienada coisificando as relações entre os indivíduos.

Sob essa argumentação, Mészáros (2009b) identifica:

Nem o capitalista individual estaria interessado em necessidade e uso, sobre os quais ele não tem nenhum controle, já que não tem qualquer garantia de encontrar, **no domínio misterioso regido pela “mão invisível”, a “demanda efetiva” e a capacidade de consumo *capitalisticamente legitimadas* equivalentes para suas próprias mercadorias.** Muito menos tem ele qualquer meio de determinar o uso ao qual o produto social na sua inteireza deve ser destinado (p. 619-20, grifos nossos).

Nesse sentido, não podemos deixar de salientar que o crescimento da produtividade traz elementos competitivos para o capitalista individual. Todavia esse fato não é revertido em benefícios, os quais atendam genuinamente às necessidades dos indivíduos. Então, o capitalista individual não está preocupado – e nem tem como ter o total controle – em transformar a relação existente entre a necessidade e o uso na produção em desenvolvimento das diversas potencialidades dos indivíduos. Simplesmente, o capitalista necessita vender suas próprias mercadorias, os quais estão submetidas à capacidade de consumo legitimadas pelo sociometabolismo do capital.

O capitalista individual não dispõe de qualquer meio capaz de determinar o destino do uso do produto social, ou seja, ele depende do uso dos indivíduos, mas não tem controle sobre o uso. Desse modo, percebe-se que a necessidade de evitar ao máximo esse constrangimento, mesmo não tendo como se livrar dele, visto que a roda do sociometabolismo do capital só gira com esse elemento – valor de uso – consubstanciado como mercado consumidor.

Justamente por esse cenário, salientamos que o desenvolvimento das forças produtivas não foi revertido, necessariamente, em desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos, pois o tempo disponível herdado com a produção tecnológica, científica e artística da riqueza material e espiritual produzida até aqui, foi transformado em tempo supérfluo, como revela Mészáros (2009b).

Em consequência disso, o capital não pode legitimar o tempo excedente como tempo disponível potencialmente criativo. Assim, o sociometabolismo do capital assume uma postura de desqualificar, negar, destruir e desumanizar todos os indivíduos

vivos que entendem que o tempo disponível é a principal riqueza da humanidade (MARX, 2011).

É iluminador, compreendemos a importância do tempo disponível como um dos aspectos fundamentais para que os indivíduos possam desenvolver suas capacidades e potencialidades genuinamente produtivas. É claro que dentro da ordem do sociometabolismo do capital, esse tempo disponível – o qual possibilita a humanização dos indivíduos por meio do desenvolvimento das suas capacidades genuínas – deve ser tratado como inaplicável e redundante.

Para tanto, existe todo um discurso contemporâneo apregoadado pelo sociometabolismo do capital que desqualifica o tempo disponível transformando-o em tempo supérfluo como atesta Mészáros (2009b):

Pior ainda, apesar de o sistema produtivo do capital criar *de facto* “**tempo supérfluo**” no conjunto da sociedade, em uma escala crescente, não pode reconhecer a existência *de jure* de tal tempo excedente como *tempo disponível* potencialmente criativo. Ao contrário, deve assumir uma *atitude negativa/destrutiva/desumanizadora* para com ele. De fato, o capital deve dolorosamente desconsiderar o fato de que **o conceito de “trabalho supérfluo” na realidade se refere a seres humanos vivos e possuidores de capacidades produtivas socialmente úteis** – mesmo que *capitalisticamente* redundantes ou inaplicáveis (p. 620, grifos nossos).

A desqualificação atribuída ao tempo disponível socialmente criativo se dá da mesma forma em relação à força de trabalho e às relações de produção que submete o trabalho vivo ao trabalho abstrato. Portanto, essa força é transformada em mera mercadoria, a qual sofre todos os desdobramentos da desumanização da apropriação da mais valia subordinada à lógica mercadológica. Dito de outra forma, os indivíduos são tratados pelo processo produtivo do sociometabolismo do capital como um simples objeto necessário para a sua reprodução. Ou seja, a força de trabalho é tratada como um instrumental assim como uma máquina, de modo que ambos funcionam como uma mercadoria. Por fim, entendemos que a força de trabalho do indivíduo recebe o mesmo tratamento de um organismo biológico que precisa estritamente comer, beber e dormir para manter-se vivo.

Cabe reiterar, entendemos que assim como a máquina precisa de manutenção, a mercadoria força de trabalho necessita também do tempo socialmente necessário para o seu sustento. Em outras palavras, o trabalho vivo é subsumido ao trabalho abstrato, de modo que este se revela por meio da extração do trabalho

excedente. Este significa trabalho não pago em forma expropriação da mais valia graças ao processo de coisificação do trabalho vivo transformado em trabalho abstrato.

Sob esse aspecto, Mézáros (2009b) esclarece:

**Graças à desumanização do próprio trabalho vivo, transformado em uma mercadoria** que só pode funcionar (como uma força produtiva) e biologicamente se sustentar (como um organismo) adentrando a estrutura – e se submetendo às exigências materiais e organizacionais – das *relações de troca* dominantes, os principais obstáculos que limitavam pesadamente o escopo e o dinamismo dos sistemas produtivos anteriores são removidos com sucesso. Já que **o trabalho vivo se transforma em “carça do tempo”, torna-se possível estruturar as jornadas de trabalho resultantes (reificáveis)** – tanto horizontal como verticalmente – de acordo com as exigências da autorreprodução ampliada do capital (p. 622, grifos nossos).

Nesse contexto, o tempo passa a ser a maior riqueza necessária para o trabalho concreto ser subsumido ao trabalho abstrato. Por esse prisma, o trabalho vivo é subsumido ao trabalho morto, o valor de uso é subsumido ao valor de troca, a riqueza da produção é subsumida à produção da riqueza, a qualidade é subsumida à quantidade. E todas essas subsumções tem um propósito de atender os anseios de reprodução das necessidades do sociometabolismo do capital.

Dessa maneira, a homogeneização de todas as relações de produção e distribuição assume uma condição absoluta de transformar tudo em mercadoria controlada pelo sociometabolismo do capital. Além do mais, essa citada homogeneização se transforma numa personificação alienante vital para o sociometabolismo poder se reproduzir. E ainda vale destacar que o capital realiza um tremendo esforço de tentar romper duplamente com a unidade entre necessidade e produção orientada para o valor de uso subsumido ao valor de troca.

Dessa forma, esse rompimento não é possível de ser realizado por muitos motivos. Dentre estes, podemos citar – por exemplo – que os produtores da força de trabalho são separados brutalmente do material e dos meios de produção. Por meio dessa separação, a venda da força de trabalho do trabalhador é transformada em mero valor de troca para o seu sustento.

Por esse cenário de fragmentação, entendemos que a mercadoria força de trabalho torna-se impossível – dentro do ciclo produtivo da produção destrutiva do sociometabolismo do capital – assumir, genuinamente, a qualidade de valor de uso para o trabalhador.

Destarte, Mészáros (2009b) elucida como se dá o processo de homogeneização na sociabilidade hodierna e qual a interferência deste na relação existente entre produção e uso:

*A homogeneização, historicamente única, de todas as relações produtivas e distributivas completa o círculo vicioso do capital e se torna uma condição absoluta da ordem sociometabólica controlada pelo capital. Sem ela o sistema do capital não poderia se reproduzir devido às clivagens e contradições que ele necessariamente gera no curso de sua articulação histórica. Entre outras coisas, a unidade entre necessidade e produção – característica dos modos anteriores de intercâmbio metabólico com a natureza, na medida em que “a finalidade deles é o homem”, já que orientam a si próprios para a produção de valor de uso – é totalmente rompida no sistema do capital (p. 624, grifos nossos).*

Dentro do quadro brevemente exposto sobre homogeneização, entendemos que esta exerce a função de amenizar ao máximo o constrangimento do capital precisar – obrigatoriamente – das necessidades dos indivíduos para sua reprodução. Em virtude disso, compreendemos também que o estudo da homogeneização das relações de produção destrutiva revela o nível de importância atribuído ao valor de troca para a reprodução do sociometabolismo do capital. Este que subsumi ao extremo as necessidades dos indivíduos à produção destrutiva.

O valor de troca é voltado para multiplicar as riquezas materiais alienantes em detrimento das necessidades humanas. Conquanto, estas que deveriam representar o desenvolvimento genuíno do valor utilidade crescente de tudo que os indivíduos já construíram historicamente até o presente momento. Esse tipo de desenvolvimento é praticamente impossível de ser realizado por dentro da racionalidade perscrutada pela exploração do homem pelo homem.

Para piorar os desdobramentos da situação brutal da alienação sofrida pelos trabalhadores, identificamos, a partir de Mészáros (2009b), que as mercadorias produzidas não podem emergir diretamente como valor de uso voltado para atender às necessidades humanas. Ou melhor, as mercadorias demandam um processo de alienação para que sejam transformadas em valores de uso.

Com efeito, esse procedimento acontece de maneira contraditória: primeiro porque o capital necessita romper com o valor de uso e da necessidade voltada para os indivíduos; e depois pela reprodução do processo de estranhamento entranhada na relação do trabalho explorado e submetido ao sociometabolismo do capital. Esse fato, na concepção de Mészáros (2009b) é fundamentado a partir de uma ruptura entre os produtores da força de trabalho e o processo da sua produção.

Dito que outra forma com as palavras do próprio Mészáros (2009b):

De fato, para ser mais preciso, este é caracterizado por **uma dupla ruptura. Primeiro, os produtores são radicalmente separados do material e dos instrumentos de sua atividade produtiva**, tornando-lhes impossível produzir para o seu próprio uso, já que nem sequer parcialmente estão no controle do próprio processo de produção. E, **segundo, as mercadorias produzidas com base em tal separação e alienação não podem emergir diretamente do processo de produção como valores de uso relacionados à necessidade**. Elas requerem a intervenção de um momento *estranho* para suas metamorfoses em valores de uso e para tornar possível a continuidade da produção e reprodução global do sistema do capital (p. 624, grifos nossos).

O autor demonstra como ocorre a dupla ruptura entre necessidade e produção mediada pela relação de troca reificada. Por meio disto, podemos desvelar muitas personificações alienantes realizadas pelo sociometabolismo do capital. Em outras palavras, as mistificações alienantes – que reproduzem a ruptura entre necessidade e produção – têm sua motivação existencial alicerçada no processo de reificação dos indivíduos e fetichismo das mercadorias.

Nesse sentido, podemos compreender essa argumentação em torno da alienação do trabalho submetida aos transmisses da produção destrutiva em detrimento do uso e necessidade. Com isso, presenciamos a reprodução do fetichismo da mercadoria que fragmenta e aliena os indivíduos do seu processo de produção.

Para tanto, vale ressaltar que o capital necessita metamorfosear as mercadorias em valores de uso para continuar a produção e reprodução do seu sociometabolismo como advoga Mészáros (2009b):

Em outras palavras, **já que a grande massa das mercadorias produzidas não pode constituir valores de uso para os seus proprietários (o número comparativamente insignificante de capitalistas)**, deve entrar na *relação de troca* do capital – por meio da qual pode funcionar como valor de uso para seus *não proprietários* (isto é, majoritariamente os trabalhadores) – para se realizar como **valor em benefício da reprodução ampliada do capital** (p. 624, grifos nossos).

Dessa forma, as mercadorias produzidas não têm como serem valor de uso para os seus proprietários, elas são lançadas na esfera produtiva da relação de troca como possibilidade de funcionar como valor de uso para os não proprietários. Esse movimento é gerado pelo próprio capital em benefício da reprodução ampliada do seu sociometabolismo com a força de trabalho mercantilizada se apresentando para os trabalhadores, meramente, como valor de troca. Este, por sua vez, possibilita aos trabalhadores a aquisição de um salário para que os mesmos possam se reproduzir.

Identificamos que, é bem verdade, o fundamento primeiro do referido sistema está pautado na extração da mais valia produzida pela apropriação do trabalho excedente. Este coisifica o trabalho vivo reproduzindo à força de trabalho mercantilizada, como podemos reiterar essa explicação a partir da análise realizada por Mészáros (2009b):

Além disso, é uma determinação estruturante vital do sistema que o capital não possa se renovar sem apropriação do *trabalho excedente* da sociedade (isto é, sob o capitalismo, **a mais-valia produzida pelo trabalho vivo mercantilizado com o qual o capital deve trocar a massa de mercadorias disponível**, de modo a realizá-la como valor e começar de novo, em escala ampliada, o ciclo capitalista de produção e reprodução). Consequentemente **um novo tipo de unidade deve ser gerada para ser capaz de deslocar as contradições dessa dupla ruptura** (ainda que jamais possa *superá-las* completamente), ao mesmo tempo em que mantém a existência das clivagens estruturais (p. 624, grifos no original e nossos).

Diante do presente quadro da crise estrutural, o sociometabolismo do capital assume uma necessidade urgente de criar uma nova unidade de personificações alienantes, as quais permitam amenizar suas contradições. Com efeito, a produção de valor deve estar fundada na reprodução da mais valia extraída da força de trabalho mercantilizada. Com isso, afirmamos que o processo de multiplicação do trabalho explorado é inerente à dupla ruptura entre necessidade e produção.

Por essa linha argumentativa, compreendemos que a dupla ruptura – acima citada – deve assumir o papel de gerar uma unidade capaz de possibilitar a reprodução do sociometabolismo do capital, como defende Mészáros (2009b):

Desconcertantemente, **é essa dupla ruptura que serve como base material da unidade sem a qual o capital não pode funcionar. Seu primeiro momento** – a separação radical dos trabalhadores dos meios e do material de sua atividade produtiva e da autorreprodução – priva-os de qualquer influência sobre as funções produtivas específicas que devem realizar no lugar de trabalho a eles designado, para não mencionar o modo pelo qual o processo global de reprodução é determinado e organizado. Ao mesmo tempo, o **segundo momento** – a necessidade de entrar na relação de troca do capital por uma questão de mera sobrevivência – prende firmemente o trabalhador ao sistema dominante, **deixando-o totalmente à mercê do capital**. Os fragmentos das mercadorias que os trabalhadores individuais produzem estão tanto além do controle deles (**como resultado da alienação dos meios e materiais da produção**) como, e ao mesmo tempo, são para eles inúteis, **devido à sua forma fragmentária, mesmo se comparados às necessidades elementares dos trabalhadores isolados** (p. 625, grifos nossos).

Elucidamos que o sociometabolismo do capital só pode funcionar mediante a unidade material proveniente dessa dupla ruptura explicada pelo autor, ou seja, os trabalhadores são alienados, primeiramente, em relação a produção, aos meios e

produtos produzidos por eles. Por conseguinte, a própria produção assume caráter fragmentado e estes são obrigados a entrarem na relação de troca imposta pelo capital.

Nesse sentido, insistimos que a dupla ruptura geradora da unidade capaz de permitir a reprodução do sociometabolismo do capital só deve ser compreendida a partir da imposição realizada pela divisão social do trabalho aos trabalhadores. Além disso, estes são obrigados a estabelecer com o capital uma relação de troca, a qual é realizada por meio da venda da força de trabalho do trabalhador submetida ao valor de troca.

Em conformidade com os aspectos expostos, Mészáros (2009b) esclarece:

Além disso, mesmo a singular e única posse real dos trabalhadores – sua força de trabalho – não pode se constituir em valor de uso para eles, mas apenas para o capital que a coloca em movimento. **É assim que a dupla ruptura entre necessidade e produção se converte em uma unidade operacional escravizadora de trabalho imensamente poderosa, que afirma a si própria pelas injunções e determinações interconexas do processo de trabalho, por um lado, e pela relação de troca, por outro.** Desse modo, o sistema do capital é capaz de operar – com grande dinamismo e eficácia ao longo da fase histórica de sua ascensão – graças à separação do trabalho vivo de suas condições objetivas de exercício, complementada pela **subjugação de necessidade e valor de uso às determinações reificantes do valor de troca** (p. 625, grifos nossos).

A partir dos posicionamentos de Mészáros (2009b), conferimos que a criação da unidade operacional é fundamental para a reprodução do capital transformando a força de trabalho mercantilizada em valor de troca para o trabalhador. Nesse sentido, a esfera da distribuição e consumo tem a possibilidade do valor de uso como mecanismo de tentar superar, ao máximo, o processo de dependência do capital em relação as necessidades dos indivíduos. Estas que, por sua vez, representam um obstáculo para reprodução destrutiva do capital.

Por isso, aferimos que a dupla ruptura, supracitada, proporciona uma unidade contraditória entre necessidade e produção. Desse modo, o sociometabolismo do capital passa a reproduzir-se pela submissão da necessidade e do valor de uso aos ditames do processo mercadológico e reificante do valor de troca.

Na continuidade dessa exposição, Mészáros (2009b) destaca:

Aqui, o ponto que deve ser sublinhado é que as determinações e contradições que distorcem e constroem a estrutura da mercadoria não surgem em algum distante estágio avançado; elas são operantes desde o início. Pois o sistema do capital, paradoxalmente, **só pode funcionar se**

**impuser a validade absoluta de tais determinações e contradições, quaisquer que sejam suas implicações práticas, e também simultaneamente levá-las a um equilíbrio operacionalmente administrável. Assim, por um lado este sistema deve assumir uma atitude positiva/afirmativa para com a reprodução das contradições existentes e relações conflitantes** (p. 625-26, grifos nossos).

Para Mészáros (2009b), essas determinações e contradições são inerentes ao próprio funcionamento que fundamenta o sociometabolismo do capital. Isto significa que as tendências desagregadoras e os antagonismos internos devem ser “suspensos” – ao extremo – e adequados a cada momento histórico, com a perspectiva de equilibrar administrativamente um sistema, o qual tem na sua própria essência o movimento das relações conflitantes e das contradições existentes.

Sob essa linha de raciocínio, Mészáros (2009b) revela:

[...] o próprio modo de produção capitalista, como um processo metabólico historicamente limitado, **não pode deixar de ser a corporificação material e o equilíbrio temporário do antagonismo estrutural irreconciliável entre trabalho e capital.** Ao mesmo tempo, o capital deve também encontrar as *garantias* objetivas necessárias à coesão operativa/prática dos constituintes multifacetados e conflitantes de seu próprio sistema. Para ser capaz de funcionar, **o capital deve suspender os antagonismos internos e tendências desagregadoras do seu modo de controle tanto quanto for viável sob as mutáveis circunstâncias históricas** (p. 625-26, grifos nossos).

Nesse contexto, identificamos que o sociometabolismo do capital precisa equilibrar as contradições existente no processo de exploração do homem pelo homem. Dito outra forma, o mencionado sistema cria um suporte de estratégias com a finalidade de amenizar esse antagonismo estrutural. Dentre estas, podemos pontuar a homogeneização, a qual significa a criação de determinações materiais fundamentais do capital. Estas, por sua vez, representam os parâmetros exploratórios econômicos.

Diante desse cenário, destacamos que encontrar garantias objetivas para legitimar a unidade de reprodução operacional é o grande desafio do sociometabolismo do capital. Nesse sentido, a homogeneização assume relevância para constituir os parâmetros exploratórios específicos da produção e distribuição orientada para a máxima extração de mais valia do trabalho vivo.

De acordo essa argumentação, Mészáros (2009b) revela:

No curso do desenvolvimento capitalista, o processo pelo qual as garantias necessárias são produzidas – e também *renovadas* – consiste na *homogeneização* dos mais minúsculos constituintes do sistema com um todo. Historicamente, **esta homogeneização ocorre segundo as determinações materiais fundamentais do capital que correspondem a**

**seus parâmetros exploratórios específicos** – isto é, inerentemente econômicos. Em outras palavras, já que os parâmetros exploratórios deste sistema particular de produção e distribuição estão circunscritos de tal modo que a mais-valia deve ser extraída do trabalho vivo (e apropriada pelo capital orientado para a expansão) por um complexo conjunto de mecanismos *econômicos*, **a homogeneização em questão deve também assumir, no curso de sua evolução histórica, um caráter essencialmente econômico** (p. 626, grifos no original e nossos).

Não podemos esquecer a relevância do processo de homogeneização como um complemento dos mecanismos alienantes capaz de garantir a fragmentação do trabalho explorado. Esta, por sua vez, adota um caráter fundamentalmente econômico para a reprodução dos mecanismos exploratórios alienantes. Com isso, temos a intensificação do processo de extração de mais valia expropriado do trabalho vivo.

Em outras palavras, advogamos que o sucesso da produção e da troca de mercadorias é sustentado pela alienação dos meios e do material de trabalho e complementada pela fragmentação radical e permanente de todas as funções que fundamentam o processo de produção do trabalho.

A partir dessa exposição, podemos entender tal situação, de maneira mais elucidativa, com as palavras do próprio Mészáros (2009b):

**A alienação dos meios e do material do trabalho vivo não seria capaz de constituir, por si própria, a condição suficiente para o funcionamento sem perturbação do processo metabólico capitalista.** Deve ser complementada pela separação radical e permanente de *todas* as funções vitais de controle tanto do processo de trabalho como da distribuição do produto social do próprio trabalho. Para realizar **a tarefa de alinhar completamente o processo de trabalho às já alcançadas separação e alienação dos meios e do material de trabalho do trabalhador, o capital deve colocar em movimento um processo de homogeneização desumanizadora** – dividindo o trabalho em seus menores elementos capitalisticamente utilizáveis e universalmente comensuráveis – pelo qual o trabalho vivo pode ser alocado para tarefas produtivas e controlado com sucesso segundo necessidades ditadas pela produção e pela troca de mercadorias (p. 626-7, grifos nossos).

Entendemos que a força de trabalho somente se constitui como valor de troca para os trabalhadores. Além de só poder apresentar a relevância do seu valor de uso para os não-proprietários da força de trabalho. Por isso, o sociometabolismo do capital necessita reproduzir o trabalho explorado, mercantilizado e homogeneizado como uma condição integradora da sua existência.

Em virtude disso, a homogeneização é o complemento fundamental da alienação diante do cenário contemporâneo de crise estrutural do capital. Além disso, a homogeneização é capaz de permitir a reprodução degenerada do equilíbrio

administrativo de um sistema contraditório por essência. Ou seja, ela contribui para que o capital necessite romper com a unidade, a qual deveria existir entre necessidade e uso. Por consequência disso, compreendemos que o sociometabolismo do capital depende do processo de produção do valor de uso para se reproduzir. Esse fato significa um constrangimento, na perspectiva do capital, inevitável para o próprio processo de reprodução da exploração do homem pelo homem. É justamente por isso que toda essa produção destrutiva voltada para o desperdício e, conseqüentemente, para o culto ao descartável conta com o apoio da sobredita homogeneização. De tal maneira que esta fragmenta todas as funções vitais, as quais regem o processo de trabalho e a distribuição do produto social do trabalho explorado.

Em virtude da argumentação exposta, consideramos que o processo de homogeneização é um tipo de personificação fundamental para reprodução do capital em crise estrutural. Ou seja, é o clímax que garante o sucesso da alienação – com os seus mecanismos alienantes – responsável por intensificar a exploração do homem pelo homem.

Destarte, Mészáros (2009b) atesta:

[...] Como mencionado antes, o modo limitante pelo qual é circunscrita a **força de trabalho (e a atividade produtiva) homogeneizada e capitalisticamente alienada não pode constituir valor de uso para seus proprietários (os trabalhadores)**, mas apenas para seus não proprietários (isto é, os compradores em potencial: os capitalistas). Conseqüentemente, **a atividade produtiva e os trabalhadores totalmente dela dependentes para seu sustento perderam até mesmo a aparência de autonomia**. Apenas desafiando radicalmente o sistema como modo de controle em sua totalidade é que se pode divisar uma saída dessa situação de dependência estrutural (p. 627, grifos nossos).

Por esse prisma, identificamos que o trabalho mercantilizado é um apoio relevante para suspender ao máximo a contradição entre produção e troca representando o maior de todos os paradoxos. Tendo em vista que a força de trabalho mercantilizada é o elemento responsável pela realização da unidade da reprodução do sociometabolismo do capital e, ao mesmo tempo, está submetido aos ditames alienantes do sistema.

Com efeito, Mészáros (2009b) revela a condição integradora do trabalho alienado como um fundamento da relação existente entre a troca e as demandas da reprodução do sociometabolismo do capital:

Tal como a **mercadoria, também a contribuição fragmentária do trabalhador assalariado é comensurável e equalizável**, numa razão

precisamente determinável, com as mercadorias oferecidas pelo capitalista no mercado. Como resultado, **o trabalho mercantilizado e homogeneizado satisfaz a importantíssima condição de integrar** (de um modo e em uma extensão que viabilize tal integração nos confins do sistema do capital) **o momento *estranho da troca*** com as exigências reprodutivas vitais do processo de *produção* (p. 627, grifos no original e nossos).

Desse modo, elucidamos que as necessidades humanas dos produtores são subsumidas aos imperativos estruturais de reprodução do capital, pois os valores de uso só existem para legitimar a homogeneização fundada na troca e na reprodução mercantilizada da força de trabalho. Esse fato intensifica o processo de exploração do homem pelo homem em virtude do crescimento do fetichismo da mercadoria e da reificação dos indivíduos.

Sob esse mesmo posicionamento, Mészáros (2009b) esclarece:

Assim, apresentando o mais extremo de todos os paradoxos, é o próprio **trabalho mercantilizado que auxilia a suspensão da contradição entre produção e troca**, que ajuda a assegurar a necessária *continuidade de produção* – ao participar da *unidade peculiar* dos dois momentos objetivamente contraditórios e se submeter a ela. Esse modo de reprodução societária pode prosseguir sem distúrbios até que **a crise da acumulação malograda e a superprodução** rompam periodicamente todo o conjunto de relações e determinem a sua reconstituição sintonizada com as novas circunstâncias (p. 628, grifos nossos).

Nessa linha de raciocínio, o processo de homogeneização permite que o trabalhador só possa consumir um determinado tipo e quantidade de valor de uso de uma mercadoria posta na esfera da circulação e do consumo. Nesse contexto, as necessidades são colocadas para os indivíduos não como necessidades reais genuinamente humanas, mas como viáveis e lucrativas para o sociometabolismo do capital.

Em conformidade com essa argumentação, Mészáros (2009b) explica sobre a relação de unidade existente entre necessidade e produção:

Desse modo, a destrocada *unidade de necessidade e produção* acima mencionada é “remendada”, mesmo que de uma forma caracteristicamente perversa, de modo a se ajustar aos limites do processo metabólico do capital. **O que agora conta como “necessidade” não é a necessidade humana dos produtores, mas os imperativos estruturais da própria valorização e reprodução do capital.** Os *valores de uso* se legitimam em relação (e em estrita subordinação) ao último. Sendo assim, **o trabalhador somente pode obter acesso a uma determinada classe e quantidade de valores de uso – correspondendo ela ou não às suas necessidades reais – enquanto o capital**, com base na unidade reconstituída de necessidade (troca) e produção (reprodução), os *legitima* como viáveis e lucrativos no interior da estrutura **da homogeneização corrente** (p. 628, grifos nossos).

Diante do processo de homogeneização construído como um suporte mercadológico para a transformação do trabalho objetivado em forma de capital, não responsabilizar a divisão e a fragmentação da estrutura da produção de mercadorias retira o controle e a supervisão do processo de trabalho. Isso significa que a fragmentação é um fundamento necessário para a subsunção do trabalho concreto ao trabalho abstrato. Esse fato, por sua vez, multiplica o fetichismo da mercadoria e a reificação dos indivíduos.

Igualmente, podemos explicar essa argumentação com as palavras do próprio Mészáros (2009b):

[...] **o aspecto mais importante desse processo de homogeneização** é que a desabonadora divisão e fragmentação do trabalho que o acompanha na estrutura da produção de mercadorias priva totalmente o trabalho vivo da *supervisão* e do *controle* do processo de trabalho da sociedade, junto com a sua dimensão distributiva. Neste aspecto, **a transformação do trabalho objetivado em capital, e com isso a institucionalização permanente dos meios e do material alienados do trabalho como propriedade do capital, deve ser considerada o aspecto secundário da dominação autoritária do capital sobre o trabalho.** Isto é assim independentemente de sua importância, tanto historicamente, no violento processo da “acumulação (e expropriação) primitiva” capitalista, como em relação ao futuro (p. 628, grifos no original e nossos).

É necessário que possamos compreender radicalmente o processo de homogeneização do sociometabolismo do capital, de tal maneira que os reflexos dessa compreensão sejam fundamentais para pensarmos em construir um projeto de transição socialista. Visto que a partir da identificação das fragilidades alienantes e homogeneizadoras de dominação autoritária do capital, vislumbramos a possibilidade da criação de um projeto revolucionário capaz de construir uma nova forma de reprodução social.

Dito outra forma, numa sociabilidade emancipada dos transmitidos do sociometabolismo do capital, o valor de uso seria alicerçado para atender as necessidades genuínas dos indivíduos. Em síntese, teríamos a construção da produção da riqueza voltada para a riqueza da produção, visando reproduzir o valor de utilização, cada vez mais, crescente de tudo que a humanidade conseguiu produzir historicamente.

Não obstante, as personificações alienantes hodiernas são reproduzidas, sobretudo, pelo tempo gasto e necessário para os trabalhadores poderem se reproduzir. Além do mais, essa reprodução das personificações alienantes visa atender o

sociometabolismo do capital fundado na troca e, ao mesmo tempo, são reveladas por meio do processo de extração da mais valia da força de trabalho explorado.

Portanto, para chegarmos às raízes da essência – caso tenhamos em mente a luta em prol da transição socialista – devemos entender a problemática movedora do processo de divisão e fragmentação do trabalho como a primeira dimensão da homogeneização fundada na exploração do homem pelo homem. Esta, por sua vez, produz mercadorias as quais revelam a transformação do trabalho objetivado em capital.

Para Mészáros (2009b) os fundamentos da institucionalização dos meios e materiais alienados do trabalho juntos com a dimensão fragmentadora e homogeneizadora da produção assumem a função secundária no que diz respeito à dominação autoritária do capital sobre o trabalho. Ao passo que a organização e a divisão do trabalho – as quais deveriam estar atreladas ao projeto radicalmente contra o capital numa perspectiva revolucionária – representam o fundamento autoritário do sociometabolismo do capital.

Todavia, para construirmos uma perspectiva fundada na transição socialista, devemos combater o processo autoritário de divisão e fragmentação social do trabalho, pois, cabe ressaltar, subverter os direitos de propriedade estabelecidos não irá atingir os mecanismos controladores do processo de produção do sociometabolismo do capital. Nesse sentido, esclarecemos que só é possível efetuar no campo prático a realização da sobredita transição socialista se lutarmos contra o aspecto primário da dominação autoritária do capital.

Precisamente por isso, Mészáros (2009b) advoga que o entendimento radical da luta pela expropriação dos expropriadores representa somente um pré-requisito importante para a construção da transição socialista. Esta, por sua vez, é representada pelo controle global do processo de trabalho organizado pelos produtores associados.

Diante da dominação autoritária do capital – da divisão e fragmentação do trabalho – os meios e materiais do trabalho alienado assumem uma dimensão secundária frente ao controle da distribuição do social total. Ademais, o fundamento da subsunção do trabalho ao capital é constituído por uma forma ditatorial, fragmentadora e homogeneizadora do processo de divisão social do trabalho.

Naturalmente, vale frisar, inverter os direitos de propriedade não irá acarretar mudanças radicais contra o trabalho explorado, como adverte Mészáros (2009b):

[...] **A questão fundamental é o controle global do processo de trabalho pelos produtores associados, e não simplesmente a questão de como subverter os direitos de propriedade estabelecidos:** precisamente por isso é que devemos constantemente ter em mente que a “expropriação dos expropriadores” é apenas o pré-requisito necessário para as mudanças necessárias. **A alienação reforçada institucionalmente dos meios e do material de trabalho do trabalhador constitui apenas a precondição material da articulação capitalista fragmentadora e homogeneizadora** do processo de trabalho e da completa subjugação do trabalhador ao comando do capital como “trabalhador avulso”, preso ao controle das funções produtivas *infinitesimais*, e sem qualquer controle sobre a distribuição do produto social total. De fato nada é realizado por mudanças – mais ou menos facilmente reversíveis – apenas dos direitos de propriedade, como testemunha amplamente a história das “nacionalizações”, “desnacionalizações” e “privatizações” no pós-guerra (p. 628-9, grifos nossos).

É revelador o entendimento do controle global do processo de trabalho pelos produtores associados como o fundamento para um projeto em torno da emancipação humana. Haja vista que o capital não tem como ter – por mais que deseje – o controle sobre a distribuição do produto social total. Por isso, destacamos a necessidade urgente – com o apoio e criação de alternativas emancipatórias – de construirmos um projeto de transição socialista. Este teria como o objetivo prioritário a erradicação do sociometabolismo do capital – legitimado pelo trabalho explorado – em direção a uma nova forma de sociabilidade fundada na possibilidade revolucionária dos produtores associados controlarem todo o processo de organização do trabalho.

Contudo, para o controle do processo de trabalho não estar fadado ao fracasso – numa perspectiva contra a exploração do homem pelo homem – é fundamental o redimensionamento da relação de troca e produção do valor comunal. Caso isto não ocorra, a relação de troca imposta pela divisão social do trabalho explorado é tão degradante quanto a coisificação dos trabalhadores efetivada pelo processo de alienação e realizada por meio da reprodução das condições materiais alienantes.

Em outras palavras, o entendimento acerca dos fundamentos que regem o sociometabolismo do capital passa, primordialmente, pelo desvelamento da reprodução das relações de troca, como perscruta Mészáros (2009b):

O que necessita ser radicalmente alterado é o modo pelo qual o **“microcosmo” reificado da jornada de trabalho singular é utilizado e**

**reproduzido, apesar de suas contradições internas, através do “macrocosmo” homogeneizado e equilibrado do sistema como um todo.** As relações capitalistas de propriedade representam não mais que o pré-requisito material e as garantias legalmente sancionadas à articulação substantiva desse complexo global de reprodução sociometabólica. É este complexo que necessita de uma reestruturação radical, de tal modo que um “macrocosmo” qualitativamente diferente e conscientemente controlado possa ser erigido a partir das autodeterminações autônomas de “microcosmos” qualitativamente diferentes. **A relação de troca à qual o trabalho está submetido não é menos escravizante que a separação e a alienação das condições materiais de produção dos trabalhadores.** Ao reproduzir as relações de troca estabelecidas em uma escala ampliada, o trabalho pode apenas multiplicar o poder da riqueza alienada sobre ele próprio (p. 629, grifos nossos).

Dessa maneira, o macrocosmo homogeneizado e equilibrado do sistema reproduz a reificação da jornada de trabalho. Considerando as relações capitalistas representantes do pré-requisito para a reprodução do sociometabolismo do capital, percebemos que a riqueza alienada sobre o trabalhador vem se intensificando com a reprodução das relações de troca. No entanto, para a transformação radical desse sistema, o macrocosmo deve ser controlado de maneira qualitativa e consciente por determinações autônomas de microcosmos qualitativamente genuínos.

Justamente por essa explicação, Mészáros (2009b) elucida:

[...] o desafio que deve ser enfrentado com respeito a todos os aspectos da relação entre produtividade e uso é este: **como solapar o processo produtivo capitalista constantemente renovado pela homogeneização orientada para a quantidade e o valor de troca e substituí-lo pelo processo qualitativo orientado para a necessidade e o valor de uso?** Obviamente, as dificuldades envolvidas até mesmo na identificação das características principais **das estratégias rivais capitalista e socialista**, bem como suas implicações práticas para os desenvolvimentos futuros são desanimadoras (p. 629-30, grifos nossos).

Nessa direção, consideramos que o agravamento da riqueza alienada sobre trabalhador vem intensificando-se com a reprodução das relações de troca por meio da bênção da homogeneização. Com isso, destacamos que a relação existente entre a troca e a homogeneização exerce um domínio fundamental no exercício reprodutor do sociometabolismo do capital. De modo que os indivíduos, nesse contexto, sofrem determinações esfaceladoras provenientes do processo de reificação e do fetichismo da mercadoria.

A partir desses elementos, Mészáros (2009b) defende:

[...] o mesmo processo que deve ser considerado, do ponto de vista do capital, como **a bênção da homogeneização se apresenta, do ponto de vista do trabalho, como a maldição da interdependência (e dependência).**

Uma **maldição** porque a homogeneidade da relação de valor capitalista se impõe praticamente como **uma malha selvagem de determinações intimamente entrelaçadas**. As partes desta malha (incluindo o trabalho mercantilizado) reforçam-se mutuamente e asseguram a viabilidade do todo, **parecendo**, desse modo, negar até mesmo a mais remota possibilidade de escape deste círculo vicioso (p. 629-30, grifos nossos).

Por isso, identificamos que a utilidade de um objeto produzido é determinada pelo tempo mínimo gasto em sua produção, em outras palavras, o valor de uso é subsumido ao tempo de produção. Não obstante – numa sociabilidade contra o trabalho explorado – a utilidade que determinará o tempo destinado à produção de um artigo.

Conquanto, Mészáros (2009b) retrata a relevância da utilidade substantiva tão cara ao tipo de marxismo que deseja romper, genuinamente, com o sociometabolismo do capital:

As partes desta malha (incluindo o trabalho mercantilizado) reforçam-se mutuamente e asseguram a viabilidade do todo, **parecendo**, desse modo, negar até mesmo a mais remota possibilidade de escape deste círculo vicioso. Permanece aberta a brecha entre **a homogeneização quantificante** do sistema estabelecido e a antecipação de Marx anteriormente citada – segundo a qual, **sob o socialismo, o uso não mais será determinado pelo tempo mínimo de produção mas, ao contrário, o tempo de produção devotado a um artigo será determinado pelo grau de sua utilidade substantiva** (p. 629-30, grifos nossos).

Na continuidade desse raciocínio, entendemos que a homogeneização se apresenta como uma solução para trabalho subsumido ao capital e como um problema para interdependência da relação de produção e reprodução do valor como uma malha selvagem constituída por elementos mutuamente excludentes.

Por essa mesma direção, Mészáros (2009b) adverte:

Dadas as características intrínsecas dos sistemas rivais do controle metabólico, a questão das alternativas define a si própria como a escolha entre **“macrocosmos” mutuamente excludentes, cujas partes constituintes, até mesmo os menores elementos da jornada de trabalho singular** e os momentos mais íntimos da vida cotidiana, são do mesmo modo mutuamente excludentes (p. 629-30, grifos nossos).

Em virtude disso, Mészáros (2009b) após Marx, explica que um novo direcionamento ao valor de uso deve ser tomado numa sociedade socialista, ou seja, o uso deve ser determinado pelo o grau genuíno de sua utilidade e não pelo tempo mínimo necessário para sua produção.

Contudo, a concepção reformista representa o oposto do argumento exposto em prol da emancipação humana, pois advertimos que os limites existentes em torno dessa concepção não ultrapassam os fundamentos reprodutores da exploração do homem pelo homem. Dito de outra forma, a criação de possibilidades “revolucionárias” que se estruturam em posicionamentos reformistas estão fadadas ao fracasso.

Vale reiterar que devido aos limites existentes diante de posturas reformistas é que Mészáros (2009b) atenta para os fracassos vivenciados em vários momentos históricos. Nesse sentido, é necessário entendermos, de maneira radical, o significado das transformações revolucionárias, como podemos observar com as próprias palavras de Mészáros (2009b):

É por isso que não há possibilidade **de reforma que leve a transformações estruturais do modo de produção capitalista**; isso também explica por que todas as tentativas desse tipo, nos seus quase cem anos de história – do *Socialismo Evolucionário* de Bernstein às suas imitações do pós-guerra –, fracassaram em abrir qualquer fenda na ordem estabelecida. **Falharam apesar de todas as promessas acerca da reconstrução gradual, apesar de completa, da ordem estabelecida no espírito do socialismo** (p. 630, grifos nossos).

Destarte, elucidamos que nenhuma reforma irá possibilitar transformações estruturais nos macrocosmos e microcosmos constitutivos do sociometabolismo do capital, não acarretando, obviamente, em uma revolução social emancipatória, como bem ilustra Mészáros (2009b):

**A possibilidade de uma modificação sustentável inclusive das menores partes do sistema do capital implica a necessidade de ataques duplos**, constantemente renovados, tanto às suas células constitutivas ou “microcosmos” (isto é, o modo pelo qual as jornadas de trabalho singulares são organizadas dentro das empresas produtivas particulares) como **aos “macrocosmos” autorregulantes e aos limites estruturais autorrenovantes do capital em sua inteireza** (p. 630, grifos nossos).

Segundo Mészáros (2009b), a perspectiva revolucionária focada no processo de emancipação humana deve objetivar as transformações radicais capaz de atingir o macrocosmo e os microcosmos do sociometabolismo do capital. Então, a riqueza da produção deve está diretamente relacionada com o processo de socialização da necessidade, da qualidade e do uso em todos os aspectos da reorientação da produção e distribuição socialista. Todas essas transformações devem ser mediadas pela reprodução da troca de atividades voltadas para o valor comunal.

Portanto, entendemos que sem a compreensão dos limites dos movimentos revisionistas jamais construiremos um projeto que se contraponha radicalmente a

produção da riqueza nos moldes fetichizadores do capital, o qual é responsável por transformar tudo em mercadorias. Por isso, é necessário atingirmos o coração do sociometabolismo do capital, caso contrário, não será possível haver revolução socialista.

A radical mudança em direção à emancipação humana deve estar consolidada na necessidade de erradicarmos o que mais importa para o capital em crise estrutural, qual seja, a produção da riqueza generalizada e fundamentada para atender o processo de intensificação da taxa de utilização decrescente das mercadorias. Exemplo marcante dessa situação é o crescimento do complexo industrial-militar. O qual está fincado no consumo de tudo que é descartável, pois quanto mais realizarmos o culto ao desperdício, melhor para o sociometabolismo do capital reproduzir a sua reprodução destrutiva.

Para a construção da transição socialista, Mészáros (2009b) revela que é necessário enfrentarmos as diversas limitações das tentativas de gradualismo e reformismo para não cometermos os mesmos erros das experiências tidas como pós-capitalistas, tendo em vista que estas não romperam com os fundamentos da forma ditatorial da divisão social do trabalho.

Diante dessa argumentação, Mészáros (2009b) elucida:

Naturalmente, o reconhecimento de que a estratégia do socialismo *gradualista/evolucionário* no interior dos parâmetros restritivos do capital não pode ser mais que uma contradição em termos não significa que **a estratégia revolucionária de transformação socialista não necessite de apropriadas mediações materiais e institucionais. “Mediação” não deve ser confundida com “gradualismo” e “reformismo”, mesmo que envolva medidas que apenas possam ser implementadas passo a passo.** O que decide a questão é o modo pelo qual os passos parciais são integrados numa estratégia coerente global, cujo alvo **não é apenas a melhoria do padrão de vida dos trabalhadores (que são estritamente conjunturais e, em todo caso, reversíveis), mas a reestruturação radical da divisão de trabalho estabelecida** (p. 630, grifos nossos).

De acordo com Mészáros (2009b), as mediações nunca devem ser confundidas com reformismo e gradualismo, pois o que vai garantir o rompimento do trabalho objetivado transformado em capital não é a expropriação dos expropriadores, embora saibamos que a emancipação política é um momento necessário para chegarmos à emancipação humana.

Na perspectiva da emancipação humana, deve ocorrer um processo de apropriação pelos produtores associados da produção do valor de uso não mais

determinada pelo tempo mínimo necessário para produção de um objeto destinado ao mercado e sim pelo tempo de produção de um objeto determinado pelo grau de sua utilidade substantiva.

De fato, as mediações são momentos consideráveis ao pensarmos na criação de um projeto de transição socialista. Conquanto, Mészáros (2009b) nos adverte largamente sobre os riscos que não podemos assumir com relação à adoção de mediações que tenham como horizontes o evolucionismo ou o reformismo:

Isto se aplica **às direções horizontal e vertical da divisão do trabalho, pois, sob o sistema do capital**, a dimensão horizontal – que supostamente deve ser neutra segundo a “estrita funcionalidade” e a “racionalidade instrumental” postulada de seus princípios organizadores – é de fato necessariamente viciada pelos imperativos verticais de perpetuação da subordinação estrutural do trabalho. **Até mesmo as alegadas determinações puramente funcionais, que, segundo se diz, emergem das considerações científicas e tecnológicas que se autojustificam**, são de fato adotadas **apenas quando se adequam ao teste real da legitimação operacional**: seu papel em relação à natureza incorrigivelmente **orientada-para-a-expansão do sistema do capital**, desconsiderando até mesmo seu impacto potencialmente mais danoso sobre a força de trabalho (p. 630-1, grifos nossos).

Com efeito, as mediações consideradas – na concepção de Mészáros (2009b) – importantes para um rompimento radical da relação produtividade e uso do sociometabolismo do capital devem girar em torno da expansão criativa das potencialidades e necessidades dos indivíduos contra todos os mecanismos reificantes que alienam as relações sociais. Em consequência disto, os mecanismos alienantes reproduzem: a quantidade da produção de riqueza em detrimento da riqueza da produção; o valor de troca em detrimento do valor de uso e o trabalho abstrato em detrimento do trabalho concreto.

Além de tudo isso, temos a taxa de valor utilidade decrescente transformando as necessidades dos indivíduos em constrangimento para o capital. Por conseguinte, a formação humana dos indivíduos reflete os imperativos alienantes que impõem ideologicamente um tipo de educação superficializada, fragmentada e aligeirada. Esta, por sua vez, é utilizada para contribuir com as demandas mercadológicas do capital em crise estrutural.

De fato, é preciso considerar que diante do exposto acerca da importância das mediações para compreendermos os limites gradualistas e revisionistas, Mészáros (2009b) esclarece:

[...] Sendo assim, as mediações socialistas necessárias se tornam viáveis apenas se empreendem **a reconstrução radical da relação entre produtividade e uso** em todos os seus aspectos, ativando a expansão criativa das necessidades e potencialidades humanas contra a sua atual subordinação aos imperativos reificantes do sistema reprodutivo estabelecido (p. 631, grifos nossos).

Precisamente por isso, reiteramos que a própria ruptura com a unidade entre necessidade e uso realizada pelo sociometabolismo do capital demanda a criação de uma unidade operacional, o qual crie valor a partir da extração de mais valia do trabalho vivo. De tal maneira que passa a gerar valor de troca para o trabalhador, este, por sua vez, vende sua força de trabalho mercantilizada. Dessa forma, para o trabalhador, o produto social do seu trabalho é somente um objeto estranhado como uma necessidade ilusória e imposta pelo mercado na esfera da distribuição e do consumo.

Em virtude disso, o valor de uso é disponibilizado para os trabalhadores somente em uma determinada quantidade e tipo. Revelando-se como uma relação fantasmagórica (MARX, 2011) fundamentada no fetichismo das mercadorias e reificações das relações sociais.

Justamente por essa fundamentação, Mészáros (2009b) conclui:

[...] deve ser sublinhado que as tendências dominantes dos desenvolvimentos capitalistas hoje tornam ainda mais pronunciadas as incompatibilidades entre os dois sistemas alternativos de controle social. **A unidade capitalista inerentemente problemática**, ainda que no passado tenha sido altamente efetiva à sua maneira, **de necessidade, uso e produção está hoje, ela própria, sob suspeita**. O que está em questão aqui não é apenas a dissipação destrutiva das potencialidades produtivas do capital, sintonizada com as mais absurdas manifestações da queda da taxa de utilização, mas também o fato agravante de que tais práticas perdulárias não mais parecem realizar sua antiga função no processo de reprodução societária. **A “destruição produtiva”, uma vez celebrada por reputados economistas, perdeu seu poder produtivo, transformando-se num dreno espoliador do sociometabolismo básico do nosso lar planetário** (p. 631, grifos nossos).

Sob o mesmo ponto de vista, Mészáros (2009b) discerne que a dissipação destrutiva das potencialidades do capital somada às taxas absurdas de utilização decrescente pode ser ilustrada pelo intenso processo de produção destrutiva. Este, por conseguinte, vem transformando-se em um dreno espoliador do sociometabolismo hodierno, revelando total falta de controle sobre a distribuição do produto social do trabalho.

Além disso, a reprodução expansionista e contraditória da produção destrutiva respalda a dilaceração das potencialidades dos indivíduos, como explica Mészáros (2009b):

A importância desses desenvolvimentos não pode ser exagerada, pois em um passado não muito distante a dissipação produtiva de quantidades quase inimagináveis de forças produtivas e recursos podia ser transformada em vantagem para o capital com relativa facilidade, contribuindo assim positivamente para **a resposta bem-sucedida do sistema aos imperativos estruturais de sua autorreprodução ampliada**. Hoje, ao contrário, conflitos e contradições anteriormente desconhecidos rompem à superfície, e a prática, então quase universalmente aplaudida, **da geração-de-desperdício institucionalizado (e a correspondente destruição de recursos materiais e humanos em escala proibitiva) não mais parece ser capaz de produzir os resultados que a poderiam legitimar**. Na verdade, o modo como a produção-perdulária funciona hoje traz graves implicações para a própria viabilidade metabólica do sistema do capital, pois parece interferir sobre, e desarticular seriamente, **o difícil equilíbrio de capital e trabalho que a unidade precariamente reconstituída entre necessidade e produção, discutida acima, salvaguardou no passado** (p. 631-2, grifos nossos).

Desse modo, até o frágil equilíbrio entre capital e trabalho – em prol da troca e quantificação da extração de mais valia do trabalho vivo que era possível com a ruptura contraditória entre necessidade e uso – está sendo abalado diante da geração do desperdício. Não obstante, mesmo no passado a relação existente entre necessidade e produção manteve uma unidade superficial do trabalho explorado subsumido ao capital.

Por conseguinte, Mészáros (2009b) explica que o fornecimento das mercadorias como valores de uso diretamente consumíveis pelos trabalhadores individuais apresentam duas limitações: o elevado poder de consumo somente nos países de capitalismo avançado e as mercadorias são dotadas de valores de uso distorcidos pelo sociometabolismo do capital.

Sob essa mesma direção, Mészáros (2009b) adverte:

**Neste passado – não obstante todo desperdício –, o capital podia com sucesso “fornecer as mercadorias” como valores de uso diretamente consumíveis pelos trabalhadores individuais, com duas limitações.** Primeiro, porque podia fazê-lo apenas nos privilegiados países do “capitalismo avançado”, negando insensivelmente a satisfação das mais elementares necessidades ao povo trabalhador em todos os outros; **segundo, porque mesmo no punhado de países privilegiados as mercadorias entregues não eram outras senão valores de uso grotescamente distorcidos** (com frequência absolutamente artificiais), impostos praticamente à sociedade **no interesse da autolegitimação do capital, tal**

**como determinado pelas várias mudanças estruturais nas relações de troca dominantes** (p. 631-2, grifos nossos).

Na contemporaneidade, entretanto, a situação sobredita está sendo difícil de ser mantida. Uma vez que os sinais de esgotamentos – do processo de produção destrutiva legitimado pela reverência ao desperdício – são evidenciados com o intenso crescimento da taxa decrescente de valor utilidade de todas as mercadorias produzidas em direção à reprodução social do capital. É bem verdade que as contradições alienantes do sociometabolismo do capital são apoiadas pela obsolescência programada. Esta – por sua vez – é fundamentada pela produção destrutiva dos recursos materiais e humanos.

Advertirmos, com base no raciocínio de Mészáros (2009b), que o grande fracasso do sistema é colocar a riqueza produzida pela humanidade a serviço da produção e troca regida pela ditadura da divisão social do trabalho explorado. Em outras palavras, a finalidade da produção é a riqueza material alienada, por isso que as tentativas de modificações por dentro do sociometabolismo de capital estão fadadas ao fracasso.

Enquanto não construirmos um projeto de transição socialista que entenda e lute contra os limites e contradições da produção destrutiva como finalidade da humanidade, não teremos condições de reorientar a produção de riqueza. Apresentando-se esta como uma reorientação capaz de atender as demandas necessárias para o desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos com uma taxa de utilização ótima dos produtos sociais do trabalho.

Por causa de toda a argumentação mencionada, podemos pontuar que no transcorrer desse capítulo alguns elementos da alienação no contexto da crise estrutural do capital foram elucidados. De maneira que estes serviram como lupa para compreendermos, na seção seguinte, os rebatimentos práticos no que diz respeito ao campo da formação dos indivíduos no cenário contemporâneo.

Sobre os mecanismos alienantes de personificações do trabalho explorado, Mészáros (2009b) conclui que o desperdício proferido pela produção destrutiva é uma tragédia histórica para humanidade. Nessa mesma linha de argumentação, elucidamos que a produção da riqueza é priorizada pelo o sociometabolismo do capital, de modo que essa riqueza não está a serviço do desenvolvimento das diversas potencialidades dos indivíduos. Muito pelo contrário, a finalidade da espécie humana – na perspectiva

do capital – deve estar limitada à reprodução da produção destrutiva com o culto ao descartável.

De acordo com os elementos mencionados, Mészáros (2009b) sintetiza qual seria a finalidade da espécie humana no cenário contemporâneo do sociometabolismo do capital:

A conclusão é portanto inevitável: **“produção como finalidade da espécie humana” desde que limitada à “riqueza como a finalidade da produção”** – a estratégia da reprodução sociometabólica perseguida com sucesso pelo capital no seu período de dominância histórica – é um trágico fracasso para a humanidade mesmo nos seus próprios termos de referência. **Quaisquer que sejam as “melhorias” que possam ser oferecidas no interior da estrutura do modo de controle do capital, elas devem ser submetidas aos limites e contradições da “produção como finalidade da espécie humana”, restrita à riqueza material alienada como a finalidade da produção.** As melhorias definidas em tais termos podem, sob o nível historicamente alcançado de desenvolvimento global do capital excessivamente expandido, nos prometer apenas mais daquilo que já é excessivo, na quantidade atualmente disponível, por causa de suas consequências irreversivelmente destrutivas (p. 632, grifos no original e nossos).

Reiteramos que qualquer reforma ofertada por dentro do sistema está restrita à riqueza material alienada como a finalidade da produção apresentando uma melhoria superficial no que concerne à quantidade do existente fundado na extração de mais valia do trabalho vivo, gerando uma força de trabalho mercantilizada e reificada. Em consequência disso, afirmamos que a produção destrutiva do culto ao desperdício com a taxa decrescente do valor utilidade revela uma indústria não recrutada para o desenvolvimento das necessidades humanas, de forma que os indivíduos são reificados em prol do fetichismo da mercadoria.

Com efeito, devemos sintetizar que a crise estrutural afeta a própria sobrevivência da humanidade, pois é uma crise crônica e caracterizada por uma orientação quantitativa da reprodução destrutiva. Dito de outra forma, no sociometabolismo do capital hodierno, a produção da riqueza está alicerçada na multiplicação da taxa de utilização decrescente do valor utilidade dos meios e produtos construídos pelos indivíduos. Em contraste com a lógica da orientação quantitativa, Mészáros (2009b) ilumina a necessidade urgente – sob pena da humanidade se arruinar – de lutarmos contra o sociometabolismo do capital, transformando a produção destrutiva em riqueza de produção com uma excelente taxa do valor utilidade.

Mészáros (2009b) destaca a possibilidade de existir a transformação radical contra o trabalho explorado e todos os seus rebatimentos, por meio da construção de uma reorientação qualitativa da reprodução:

[...] dadas as premissas e os imperativos operacionais necessários do capital como um modo de controle, **tudo o que o sistema poderia realizar seria transformar uma das suas crises periódicas mais ou menos temporárias e conjunturais em uma crise estrutural crônica, afetando diretamente, pela primeira vez na história, toda a humanidade.** Da forma como se apresenta hoje, apenas uma reorientação qualitativa da reprodução sociometabólica pode apontar uma saída para a crise verdadeiramente global da humanidade. **Uma reorientação da produção de riqueza inevitavelmente limitadora e perdulária na direção de uma riqueza de produção humanamente enriquecedora, com sua taxa de utilização ótima antinômica àquela perigosamente decrescente** (p. 633, grifos nossos).

Mediante os fundamentos expostos, compreendemos que o sistema vivencia uma crise estrutural crônica colocando em risco a própria sobrevivência da humanidade. Por isso, a produção da riqueza está – cada vez mais – entrando no ciclo contraditório e expansionista da taxa de utilização decrescente da produção destrutiva de todas as mercadorias legitimadas pelos mecanismos alienantes dos meios e produtos da produção reificada pelo fetichismo da mercadoria.

Entretanto, somente por meio de uma organização orientada para a produção de riqueza que busque atender às potencialidades dos indivíduos com uma taxa de utilização ótima dos produtos sociais do trabalho é que podemos pensar num projeto de transição socialista. Por esse posicionamento, Mészáros (2009b) conclui o capítulo intitulado a riqueza da produção e produção da riqueza com as seguintes considerações:

[...] Naturalmente, tal orientação implica **mudanças absolutamente fundamentais em todos os domínios e em todos os níveis de produção socioeconômica e cultural**, em uma estrutura de organização do trabalho radicalmente alterada/não hierárquica tanto no “macrocosmo” como nas células constitutivas de uma ordem social alternativa (p. 633, grifos nossos).

Em suma, diante do contexto de crise estrutural crônica do capital a riqueza da produção é subsumida produção da riqueza, o valor de uso é subsumido pelo valor de troca. Ademais, as necessidades dos indivíduos são subsumidas aos mecanismos alienantes e de homogeneização da produção destrutiva. Esta que, por sua vez, é engendradora para atender as demandas das reificações das relações sociais, bem como do fetichismo da mercadoria.

Por essa perspectiva, revelamos que o sociometabolismo do capital nunca havia apresentado sinais de esgotamento até mesmo diante da produção de desperdício, pois a taxa decrescente de valor utilidade das mercadorias cresce a cada dia. Nesse sentido, a possibilidade de construção de um projeto de transição socialista em direção a emancipação humana torna-se um dado ontológico da realidade em meio à urgência histórica sob pena da humanidade se arruinar (MARX, 2011), visto que até mesmo a ruptura da unidade entre uso e necessidade antes equilibrada pelo capital, agora é refletida por meio de fragilidades difíceis de serem controladas por esse sistema.

Sob tal aspecto, Mészáros (2009b) sintetiza:

É, portanto, extremamente problemático afirmar que, ultrapassado certo ponto na história do “capitalismo avançado”, este processo – intrínseco ao avanço produtivo em geral – seja completamente revertido da mais intrigante forma: em que a **“sociedade dos descartáveis” encontre equilíbrio entre produção e consumo**, necessário para a sua contínua reprodução, somente se ela puder “consumir” artificialmente e em grande velocidade (isto é, descartar prematuramente) imensas quantidades de mercadorias que anteriormente pertenciam à categoria de bens relativamente duráveis. Desse modo, a sociedade se mantém como **um sistema produtivo manipulando até mesmo a aquisição dos chamados “bens de consumo duráveis” que necessariamente são lançados ao lixo (ou enviados a gigantescos ferros-velhos, como os “cemitérios de automóveis” etc.)** muito antes de esgotada sua vida útil (p. 640, grifos nossos).

Por meio da compreensão do culto ao desperdício, podemos entender como a taxa decrescente de utilização dos bens e serviços socialmente produzidos, assim, torna-se fundamental para a reprodução das condições objetivas de forma alienante. Em virtude dessa argumentação, afirmamos que o sociometabolismo do capital lança ao lixo, muitos bens de produtos duráveis, os quais poderiam ser usados por muito tempo.

Mészáros (2009b) revela que um grandioso número de ferros-velhos e de cemitérios de automóveis atendem à lógica da racionalidade da produção destrutiva. Como consequência desta, destacamos a novidade do complexo industrial-militar que responde, ainda mais, as demandas do sociometabolismo do capital em crise estrutural:

Como veremos posteriormente, o “capitalismo avançado” também inventa um tipo de produção – centrado **em torno do complexo industrial/militar – em relação ao qual o tradicional desafio do consumo (utilidade)** só se aplica, se tanto, marginalmente. **Ao mesmo tempo em que consomem destrutivamente, na sua produção, imensos recursos materiais e humanos**, os produtos resultantes desse processo podem juntar-se às

montanhas de mercadorias “consumidas” já no momento em que atravessam os portões das fábricas (p. 640, grifos nossos).

Por conseguinte, afirmamos que os mecanismos alienantes de personificações do trabalho explorado na contemporaneidade são ilustrados com o culto ao desperdício proferido pela produção destrutiva, a qual necessita da taxa decrescente de utilização dos bens e serviços socialmente produzidos pela humanidade para enaltecer de forma direta as condições alienadas da reprodução do sociometabolismo do capital.

Na continuidade desse raciocínio, Mészáros (2009b) explica:

De fato, **dada a alienante metamorfose dos meios de produção em capital reificado**, a maquinaria produtiva desse sistema pode e deve ser articulada de tal maneira que sirva antes a propósitos destrutivos do que a produtivos se assim **o decretarem os imperativos da contínua autorreprodução do capital**. Assim sendo, no que diz respeito à sua lógica imanente, os meios de produção já não são meios genuínos, mas uma parte determinada do capital que se autoimpõe. Como **“meios de produção”, eles representam uma forma específica de capital**. Entretanto, por constituírem apenas uma parte do capital em si, estão sujeitos às determinações intrínsecas desse sistema produtivo como um todo. Seu “desenvolvimento independente” **só é realmente independente dos objetivos e necessidades dos produtores**; ao passo que, para viabilizar-se, tal desenvolvimento é totalmente dependente de sua estreita conformidade à lei da contínua expansão do capital (p. 664, grifos nossos).

Desse modo, elucidamos que tudo isso é realizado pelo capital sem nenhum constrangimento de levar em consideração como prioridade central para sua reprodução à quantidade da produção de riqueza em detrimento da riqueza da produção, o valor de troca em detrimento do valor de uso, o trabalho abstrato em detrimento do trabalho concreto. No entanto, o constrangimento para o capital é ter que levar em consideração obrigatoriamente as necessidades dos indivíduos.

Por essa argumentação, consideramos que não é possível realizar a reprodução do sociometabolismo do capital desconsiderando completamente as necessidades dos indivíduos, estas representam um requisito fundamental para a reprodução desse sistema. Sem esse requisito não haveria consumo e, conseqüentemente, estaria impedido de realizar sua reprodução. Assim, Mészáros (2009b) advoga:

Já que incorporam uma determinada magnitude de capital, os meios de produção devem crescer (ou perecer, se incapazes de crescer

suficientemente) como determinado por esta própria magnitude, quer exista ou não uma autêntica justificação produtiva (mensurável pela necessidade) para o seu crescimento. **A definição circular de produtividade como crescimento e crescimento como produtividade** encontra sua explicação (e possível correção) na referência a esta perversa relação prática que bane os produtores (como **“ricos indivíduos sociais” em potencial**) junto com suas necessidades – cujo desenvolvimento e cuja satisfação sem obstáculos poderiam torná-los verdadeiramente ricos – das equações do capital, ao substituí-los por si mesmo como sua própria finalidade (p. 664, grifos nossos).

Porquanto, de acordo com Mészáros (2009b) essa inversão das necessidades humanas recrutadas – primordialmente – para o atendimento do crescimento da produtividade capitalista tolhe o desenvolvimento das diversas potencialidades dos indivíduos. Por isso, não podemos esquecer que as necessidades dos produtores dos meios de produção são subvertidas aos trâmites do sociometabolismo do capital.

Mészáros (2009b) o processo de intensificação da taxa de valor utilidade decrescente dos meios e dos produtos produzidos historicamente pela humanidade:

A dinâmica expansiva dos meios de produção **é fundamentalmente determinada pela lógica do capital em si, e não pela particularidade de sua forma de existência como materiais e instrumentos de produção**, o que implica sérias repercussões para **a taxa de utilização decrescente**. Elas se fazem evidentes **não apenas no domínio da fábrica e da maquinaria, mas no funcionamento do sistema capitalista de produção e distribuição tomado como um todo**. Como já mencionado, **o capital autoexpansivo deve mostrar um retorno lucrativo na totalidade de suas unidades adicionais**, compondo assim não só o seu próprio poder, mas também as complicações (e contradições) que acompanham **a necessidade de converter mais-valia em mero pressuposto do novo ciclo de expansão**. E, assim, esse processo tem de continuar indefinidamente, independentemente da magnitude do capital já acumulado, que precisa ser considerado em todas as suas formas (inclusive os meios de produção) como nada mais do que mero ponto de partida do impulso renovado de expansão (p. 664, grifos nossos).

Em virtude do processo de produzir mais-valia para fundamentar o funcionamento da produção e distribuição como um pressuposto do expansionismo cíclico da subsunção do trabalho ao capital, Mészáros (2009b) retrata que essa fundamentação traz muitos desdobramentos com relação à taxa de utilização decrescente dos materiais e dos meios historicamente construídos pela humanidade.

Sob esse aspecto, entendemos com Mészáros (2009b) como se dá o processo de alienação dos meios de produção:

Assim, no exato momento em que nasce, é imediatamente proferida a sentença de morte da porção determinada do capital alocada para os meios de produção. Isto se deve **ao imperativo de superar os meios de produção, enquanto historicamente constituídos** (e, do mesmo modo, em sua capacidade contingentemente dada de capital, sempre irremediavelmente limitada), no curso da multiplicação inexorável do capital. **Na sua gênese histórica, o sistema capitalista não pôde obter o impulso necessário para se desenvolver sem alienar pela força os meios de produção dos produtores e os converter em capital.** Por sua vez, no seu modo atual de funcionamento, uma parte significativa de capital tem de constantemente reconverter-se em meios dados de produção, numa escala sempre crescente, de modo a **se metamorfosear de novo em capital, numa escala ainda maior, para ser capaz de embarcar uma vez mais em seu ciclo de autorreprodução ampliada, e assim sucessivamente.** Paradoxalmente, quanto maior a magnitude do capital dedicado aos meios de produção (como o deve ser, dada a equação entre o capital autoexpansivo, sob uma de suas formas de existência, e os instrumentos e materiais de produção), **tanto maior a pressão para suplantá-la por uma magnitude sempre crescente de capital, destinada ao mesmo tipo de existência, à espera da execução da sentença de morte dada a si própria** (p. 664-5, grifos nossos).

Compreendemos que a exploração deve ser a base para expansão do capital, aliás, é por meio da alienação que o capital encontra os mecanismos necessários para sua reprodução. Em outras palavras, a produção da riqueza está recrutada pelo o ciclo contraditório da taxa de utilização decrescente da produção destrutiva de todas as mercadorias legitimadas pelos mecanismos alienantes dos meios e produto da produção reificada pelo fetichismo da mercadoria.

Com isso, apreciamos o próprio raciocínio de Mészáros (2009b) acerca dos desdobramentos da taxa decrescente de valor utilidade:

[...] para afastar as contradições inerentes **à taxa de utilização decrescente não conseguir um efeito suficientemente abrangente**, somente então será ativado **o selvagem mecanismo de expulsão em quantidades maciças de trabalho vivo do processo de produção.** Isto assume a forma de desemprego em massa, mesmo nos países mais avançados, independentemente de suas consequências para a posição da “massa consumidora”, e das necessárias implicações da decadência da posição do consumidor na “espiral descendente” de desenvolvimento das economias envolvidas (p. 674, grifos nossos).

Na mesma ordem de importância do quadro exposto do culto ao desperdício, vislumbramos o desemprego estrutural legitimado pela racionalidade da exploração em massa dos trabalhadores, por meio do tempo excedente de trabalho e desemprego estrutural. Estes são categorias inerentes ao desenvolvimento da taxa de utilização decrescente.

É revelador o entendimento radical acerca da mistificação alienante em torno da categoria tempo disponível empregado pelo capital. A partir disso, podemos

vislumbrar a construção de um projeto de transição socialista, por meio da elucidação radical do significado genuíno tão caro ao marxismo do complexo criativo intitulado tempo disponível. Além disso, tal degradação da sociabilidade contemporânea pelo processo de reprodução do tempo disponível é completamente mistificado pelas personificações alienantes do capital.

Mészáros (2009b) demonstra o tratamento dado ao tempo pelo sociometabolismo do capital:

É por isso que, como era de esperar, **mesmo em tempos de desemprego em massa, que afetou as comunidades** mineiras na Grã-Bretanha com uma selvageria ainda maior do que em outras áreas da produção industrial, a entidade normativa da indústria carvoeira “nacionalizada” (British Coal) teve que impor sua exigência socialmente absurda, porém racional do ponto de vista do capital (!) da implantação da semana de seis dias, em lugar da tradicional semana de cinco dias, para ser capaz de **alongar o tempo de exploração de sua força de trabalho** muito reduzida, em sintonia com o avanço, em todos **os três planos da produção e do consumo acima discutidos, da taxa decrescente de utilização** (p. 674, grifos nossos).

Desse modo, a taxa de utilização decrescente dos produtos e serviços produzidos pela humanidade apresenta o crescimento da exploração do trabalho por meio da intensificação da carga horária dos trabalhadores, aumentando os dias da semana de cinco para seis dias.

Precisamente por esse fato, afirmamos que o principal objetivo do sociometabolismo do capital, diante do cenário contemporâneo, é transformar a riqueza da produção em produção de riqueza, com intuito de subsumir às necessidades humanas à produção do valor de troca em expansão. Nesse contexto, entendemos que o tempo – subsumido ao trabalho explorado – é uma categoria extremamente importante para desnudarmos o processo de reprodução do sociometabolismo do capital.

Salientamos, entretanto, a necessidade de reorientarmos a brutal produção tirânica do tempo mínimo para construção do máximo de tempo disponível. Na perspectiva que este possa tornar-se tempo socialmente criativo. Portanto, esse fato é fundamental para o desenvolvimento das diversas potencialidades humanas, tal como revela Mészáros (2009b):

**A única alternativa viável para tais práticas (a saber, buscar soluções na reorientação da produção social da tirania do tempo mínimo para a maximização do “tempo disponível”), obviamente exigiria a adoção de uma contabilidade social radicalmente diferente, em lugar da inexorável perseguição do lucro. Porém, é claro, a categoria “tempo disponível”,**

**enquanto princípio orientador, que pode ser utilizado criativa e positivamente, do intercâmbio social, é totalmente incompatível com os interesses da ordem estabelecida (p. 674, grifos nossos).**

Em suma, compreendemos que os mecanismos alienantes permitem o sociometabolismo do capital se reproduzir sem nenhum constrangimento ao processo de intensa valorização do trabalho explorado. Com isso, ilustramos algumas personificações alienantes que fundamentam a reprodução do capital. Para tanto, presenciamos os seguintes elementos: a quantidade da produção de riqueza em detrimento da riqueza da produção; o valor de troca em detrimento do valor de uso; o trabalho abstrato em detrimento do trabalho concreto. E, por fim, a intensificação da taxa de valor utilidade decrescente de toda a produção historicamente e desenvolvida pela humanidade em prol da geração do desperdício generalizado com o apoio da indústria bélica. Sendo assim, evidenciamos que o culto ao desperdício é fundamental para a reprodução do sociometabolismo do capital em crise estrutural.

Diante desse quadro, não podemos esquecer que as necessidades dos indivíduos se transformam em constrangimento para o capital. Tendo em vista que não é possível a reprodução sociometabólica da exploração do homem pelo homem sem levar em consideração as necessidades dos indivíduos. Portanto, sem a realização desse fato, não haveria consumo e, conseqüentemente, o sociometabolismo do capital estaria impedido de realizar sua reprodução.

Portanto, iremos discutir em que medida a existência dos mecanismos alienantes da formação humana – deformada e mistificada – servem de pressupostos para contribuir com a reprodução do fetichismo das mercadorias e reificação dos indivíduos, assunto do qual trataremos no próximo capítulo.

## **5 REBATIMENTOS DA ALIENAÇÃO NO COMPLEXO DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL**

Em conformidade com os fundamentos teóricos expostos por Mészáros (2009b) acerca do sociometabolismo do capital, somos levados a compreender que o cenário contemporâneo do complexo educacional – dentro do universo da formação humana – serve como uma ilustração dos desdobramentos do processo de alienação do trabalho explorado. Este, por sua vez, revela a gênese da reprodução das personificações da sociabilidade contemporânea, tais como o fetichismo da mercadoria e a coisificação dos indivíduos.

Dessa forma, desejamos investigar – ao longo dessa seção – quais são os limites e as possibilidades da formação humana, ofertada pelo sociometabolismo do capital, poder contribuir para reproduzir ou denunciar a reificação das relações sociais, ou seja, como o tipo de indivíduo formado dentro do cenário que estamos discutindo o mundo reificado, de modo que as coisas – fetichismo da mercadoria – exercem um fascínio fenomenal em detrimento do ser social. Assim, através desse quadro, percebemos que as personificações mercadológicas são tratadas como a prioridade da produção destrutiva.

Então, o processo de humanização – o desenvolvimento de diversas potencialidades dos indivíduos – não é um objetivo do sociometabolismo do capital, muito pelo contrário, pois podemos ilustrar vários mecanismos alienantes que contribuem largamente com o processo de coisificação dos indivíduos. Para tanto, podemos mencionar, dentre vários fatores de deformação humana, a profunda mercantilização, por exemplo, da ciência, do ensino e da arte. Assim, é válido ressaltar que esses fatores são caracterizados pelo processo de fragmentação, aligeiramento e superficialização, com intuito de contribuir com algumas demandas necessárias para reprodução de mecanismos alienantes no seio do sociometabolismo do capital.

Nesse sentido, Mészáros (2009b) explica que estamos vivenciando uma completa inversão da função da ciência realizada pelas determinações e necessidades do capital em crise estrutural, a qual deveria ser genuinamente voltada para o desenvolvimento da formação humana dos indivíduos. Em outras palavras, ao invés do desenvolvimento das potencialidades humanas ser o foco científico no mundo

contemporâneo, presenciamos um processo degenerativo da reprodução da destruição produtiva engendrado para o atendimento da obsolescência programada e de muitas práticas alienantes.

Nessa linha de argumentação, advogamos que o sociometabolismo do capital perverte os objetivos – de humanização dos indivíduos com o desenvolvimento de suas diversas potencialidades – da ciência em mecanismos alienantes que contribuem com o processo de multiplicação da produção destrutiva. Nessa perspectiva, Mészáros (2009b) demonstra como a mistificação alienante da obsolescência programada vem intensificando a reprodução da indústria do consumo ao descartável. Por conseguinte, podemos exemplificar os fortes gastos do sociometabolismo do capital com o complexo militar-industrial.

De maneira reveladora, a partir de todos os aspectos mencionados sobre a produção destrutiva, Mészáros (2009b) elucida que o desenvolvimento da ciência a serviço das manipulações alienantes, inclusive da obsolescência programada, é uma necessidade do sociometabolismo do capital. Logo, diante desse contexto, teremos desdobramentos práticos em todos os campos da formação dos indivíduos, incluindo preferencialmente o complexo da educação.

Contudo, nesse momento, Mészáros (2009b) faz referência – de um modo mais incisivo – ao papel da ciência no cenário contemporâneo:

A mesma reversão se aplica **ao desenvolvimento da ciência** e à transformação das práticas produtivas de acordo com suas potencialidades inerentes, que supostamente deveriam favorecer **a expansão do valor de uso e a interação dialética da progressiva expansão do valor de uso com o desdobramento das necessidades humanas**. Como resultado das novas exigências e determinações do capital, fazendo parte da folha de pagamento do complexo militar-industrial ubíqua e catastroficamente perdulário, como indiretamente, **a serviço da “obsolescência planejada” e de outras engenhosas práticas manipuladoras, divisadas para manter os lobos da superprodução** longe da porta das indústrias de consumo (p. 694, grifos nossos).

Ademais, ainda sob a ótica da análise desenvolvida por Mészáros (2009), identificamos que, no contexto do aprofundamento da exploração do homem pelo homem com a crise estrutural<sup>43</sup>, o processo de alienação e mistificação da realidade

---

<sup>43</sup> O processo de intensificação da mercantilização do ensino organizado, sobremaneira, pelos organismos internacionais, tais como o Banco Mundial e UNESCO que assumem a função de estado – comitê do sociometabolismo do capital – em crise estrutural. E ainda, impõem reformas profundas

pode ser ilustrado por meio da criação de necessidades artificiais com o apoio da ciência a serviço da produção destrutiva.

Em conformidade com os argumentos desenvolvidos, Mészáros (2009b) explana:

Da mesma maneira, **as necessidades alienadas e as perversas exigências produtivas da autorrealização do capital não permitem a criação dos “elementos materiais da rica individualidade, universal na sua produção e no seu consumo”**, nem, de fato, o pleno desenvolvimento de necessidades e potencialidades humanas (que é primariamente um desafio sociocultural). Pelo contrário, **as necessidades artificiais da destrutiva expansão do capital tendem a competir** e, na frequente ocorrência de incompatibilidades, a suprimir com extrema insensibilidade até mesmo as mais elementares necessidades da inegável maioria da humanidade. É compreensível, portanto, que a produção de uma “abundância constantemente maior” se converta num sonho cada vez mais ilusório – a luz que constantemente se afasta no fim de um túnel que constantemente se alonga –, apesar do aumento assustador das forças abstratamente “produtivas” da sociedade, que estão **condenadas a permanecer abstratas e estéreis, ainda mais, contraprodutivas, por causa de sua inserção social capitalista e sua dissipação destrutiva** (p. 694-5, grifos nossos).

Na continuidade dessa argumentação, asseveramos que o agravo alienante embutido num projeto de natureza descaradamente mercantil é, todavia, camuflado pela retórica oficial, a qual apela por reproduzir valores e paradigmas que hiperfetichizam a realidade social – ocultando suas determinações alienantes e realçando a superioridade do privado sobre o público – diante das supostas exigências do discurso dominante em nome da flexibilidade associadas ao impacto das novas tecnologias. Assim, cabe ilustrar, estas, por sua vez, instrumentalizam a chamada sociedade do conhecimento<sup>44</sup> hoje vigente, segundo a retórica dominante, em lugar da sociedade do trabalho e das lutas classes sociais.

Para fundamentarmos essa lógica degradante da reprodução alienante da produção destrutiva, com fortes desdobramentos na formação dos indivíduos, compreendemos que, prioritariamente, o complexo da educação contribui com a reprodução do capital em crise estrutural.

---

responsáveis por dobrar os sistemas educacionais em todo o mundo, privatizando amplamente a educação dos países pobres, conforme as prerrogativas do mercado (SEGUNDO, 2005).

<sup>44</sup> Sobre esse assunto, apontamos o estudo intitulado Trabalho e Luta de Classes na Sociedade do Conhecimento, do professor Sérgio Lessa. Nesse texto, o autor (2008) argumenta que: “[...] **a tese acerca da ‘sociedade do conhecimento’, que hoje se apresenta como algo radicalmente novo**, já possui alguns milênios de existência. Ela apenas ganha novas formas, uma aparência de ‘novidade’ (com tudo de **alienado que o ‘novo’ adquire na sociedade fetichizada ao extremo**), na medida em que vamos entrando na década de sessenta e, posteriormente, na década de noventa do último século” (p. 25, grifos nossos).

Desse modo, Mészáros (2009b) revela:

Em agudo contraste com a articulação social predominantemente produtiva do capital da época de Marx, o capitalismo contemporâneo atingiu um estágio em que **a disjunção radical entre produção genuína e autorreprodução do capital não é mais uma remota possibilidade, mas uma realidade cruel** com as mais devastadoras implicações para o futuro. Ou seja, as barreiras para a produção capitalista são, hoje, suplantadas pelo próprio capital de formas que asseguram inevitavelmente sua própria reprodução – em extensão já grande e em constante crescimento – **como autorreprodução destrutiva, em oposição antagônica à produção genuína** (p. 669, grifos nossos).

Diante de todo o cenário caracterizado pela produção destrutiva, não podemos deixar de mencionar que – sob os mais variados mecanismos de exploração do homem pelo homem – presenciamos os reflexos do toyotismo<sup>45</sup> e o agravamento da flexibilização do trabalho inclusive no complexo da educação (JIMENEZ, 2007). Sendo assim, o complexo da educação<sup>46</sup> é chamado pelos organismos internacionais a assumir uma possível organização – como um nicho de mercado – do capital em crise estrutural. Explicando em outras palavras, a formação educacional passa a se constituir em uma estratégia importante, não apenas economicamente, mas política e ideologicamente a fim de reproduzir a problemática da alienação (BRAGA, 2011).

Sob essa argumentação, podemos fazer um destaque com relação aos desdobramentos da crise contemporânea no tipo de formação imposta aos indivíduos pelo capital. É claro que as consequências de todo esse aparato destrutivo no campo do complexo da educação permitem pontuarmos um tipo de formação – superficial, fragmentada e aligeirada – alicerçada nos interesses da racionalidade da produção destrutiva. Além disso, a categoria quantidade assume relevância em detrimento da qualidade. Esse fato traz sérias repercussões para o processo educacional dos indivíduos. Haja vista que a avaliação quantitativa assume prioridade no quadro da

---

<sup>45</sup> Nessa mesma direção, Jimenez (2007) explica: “[...] o capital vem tentando responder à crise por meio de vários mecanismos, que vão desde a expansão da atividade especulativa até a substituição **do padrão taylorista/fordista pelas várias formas de acumulação flexível, ou pelo chamado toyotismo, configurando um processo de reestruturação do capital** que, visa no limite, à ampliação e intensificação dos espaços e condições de exploração do trabalho, com vistas à recuperação de seus níveis ótimos de acumulação” ( p. 66-7, grifos nossos).

<sup>46</sup> Nessa mesma linha ideológica, podemos salientar que a práxis social educacional é apropriada pelos organismos internacionais como um setor dos mais relevantes para os propósitos do capital, ocultando seu complexo de determinações e jogando na conta da educação, a resolução dos incomensuráveis problemas gerados no chão da exploração do capital sobre o trabalho (BRAGA, 2011). Esses organismos de defesa do capital elegem a educação como panacéia geral das mazelas sociais provenientes do capitalismo, às quais, vale insistir, são agravadas no contexto da crise e aprofundadas pela problemática da alienação (MÉSZÁROS, 2009a).

incontrolabilidade peculiar ao sociometabolismo do capital em crise estrutural, o qual vem presenciando um processo de intensificação desde os anos setenta do século XX.

Mészáros (2009b) entende que a alienação é responsável por destruir de maneira brutal a relação estreita existente entre os trabalhadores e os meios de produção. Como um desdobramento desse contexto, temos um tipo de formação humana dos indivíduos a qual é reproduzida pelos imperativos do sociometabolismo do capital. Dito de outra maneira, o complexo da educação é bem limitado pois o peso da objetividade em tempos bárbaros de crise estrutural restringe bastante as possibilidades de transformações em prol do desenvolvimento genuíno das diversas potencialidades dos indivíduos.

As consequências práticas no campo da formação configuram-se em uma relação cruel – trabalho explorado e capital – capaz de transformar o crescimento genuíno dos indivíduos e suas necessidades em um constrangimento para reprodução destrutiva do culto ao desperdício. Destarte, destacamos que o tipo de formação humana ofertada pelo sociometabolismo do capital em crise, praticamente não ultrapassa o impulso necessário para reprodução da riqueza material alienante. Ou seja, o desenvolvimento dos indivíduos está, largamente, condicionado a contribuir com o processo de intensificação da exploração do homem. Por isso, afirmamos que no processo de dependência ontológica com relação ao trabalho explorado subsumido ao capital, o complexo da educação funciona como nicho de mercado que responde aos anseios da produção destrutiva.

Dessa maneira, o espectro da produção destrutiva elucidado por Mészáros (2009b), assume fortes rebatimentos no campo da formação dos indivíduos, pois:

**[...] o capital é totalmente desprovido de medida e de um referencial humanamente significativos, enquanto seu impulso interno à autoexpansão é a priori incompatível com os conceitos de controle e limite, para não mencionar o de uma autotranscendência positiva.** Por isso, ao invés de aceitar as restrições positivas necessárias no interesse da produção para a satisfação das necessidades humanas, **corresponde à linha de menor resistência do capital** levar as práticas materiais **da autorreprodução destrutiva ampliada até o ponto em que levantem o espectro da destruição** (p. 699, grifos nossos).

Por isso, diante de uma formação capaz de deformar as personalidades dos indivíduos para que estes não avancem em direção à emancipação humana, não são poucos os esforços empreendidos pelos alienadores para a manipulação e a submissão das consciências dos indivíduos aos ditames da exploração do homem pelo homem.

Em decorrência disto, é importante destacar que o complexo da educação vem sendo projetado pela ideologia burguesa de forma a reproduzi-la cada vez mais como um nicho de mercado, não é demais insistir, do capital em crise estrutural (MÉSZÁROS, 2006a).

Nessa perspectiva, compreendemos a deformação humana – uma ilustração das determinações materiais fetichizadas – como fruto de um contexto fundamentado na produção destrutiva. Dessa forma, Mézáros (2000) defende que o sociometabolismo do capital é incapaz de humanizar o que, por essência, é desumano. Além do mais, o mesmo autor adverte que o antagonismo do capital não pode ser superado, caso não seja atingido, de maneira radical, os microcosmos e o macrocosmo do seu sociometabolismo.

Na continuidade dessa direção, Mézáros (2000) adverte:

[...] é inconcebível introduzir as mudanças fundamentais requeridas para remediar a situação sem superar o antagonismo estrutural destrutivo, **tanto no “microcosmo” reprodutivo, como no “macrocosmo” do sistema do capital enquanto um modo global de controle do metabolismo social**. E isso só pode ser atingido colocando em seu lugar uma forma radicalmente diferente de reprodução do metabolismo social, **orientada para o redimensionamento qualitativo e a crescente satisfação das necessidades humanas**; um modo de intercâmbio humano **controlado não por um conjunto de determinações materiais fetichizadas, mas pelos próprios produtores associados** (p. 11, grifos nossos).

Por esse prisma, cabe reiterar dentro da perspectiva ontológica lukacsiana, podemos inferir que inclusive no campo da formação humana, os reflexos da lógica alienante contribuem para a deformação das personalidades dos indivíduos, dificultando, sobremaneira, o desenvolvimento de suas personalidades em direção ao não particularismo (LUKÁCS, 1981).

Diante disso, ainda segundo a análise desenvolvida por Mézáros (2009b), desejamos compreender o agravamento da problemática da alienação na contemporaneidade. Desse modo, salientamos que, por exemplo, quando identificamos a larga presença dos paradigmas pós-modernos nas universidades e no sistema educacional de um modo geral, percebemos que o tipo formação ofertado pelo sociometabolismo do capital aos indivíduos apresenta um nível extremamente rasteiro, superficial, fragmentado e aligeirado.

Cabe destacar que tais paradigmas, em seus enunciados fundamentais, mascaram a realidade da exploração do trabalho e da luta de classes. Estes são responsáveis por manipular, intensamente, as consciências dos trabalhadores, no

sentido de submetê-las à lógica da reprodução do sociometabolismo do capital. A qual apresenta as seguintes características: expansionista, contraditória, globalizada, rastejante e multiplicadora do desemprego estrutural.

Sendo assim, o tipo de formação humana fornecida pelo o sociometabolismo do capital não deve ultrapassar um modelo fragmentado, superficial, alienante e aligeirado. Com isso, observamos que o capital apresenta demandas de personificações alicerçadas na mercantilização e reificação dos indivíduos, com a finalidade de contribuir com a reprodução do fetichismo da mercadoria. Precisamente por esse posicionamento, somos motivados a compreender o tipo de formação ofertada aos indivíduos pelo sociometabolismo do capital. Mostrando-se uma formação capaz de degenerar as subjetividades dos indivíduos, principalmente com relação à classe dos trabalhadores.

Dessa forma, o entendimento radical acerca do tipo formação que culmina em subjetividades alienadas, como um desdobramento do trabalho explorado, revela as condições personificadas daquilo que Mészáros (2009b) define como “monstruoso poder objetivo”.

Por conseguinte, advertimos que somente o rompimento radical com as contradições e os antagonismos que reproduzem o sociometabolismo do capital pode provocar mudança significativa. Justamente por isso, Mészáros (2009b) analisa:

No “monstruoso poder objetivo” do capital, que representa as “condições de produção personificadas”, encontramos a dupla contradição **1) entre subjetividade e objetividade (ou seja, objetividade alienada que assume perversamente a forma de sujeito que comanda), e 2) entre o individual e o social. A segunda contradição assume uma forma particularmente desnorteante entre o pseudo-sujeito** geral que a tudo domina (o próprio capital) e suas exemplificações particulares (isto é, as personificações individuais do capital). É particularmente desnorteante porque nas raízes da constituição histórica do capital como sujeito (condição usurpada, mas de efetivo comando) **encontramos apenas a própria subjetividade alienada do trabalho social e o poder de controle potencialmente consciente sobre sua autoatividade** (p. 724, grifos nossos).

Nessa perspectiva, vale realçar que são os rebatimentos alienantes nos mecanismos de deformação humana que estão a serviço da reprodução das personificações. Estas, por sua vez, são necessárias ao controle social da produção destrutiva associada à taxa decrescente de utilização de todos os objetos e serviços construídos historicamente pela humanidade.

Sob esse mesmo aspecto, Mészáros (2009b) defende:

É este conjunto de contradições que condensa e reproduz a si mesmo na forma de antagonismo estrutural entre capital e trabalho sob determinadas circunstâncias históricas que, com o fim da ascensão histórica do capital, perde a sua mais forte justificação produtiva original e sua legitimidade. Não há maneira de aliviar ou remover as contradições do sistema “pouco a pouco”, pois a dinâmica autoexpansiva do sistema do capital torna necessário também que suas contradições e seus antagonismos sejam renovados numa escala sempre crescente, assumindo proporções globais no curso do desenvolvimento histórico (p. 724, grifos nossos).

Reiteramos que as contradições são inerentes ao próprio funcionamento que fundamenta o sociometabolismo do capital. Ou seja, os antagonismos internos devem ser “suspendidos” – ao extremo – e adequados a cada momento histórico, com a perspectiva de equilibrar administrativamente um sistema que tem na sua própria essência o movimento das relações conflitantes e das contradições existentes. Dito outra forma, o mencionado sistema cria um suporte de estratégias com a finalidade de amenizar esse antagonismo estrutural.

Portanto, salientamos que uma ilustração desse processo de mistificação é realizada pela produção científica dos paradigmas pós-modernos<sup>47</sup>. Pois percebemos a existência de uma superficialidade na formação dos indivíduos explicitamente vergonhosa, na qual a produção científica está reduzida à existência aparente dos fenômenos observados no cotidiano.

Nessa dimensão, Mészáros (2009b) destaca o papel alienante e controlador exercido pela maquinaria produtiva e pela pesquisa científica reproduzindo o trabalho explorado do sociometabolismo do capital:

**A alienada “personificação recíproca”, característica do modo de o capital controlar o sociometabolismo em todas as suas formas historicamente conhecidas e possíveis**, não é a consequência de se produzir com a ajuda de uma maquinaria produtivamente mais desenvolvida. É a necessária alienação do controle de todos os aspectos do processo de reprodução societária – **inclusive o controle da maquinaria produtiva e da pesquisa científica** – do trabalho social dentro da estrutura do “sistema orgânico” do capital. **Nas teorias que deslocam a questão da alienação do controle do trabalho (e o conseqüente poder sobre ele) para um problema aparentemente neutro de “complexidade” encontramos uma óbvia mistificação ideológica sob o manto da “objetividade científica”** (p. 725, grifos nossos).

---

<sup>47</sup> Em virtude dos aspectos mencionados, Jimenez (2007) sintetiza: “De fato, os discursos que proclamam **os diferentes paradigmas** indicam que esses mais se harmonizam de que se contrariam, uma vez que, todos, invariavelmente, parecem adotar, cada um a seu modo, como base de sua *raison d’être*, o mesmo ponto de partida – o advento da assim **chamada sociedade da informação** pelas asas do avanço tecnológico; e o mesmo ponto de chegada – o papel da atividade educacional nos processos de conquista da cidadania.” (p. 72, grifos no original e nossos).

Além disso, afirmamos – na esteira de Mészáros (2009b) – que existe todo um aparato científico alienante responsável por deslocar o entendimento acerca dos fundamentos das relações sociais fundado na centralidade do trabalho para a centralidade da categoria da complexidade<sup>48</sup> totalmente descomprometida com a luta de classes. Com isso, temos o processo de mistificação alienante e ideológico da ciência burguesa invertendo, primordialmente, a maneira radical de penetrarmos a essência das questões que fundamentam o sociometabolismo do capital.

Nesse contexto, a ciência contribui com o processo de exploração do homem pelo homem, no qual o capital encontra os mecanismos necessários para sua reprodução no cenário contemporâneo de crise estrutural. Na continuidade dessa explicação, Mészáros (2009b) destaca a necessidade, em termos práticos, da criação de alternativas que possam atender as demandas do sistema orgânico do capital:

**Isto porque alegam que tal complexidade é devida à “divisão natural do trabalho”, uma mudança característica e um “truque de mão” que sempre serve ao interesse da “eternização” das relações estabelecidas da reprodução sociometabólica. Mesmo assim, não é suficiente demonstrar os interesses ocultos em operação na produção de tais mistificações. Em termos positivos, a solução de todos estes problemas depende das exigências e determinações objetivas de uma alternativa prática viável ao sistema orgânico do capital** (p. 725, grifos nossos).

Ademais, segundo a argumentação apresentada a partir dos fundamentos explicitados por Mészáros (2009b), somos impulsionados a pontuar algumas reflexões acerca dos desdobramentos alienantes da crise estrutural do capital no campo da formação dos indivíduos. Nesse sentido, a princípio, é interessante compreendermos que o processo de formação humana em todas as suas dimensões – seja educacional, sindical, política, artística, dentre outras – ofertado pelo sociometabolismo do capital, contribui bem mais à castração das diversas potencialidades dos indivíduos do que para o desenvolvimento formativo genuíno. Este, por sua vez, deve estar comprometido com o acesso ao patrimônio historicamente construído pelos indivíduos. Vale ressaltar que esse fato se constitui somente em uma possibilidade de luta a ser alcançada pela humanidade.

---

<sup>48</sup> Cabe destacar que uma relevante ilustração – dentre os teóricos responsáveis por deslocar a centralidade do trabalho para centralidade da categoria da complexidade, tendo esse deslocamento a finalidade de explicar o movimento da realidade contemporânea – é o “cientista” Edgar Morin. Vale ressaltar que este teórico atende bem aos anseios do cenário pós-moderno, desenvolvendo, inclusive, um tipo ciência, apologética, a qual contribui, sobremaneira, com o processo de mistificação da realidade.

Desse modo, o outro aspecto que podemos apreciar diante da argumentação exposta, revela-se por meio da mistificação em torno dos conhecimentos científicos que se limitam à esfera aparente da realidade. Diante da centralidade dos estudos científicos, tão somente centrados na aparência fenomênica, somos direcionados, a partir dos fundamentos marxistas da realidade, ao seguinte entendimento: convivemos com um tipo de ciência que contribui para velar a questão da alienação do trabalho explorado.

Nesse contexto, a ciência contribui com o processo de exploração do homem pelo homem, no qual o capital encontra os mecanismos necessários para sua reprodução no cenário contemporâneo de crise estrutural. Na continuidade dessa explicação, Mészáros (2009b) destaca a necessidade, em termos práticos, da criação de alternativas que possam atender as demandas do sistema orgânico do capital:

**Isto porque alegam que tal complexidade é devida à “divisão natural do trabalho”, uma mudança característica e um “truque de mão” que sempre serve ao interesse da “eternização” das relações estabelecidas da reprodução sociometabólica. Mesmo assim, não é suficiente demonstrar os interesses ocultos em operação na produção de tais mistificações. Em termos positivos, a solução de todos estes problemas depende das exigências e determinações objetivas de uma alternativa prática viável ao sistema orgânico do capital** (p. 725, grifos nossos).

A partir dos fundamentos explicitados por Mészáros (2009b), somos impulsionados a pontuar algumas reflexões acerca dos desdobramentos alienantes da crise estrutural do capital no campo da formação dos indivíduos. Nesse sentido, a princípio, é interessante compreendermos que o processo de formação humana em todas as suas dimensões – seja educacional, sindical, política, artística, dentre outras – ofertado pelo sociometabolismo do capital, contribui bem mais à castração das diversas potencialidades dos indivíduos do que para o desenvolvimento formativo genuíno. Este, por sua vez, deve estar comprometido com o acesso ao patrimônio historicamente construído pelos indivíduos. Vale ressaltar que esse fato se constitui somente em uma possibilidade de luta a ser alcançada pela humanidade.

Em suma, o tipo de formação humana à qual temos acesso, no cenário contemporâneo, é alicerçado por uma das formas de controle do capital, ou seja, uma das maneiras do capital exercer esse controle é realizada pelo processo de mistificação reproduzido pela ciência contemporânea, juntamente ao construto em torno do complexo da educação. Naturalmente, concluímos que os mecanismos alienantes do complexo da educação fragilizam as subjetividades dos indivíduos,

castrando, praticamente, a possibilidade do desenvolvimento das suas potencialidades.

Diante do cenário do sociometabolismo sobredito e seus rebatimentos alienantes no campo da formação humana, o Estado compõe junto ao trabalho explorado subsumido ao capital um triângulo. Essa relação triangular fundamenta a gênese das diversas mistificações alienantes. É válido afirmar que o referido triângulo reproduz, de maneira extraordinária, todas as personificações alienantes do sociometabolismo do capital. Estas são necessárias para a reprodução da riqueza destrutiva em detrimento da riqueza da produção, com uma taxa decrescente do valor utilidade de todos os meios e produtos produzidos historicamente pela humanidade em prol do culto ao descartável e da destruição produtiva.

O Estado desempenha papel relevante para o processo de intensificação do trabalho explorado. Exemplo dessa função é o intervencionismo estatal, o qual assume tarefa primordial para reprodução do consumo destrutivo, como podemos observar com os posicionamentos de Mészáros (2009b):

Houve tempo em que contemplar a produção da abundância e a superação da escassez era inteiramente compatível com os processos e aspirações capitalistas. **Hoje em dia, no horizonte do “desenvolvimento” e da “modernização” capitalistas, tais objetivos aparecem somente nas racionalizações ideológicas dos mais cínicos apologistas do sistema estabelecido.** Apenas este fato já nos diz muito sobre o verdadeiro significado da reconstituição estrutural do capital nas últimas décadas, em sua estreita conjunção com **os ajustes correspondentes nas operações de apoio, diretas e indiretas, do Estado capitalista.** Na época de Mandeville, a grande preocupação, no que se referia ao papel do Estado, como vimos, era usar seu poder, no interior do país, de modo que a “propriedade fosse bem assegurada” e que “o pobre fosse estritamente posto a trabalhar”; internacionalmente, a intenção era sustentar as forças do capital em seu empreendimento de expansão colonial, no interesse da riqueza crescente das “grandes nações ativas” (p. 699-700, grifos nossos).

É indubitavelmente notável que o papel de intervenção direta do Estado capitalista promove o consumo destrutivo, sobremaneira no que diz respeito à formação, largamente, alienada dos indivíduos. Entendendo que estes, ao mesmo tempo, sofrem um processo de degenerescência brutal, visto que o acesso ao patrimônio historicamente construído pela humanidade – no cenário de produção destrutiva – é praticamente inexistente. Além do mais, o tipo de formação, ofertada aos indivíduos, é organizada para atender aos transmitos – fragmentação, aligeiramento e superficialização científica – do sociometabolismo do capital.

Justamente por esse raciocínio, Mészáros (2009b) atesta:

Hoje a situação é radicalmente diferente. Não com relação aos objetivos de “garantir a propriedade” e “pôr o pobre estritamente a trabalhar”: enquanto sobreviverem o modo de produção capitalista e seu Estado, eles têm de permanecer como propósitos permanentes do sistema. A diferença radical é visível no fato de que **o Estado capitalista precisa agora assumir um papel intervencionista direto em todos os planos da vida social, promovendo e dirigindo ativamente o consumo destrutivo e a dissipação da riqueza social em escala monumental.** Sem esta intervenção direta no processo sociometabólico, que age não mais apenas em situações de emergência, mas em base contínua, torna-se impossível manter em funcionamento a extrema perdularidade do sistema capitalista contemporâneo (p. 699-700, grifos nossos).

Sob esse aspecto, o Estado capitalista promove a ausência de formação e de produções científicas que analisem criticamente as distorções sociais produzidas inclusive no complexo educacional. Para tal argumentação, entendemos a relevância da formação humana na perspectiva de contribuir com a reprodução da produção destrutiva defendida pelo sociometabolismo do capital.

Os desdobramentos práticos na vida dos indivíduos refletem um cenário de alienação – ditado pela racionalidade do sociometabolismo do capital – capaz de tratar, inclusive, o complexo da educação<sup>49</sup> como um produto privado<sup>50</sup>. Tudo isso leva-nos a acreditar que o tipo de formação humana – presenciada na sociabilidade contemporânea – está muito comprometido a contribuir com os fundamentos alienantes da reprodução do trabalho explorado.

Decerto, entendemos que o complexo da educação é uma práxis social fundamentada na relação direta de dependência ontológica, autonomia relativa e determinação recíproca com o trabalho (LUKÁCS, 1981). Assim sendo, nessa relação no caso do sociometabolismo do capital em crise estrutural, presenciemos um tipo de formação humana ofertada aos indivíduos que está cada vez mais limitada aos rebatimentos alienantes da barbárie social.

---

<sup>49</sup> Inserimos, brevemente, nesse quadro, o complexo da educação nos marcos da crise estrutural do capital, na qual se agrava de modo destrutivo para a humanidade, como assevera Mendes Segundo (2005), na seguinte passagem: “[...] a ampliação do capitalismo globalizado não acontece somente em termos econômicos, mas em termos sociais e culturais, em **que a educação como política pública está em crescente processo de mercantilização**, deixando de ser pública e se transformando em uma mercadoria” (p. 41-2, grifos nossos).

<sup>50</sup> Conforme analisa Mendes Segundo (2005): “[...] a escola neoliberal, sob a orientação dos organismos internacionais, adapta-se ao capitalismo global de hoje, cujos princípios se identificam cada vez mais como o mercado. Sob essa perspectiva, **a escola deve ser organizada e administrada como uma empresa, porque a educação é confundida como um produto privado, uma mercadoria**” (p. 42, grifos nossos).

Presenciamos um nível bárbaro dos rebatimentos alienantes da exploração do homem pelo homem no complexo da educação. Para ilustrarmos tal situação, destacamos o papel da categoria troca com todas as mistificações produzidas para reprodução do sociometabolismo do capital. A partir disso, é possível elaborarmos a compreensão da formação humana tratada como uma mercadoria que atende aos anseios do capital em crise. Todavia, entendemos que o complexo da educação não é idêntico ao trabalho explorado ao subsumido ao capital.

Mészáros (2009b) perscruta sobre a relevância de compreendermos as raízes marxistas das categorias troca de produtos e da produção do valor comunal, para em seguida termos condições de desvelar todas as mistificações alienantes englobadas nesse processo, como iluminam as linhas abaixo:

**[...] a relação de troca de mercadorias por nós experimentada tenha adquirido sua posição dominante no curso da história moderna, a questão da troca não pode limitar-se ao sistema capitalista de troca de mercadorias (seja “moderno” seja “antigo”) sem que sua lógica seja violada. É absolutamente falacioso restringir a categoria de troca até mesmo para o conceito mais generalizável de troca de produtos, aquele que inclui as formas que não podem se ajustar na variedade capitalista, orientada para o lucro. E ainda mais problemático é aceitar a restrição tendenciosa desta categoria fundamental de reprodução da sociedade à troca de mercadorias tão somente porque as condições de produção de mercadorias generalizaram-se por toda a sociedade capitalista (p. 882, grifos nossos).**

Dessa forma, o entendimento radical das mediações em torno da categoria troca do tipo comunal é muito relevante para construção de um projeto de transição socialista contra o trabalho explorado. Todavia, para o sociometabolismo do capital é interessante que possamos pensar na troca sempre relacionada com a troca de mercadorias capitalistas.

Mészáros (2009b) revela a contribuição do significado genuíno da troca do tipo comunal na luta contra exploração do homem pelo homem:

**O verdadeiro significado do termo “troca” remete, por um lado, ao intercâmbio metabólico da humanidade com a natureza e, por outro, às relações de troca dos indivíduos particulares entre si, independentemente das formas históricas específicas, necessárias para a realização dos objetivos divisados. Nesse sentido, as categorias de troca e de mediação são inseparáveis, indicando claramente com isso o caráter processual do que está realmente em debate.** Em contraste, o papel designado aos produtos pode constituir apenas um momento subordinado nesse complexo de problemas. Isto para não mencionar o caso especial das mercadorias legitimadas no capitalismo, produzidas sob o imperativo do lucro no interior da estrutura do valor de troca sempre-em-expansão (p. 882, grifos nossos).

A compreensão radical da dimensão material fetichizada da categoria troca e o entendimento do seu significado genuíno, consiste em uma tese fundamental para a construção de um projeto de transição socialista para além do capital. Assim, a intensificação do processo de fetichismo da mercadoria impede uma formação humana que revele “o ponto de Arquimedes” para o desenvolvimento de relações sociais comunais. Desse modo, penetrar nas raízes teóricas que redimensionam a relação troca com produção e consumo – voltada para a reprodução do valor comunal – é uma grande urgência histórica sob pena da humanidade se destruir.

Mészáros (2009b) atesta:

O aspecto mais importante dessa questão se **refere à natureza da troca no sistema comunal de produção e consumo**. Não é nenhum exagero afirmar que esse aspecto representa o **“ponto de Arquimedes”** de todo o complexo de estratégias mediadoras e modos de ação, praticamente necessários e possíveis, no qual se apoia a articulação de uma ordem socialista irreversível. Ou seja, **a necessidade de instituir um tipo radicalmente novo de relação de troca surge no projeto socialista não como um princípio regulador abstrato e remoto, mas como um tópico de grande urgência prática** (p. 881-2, grifos nossos).

Inusitadamente, a análise realizada por Mészáros (2009b) a respeito da relevância da construção de um novo tipo de relação entre a troca e a produção de valor – em direção ao projeto socialista – surpreendeu-nos de maneira positiva. Desse modo, para tal novidade, é necessário que a troca do tipo comunal seja realizada na perspectiva do valor do tipo comunal. Ademais, isto consiste no grande desafio contemporâneo contra a ditatorial divisão social do trabalho imposta pelo sociometabolismo do capital.

Mészáros (2009b) identifica a necessidade de transformar radicalmente a troca ditada pela divisão social do trabalho explorado em direção à troca do tipo comunal:

Assim, a relevância da nova forma de troca – de tipo comunal – não é uma questão característica de uma ordem social distante, na qual a plena “humanidade-para-si”, tendo por referência as implicações ideais do seu pertencimento à espécie, **se encontra em completa harmonia com a totalidade de indivíduos que tomam as suas decisões entre alternativas conforme as demandas internas da sua consciência moral**. Pelo contrário, quaisquer que sejam suas implicações para o futuro distante, **hoje o significado da troca de tipo comunal consiste em sua aplicação mais ou menos direta sobre os problemas e contradições** – e sobre as dificuldades práticas quase proibitivas – contra os quais a sociedade de transição, em sua **dolorosa realidade cotidiana**, precisa lutar para se desembaraçar do poder do capital e da concomitante divisão hierárquica do trabalho (p. 881-2, grifos nossos).

De acordo com esse quadro, sabemos que não é fácil a luta em direção a uma formação humana genuinamente comprometida com o desenvolvimento das diversas potencialidades dos indivíduos. Conquanto, mesmo com tantos limites apresentados pelos desdobramentos do trabalho explorado subsumido ao capital, não podemos negar a possibilidade de uma nova orientação para relação de troca do tipo comunal. Esta foi desenvolvida pela teoria marxiana em contraponto com a relação de troca permeada pelo fetichismo da mercadoria agravada pelo sociometabolismo do capital em crise estrutural.

Sob esse ponto de vista, Mészáros (2009b) esclarece:

É compreensível a dificuldade de conceituar **a relação de troca nestes termos, pois o fetichismo da mercadoria prevalece** de tal modo sob o domínio do capital que as mercadorias se sobrepõem à necessidade, mensurando e legitimando (ou não) a necessidade. Este é o horizonte normativo a que nos acostumamos em nossa vida cotidiana. A alternativa seria submeter os produtos a alguns critérios significativos **de avaliação baseados na necessidade, e acima de tudo de acordo com a necessidade básica de uma vida ativa humanamente realizada**. Porém, essa última consideração nem sequer adentra a estrutura capitalista de contabilidade de custos, porque a organização e o exercício da atividade humanamente plena são uma preocupação inerentemente qualitativa (cujos juízes são os próprios indivíduos, em vez da idealizada “mão invisível”). Em tal estrutura, portanto, **não se pode esperar que os indivíduos pensem em suas atividades como legítimas representantes da categoria de necessidade** (p.883-4, grifos nossos).

É considerável insistirmos que a categoria troca do tipo comunal é muito importante para vislumbrarmos a possibilidade de construirmos o valor comunal de sociabilidade para além do capital. Ou seja, vivenciarmos a existência do valor comunal produzido pelos trabalhadores livremente associados.

Sendo assim, compreendemos que a emancipação humana só deve ser vislumbrada caso possamos levar em consideração a luta contra os constrangimentos ditatoriais da divisão social do trabalho explorado. Estes, por sua vez, são explicitados por meio da forma desumana do fetichismo da mercadoria e da reificação dos indivíduos.

No entanto, para realizarmos a construção de um projeto socialista radicalmente comprometido com a luta revolucionária, devemos identificar que a contraposição ao sociometabolismo do capital só pode ser pensada a partir da relação de troca de atividades direcionada para produção de valor comunal.

Na continuidade dessa argumentação, Mészáros (2009b) discerne:

E muito menos se espera que encarem **a possibilidade de adotar as medidas práticas necessárias que possam remodelar qualitativamente o intercuro** socioprodutivo em harmonia com os objetivos que, como produtores associados, estabelecem entre si para satisfazer e desenvolver ainda mais suas necessidades e realizar suas aspirações. **A caracterização marxiana da relação de troca comunal pressupõe seu envolvimento não com “uma troca de valores de troca, mas de atividades determinadas pelas necessidades e pelos propósitos comunais”**, apontando para uma reorientação fundamental do processo de reprodução social estabelecido há muito tempo. Ao mesmo tempo sinaliza para a emancipação progressiva dos indivíduos sociais dos constrangimentos estruturalmente impostos da divisão do trabalho e de sua lei do valor quantitativamente auto-imposta (p.883-4, grifos nossos).

Compreendemos que somente o entendimento científico – radical e desprovido de mistificações alienantes – é capaz de penetrar as raízes da relação de troca do tipo comunal e, dessa maneira possibilitar à história ter seu curso autenticamente transformado.

A esse respeito, Mészáros (2009b) sublinha:

Na época histórica de transição, a relevância direta dessa reorientação radical da relação de troca para o projeto socialista se apresenta sob dois aspectos principais: Primeiro, **a passagem categorial da troca de produtos (sob o capitalismo, de produtos mercantilizados) para a troca mediadora de atividades produtivas baseada numa medida viável** – a necessidade –, na ausência de critérios ou constrangimentos efetivamente limitadores (que não a própria crise estrutural), oferece uma saída às contradições destrutivas da objetivação reificada, quando a autoexpansão inexorável do valor de troca sai do controle. E, para além das contradições da ordem capitalista, **o segundo aspecto se refere diretamente às perspectivas do próprio empreendimento emancipatório** (p. 884, grifos nossos).

Por conseguinte, não podemos esquecer que a construção de práticas comunais passa pelo desenvolvimento da troca de atividades planejadas coletivamente, como revela Mészáros (2009b):

Nele, a urgência da reestruturação comunal das práticas produtivas estabelecidas emerge de uma circunstância séria, sem a qual o empreendimento socialista não pode sequer começar a realizar seus objetivos fundamentais. **Tal circunstância exige que se realize, ao mesmo tempo e com sucesso, a conversão da troca de produtos, burocraticamente comandada de cima, em troca de atividades produtivas genuinamente planejadas e auto-administradas. Isso significa que é preciso mudar completamente a forma de reprodução social orientada para, e estritamente subordinada a realização de objetivos materiais preestabelecidos, tal como praticada por séculos e profundamente enraizada nas estruturas produtivas e nos complexos instrumentais que a sociedade pós-capitalista herdou do passado** (p. 884, grifos nossos).

Entendemos que são muitos os limites do complexo social da educação<sup>51</sup> situada na sociabilidade burguesa movida pela lógica da reprodução do capital em crise permeada pela exploração do trabalho do homem pelo homem. Esta promove a produção do desperdício com fortes rebatimentos alienantes no complexo da educação. Além do mais, a reprodução do sociometabolismo do capital necessita intensificar a exploração alienada do trabalho adotando a promoção de uma formação humana completamente degenerada, a qual vem intensificando-se de maneira brutal com processo de crise estrutural do capital.

Esse contexto<sup>52</sup> é capaz de revelar os desdobramentos da taxa de utilização decrescente do valor no processo de desenvolvimento ou não desenvolvimento das potencialidades criativas e necessidades dos indivíduos. Isso significa que podemos compreender o tipo de formação humana recebida pelos indivíduos dentro do contexto da crise estrutural do capital a partir da produção do desperdício e do culto ao descartável.

Esse cenário bárbaro traz sérios rebatimentos ao complexo da educação. Tais como a negação do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade ao longo dos tempos. Precisamente por isso, elucidamos que a sobredita argumentação acerca da taxa de utilização decrescente dos objetos inclui o processo de formação humana voltada ao atendimento das urgências do capital em crise.

Em virtude disso, insistimos no entendimento da taxa de utilização decrescente dos produtos e dos meios, historicamente, produzidos pelos indivíduos, com as palavras do próprio Mészáros (2009b):

**[...] a taxa de utilização decrescente é uma tendência objetiva do sistema do capital, com consequências extremamente problemáticas e, em última**

<sup>51</sup> Nessa direção, Tonet (2007) explica: “[...] **uma educação integral, hoje, só pode ter o significado de formar indivíduos comprometidos – teóricos e praticamente** – com a construção de uma forma de sociabilidade – o comunismo – em que aquela formação integral possa efetivamente ser realizada” (p. 09, grifos nossos).

<sup>52</sup> Em conformidade com a argumentação exposta, Mészáros (2000) salienta: “[...] não pode **resolver a crise estrutural do sistema e a necessidade de superá-lo através da alternativa hegemônica do trabalho à ordem social metabólica do capital**. É isto o que coloca na agenda histórica a tarefa da radical rearticulação do movimento socialista como um movimento de massas intransigente. Colocar um fim à separação do “braço industrial” do trabalho (os sindicatos) de seu “braço político” (os partidos tradicionais), que leva à impotência, e empreender uma ação direta politicamente consciente, em oposição à aceitação submissa das condições sempre piores, impostas aos produtores pelas regras pseudo-democráticas do jogo parlamentar, são os objetivos e movimentos transitórios que orientarão, necessariamente, um movimento socialista revitalizado no futuro previsível. **A contínua submissão ao curso globalmente destrutivo de desenvolvimento do capitalismo globalizado, verdadeiramente, não é uma opção**” (p. 15, grifos nossos).

**análise, insustentáveis para o sociometabolismo. É exatamente este o ponto** que precisa de uma ação corretiva fundamental, inconcebível se baseada no fetiche da quantidade e na contabilidade do capital. Com base nos critérios qualitativos da contabilidade socialista, porém, não há qualquer dificuldade em visualizar **uma forma de crescimento da utilização sem consequências intoleráveis** para as condições de reprodução sociometabólica (p. 950-1, grifos nossos).

O uso está diretamente relacionado com o processo crescente de humanização formativa dos indivíduos. Todavia, entendemos – à luz do marxismo – que a formação humana como um desdobramento do cenário degradante da produção do total desperdício legitimado pela produção destrutiva.

A partir do mesmo sentido mencionado sobre uso ou utilização, Mészáros (2009b) sintetiza:

Afinal de contas, **uso ou utilização, é isso o que realmente importa na satisfação da necessidade humana**, não o direito legal a propriedades pouco ou não usadas. De fato, **a preocupação estratégica com o aumento da taxa de utilização a um nível ótimo deve se tornar um princípio orientador fundamental da reprodução sociometabólica sustentável** em futuro não muito distante. Naturalmente, esse modo de orientar a reprodução societária tem implicações de longo alcance para os intercâmbios humanos, tal como discutido **em relação à produção e ao consumo comunais** (p. 950-1, grifos nossos).

Nesse contexto, a construção de um projeto de transição socialista só é possível a partir do rompimento com o tipo de uso, produção e consumo reproduzido pelo sociometabolismo do capital. Ou seja, para que ocorra o desenvolvimento do uso, produção e consumo de forma comunal, devemos erradicar a produção da riqueza alienada que reproduz a taxa de utilização decrescente dos objetos em detrimento das necessidades qualitativas dos indivíduos. De modo que a formação humana representa uma das mistificações, as quais velam as personificações reprodutoras do trabalho explorado subsumido ao capital.

Não obstante, Mészáros (2009b) atesta uma nova forma de pensarmos a produção com determinações qualitativas e que esteja, sobremaneira, a serviço do valor de uso. Esse novo tipo de produção só pode ser organizado pelos indivíduos livremente associados, como podemos observar:

Importante acentuar aqui é que **a reorientação radical da produção para o valor de uso, assim como a troca socialmente viável de atividades (e não de mercadorias ou produtos não mercantilizados), racionalmente planejada pelos próprios indivíduos associados**, só é possível em termos das determinações *qualitativas* da contabilidade socialista. Em outras palavras, esse mecanismo só funcionará se **a produção de valores de uso resultar diretamente da atividade de vida autodeterminada dos**

**indivíduos sociais** e, desse modo, impuser um limite racional de modo não conflitante aos objetivos da produção (p. 950-1, grifos nossos).

De fato, as determinações qualitativas não são necessárias para a reprodução do sociometabolismo do capital, tendo em vista que esse tipo produção está voltado para atender às personificações quantitativas responsáveis pela subsunção do valor de uso ao valor de troca. Por esse aspecto, compreendemos que as potencialidades criativas e necessidades dos indivíduos não representam o fundamento da exploração do homem pelo homem.

Sendo assim, reiteramos que a produção destrutiva fundada no trabalho explorado impede o desenvolvimento da formação genuína dos indivíduos, castrando, largamente, a humanização que deveria estar presente em todo processo comprometido radicalmente evolução do gênero humano. Com isso, Mészáros (2009b) advoga:

Sob tais circunstâncias, o princípio orientador geral da qualidade – **na escolha das atividades dos indivíduos com base em suas potencialidades criativas e necessidades**, e na regulamentação dos intercâmbios individuais e comunais na produção e na distribuição – pode ser coerentemente aplicado. Sua aplicação seria o resultado da superação das contradições entre produção e controle, produção e consumo e produção e circulação, ultrapassando assim **a organização quantitativa que resulta da necessidade de o sistema antagônico do capital limitar suas contradições pelo poder de uma estrutura alienada de comando** (p. 950-1, grifos nossos).

Por esse quadro, desejamos indagar acerca das dificuldades próprias da educação para podermos elucidar os rebatimentos da alienação sobre esse complexo. Assim, cabe mencionar, por exemplo, o discurso apregoado pelo Banco Mundial, o qual legitima a lógica da reprodução fundada na relação capital-trabalho. Isto fundamenta a crescente adoção no campo educacional dos chamados paradigmas pós-modernos, os quais são responsáveis por uma superficialidade e explicitam a deformação educacional dos indivíduos, sobretudo, da classe trabalhadora.

No entanto, seria propício indicarmos a necessidade de perscrutarmos as possibilidades e limites reais – ontológicos – da educação, contribuir numa perspectiva de contrapor a ordem vigente. Para construirmos um projeto de transição socialista para além do trabalho explorado é necessário atingirmos radicalmente o sociometabolismo do capital. Em outras palavras, devemos romper com os microcosmos – menores células constitutivas – e com o macrocosmo – as relações produtivas e distributivas mais abrangentes –, pois ambos são alicerçados para a reprodução do fetichismo da mercadoria.

Diante desse cenário, entendemos que o tipo de formação da pós-modernidade despreza o macro, revelando uma hiper-valorização do micro. Além do mais, destacamos que as partes assumem o lugar do todo, como explica Mészáros (2009b):

A verdadeira questão, portanto, é a relação dialética entre o *todo* e suas *partes*. **Sob o sistema do capital, os escalões do topo de sua estrutura de comando, com a sua perversa centralidade, usurpam o lugar do todo e dominam as partes, impondo a sua *parcialidade* como o “*interesse do todo*”.** É assim que a totalidade autossustentada do capital pode se afirmar, provocando um curto-circuito não dialético na relação parte/todo, como um sistema orgânico. A alternativa hegemônica socialista, portanto, **envolve a reconstituição da dialética objetiva das partes e do todo, das menores células constitutivas até as relações produtivas e distributivas mais abrangentes**, de um modo não conflitante (p. 980, grifos nossos).

De acordo com a argumentação exposta, o complexo da educação pode contribuir com o processo de desmistificação da realidade através da possibilidade de compreender o processo da reconstituição dialética entre as partes e o todo, mesmo com “o monstruoso peso da objetividade”, conforme discerne Mészáros (2009b).

Por conseguinte, compreendemos que a busca pela autêntica relação dialética consiste na construção de um planejamento coletivo das atividades produtivas e distributivas realizadas pelos indivíduos em direção aos objetivos conscientemente divisados. Nesse caso, a alternativa socialista passa a ser uma possibilidade revolucionária em consequência da necessidade de redimensionar os microcosmos e o macrocosmo, ou seja, uma relação dialética da unidade entre o todo e as partes em prol do planejamento genuíno para a reprodução do valor comunal e do trabalho associado.

A criação de um projeto de transição socialista está diretamente relacionada com a luta contra a reprodução da riqueza material alienada como a finalidade da produção humana. Dessa forma, o entendimento radical acerca das personificações alienantes que fundamentam a reificação das relações sociais e o fetichismo da mercadoria já é o primeiro passo revolucionário. Com isso, um segundo momento extremamente revolucionário seria denunciarmos o tipo de formação superficial, fragmentada e aligeirada ofertada aos indivíduos pelo sociometabolismo do capital. Nesse sentido, poderíamos pensar num terceiro momento – em larga distância de maturidade histórica, militante e revolucionária em relação aos anteriores – para a construção do referido projeto de transição socialista. Qual seja, construirmos

novas formas de subjetividades a partir de uma formação humana integral com intuito de desenvolver as diversas potencialidades dos indivíduos. Conquanto, a realização desse tipo de formação integral por dentro do sociometabolismo do capital é praticamente impossível, visto que a reprodução material da riqueza alienada dilacera as subjetividades dentro de um processo degenerado assistido pela produção destrutiva do culto ao descartável.

Para reiterarmos tal argumentação, Mészáros (2009b) elucida:

**O sucesso do planejamento depende da coordenação das suas atividades produtivas e distributivas livremente consentida por aqueles que executam os objetivos conscientemente divisados.** Portanto, o planejamento genuíno é inconcebível sem uma substantiva tomada de decisão democrática desde baixo, pela qual tanto a coordenação lateral como a integração abrangente de práticas reprodutivas se tornam possíveis. E vice-versa, pois, sem **o exercício conscientemente planejado e amplamente coordenado das suas energias e habilidades criativas** todo discurso sobre a tomada de decisão democrática dos indivíduos não possui qualquer substância. Apenas juntos os dois poderão definir as exigências elementares da alternativa hegemônica socialista à ordem sociometabólica do capital (p. 980, grifos nossos).

Advertimos que a construção da alternativa socialista passa necessariamente pela discussão da dialética marxista. Portanto, essa dialética é representada pela genuína relação existente entre as partes e todo. Esta relação ocorre por meio de um planejamento livremente acordado.

Dito de outra forma, quando trazemos essa problemática para realidade do campo da formação humana, podemos entender como acontece o processo de dependência ontológica, autonomia relativa e determinação recíproca do complexo da educação em relação ao trabalho. Cabe frisar que no caso da sociabilidade contemporânea, esta relação é permeada pela exploração do homem pelo homem. Além disso, destacamos que o complexo da educação submetido ao fetichismo da mercadoria e reificação dos indivíduos, representa um campo bem limitado de possibilidades para lutar contra as diversas deformações impostas aos indivíduos. Essa imposição é realizada de maneira brutal.

A formação humana nos moldes do sociometabolismo do capital em crise estrutural revela um processo de deformação degenerada. Este nega aos indivíduos o acesso ao patrimônio historicamente construído pela humanidade. Basta olharmos para a realidade do campo da formação docente que vem sofrendo, extremamente, os reflexos das políticas públicas voltadas para o agravamento da precarização do ensino, chegando às nossas universidades de maneira avassaladora. Diante disso,

percebemos que a relevância da luta pela afirmação do marxismo no seio da academia deve ser um compromisso com a formação educacional da classe trabalhadora (JIMENEZ, 2007).

Mészáros (2009b) atenta para os fracassos sofridos por muitos marxistas que buscaram novas alianças defensivas, revisionistas e que não estavam comprometidos com a transformação radical para além do sociometabolismo do capital. Além disso, presenciamos também um intenso processo de desqualificação do marxismo, perpetuada pelo discurso científico dominante.

Mészáros (2009) realiza um esclarecimento acerca da crise do marxismo:

A atual **“crise do marxismo” se deve principalmente ao fato de que muitos dos seus representantes continuam a adotar uma postura defensiva**, numa época em que, tendo acabado de virar uma página histórica importante, deveríamos nos engajar numa ofensiva socialista em sintonia com as condições objetivas. Paradoxalmente, os últimos 25 anos, que progressivamente manifestaram a crise estrutural do capital – e daí o início da necessária ofensiva socialista num sentido histórico –, também testemunharam **a disposição de muitos marxistas, maior do que nunca, de buscarem novas alianças defensivas e se envolverem com todos os tipos de revisões e compromissos em grande escala**, ainda que não tenham, realmente, nada para mostrar como resultado de tais estratégias fundamentalmente desorientadoras (p. 789, grifos nossos).

Conquanto, a postura defensiva de unidade com os movimentos revisionistas não é a melhor estratégia para rompermos com o sociometabolismo do capital, conforme adverte Mészáros (2009b):

A desorientação em questão não é, de modo algum, simplesmente ideológica. Ao contrário, **ela envolve todas as instituições de luta socialista que foram constituídas sob circunstâncias históricas defensivas** e, por esse motivo, perseguem, sob o peso da sua própria inércia, modos de ação que correspondam diretamente ao seu caráter defensivo. E, já que a nova fase histórica inevitavelmente traz consigo o aguçamento do confronto social, deve-se esperar – mas não idealizar –, sob tais circunstâncias, **uma maior reação defensiva das instituições (e estratégias) de luta da classe trabalhadora** (p. 789, grifos nossos).

Em conformidade com os posicionamentos acerca da ofensiva socialista e, ao mesmo tempo, na contraposição dos movimentos defensivos de ordem revisionista ou gradualista, Mészáros (2009b) defende a construção de um projeto de transição socialista. Este, por sua vez, deve compreender os limites das modificações políticas no que diz respeito à criação de novas orientações no âmbito da gestão parlamentar, por exemplo, de formas institucionais e organizacionais.

Mészáros (2009b) revela a necessidade de reestruturarmos radicalmente o sociometabolismo do capital:

Lamentavelmente, contudo, **as estruturas e estratégias defensivas existentes consideram inquestionáveis seus próprios pressupostos e procuram soluções que permanecem ancoradas nas condições da velha**, e agora superada, fase histórica. Tudo isso deve ser enfatizado tão firmemente quanto possível a fim de evitar a ilusão das soluções fáceis. **Não basta, portanto, argumentar a favor de uma nova orientação ideológico-política caso se mantenham tal como hoje as formas institucionais e organizacionais relevantes.** Se, em sua resposta por inércia às circunstâncias históricas que já não são as mesmas, a desorientação **corrente é a manifestação combinada dos fatores prático-institucional e ideológico**, seria ingênuo esperar uma solução no que muitos gostam de descrever como “clarificação ideológica”. De fato, enquanto os dois devem desenvolver-se juntos nessa reciprocidade dialética, o “übergreifendes Moment” (**momento predominante**) na conjuntura atual é a estrutura prático/institucional da estratégia socialista, que precisa reestruturar-se de acordo com as novas condições (p. 789, grifos nossos).

Na continuidade da argumentação exposta, podemos situar o complexo da educação no cenário apresentado, com intuito de identificarmos os desdobramentos práticos na vida dos indivíduos. Nesse sentido, consideramos que não é possível uma transformação radical – inclusive no sistema educacional – por dentro do sistema aderindo ao gradualismo e ao revisionismo.

Reconhecemos que modificar as formas institucionais e organizacionais do sociometabolismo do capital sem atingir o núcleo estrutural – o qual reproduz o fetichismo da mercadoria por meio da reificação dos indivíduos revelada pela formação do trabalho explorado – é somente um paliativo para a desumanização dos mecanismos alienantes. Ao passo que estes, por sua vez, são responsáveis pela intensificação da produção da riqueza em detrimento da riqueza da produção com o crescimento da taxa decrescente do valor utilidade de tudo que a humanidade produz em prol do culto ao desperdício.

Nessa estrutura de obsolescência programada legitimada pela produção destrutiva, a formação humana em geral e o complexo da educação – e tudo que está relacionado de maneira direta ou indireta, tais como: os conhecimentos científicos; a formação educacional; formação sindical; formação religiosa; dentre outros – assumem papel importante para a mistificação do entendimento estrutural da realidade contemporânea. Por isso, esclarecemos que as contradições existentes na estrutura educacional se enraízam na própria racionalidade do sociometabolismo do capital. No qual vem intensificando – pelo seu próprio caráter alienante;

expansionista; contraditório e destrutivo – uma crise em direção à instauração da barbárie humana.

Tal situação nos apresenta um grandioso compromisso, qual seja a construção de uma sociedade emancipada para além do capital. Nessa perspectiva, Mészáros (2009b) fundamentado em Rosa Luxemburgo, advoga:

Ainda assim, são necessárias algumas palavras de advertência, não tanto com relação às expectativas otimistas desta última sentença, que pouco nos interessam diretamente neste contexto. Em todo caso, **Rosa Luxemburgo colocou as coisas no seu devido lugar quando insistiu na dramática alternativa entre “socialismo ou barbárie”**. Ora, o capital só pode, na melhor das hipóteses, avançar até o ponto de nos apresentar a própria alternativa, mas não pode se propor a solucioná-la por sua própria supressão. Muito pelo contrário, **já que a perigosa lógica interna do capital pode apenas forçá-lo a resolver a alternativa em seu próprio favor, pela destruição radical das perspectivas de um final socialista por intermédio de suas bárbaras determinações materiais** (p. 698, grifos nossos).

A fim de frisar a argumentação exposta em torno dos rebatimentos alienantes do sociometabolismo do capital no complexo da educação, com efeito, revelamos que as personificações alienantes do trabalho explorado são responsáveis por uma formação fragmentada e superficial fornecida aos indivíduos.

No entanto, necessitamos construir um projeto socialista radical que possa contribuir com a luta contra os mecanismos alienantes que deformam a humanidade. Esses mecanismos realizam uma castração do processo de desenvolvimento das diversas potencialidades dos indivíduos, sobretudo, no que diz respeito aos trabalhadores do mundo inteiro. Em conformidade com Mészáros (2009b), identificamos diante dos inúmeros limites institucionais do complexo da educação não é possível pensarmos em alternativas educacionais que pensem numa formação humana genuína por dentro do capital em crise estrutural. Mediante os fatos expostos, podemos concluir que a sociabilidade humana caminha para um nível bárbaro, limitando – cada vez mais – o desenvolvimento de atividades emancipatórias (TONET, 2005).

Presenciamos um cenário degenerado e produtor de uma objetividade pobre material e espiritualmente que deforma as personalidades dos indivíduos e, por consequência disto, somos impulsionados a perceber a produção de subjetividades também desprovidas de riquezas materiais e espirituais. Mesmo diante de tantos limites e com o nosso campo de atuação bastante restrito, devemos lutar para que o

complexo da educação possa desenvolver atividades emancipatórias capazes de, pelo menos, denunciar a disseminação dos processos alienantes que mistificam e aprofundam o processo de degradação crescente da consciência e da personalidade dos indivíduos.

Nesse sentido, temos que buscar a emancipação humana por meio da luta contra a produção das misérias materiais e espirituais. Haja vista que estas são intensificadas cotidianamente com a falta de igualdade de oportunidades aos trabalhadores e seus filhos diante da fetichização do conhecimento. Sendo este, intensamente tratado como mercadoria (LESSA, 2007), principalmente no contexto da crise estrutural do capital.

Mészáros (2009b) esclarece quais são os quatro relevantes aspectos que caracterizam a peculiaridade da perscrutada crise, a saber: sua universalidade; seu alcance global; seu tempo contínuo; e, por fim, seu modo rastejante de desdobramento, como demonstra a seguinte explicação:

A novidade histórica da crise de hoje torna-se manifesta em quatro aspectos principais: (1) **seu caráter é universal**, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.); (2) **seu alcance é verdadeiramente global (no sentido mais literal e ameaçador do termo)**, em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado); (3) **sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente**, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, **seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante**, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando **a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento”** mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia (p. 796, grifos nossos).

A partir dessas características apresentadas acerca da crise contemporânea, conseguimos pontuar alguns rebatimentos desse contexto no complexo da educação. Por consequência disso, podemos aferir que o processo crescente de desumanização formativa dos indivíduos – inclusive com o complexo da educação exercendo a função importante como uma das práxis sociais capazes de contribuir para mistificar as personificações que movem o sociometabolismo do capital – vem configurando-se como desdobramento do cenário degradante da produção do total desperdício. Presenciamos como uma ilustração do culto ao descartável legitimado pela produção destrutiva: a expansão do complexo militar-industrial. Esta, por sua vez, prioriza a

produção da riqueza alienada para reproduzir o trabalho explorado agravado com a taxa de utilização decrescente dos objetos em detrimento das necessidades qualitativas dos indivíduos.

A formação humana, no cenário largamente apresentado, é atrelada as mistificações alienantes. Estas que são capazes de contribuir com o velamento das personificações reprodutoras do trabalho explorado subsumido ao capital. Por isso, é válido afirmar que o sociometabolismo do capital conta com o apoio do complexo da educação para alienar o processo de exploração do homem pelo homem reificando as relações sociais.

O processo de mistificação em torno da categoria troca traz rebatimentos incalculáveis para a formação alienada dos indivíduos no contexto da crise estrutural do capital elucidada por Mészáros (2009b). Nesse contexto, podemos advogar a necessidade do entendimento radical colocado por Mészáros – apoiado em Marx – acerca da troca desprovida dos desdobramentos do fetichismo da mercadoria:

**A passagem da relação de troca mediadora, orientada pelo produto ou pela mercadoria, ao sistema comunal, baseado na troca de atividades, requer uma democratização radical da sociedade em todos os aspectos.** Os estágios intermediários deveriam transformar as práticas reprodutivas autoritárias (e estruturas correspondentes) do sistema herdado de troca de mercadorias em uma organização do trabalho genuinamente planejada *de baixo para cima*, baseada na esperada *troca de atividades*. Isso, porém, não é possível sem uma democratização profunda do modo pós-capitalista de tomada de decisão. Pois, apesar de o sistema de direção burocrática conseguir manter o controle sobre uma sociedade cujo processo de reprodução seja administrado em uma base orientada-para-o-produto (a que se subordina o trabalho vivo), mesmo quando se abandona a produção de *mercadorias* como tal, **este sistema se mostra totalmente impotente para planejar a produção e as adequadas coordenação e realização das atividades produtivas** (p. 886, grifos no original e nossos).

A categoria troca está diretamente relacionado com a troca de atividades e produção do tipo comunal que elimine a divisão ditatorial do trabalho. Sendo esta última, regida pela fragmentação e intensificação da exploração do homem pelo homem.

Todavia, a construção de um projeto revolucionário deve responder às demandas de uma reprodução social alicerçada na produção do valor comunal, haja vista que a construção do referido valor é necessária para a existência e essência de uma sociabilidade radicalmente emancipada. Obviamente, antes mesmo da possibilidade de construção de uma formação humana – por meio de um projeto de

transição socialista – recrutada aos anseios do trabalho livremente associado, devemos lutar contra os fundamentos que regem a troca mercantilizada da produção do trabalho explorado. Essa formação humana só pode ser desenvolvida se levarmos em consideração a troca de atividades. Essa troca deve ser voltada para a produção do valor crescente de utilização dos meios e produtos historicamente construídos pela humanidade.

Mészáros (2009b) baseado em Marx, destaca:

**Conforme Marx, a produção de tipo comunal e a troca de atividades fundamentam-se na substituição da “divisão do trabalho” (uma tirânica predeterminação para se atingir as metas materiais projetadas) por um princípio operativo baseado na “organização do trabalho” planejada segundo as necessidades e aspirações dos sujeitos trabalhadores envolvidos. Por isso mesmo é que só pode ser trazida à existência pelos indivíduos interessados, porque concerne a eles produzir e exercer seus próprios conhecimentos no trabalho, até o máximo de suas habilidades, no contexto de uma autoadministração societária corretamente mediada e coordenada** (p. 886, grifos no original e nossos).

Os conhecimentos produzidos pelos indivíduos interessados e comprometidos com a formação humana livre das mistificações alienantes do fetichismo da mercadoria, devem estar atrelados ao compromisso da construção de um projeto radical de transição socialista. Ou melhor, um projeto capaz de revelar e denunciar as distorções científicas produzidas pelo o sociometabolismo alienante do capital. Dessa forma, as pseudociências assumem as necessidades e as aspirações – dentro do quadro atual da formação humana – essencialmente recrutadas para o desenvolvimento da racionalidade nuclear do fetichismo da mercadoria em detrimento das necessidades e aspirações genuínas dos indivíduos.

De fato, no caso dos trabalhadores, a formação humana fornecida pelo capital é ainda mais degenerada. Visto que os conhecimentos oportunizados aos trabalhadores são criados para responder às demandas tirânicas da divisão social do trabalho e, também, da troca vivificada pelo fetichismo da mercadoria e da reificação dos indivíduos.

Mészáros (2009b), fundamentado em Marx, considera que para pensarmos em um projeto para além do capital é fundamental a construção de um princípio operativo fundado numa organização do trabalho. Esta deve ser engendrada no atendimento genuíno das necessidades e aspirações dos trabalhadores envolvidos na produção e distribuição da reprodução social.

Portanto, no processo de dependência ontológica e autonomia relativa do complexo da educação em relação ao trabalho, o peso objetivo do trabalho explorado permite uma reprodução rasteira no campo da formação dos indivíduos. De modo que não possamos entender os mecanismos alienantes que fundamentam do capital com os seus próprios limites estruturais, como atesta Mészáros (2009b):

**[...] não pode haver dúvida sobre a atual gravidade da crise estrutural que afeta o modo de controle do capital em suas raízes; nem sobre os perigos para a sobrevivência de humanidade que emanam de uma crise estrutural sem precedentes históricos.** A escala de tempo em que a destrutividade irreversível do capital poderá resultar em catástrofe já não pode ser complacentemente medida em séculos, ao fim dos quais os apologistas do sistema poderão postular – como fizeram invariável e gratuitamente no passado e ainda fazem hoje – a feliz resolução dos problemas existentes. Portanto, a rearticulação do movimento socialista como alternativa hegemônica **à velha ordem reprodutiva mistificadora e exploradora do capital** – alternativa inconcebível na linha de menor resistência – tanto é oportuna como, literalmente, de vital importância (p. 898-9, grifos nossos).

Somos motivados a concluir que, em conformidade com os fundamentos teóricos de Mészáros (2009b), vivenciamos na contemporaneidade uma formação humana fragmentada, unilateral, superficial, especializada e, também, completamente a serviço da divisão social do trabalho explorado. Este é impregnado pela homogeneização do sociometabolismo do capital baseado no valor decrescente de utilização de toda a produção da riqueza que degenera os indivíduos.

Em vista disso, entendemos que o peso da objetividade é bem intenso em tempos de barbárie, limitando bastante a possibilidade do complexo da educação poder desenvolver atividades educativas emancipatórias, as quais estas tenham como horizonte revolucionário a luta em direção à superação da sociedade de classes. Por outro lado, o complexo da educação pode contribuir para denunciar e desvelar a reprodução do trabalho explorado em direção à possibilidade da construção de um projeto revolucionário em prol da emancipação humana. Para isto, é necessária a construção de um projeto revolucionário de transição socialista que seja radicalmente contra os mecanismos alienantes responsáveis pela reprodução do sociometabolismo do capital.

Mészáros (2009b) enaltece a necessidade de construirmos uma alternativa genuinamente socialista para além da linha de menor resistência do capital – esta responsável largamente por um processo extremamente degenerado de capitulação dos sindicatos e dos partidos de esquerda – que traz sérias consequências na formação

humana. Ao mesmo tempo, acreditar na ilusão mistificada de uma vitória eleitoral dos trabalhadores defendida por alguns socialistas é continuar contribuindo com o não rompimento da reprodução do expansionismo da produção destrutiva.

Somente a construção de um projeto radical de transição socialista focado na erradicação dos fundamentos da dinâmica interna do sociometabolismo do capital é capaz de compreender os limites dos corretivos externos. Entretanto, a adoção de medidas paliativas não vai erradicar o processo de exploração do homem pelo homem. Exemplo de um tipo de paliativo, o qual tenta humanizar as contradições do sociometabolismo do capital, são as eleições parlamentares apregoadas inclusive por alguns grupos que se denominam socialistas.

Por essa linha de raciocínio, Mészáros (2009b) esclarece:

[...] o desafio vislumbrado para os socialistas deverá se apresentar como a necessidade de juntar os pedaços e construir uma nova ordem sociometabólica viável a partir das ruínas da velha. Assim, **não passa de pura fantasia a ideia defendida por alguns antigos socialistas, para quem a via para a mudança radical será aberta por uma grande vitória eleitoral do movimento dos trabalhadores**, a ser aceita com boa vontade pelas forças repressivas políticas e materiais do capital como um mandato claro para a transformação socialista (p. 898, grifos nossos).

Mészáros (2009b) revela que a “macaquice teórica” elucidada na perspectiva política é proveniente do próprio processo de formação alienante ofertada aos indivíduos. De modo que esta assume caráter de mistificar, ao máximo, os fundamentos que regem o sociometabolismo do capital. Em virtude desse posicionamento, Mészáros (2009b) denomina esse cenário de “macaquice teórica”:

Por fim, o que realmente decide estas questões é a **dinâmica interna de desenvolvimento que envolve todo o sistema do capital e que, no último terço do século XIX, deu-lhe uma sobrevida tal que estendeu por um século sua viabilidade reprodutiva, até o início da crise estrutural do sistema**. Porém, essas condições, **no que se refere à ordem global do capital, mudaram fundamentalmente para pior**. Ou seja, a dinâmica interna favorável do desenvolvimento anterior tornou-se insustentável precisamente por causa da premissa objetiva necessária desse modo de controle sociometabólico perdulariamente orientado-para-a-expansão e dirigido-à-acumulação. E, no longo prazo, este defeito da **dinâmica interna** não pode ser compensado *pelos dispositivos corretivos externos da macaquice teórica e suas práticas correspondentes* (p. 898, grifos nossos).

Em consequência disso, compreendemos que a adoção de medidas paliativas se dá, inclusive, no complexo da educação. Nesse caso, a ciência na pós-modernidade – como exemplo desta, temos a existência dos cientistas que trabalham para atender aos anseios do complexo industrial-militar – representa um tipo de

paliativo que contribui com a manutenção das contradições do sociometabolismo do capital.

Sumariamente, compreendemos que o complexo da educação é uma forma de práxis social, a qual está inserida numa totalidade estruturada na crise do sistema do capital. E esse fato, impulsiona-nos a investigar em que medida – com todos os seus limites e possibilidades – o complexo supracitado pode contribuir com a formação de atividades educativas emancipatórias (TONET, 2005) em prol da luta contra a ordem vigente.

Conquanto, os limites impostos pelo sociometabolismo são alicerçados na exploração do homem pelo homem. Desse modo, as contradições estruturais que limitam a formação dos indivíduos - incluindo o complexo da educação – estão fincadas numa totalidade extremamente bárbara. Esse quadro gera uma gama de desdobramentos, resultando em um tipo de formação humana completamente mistificada e retrucada para atender o fetichismo da mercadoria.

Essa deformação reflete gritantemente a reprodução da superficialidade do desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos a serviço do mercado. Destarte, Mészáros (2009b) elucida acerca da gravidade vivenciada pela sociabilidade hodierna, incluído até mesmo o sistema educacional e de saúde:

No atual mundo capitalista, os argumentos a favor do mercado revelam a sua função ideológica apologética, na medida em que fazem uma total inversão da situação real. **Pretende-se que “o mercado demande” – no serviço de saúde, no sistema educacional etc. – “disciplina”, “eficiência”, “crescente economia”** e outras coisas do gênero e que, portanto, o mercado “demanda cortes” em todas as esferas dos serviços de assistência social. Na realidade, as relações são exatamente o contrário disso, já que **é a crise estrutural profunda do sistema do capital global que exige e impõe cortes em uma escala sempre crescente**, crise que sinaliza inclusive a necessidade de se destruir até mesmo **o sistema de aposentadoria**; e, claro, isso está acontecendo não apenas na Itália, mas em todo Estado de bem-estar social do “capitalismo avançado” (p. 916, grifos nossos).

A fim de comprovar o que foi dito, Mészáros (2009b) revela que os limites e as contradições do sociometabolismo do capital estão invertendo os efeitos indesejáveis, mistificando as personificações dificilmente administráveis do capital. Esse fato demonstra um processo de agudização crescente da crise estrutural por causa de uma racionalidade alienante – contraditória, expansionista, destrutiva, global e rastejante – fundamentada na exploração do homem pelo homem.

Elucidamos que a racionalidade do “dever moral” apregoada pelo sociometabolismo do capital, traz sérias consequências aos indivíduos, os quais sofrem uma imposição severa da rígida disciplina do mercado. Essa argumentação pode ser melhor entendida a partir da concepção do próprio Mészáros (2009b):

Neste mundo que coloca de cabeça para baixo os limites e as contradições dificilmente administráveis do capital, **sua racionalidade é construída com base na falsificação dos efeitos indesejáveis como se eles constituíssem a causa original subjacente dos problemas crescentes.** As causas reais das inegáveis dificuldades são, então, concebidas como **os efeitos evitáveis das ações “indisciplinadas”, “ineficientes”, “de roubo”** etc. de indivíduos passíveis de punição e que devem ser induzidos a aceitar a “rígida disciplina” do mercado como o seu “dever moral” (p. 916, grifos nossos).

Assim, percebemos um tipo de racionalidade que mistifica intensamente a realidade. Nesse contexto, entendemos que ao denunciarmos as raízes da problemática da alienação tão arraigada na materialidade burguesa, estamos desvelando, por conseguinte, a lógica da subsunção do trabalho ao capital. Sob essa perspectiva, uma forma de ilustramos esse tipo de denúncia, diz respeito, por exemplo, quando conseguimos perceber as contradições existentes no complexo da educação, por meio da identificação das deformações mistificadas responsáveis por uma formação humana extremamente superficial.

Para tanto, é necessário que possamos discernir que a gama de alternativas é bem limitada em tempos de crise estrutural do capital e ainda frisar que os limites do complexo da educação encontram-se na própria racionalidade estrutural, a qual trata o sistema educacional como um dos artifícios do mercado capaz de intensificar a o processo de mistificação em torno do “não desperdício”.

No caso da alienação ideológica do “não desperdício”, Mészáros (2009b) adverte:

Todas as vezes que tentam justificar o seu cruel desprezo pelo sofrimento humano, os políticos repetem o clichê: “Não desperdicem nisso o seu dinheiro”. **Mas onde estaria o dinheiro que se poderia “desperdiçar”?** É engolido pelo apetite insaciável dos monopólios, dos quase monopólios e dos demais poderosos interesses capitalistas. **O sistema do capital em crise estrutural não consegue mais produzir os recursos necessários para manter a própria existência,** muito menos para expandir, de acordo com a necessidade crescente, **o Estado de bem-estar social, que há não muito tempo** chegou a constituir sua finalidade justificadora (p. 916, grifos nossos).

Diante do cenário da crise estrutural do capital, entendemos que nem mesmo o Estado do bem-estar social consegue justificar as contradições do sociometabolismo

do capital. Esse fato possibilita a criação de estratégias alienantes – incluídos os setores da educação e da saúde – para ajudar a manutenção da reprodução do trabalho explorado.

Por isso, Mészáros (2009b) revela:

[...] **é preciso inventar todo tipo de artifício enganoso de pseudomercado**, a exemplo do que se fez **no sistema educacional (a transformação intelectualmente prejudicial dos departamentos universitários em “unidades orçamentárias”)** e no serviço de saúde (por exemplo, o cínico artifício escravizador do chamado “mercado interno”), de modo que se possa impor à força de trabalho, em todos os lugares, as condições de exploração crescente e “disciplina”. **Isso em nome da autojustificação pré-fabricada de que tudo é corretamente prescrito pela única e exclusiva ordem produtiva e distributiva racional para a qual “não pode haver alternativa”** (p. 916, grifos nossos).

O capital impõe, pelo dito mercado interno, as condições degeneradas de exploração da força de trabalho até mesmo ao sistema educacional, corrompendo aos artificios de “unidades orçamentárias” os chamados departamentos universitários. Nesse contexto, afirmamos que a reprodução alienante do sociometabolismo do capital contemporâneo coloca o gênero humano no limiar de duas alternativas possíveis: de um lado, uma crise em direção à instauração cabal da barbárie social; e do outro, a construção de uma sociedade emancipada para além do capital.

Nessa direção, identificamos que o tripé capital-trabalho-estado funciona como um sistema orgânico. Este, por sua vez, constitui as condições alienadas de produção com todas as personificações necessárias para reprodução da exploração do homem pelo homem. Com isso, presenciamos o Estado assumindo o papel de financiar a produção destrutiva, buscando conter os antagonismos inconciliáveis da submissão do trabalho ao capital.

A fim de comprovar o que foi dito, Mészáros (2009b) advoga:

[...] **para além do capital significa superar o modo de controle do capital como sistema orgânico**: uma tarefa só possível como empreendimento global. Os componentes inseparavelmente entrelaçados do sistema orgânico do capital – em suas variedades capitalista e pós-capitalista – são: • **CAPITAL**, representando **não só as condições materiais alienadas de produção, mas, também – na qualidade de personificação** dos imperativos materiais do capital, **inclusive o imperativo-tempo discutido anteriormente –**, a **subjetividade** que comanda e se opõe ao trabalho; • **TRABALHO**, **estruturalmente privado do controle das condições necessárias de produção**, reproduzindo o capital em uma escala ampliada, ao mesmo tempo em que, como sujeito real da produção e **personificação** do trabalho, **confronta defensivamente** o capital; e • **ESTADO**, como **a estrutura global de comando político do sistema antagonico do capital que oferece a garantia final para a contenção dos antagonismos inconciliáveis e para a**

**submissão do trabalho**, já que o trabalho retém o poder potencialmente explosivo da resistência, apesar da compulsão econômica inigualável do sistema (p. 897, grifos nossos)

Dessa forma, entendemos que não basta mudar a esfera parlamentar, é necessário o rompimento radical com os fundamentos dessa forma de sociabilidade, ou seja, devemos pensar na construção de um projeto de transição socialista. O qual, tenha como objetivo primordial erradicar os inúmeros mecanismos alienantes capazes de fornecer um processo degenerado de deformação humana. Esta é comprada pelo comitê – o Estado – do capital e consumido por todos os indivíduos de maneira extremamente mistificada. No entanto, diante da construção radical de uma alternativa socialista, Mészáros (2009b) revela a necessidade de superação dos elementos que são responsáveis pela reprodução do sociometabolismo do capital.

Por esse raciocínio, temos que transformar a taxa decrescente do valor utilidade dos produtos historicamente construídos pela humanidade de modo a romper com a subsunção do trabalho ao capital. Reproduzindo dessa maneira, as diversas formas de mistificação voltadas para atender a troca a serviço da produção da riqueza em detrimento da riqueza da produção. Além disso, a reprodução do sociometabolismo do capital precisa conviver com o constrangimento das necessidades dos indivíduos regidas pelo uso das mercadorias.

Nesse sentido, Mészáros (2009b) ilustra com as experiências pós-capitalistas, o fracasso de todo projeto de transição socialista que – mesmo com o apoio do Estado repressivo – não esteja comprometido efetivamente com a erradicação dos elementos que fundamentam a reprodução do trabalho explorado. Até porque as mudanças políticas que levam em consideração somente a transformação do Estado, por isso estão fadadas ao fracasso.

Sob esse aspecto, Mészáros (2009b) defende:

**O principal impedimento para embarcar na realização do projeto socialista**, assim como a alavanca estratégica a ser firmemente controlada para quebrar o círculo vicioso do sistema orgânico do capital, **não é o poder repressivo do Estado** – que pode ser derrubado em circunstâncias favoráveis –, **mas a postura defensiva ou ofensiva do trabalho para com o capital**. De fato, como as evidências históricas do século XX demonstraram, os sistemas pós-capitalistas se concretizaram com a derrubada dos seus respectivos Estados capitalistas; mas ainda assim eles permaneceram sob o domínio do capital, porque o trabalho pós-capitalista manteve sua postura defensiva e reativa no processo de controle da ordem socioeconômica e política pós-revolucionária (p. 917, grifos no original e nossos).

Ademais, o rompimento com o círculo vicioso do sociometabolismo do capital é uma necessidade urgente se desejarmos uma formação humana genuinamente comprometida com o desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos. Isso quer dizer que não é possível uma formação integral dentro do tripé capital-trabalho-estado, o qual reproduz a exploração do homem pelo homem.

O complexo da educação é usado como um nicho de mercado dentro dos trâmites da sociabilidade contemporânea, mistificando de forma brutal a compreensão da realidade, de modo que o acesso ao patrimônio histórico social produzido pela humanidade é substancialmente negado. Em suma, presenciamos um tipo de formação muito mais comprometida com a alienação e com a deformação dos indivíduos, sobretudo no que diz respeito aos trabalhadores do mundo inteiro.

Asseveramos que o processo crescente de desumanização formativa dos indivíduos vem se configurando como um desdobramento do cenário degradante da produção do total desperdício, de tal maneira que podemos destacar o seguinte posicionamento: a formação humana representa uma ilustração do culto ao descartável legitimado pelo processo de produção destrutiva.

Com base nos elementos apresentados, concluímos que o processo de formação humana representa também um desdobramento importante da produção da riqueza alienada para reproduzir o trabalho explorado. Este, por sua vez, é agravado com a taxa de utilização decrescente dos objetos em detrimento das necessidades qualitativas dos indivíduos. Por isso a formação humana é atrelada a mistificação capaz de contribuir com o velamento das personificações reprodutoras do trabalho explorado subsumido ao capital. Ademais, o sociometabolismo do capital conta com o apoio do complexo da educação para alienar o processo de exploração do homem pelo homem reificando as relações sociais.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo em torno da categoria alienação, motivou-nos a buscar em Marx, Lukács e Mészáros alguns elementos que servissem como lupa para o entendimento radical acerca do tipo de formação humana ofertada aos indivíduos na sociabilidade contemporânea. Por isso, neste momento pontuaremos as nossas principais considerações.

Em Marx – através das obras estudadas no primeiro capítulo dessa tese – observamos que a alienação assume a forma de valor excedente quantitativo de trabalho, responsável por prolongar o processo de trabalho em forma de mais-valia, ou melhor, a extração de mais-valia é uma necessidade primordial para o processo de reprodução social da fetichização das mercadorias e reificação das relações entre os homens.

É justamente nesse âmbito que o trabalho se revela como o fundamento da produção do valor, ocasionando desdobramentos – no caso do capitalismo – na relação de troca estruturada para atender o fetichismo das mercadorias. Por conseguinte, sintetizamos que a produção das mercadorias pelo processo de trabalho e de produção de mais-valia não se converte em desenvolvimento das diversas potencialidades dos indivíduos, visto que o valor de uso é subsumido ao valor de troca e o trabalho concreto ao trabalho abstrato. Ademais, a alienação é revelada pela produção da mais valia explicada por sua relação com o tempo de trabalho excedente e, ao mesmo instante, com a geração do trabalho abstrato.

Dessa maneira, com toda argumentação referenciada em Marx, identificamos que – a partir da reprodução do valor proveniente das forças produtivas e das relações de produção – a produção, a distribuição, o consumo e circulação de mercadorias são fincados no processo de subsumção do valor de uso ao valor de troca.

Nesse sentido, somos impulsionados a resumir que o processo de alienação do trabalho é fundamentado pela produção da forma do valor, ou seja, pela produção do valor de uso subsumido ao valor de troca. Em consequência disso, entendemos que a gênese do desenvolvimento das relações mercantis está fundada na reprodução do trabalho explorado representada pela transformação do homem como simples meio de produção de riqueza material alienada.

Sendo assim, compreendemos a partir do entendimento das relações coisificadas existentes entre os indivíduos que o fetichismo da mercadoria assume a

relevância central para reprodução do trabalho subsumido ao capital. Além disso, presenciemos no contexto da exploração do homem pelo homem o papel reificado dos indivíduos de viverem, meramente, para reprodução da riqueza alienada capitalista.

Então, o trabalho alienado – na esteira de Marx – é mediado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para o trabalhador se reproduzir em troca de um salário. Para tais considerações, consultamos o trabalho alienado nos Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844, bem como o Capítulo V de O Capital.

Nesta última obra adotada como um instrumental relevante da nossa análise, entendemos que o trabalho alienado assume a forma de trabalho abstrato – realizando um processo de mortificação do trabalho concreto – em virtude da produção da taxa de mais valia expressada pela criação do trabalho excedente. Nesse cenário, Marx explica a produção da taxa de mais valia por meio do entendimento acerca da relação existente entre as forças produtivas e as relações de produção, pois ambos fundamentam a reprodução do trabalho explorado submetido à forma valor de uso e valor de troca, permeados pelo fetichismo das mercadorias e reificação dos indivíduos.

Já no segundo capítulo, concluímos, a partir dos fundamentos ontológicos acerca da problemática da alienação presente na obra Para Ontologia do Ser Social, de Lukács, que dificilmente teremos indivíduos plenamente realizados. Para tanto, entendemos que as suas diversas potencialidades são castradas diante da forma de sociabilidade fundada na exploração e manipulação do homem pelo homem.

Nesse contexto, a própria objetivação do indivíduo retorna em forma de exteriorização alienada impossibilitando o desenvolvimento da personalidade do indivíduo, deixando-o preso ao seu mero particularismo. Essa negação historicamente estruturada pelas sociedades de classes constitui-se em obstáculo à elevação do gênero em-si em direção ao gênero para-si. Nesse sentido, o capitalismo agrava esse processo, considerando que pela primeira vez na história todos os indivíduos são concebidos como dotados de liberdade para mudar de posição social.

Na contraposição desse cenário, não podemos esquecer ainda que, segundo Lukács (1981), o marxismo assume um papel extremamente relevante no que diz respeito ao desvelamento da essência da genericidade em-si. Esta é, por sua vez, bem limitada ao particularismo da vida cotidiana e completamente dominada por manipulações ideológicas alienantes, os quais servem para agravar a crise de manipulação da fase atual do capitalismo.

Além disso, identificamos com Lukács (1981) que o marxismo pode contribuir com a possibilidade de lutarmos em prol do não-particularismo das personalidades dos indivíduos em direção à generidade humana para-si. Haja vista, que a construção dessa mencionada possibilidade é uma necessidade urgente, em virtude dos níveis brutais de manipulações alienantes alcançados pelo atual sistema capitalista.

Em conformidade com o referencial lukacsiano, que o problema da superação das formas de manipulação alienada da sociabilidade do capital passa pela crise ideológica dos valores dos indivíduos. Portanto, cada repúdio contra a manipulação alienada e cada movimento reivindicatório para tentar superar a alienação, reflete o processo histórico social vivenciado pelos indivíduos ao longo da história da humanidade. Esse fato revela, em larga medida, o potencial transformador da categoria possibilidade como um dado da realidade social construída pelos indivíduos. Estes, por sua vez, são sujeitos históricos, mesmo que na maioria das vezes não tenham consciência do seu relevante papel.

Contudo, evidenciamos que – no campo da formação humana – os reflexos da lógica alienante contribuem bem mais com a deformação das personalidades dos indivíduos, dificultando, sobremaneira, o desenvolvimento de suas personalidades em direção ao não particularismo, ou seja, a possibilidade de construirmos o segundo salto ontológico do gênero em humano, da generidade em si em direção a generidade para si, é bem limitada. Visto que a centralidade das relações sociais está mediada pelo trabalho explorado e, outrossim, por todas as práxis sociais, inclusive o complexo da educação. Nesse sentido, a formação humana ofertada aos indivíduos no contexto contemporâneo funciona, predominantemente, com a finalidade de reproduzir as diversas formas de alienação peculiares ao capitalismo atual, como salienta Lukács (1981).

No terceiro capítulo desse estudo, identificamos alguns elementos responsáveis pela reprodução da alienação no contexto da crise estrutural do capital, na obra *Para Além do Capital* de Mészáros. Ressaltando que esta assume um caráter ímpar na história do sociometabolismo do capital, apresentando as seguintes características: expansionismo, desemprego estrutural, globalização, forma rastejante de reprodução social, contradição entre necessidades dos indivíduos e produção destrutiva.

Essas características, acima mencionadas, começam a ser evidenciadas, de forma mais clara, a partir da década de setenta do século XX e vem intensificando-se até os nossos dias. Por consequência disso, presenciamos muitos desdobramentos do

sociometabolismo do capital, perante sua crise estrutural, em todos os aspectos da vida humana, incluindo o processo de formação dos indivíduos.

Nesse sentido, compreendemos que a crise, sobredita, é movida pelo processo de produção destrutiva repleta de personificações alienantes que sustentam o sociometabolismo do capital. Ou melhor explicando, as mistificações alienantes responsáveis pela reprodução do trabalho explorado são: o agravamento da produção da riqueza em detrimento da riqueza da produção; a taxa do valor utilidade decrescente em detrimento do valor crescente de utilização máxima de tudo que a humanidade produz; as necessidades dos indivíduos constituírem em constrangimentos para a produção da riqueza destrutiva; bem como, a produção do valor de uso ser subsumida ao valor de troca.

Por conseguinte, concluímos que o sucesso da produção e da troca de mercadorias é sustentado pela alienação dos meios e do material de trabalho complementada pela fragmentação radical e permanente de todas as funções que fundamentam o processo de produção do trabalho. Por fim, o resultado de tudo disso é a gênese da homogeneização como o complemento fundamental da alienação diante da crise estrutural do capital. Esta facilita a reprodução degenerada do equilíbrio administrativo de um sistema contraditório por essência. Sendo assim, consideramos que o processo de homogeneização representa umas das principais formas de personificações alienantes, as quais são responsáveis por fundamentarem a reificação das relações sociais e o fetichismo da mercadoria.

Mészáros (2009b) define – sem grandes pormenores – a crise hodierna da seguinte maneira: o encontro da reprodução do sociometabolismo do capital com os seus limites intrínsecos revelados pela subsunção do valor de uso ao valor de troca. Por consequência disso, esse cenário apresenta um nível agravante da taxa de valor decrescente da utilidade voltado para produção da riqueza em detrimento da riqueza da produção.

Somos levados a concluir que: o núcleo racional da sociabilidade contemporânea consiste na reprodução generalizada do desperdício com o culto ao descartável, do sociometabolismo do capital. No entanto, mesmo com os argumentos expostos, resta-nos acreditar na possibilidade de criarmos um projeto de transição socialista. E que este seja capaz de lutar contra as personificações, os quais reproduzem a riqueza material alienada como a finalidade da produção.

No quarto capítulo – mediante o contexto elucidado por Mészáros (2009b) – compreendemos que o tipo de formação humana fornecida pelo sociometabolismo do capital não deve ultrapassar o entorno de um modelo fragmentado, superficial, alienante e aligeirado. Em outras palavras, esclarecemos que as demandas da formação humana são alicerçadas para responder aos interesses das personificações alienantes. Estes são os responsáveis por reproduzirem o fetichismo da mercadoria e a reificação dos indivíduos.

A função da formação humana assume um nível de relevância acentuado para contribuir com a reprodução do tipo de indivíduo, o qual legitima produção destrutiva. Desse modo, o tipo de formação humana ofertada pelo sociometabolismo do capital degenera as subjetividades dos indivíduos, principalmente com relação à classe dos trabalhadores. Então, o desenvolvimento das diversas potencialidades dos indivíduos é castrado de tal forma que o acesso a uma formação genuína é praticamente – sendo eufemística – inexistente.

Nesse sentido, entendimento acerca da subjetividade alienada do trabalho explorado revela as condições personificadas da totalidade social, os quais Mészáros (2009b) define como “monstruoso poder objetivo”. De tal maneira, a formação humana contribui bem mais à castração das diversas potencialidades dos indivíduos do que com os seus desenvolvimentos. Por isso, contamos com um aparato científico alienante responsável por deslocar a centralidade do trabalho para a centralidade da categoria da complexidade totalmente descomprometida com a luta de classes.

Com efeito, atestamos que os desdobramentos da crise contemporânea no tipo de formação imposta aos indivíduos pelo capital trazem consequências de todo um aparato destrutivo no campo do complexo da educação. Esse fato permite percebermos que o tipo de formação é alicerçado nos interesses da racionalidade da produção destrutiva com sérias repercussões para o processo educacional dos indivíduos.

Nesse caso, é imprescindível que todos nós possamos apresentar o seguinte entendimento: o tipo de formação humana contemporânea a qual temos acesso representa um forte desdobramento proveniente dos mecanismos alienantes do sociometabolismo do capital. Dito de outro modo, dentro da complexidade da formação humana, incluído primordialmente o complexo da educação, as subjetividades dos indivíduos revelam um processo de deformação degenerado.

Em contrapartida ao processo formativo de degenerescência, advertimos que uma formação genuína só pode ser pensada mediante a realização de uma

autêntica relação dialética existente entre indivíduos e produção-distribuição. Essa relação dialética consiste na construção de um planejamento coletivo das atividades produtivas e distributivas realizadas pelos indivíduos em direção aos objetivos conscientemente divisados.

É essencial elucidarmos que a riqueza da produção está diretamente relacionada com o processo de socialização da necessidade, da qualidade e do uso, de maneira que esses três elementos fundamentam em todos os aspectos da reorientação da produção e distribuição socialistas que se contraponha radicalmente à produção da riqueza nos moldes fetichizadores do capital. E, ao mesmo instante, identificamos que a necessidade, o uso e a qualidade devem contribuir com a erradicação das reificações existente entre as relações dos indivíduos.

Precisamente por isso, julgamos relevante a construção de um projeto genuinamente revolucionário, o qual deve contrapor-se à produção da riqueza destrutiva alicerçada na reprodução da taxa de utilização decrescente das mercadorias. O núcleo racional que fundamenta o sociometabolismo do capital é revelado, primordialmente, por meio dos seguintes elementos: a valorização da quantidade da produção de riqueza destrutiva em detrimento da qualidade da riqueza da produção; o valor de troca em detrimento do valor de uso; e a intensificação do trabalho abstrato em detrimento do trabalho concreto.

Mészáros (2009b) destaca que as necessidades humanas – na lógica da reprodução destrutiva do capital – chega ao absurdo de representarem constrangimentos ao desenvolvimento da reprodução do sociometabolismo do capital. Conquanto, este não pode se livrar do valor de uso dos indivíduos, de tal modo que não é possível a reprodução do seu sociometabolismo sem a existência das necessidades humanas. Dito de outra forma, o fato dos indivíduos apresentarem qualidades próprias de seres sociais e necessitarem da utilidade dos objetos para o consumo – embora com a imposição do culto ao descartável – representa um constrangimento para o sociometabolismo do capital. Esse fato representa uma grande contradição, qual seja, às necessidades dos indivíduos não podem ser abolidas pelo fato do capital precisar delas para reprodução do seu sociometabolismo. No entanto, estas representam um obstáculo à produção destrutiva fincada no trabalho explorado.

É uma urgência histórica redimensionar os microcosmos e o macrocosmo, sob pena da humanidade se arruinar. Em conformidade com esse redimensionamento, é preciso que a relação dialética – da unidade entre o todo e as partes – seja fincada

numa perspectiva inteiramente em prol do planejamento genuíno para a reprodução do valor comunal e do trabalho associado. E, ao mesmo tempo, é importante que esse planejamento consiga identificar os limites existentes entre as alianças com movimentos revisionistas e/ou gradualistas.

É uma necessidade urgente a criação de um projeto socialista radical, o qual possa contribuir com a luta contra os mecanismos alienantes que deformam a humanidade. Estes são estruturados com a finalidade de reproduzir a castração do processo de desenvolvimento das diversas potencialidades dos indivíduos, sobretudo, no que diz respeito aos trabalhadores do mundo inteiro, pois presenciamos um cenário degenerado e produtor de uma objetividade pobre material e espiritualmente, o qual deforma largamente as personalidades dos indivíduos.

Entendemos que, embora, esse sistema deseje tratar o complexo da educação como mera reprodução da produção destrutiva, salientamos que a realidade não é idêntica ao capital. Dito de outra maneira, entendemos que a educação exerce uma relação de dependência ontológica, de autonomia relativa e determinação recíproca com o trabalho. Nesse sentido, justamente por essa mencionada autonomia relativa é que surge um campo de possibilidades, o qual permite que possamos atuar na contraposição da ordem do trabalho explorado.

Não obstante, entendemos que o peso da objetividade é bem intenso em tempos de barbárie, pois presenciamos a deformação dos indivíduos diante do contexto de crise estrutural do capital. Este, por sua vez, limita bastante a possibilidade do complexo da educação poder desenvolver atividades educativas emancipatórias que possam contribuir com a luta em direção a superação da sociedade de classes.

Em suma, não podemos deixar de ressaltar que os rebatimentos da alienação no contexto da crise estrutural do capital atingem todos os indivíduos. Nesse cenário, os trabalhadores são afetados mais diretamente pela realidade bárbara da castração de oportunidades do desenvolvimento das capacidades e potencialidades humanas. Isso significa que, em última instância, os indivíduos estão subordinados à lógica do complexo militar industrial ditada pela divisão e organização do trabalho explorado.

Assim, o tipo de formação humana gerenciada pelo sociometabolismo do capital priva os indivíduos do processo de humanização das suas necessidades e suas capacidades, mesmo diante do contexto contemporâneo do pleno desenvolvimento

científico e tecnológico. Todavia, tal desenvolvimento está a serviço do domínio do complexo militar industrial intensificado pelo culto ao desperdício generalizado da riqueza material alienada reproduzido pelo um processo bárbaro que coloca em risco a própria sobrevivência da humanidade.

Conquanto, mesmo sendo uma tarefa colossal, primordialmente, em tempos de crise estrutural do capital com tantos limites e contradições apresentadas, não podemos negar ao complexo da educação a possibilidade formativa de contribuir com a luta pela construção de um projeto revolucionário em prol da emancipação humana.

O nível de alienação o qual estamos submetidos é tão intenso que até mesmo o genuíno trabalho de militarmos na academia afirmando o marxismo ontológico é desqualificado como um trabalho teórico e não militante. Como se todo o trabalho teórico, numa perspectiva marxista baseada na práxis revolucionária, não fosse, necessariamente, um trabalho prático e, ao mesmo tempo, militante contra a ordem do sociometabolismo do capital e suas personificações alienantes. Por fim, estamos diante de um cenário contemporâneo, alienante e ovacionado pelo praticismo, o qual tenta enterrar a relevância militante da teoria revolucionária. Sob esse mesmo aspecto, até os educadores que produzem ciência no campo do marxismo acabam não tendo a clareza do seu relevante papel militante no seio acadêmico.

Em virtude dos argumentos mencionados, apesar do forte peso da objetividade alienante, argumentamos, vale salientar, que o “simples” ato formativo de tentarmos desvelar e denunciar algumas mediações e personificações alienantes, as quais giram em torno dos fundamentos da luta contra a reprodução do trabalho explorado, já representa – por todos os aspectos observados – um passo militante e relevante em direção ao processo de desmistificação da realidade.

## REFERÊNCIAS

- BRAGA, Samara Almeida Chaves. **Elementos introdutórios ao complexo da alienação na ontologia de Lukács: um estudo fundado na possibilidade da emancipação**. 2011, 121f. Dissertação (Dissertação em Educação), Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.
- CHASIN, J. Posfácio. Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica. In: TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Pensando com Marx: uma leitura crítico-comentada de O Capital**. São Paulo: Ensaio, 1995, p. 335-537.
- COSTA, Frederico Jorge Ferreira. **Ideologia e educação na perspectiva da ontologia marxiana**. 2007. 159f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2007.
- COSTA, Gilmaísa Macedo da. **Indivíduo e sociedade: sobre a teoria de personalidade em Georg Lukács**. Macéio: EDUFAL, 2007.
- FREDERICO, Celso. **Lukács: um clássico do século XX**. São Paulo: Moderna, 1997.
- JIMENEZ, S. **Consciência de classe ou cidadania planetária? : notas críticas sobre os paradigmas dominantes no campo de formação do educador**. Fortaleza: EDUECE, 2007.
- HOLANDA, Maria Norma Alcântara Brandão de. **Alienação e ser social: determinações objetivas e subjetivas**. 2005, 300f. Tese (Doutorado em Serviço Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- KONDER, Leandro. Entrevista com Lukács. In: LUKÁCS, G. **A autocrítica do marxismo**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978, pp.19-25.
- \_\_\_\_\_. **Lukács**. Porto Alegre: L&PM, 1980.
- \_\_\_\_\_. **Marxismo e alienação: contribuição para um conceito marxista de alienação**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. Maceió: Edufal, 2007.
- \_\_\_\_\_. Trabalho e luta de classes na sociedade do conhecimento. In: JIMENEZ, S. V. & OLIVEIRA, J. L. de (Orgs.). **Marxismo, Educação e Luta de Classes: teses e conferências do II Encontro Regional Trabalho, Educação e Formação Humana**. Fortaleza: EDUECE/IMO/SINTSEF, 2008.
- LÊNIN, V. I. **O estado e a revolução**. São Paulo: Hucitec, 1978.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. São Paulo: Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3. ed. rev. e ampl. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2007.

LIMA, Martean. **Trabalho, reprodução social e educação em Lukács**. 2009, 128f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

\_\_\_\_\_. **A alienação em Lukács: fundamentos para o entendimento do complexo da educação**. 2014, 192f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2014.

LUKÁCS, György. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. São Paulo: Ciências Humanas LTDA, 1978.

\_\_\_\_\_. L'estraniamento. [trad. Norma Holanda]. In: **Per una ontologia dell'essere sociale**. Roma: Riuniti, 1981.v.II, IV

\_\_\_\_\_. **Marxismo e teoria da literatura**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

\_\_\_\_\_. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **Para uma ontologia do ser social II**. Traduções de Ivo Tonet, Sérgio Lessa, Maria Angélica Borges e Ester Vaisman. Disponível em <<http://sergiolessa.com/BibliotecaLukacs.html>>. Acesso em 12 de agosto de 2012.

\_\_\_\_\_. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **A miséria da filosofia**. São Paulo: Global, 2004.

\_\_\_\_\_. **A questão judaica**. São Paulo: Moraes, 2005.

\_\_\_\_\_. **Capítulo inédito d'o capital**. Porto: Publicações Escorpião, 1975.

\_\_\_\_\_. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Lisboa: Editorial Presença, 1983a.

\_\_\_\_\_. Crítica da filosofia do direito de Hegel: introdução. **Revista Temas**, São Paulo, n. 2, p. 1-14, 1979.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UERJ, 2011b.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1964.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2008.

- \_\_\_\_\_. **O capital:** crítica da economia política, livro 1. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006. t. 1
- \_\_\_\_\_. **O capital:** crítica da economia política, livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013. , t. 1.
- \_\_\_\_\_. **Teorias da mais valia.** 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil AS, 1987b, 2 v.
- \_\_\_\_\_. **Trabalho assalariado e capital.** São Paulo: Global Editora, 1980.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (Feurbach).** São Paulo: Hucitec, 1999.
- \_\_\_\_\_. **O manifesto do partido comunista e cartas filosóficas.** São Paulo: Centauro, 2005.
- MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. **O banco mundial e suas implicações na política de financiamento da educação básica no Brasil: o FUNDEF no centro do debate.** 2005, 280f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.
- MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** Outubro, No. 4. São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, 2000.
- \_\_\_\_\_. **A teoria da alienação em Marx.** São Paulo: Boitempo, 2009 (a).
- \_\_\_\_\_. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2006 (a).
- \_\_\_\_\_. **O conceito de dialética em Lukács.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- \_\_\_\_\_. **O Século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2006 (b).
- \_\_\_\_\_. **Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação.** São Paulo: Ensaios, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2009 (b).
- MORAIS, Betânia. **O lugar do sujeito no processo de emancipação humana: um estudo exploratório sobre a individualidade em Marx e em Lukács.** 2001, 350f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2001.
- \_\_\_\_\_. **As bases ontológicas da individualidade humana e o processo de individuação na sociabilidade capitalista: um estudo a partir do Livro Primeiro de O Capital de Karl Marx.** 2007, 310f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Lukács e o caminho marxista ao conceito de “pessoa”.** Práxis. Nº 3. Belo Horizonte, Março/1995. pp. 104-122.

OLDRINI, Guido. “Apresentação”. In: LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

PANIAGO, Cristina. **Mészáros e a incontrollabilidade do capital**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012

PAULO NETTO, José Paulo. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

PINHO, Maria Tereza Buonomo. **Ideologia e formação humana em Marx, Lukács e Mészáros**. 2013, 196f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

\_\_\_\_\_. Instauração do pensamento próprio de Marx acerca da política e do estado. In: **Economia**. Universidade Federal de Sergipe, Textos para discussão, Aracajú, 2009.

\_\_\_\_\_. **O problema da ideologia na formação profissional do economista: um estudo de caso acerca do curso de graduação em ciências econômicas da universidade federal de Sergipe**. 2003, 600f. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade Federal de Sergipe, Aracajú, 2003.

SILVEIRA, Paulo. **Da alienação ao fetichismo – formas de subjetivação e de objetivação**. In: SILVEIRA, P. & DORAY, B. (orgs.). **Elementos para uma teoria marxista da subjetividade**. São Paulo: Vértices, 1989.

TERTULIAN, Nicolas. **Georg Lukács: etapas de seu pensamento estético**. (Tradução: Renira Lisboa de Moura Lima). São Paulo: UNESP, 2008.

\_\_\_\_\_. **Lukács e o stalinismo**. Verinotio – Revista On-line de Educação e Ciências Humanas. Nº 7, Ano IV, Novembro de 2007. pp.: 1-40.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses da filosofia marxista: a propósito de um texto inédito de Lukács**. (Tradução: Ivo Tonet). *Crítica Marxista*. São Paulo: Brasiliense, Nº 13, 2001. pp.: 29-44.

\_\_\_\_\_. **Conceito de alienação em Heidegger e Lukács**. Belo Horizonte: Práxis, jan./maio 1996a.

\_\_\_\_\_. **Uma apresentação à ontologia do ser social, de Lukács**. *Crítica Marxista*. São Paulo: Brasiliense, 1996b. pp.: 54-69.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2005.

\_\_\_\_\_. Educação e formação humana. In: TONET, I. & LESSA, S. **Educação contra o capital**. Maceió: EDUFAL, 2007.

VAISMAN, Ester. **A determinação marxiana da ideologia.** 1996, 300f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

\_\_\_\_\_. A ideologia e sua determinação ontológica. **Revista Ensaio**, São Paulo, n. 17/18, p. 399-444, 1989.

\_\_\_\_\_. **O problema da ideologia na ontologia de G. Lukács.** 1986, 290f. Dissertação (Dissertação em Filosofia), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1986.